



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**



**DIÁRIO DO SENADO FEDERAL**

---

**ANO LVIII – Nº 038 – TERÇA-FEIRA, 8 DE ABRIL DE 2003 – BRASÍLIA - DF**

---

MESA		
<p><b>Presidente</b> <i>José Sarney – PMDB – AP</i> <b>1º Vice-Presidente</b> <i>Paulo Paim – PT – RS</i> <b>2º Vice-Presidente</b> <i>Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO</i> <b>1º Secretário</b> <i>Romeu Tuma – PFL - SP</i> <b>2º Secretário</b> <i>Alberto Silva – PMDB –PI</i></p>		<p><b>3º Secretário</b> <i>Heráclito Fortes– PFL – PI</i> <b>4º Secretário</b> <i>Sérgio Zambiasi – PTB – RS</i> <b>Suplentes de Secretário</b> <b>1º João Alberto Souza – PMDB – MA</b> <b>2º Serys Shlessarenko – PT – MT</b> <b>3º Geraldo Mesquita Júnior – PSB – AC</b> <b>4º Marcelo Crivella – PL – RJ</b></p>
<p><b>CORREGEDORIA PARLAMENTAR</b> <b>Corregedor (1)</b> <i>Romeu Tuma – PFL - SP</i> <b>Corregedores Substitutos (1)</b> <i>Hélio Costa – PMDB - MG</i> <i>Delcídio Amaral – PT - MS</i> <i>Teotônio Vilela Filho – PSDB - AL</i></p>		<p><b>PROCURADORIA PARLAMENTAR</b></p>
LIDERANÇAS		
<p><b>LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO - 24</b> (PT, PSB, PTB, PL)</p> <p><b>Líder</b> <b>Tião Viana</b></p> <p><b>Vice-Líderes</b> <b>Antonio Cartos Valadares</b> <b>Magno Malta</b> <b>Fernando Bezerra</b> <b>Roberto Saturnino</b> <b>Ana Júlia Carepa</b> <i>Flávio Arns</i> <i>Ideli Salvatti</i> <i>Geraldo Mesquita Júnior</i></p> <p><b>LIDERANÇA DO GOVERNO</b></p> <p><b>Líder</b> <i>Aloizio Mercadante</i></p> <p><b>Vice-Líder</b> <i>João Capiberibe</i> <i>Fernando Bezerra</i> <i>Patrícia Saboya Gomes</i></p>	<p><b>LIDERANÇA DO PMDB - 20</b></p> <p><b>Líder</b> <i>Renan Calheiros</i></p> <p><b>Vice-Líderes</b> <i>Juvêncio da Fonseca</i> <i>Hélio Costa</i> <i>Sérgio Cabral</i> <i>Luiz Otávio</i> <i>Ney Suassuna</i> <i>Garibaldi Alves Filho</i></p> <p><b>LIDERANÇA DO PFL - 18</b></p> <p><b>Líder</b> <i>José Agripino</i></p> <p><b>Vice-Líderes</b> <i>Leomar Quintanilha</i> <i>Paulo Octávio</i> <i>Demóstenes Torres</i> <i>Efraim Moraes</i> <i>Rodolpho Tourinho</i> <b>José Jorge</b></p>	<p><b>LIDERANÇA DO PSDB – 12</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Arthur Virgílio</b></p> <p><b>Vice-Líderes</b> <b>Romero Jucá</b> <b>Antero Paes de Barros</b> <b>Lúcia Vânia</b> <b>Leonel Pavan</b></p> <p><b>LIDERANÇA DO PDT - 4</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Jefferson Péres</b></p> <p><b>Vice-Líderes</b> <b>Almeida Lima</b> <i>Alvaro Dias</i></p> <p><b>LIDERANÇA DO PPS – 3</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Mozarildo Cavalcanti</b></p> <p><b>Vice-Líder</b> <b>Patrícia Saboya Gomes</b></p>

(1) Eleitos em 25/03/2003.

<b>EXPEDIENTE</b>	
<p>Agaciel da Silva Maia  <b>Diretor-Geral do Senado Federal</b>  Júlio Werner Pedrosa  <b>Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</b>  José Farias Maranhão  <b>Diretor da Subsecretaria Industrial</b></p>	<p>Raimundo Carreiro Silva  <b>Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</b>  Sérgio Castro  <b>Diretor da Subsecretaria de Ata</b>  Denise Ortega de Baere  <b>Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</b></p>

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

Atualizado em 25. 03. 2003

## ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 82, de 7 de dezembro de 2002**, que “dispõe sobre a transferência da União para os Estados e o Distrito Federal de parte da malha rodoviária sob jurisdição federal, nos casos que especifica, e dá outras providências”, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 10 de abril de 2003, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 7 de abril de 2003.  
– Senador **José Sarney**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 83, de 12 de dezembro de 2002**, que “*dispõe sobre a concessão da aposentadoria especial ao cooperado de cooperativa de trabalho ou de produção e dá outras providências*”, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 10 de abril de 2003, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 7 de abril de 2003.  
– Senador **José Sarney**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

### 1 – ATA DA 33ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 7 DE ABRIL DE 2003

#### 1.1 – ABERTURA

#### 1.2 – EXPEDIENTE

#### 1.2.1 – Comunicação da Presidência

Referente ao tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente que será dedicado a homenagear a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil pela Campanha da Fraternidade 2003, cujo tema é “Fraternidade e Pessoas Idosas: Vida, dignidade e esperança”, nos termos do Requerimento nº 160, de 2003, de autoria do Senador Paulo Paim e outros Senadores, aprovado na sessão deliberativa ordinária de 25-3-2003..... 06270

#### 1.2.2 – Oradores

Senador Paulo Paim ..... 06270

Senador Arthur Virgílio..... 06273

Senador Pedro Simon..... 06274

Senador Hélio Costa..... 06276

Senadora Serys Slhessarenko ..... 06276

Senador Mão Santa ..... 06277

Senador Paulo Octávio ..... 06278

Senador Aelton Freitas (Art. 203, do Regimento Interno) ..... 06281

O SR. PRESIDENTE (Senador José Sarney)..... 06282

#### 1.2.3 – Mensagens do Presidente da República

Nº 76, de 2003 (nº 114/2003, na origem), de 1º de abril do corrente, solicitando a retirada do Projeto de Lei nº 4, de 2003 (nº 2.283/99, na Câmara dos Deputados), que autoriza o Instituto Nacional do Seguro Social a doar imóvel, que específica, à União Brasileira de Escritores”, enviado à Câmara dos Deputados com a Mensagem nº 1.941, de 1999. .... 06282

Nº 77, de 2003 (nº 117/2003, na origem), de 2 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2002 (nº 2.219/99, na Casa de origem), que denomina “Aeroporto de Montes Claros/Mário Ribeiro” o aeroporto da cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais,

sancionado e transformado na Lei nº 10.647, de 2 de abril de 2003..... 06283

#### 1.2.4 – Pareceres

Nº 178, de 2003, da Mesa do Senado Federal sobre o Requerimento de informações nº 684, de 2002, que requer seja solicitado ao Ministro das Minas e Energia informações e providências no que concerne ao pagamento de royalties referente a exploração de petróleo por parte da Petrobrás na Bacia de Santos e nos municípios litorâneos do Paraná..... 06283

Nº 179, de 2003, da Mesa do Senado Federal sobre o Requerimento nº 5, de 2003, que requer sejam solicitadas à Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres informações sobre os projetos da Secretaria, a curto e médio prazo, para aplicação na região amazônica, com ênfase para o combate à prostituição de menores e os detalhes dos dados projetados para o biênio 2003/2004..... 06284

Nº 180, de 2003, da Mesa do Senado Federal sobre o Requerimento nº 13, de 2003, que requer que a Mesa do Senado Federal solicite ao Senhor Ministro da Ciência e Tecnologia, Roberto Amaral, informações sobre as políticas e os critérios para a concessão de bolsas de estudos do MCT, para cursos no Brasil e no Exterior, os valores vigentes e os planos de majoração..... 06285

Nº 181, de 2003, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 15, de 2003, que requer que a Mesa do Senado Federal solicite ao Senhor Ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto, informações sobre os valores em Reais, a serem investidos em Reforma Agrária no Biênio 2003/2004; e a Área, em hectares, prevista para desapropriações no mesmo biênio. .... 06286

Nº 182, de 2003, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 33, de 2003, que requer seja solicitado ao Ministro de Estado da Fazenda, para que possa ser providenciado junto ao Presidente do Banco Central do Brasil, cópia de inteiro teor, do seu contrato de sua aposentadoria na instituição BankBoston. .... 06286

Nº 183, de 2003, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 60, de 2003, que requer sejam solicitadas ao Ministro Extraordinário da Segurança Alimentar e Combate à Fome informações sobre a veracidade de denúncias veiculadas de que os beneficiários do chamado Programa Fome Zero estariam sendo obrigados a apresentar notas fiscais que comprovem a compra de alimentos com o dinheiro recebido. .... 06288

Nº 184, de 2003, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 71, de 2003, que requer, nos termos do artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os artigos 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado ao Ministro de Estado da Fazenda, para que este providencie e encaminhe, no estrito termo do prazo constitucional de 30 dias, informações sobre a situação fiscal dos estados e do Distrito Federal. .... 06289

Nº 185, de 2003, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 72, de 2003, que requer nos termos do artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os artigos 215, I, a, 216 do Regimento Interno do Senado Federal, seja Encaminhado ao Ministro de Estado da Fazenda, para que este providencie e encaminhe, no estrito termo do prazo constitucional de 30 dias, informações sobre os pagamentos mensais feitos à União, nos últimos 12 meses, por todos os estados da federação (discriminados individualmente) e o Distrito Federal nos termos da Lei nº 9496, de 1997, que fez parte do programa de ajuste fiscal do Governo Federal. .... 06289

Nº 186, de 2003, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 73, de 2003, que requer, nos termos do artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, seja solicitado ao Ministro de Estado da Fazenda informações sobre os totais dos recursos financeiros liberados mensalmente no âmbito do Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER) e outros programas semelhantes, pelos agentes financeiros federais nas regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre e Campo Grande, desde a criação do respectivo programa, até a última informação disponível. .... 06290

Nº 187, de 2003, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 77, de 2003, que requer, nos termos do disposto no artigo 50, § 2º da Constituição Federal e nos artigos 215, inciso I, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, o encaminhamento do pedido de informações ao Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior sobre a situação da empresa norte-americana AES na aquisição das

ações das empresas Eletropaulo e Cemig e o tratamento dado a empresas estrangeiras e nacionais no acesso aos recursos para aquisição de ações com financiamento do BNDES. .... 06290

Nº 188, de 2003, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 79, de 2003, requer, nos termos do disposto no artigo 5º, inciso XXXIII da Constituição Federal e do Regimento Interno do Senado Federal, que a Mesa encaminhe ao Senhor Procurador-Geral da República, pedido de informações sobre as atividades exercidas pelos Procuradores José Roberto Figueiredo Santoro e Mário Lúcio Avelar. .... 06291

Nº 189, de 2003, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 80, de 2003, que requer, nos termos do parágrafo 2º do artigo 50 da Constituição Federal e nos artigos 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão informações sobre os contratos de cooperação técnica firmados entre o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Organismos Internacionais creditados junto ao governo brasileiro no período de 1995 a 2002. .... 06291

Nº 190, de 2003, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 83, de 2003, que requer, nos termos dos arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Ministro da Ciência e Tecnologia informações sobre as ações que vem sendo empreendidas no sentido de proteger recursos naturais e produtos brasileiros contra a biopirataria ou biogrilagem por empresas internacionais em flagrante violação de tradicional princípio de Direito Internacional ou a caracterização de indicação geográfica falsa, especificamente nos casos do registro do cupuaçu, do açaí e da cachaça que despertaram grande atenção na mídia e no público brasileiro com inegáveis efeitos econômicos sobre o Brasil. .... 06292

Nº 191, de 2003, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 126, de 2003, que requer, nos termos do artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os artigos 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal sejam solicitadas ao Ministro de Estado das Relações Exteriores informações sobre a morte da brasileira Prisciliana Pereira Acosta, ocorrida nas margens do Rio Bravo, no México, ao tentar transpor as fronteiras entre o México e os Estados Unidos da América, os procedimentos que vem sendo adotados pelo Ministério objetivando desestimular a emigração irregular e a proteção à vida e a preservação da integridade física dos brasileiros capturados ilegalmente. .... 06293

Nº 192, de 2003, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 127, de 2003, que requer, nos termos dos artigos 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com o artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Ministro das Minas e Energia informações sobre as providências e estratégias que serão adotadas pela Petrobrás, para a compra de petróleo no caso de uma guerra no Iraque, com a finalidade de assegurar a estabilidade do preço do produto, em uma eventual crise econômica decorrente da guerra..... 06293

Nº 193, de 2003, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 134, de 2003, que requer, com base no artigo 50, § 2º da Constituição Federal e nos termos dos artigos 215, I, a e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, à Ministra de Estado das Minas e Energia esclarecimentos sobre a divulgação da Agência Nacional do Petróleo – ANP de um campo gigante de petróleo na bacia de Sergipe..... 06294

Nº 194, de 2003, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 143, de 2003, que requer, nos termos do § 2º do artigo 50, da Constituição Federal, e dos artigos 215 inciso I, alínea a e 216 incisos I, IV e V do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Ministro de Estado das Comunicações informações referentes à regularidade do processo licitatório a que se refere a Mensagem Presidencial nº 295, de 2002, que submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 15 de abril de 2002, que outorga concessão à Elo Comunicação Ltda. para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, na cidade de Maceió, Estado de Alagoas..... 06294

Nº 195, de 2003, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 498, de 2000, Requer a publicação, dentro da coleção “Grandes Vultos que Honraram o Senado”, de homenagem ao ex-Presidente da República e ex-Senador Juscelino Kubitschek..... 06295

Nº 196, de 2003, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 146, de 2002, que requer a publicação, dentro da coleção “Grandes Vultos que Honraram o Senado”, de homenagem ao ex-Senador Josaphat Marinho..... 06296

### 1.2.5 – Ofício do Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil

Nº 198/2003, de 19 de março último, encaminhando ao Senado Federal Nota Oficial aprovada na Sessão realizada dia 18 de março último, condenando a guerra dos Estados Unidos contra o Iraque..... 06297

### 1.2.6 – Projetos recebidos da Câmara dos Deputados

Projeto de Decreto Legislativo nº 162, de 2003 (nº 2.161/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Novaresendense de Difusão e Apoio a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Resende, Estado de Minas Gerais. À Comissão de Educação em decisão terminativa..... 06297

Projeto de Decreto Legislativo nº 163, de 2003 (nº 2.168/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Pró-Arte para o Desenvolvimento Artístico e Cultural (Proart) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Patrocínio do Muriaé, Estado de Minas Gerais. À Comissão de Educação em decisão terminativa..... 06301

Projeto de Decreto Legislativo nº 164, de 2003 (nº 2.171/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão da Armação de Búzios a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Armação de Búzios, Estado do Rio de Janeiro. À Comissão de Educação em decisão terminativa..... 06304

Projeto de Decreto Legislativo nº 165, de 2003 (nº 2.172/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Pontual a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taquarituba, Estado de São Paulo. À Comissão de Educação em decisão terminativa..... 06307

Projeto de Decreto Legislativo nº 166, de 2003 (nº 2.173/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Moradores dos Bairros Novo Progresso e Alvorada – AMB, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Águas Vermelhas, Estado de Minas Gerais. À Comissão de Educação em decisão terminativa..... 06310

Projeto de Decreto Legislativo nº 167, de 2003 (nº 2.174/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Nova Esperança FM, Cultural e Comunicação Social a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Esperança do Sul, Estado do Rio Grande do Sul. À Comissão de Educação em decisão terminativa..... 06313

Projeto de Decreto Legislativo nº 168, de 2003 (nº 2.176/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Nova de Machado, para o Desenvolvimento Artístico e Cultural a executar serviço de radiodifusão comuni-

tária na cidade de Machado, Estado de Minas Gerais. À Comissão de Educação em decisão terminativa..... 06316

Projeto de Decreto Legislativo nº 169, de 2003 (nº 2.177/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Educativa Cordisburgo – FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cordisburgo, Estado de Minas Gerais. À Comissão de Educação em decisão terminativa..... 06319

Projeto de Decreto Legislativo nº 170, de 2003 (nº 2.178/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural de Tocantins a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tocantins, Estado de Minas Gerais. À Comissão de Educação em decisão terminativa..... 06322

Projeto de Decreto Legislativo nº 171, de 2003 (nº 2.179/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Alpinopolense de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alpinópolis, Estado de Minas Gerais. À Comissão de Educação em decisão terminativa..... 06324

#### 1.2.7 – Comunicação da Presidência

Fixação do prazo de quarenta e cinco dias para tramitação dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 162 a 171, de 2003, lidos anteriormente, e abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Comissão de Educação, que apreciará as matérias em caráter terminativo..... 06327

#### 1.2.8 – Leitura de Propostas de Emenda à Constituição

Nº 14, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Álvaro Dias, que altera a redação do § 1º do art. 14 da Constituição Federal, permitindo que a lei disponha sobre a adoção do voto facultativo. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania..... 06327

Nº 15, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Álvaro Dias, que acrescenta § 7º ao art. 220 da Constituição Federal, a fim de permitir que a lei possa impor restrições à divulgação de pesquisas eleitorais. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania..... 06329

#### 1.2.9 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 106, de 2003, de autoria do Senador Aelton Freitas, que altera os arts. 40 e 42 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade, que dispõem sobre o plano diretor e seu sistema de acompanhamento e controle. À Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa..... 06330

#### 1.2.10 – Aviso do Tribunal de Contas da União

Nº 374, de 2003, encaminhando ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 270, de 2003-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à inspeção nas obras de ampliação dos molhes do Porto de Rio Grande/RS e Dragagem de Aprofundamento do Canal de Acesso (TC nº 016.151/2002-2). Anexado ao Decreto Legislativo do Congresso Nacional nº 45, de 2002. À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização..... 06333

#### 1.2.11 – Comunicações da Presidência

Término do prazo, na última sexta-feira, dia 4, sem que tenha sido interposto recurso regimental, no sentido da apreciação pelo Plenário do Projeto de Lei do Senado nº 182, de 2001, de autoria do Senador Álvaro Dias, que dispõe sobre a concessão de desconto para professores na compra de livro didático. Rejeitado terminativamente pela Comissão de Assuntos Econômicos. Ao Arquivo..... 06333

Término do prazo, na última sexta-feira, dia 4, sem que tenha sido interposto recurso regimental, no sentido da apreciação pelo Plenário do Projeto de Lei do Senado nº 232, de 2002, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que altera o art. 18 da Lei nº 8.313, de 1991, que restabelece os princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC) e dá outras providências, para estender à realização de mostras e festivais audiovisuais a fruição do incentivo fiscal. Aprovado terminativamente pela Comissão de Educação. À Câmara dos Deputados..... 06333

Término do prazo, na última sexta-feira, dia 4, sem que tenha sido interposto recurso regimental, no sentido da apreciação pelo Plenário do Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2003, de autoria do Senador Maguito Vilela, que inscreve o nome de Joaquim Marques Lisboa, o Marquês de Tamandaré, no Livro dos Heróis da Pátria. Aprovado terminativamente pela Comissão de Educação. À Câmara dos Deputados..... 06333

#### 1.2.12 – Leitura de requerimentos

Nº 193, de 2003, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário as informações que menciona. À Mesa para decisão..... 06333

Nº 194, de 2003, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro de Estado da Saúde as informações que menciona. À Mesa para decisão..... 06333

Nº 195, de 2003, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro de Estado

da Saúde as informações que menciona. À Mesa para decisão. ....

06334

### 1.2.13– Ofícios

Nº 502/2003, de 4 do corrente, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 116, de 2003.....

06334

Nºs 227, 229 a 232, 247, 260 e 273/2003, de 30, 31 de março e 2 de abril do corrente ano, da Liderança do PFL na Câmara dos Deputados, de substituições de membros na Comissão Mista destinada a apreciar as Medidas Provisórias nºs 86, 94, 95, 97, 100, 112, 113, 111, de 2002 e 2003, respectivamente. ....

06334

### 1.2.14 – Comunicações da Presidência

Adoção, pelo Senhor Presidente da República da Medida Provisória nº 117, de 2003, que altera dispositivos da Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, que cria o Fundo Seguro-Safra e institui o benefício Seguro-Safra. Designação da Comissão Mista e Estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.....

06336

Adoção, pelo Senhor Presidente da República da Medida Provisória nº 118, de 2003, que altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal. Designação da Comissão Mista e Estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.....

06336

### 1.2.15 – Discursos do Expediente

SENADOR ROMERO JUCÁ, como Líder – Registro da reportagem de O Globo do último sábado, do jornalista Márcio Moreira Alves, intitulada “Programa Boa Vista Fome Zero na Prática”. Recebimento, pela prefeitura de Boa Vista, do Prêmio de Gestão Social da Petrobrás e do Prêmio de Gestão Pública da Fundação Getulio Vargas e da Ford. Repúdio à reportagem do jornal Folha de S.Paulo, do último final de semana, que relata de forma equivocada sua posição sobre a homologação de cinco áreas indígenas em Roraima. ....

06337

SENADOR MÃO SANTA – Análise da história do salário mínimo no Brasil e defesa da revisão do seu reajuste. ....

06339

SENADOR ROMERO JUCÁ – Repúdio à decisão do governo de editar medida provisória para assegurar a propaganda do cigarro em eventos esportivos. Comentários ao estudo elaborado pelo Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Guido Mantega, que propõe o

reajuste o salário mínimo em apenas um por cento. ....

06344

SENADOR EURÍPEDES CAMARGO – Contrário à pretensão da Secretaria de Educação do Distrito Federal de substituir a equipe de professores e funcionários da Escola Classe 304. ....

06345

### 1.2.16 – Comunicações da Presidência

Aprovação pela Mesa do Senado em reunião realizada no dia 3 do corrente, dos Requerimentos nºs 13, 15, 60, 71, 72, 73, 77, 80, 83, 126, 127, 134 e 143, de 2003, e com emendas, dos Requerimentos nºs 684, de 2002 e 5, de 2003, e rejeição do Requerimento nº 33, de 2003, todos de informações a Ministros de Estado, e deliberação favorável ao encaminhamento do Requerimento nº 79, de 2003, ao Procurador-Geral da República.....

06346

Sobrestamento da tramitação do Projeto de Decreto Legislativo nº 645, de 2002, tendo em vista a aprovação do Requerimento nº 143, de 2003.....

06346

### 1.2.17 – Ofícios do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Nº 242/2003, de 7 do corrente, submetendo à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, a Medida Provisória nº 92 de 2002, que abre crédito extraordinário no valor de quatrocentos e vinte oito milhões, sessenta e quatro mil reais, em favor do Ministério dos Transportes, para os fins que especifica.....

06346

Nº 243/2003, de 7 do corrente, submetendo à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, a Medida Provisória nº 96, de 2002, que abre crédito extraordinário no valor de vinte e quatro milhões, quatrocentos e um mil reais, em favor do Ministério dos Transportes, para os fins que especifica. ....

06346

Nº 244/2003, de 7 do corrente, submetendo à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, a Medida Provisória nº 102, de 2002, que abre crédito extraordinário no valor de trinta e seis milhões, oitocentos e setenta e quatro mil, duzentos e seis reais, em favor do Ministério da Previdência e Assistência Social, para os fins que especifica.....

06346

### 1.2.18 – Comunicação da Presidência

Inclusão das Medidas Provisórias nºs 92, 96 e 102, de 2002, na Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de amanhã, dia 8 do corrente, com a concordância das Lideranças tendo em vista que as matérias passam a sobrestar imediatamente.



te todas as demais deliberações legislativas da Casa até que se ultime suas votações. .... 06362

**1.2.19 – Discursos encaminhados à publicação**

SENADOR *PEDRO SIMON* – Esclarecimentos sobre o equívoco cometido pelo Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC), que teceu críticas ao Projeto de Lei do Senado nº 502, de 1999, de sua autoria. .... 06400

SENADOR *JEFFERSON PÉRES* – Manifestação de discordância em relação à instituição de cotas raciais nas universidades e no serviço público em geral. .... 06402

SENADORA *SERYS SLHESSARENKO* – Realização de atos públicos, em todo o país, pela regulamentação da profissão de jornalista, por ocasião da comemoração, hoje, do Dia do Jornalismo. .... 06404

**1.2.20 – Comunicação da Presidência**

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia anteriormente designada. .... 06404

**1.3 – ENCERRAMENTO**

**2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY EM 7 DE ABRIL DE 2003**

**3 – RETIFICAÇÕES**

Ata da 29ª Sessão Não Deliberativa, realizada em 31 de março de 2003 e publicada no *Diário* do dia subsequente. .... 06412

**4 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR**

Petição nº 2, de 2003. .... 06414

**5 – PORTARIAS DO DIRETOR-GERAL**

Nºs 46 e 47, de 2003 ..... 06419

**6 – ATOS DO DIRETOR-GERAL**

Nºs 3.060 a 3.083, de 2003 ..... 06420

**7 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA**

**8 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

**9 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**

**10 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR**

**11 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES**

**12 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**

## Ata da 33ª Sessão Não Deliberativa, em 7 de abril de 2003

### 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. José Sarney, Paulo Paim,  
Eduardo Siqueira Campos e da Sra. Serys Slhessarenko*

*(Inicia-se a sessão às 14 horas e 30 minutos.)*

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Nos termos do **Requerimento nº 160, de 2003**, de autoria do Senador Paulo Paim e outros Srs. Senadores, o tempo dos oradores da Hora do Expediente será dedicado a homenagear a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil pela Campanha da Fraternidade de 2003, cujo lema é Fraternidade e Pessoas Idosas – Vida, Dignidade e Esperança.

Tenho a honra de convidar para compor a Mesa Dom Lorenzo Baldisseri, Núncio Apostólico (palmas); Dom José Freire Falcão, Arcebispo de Brasília e Cardeal (palmas); Dom Raymundo Damasceno Assis, Secretário-Geral da CNBB (palmas); e Dom João Bosco, Bispo de Patos de Minas (palmas).

Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exmº Sr. José Sarney, Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional, ao cumprimentar Dom Lorenzo Baldisseri e Dom Raymundo Damasceno Assis, gostaria de cumprimentar toda a Mesa e, ao mesmo tempo, todos os convidados presentes no plenário neste momento.

Se me permitir o Presidente, farei uma correção: esta sessão tem dupla autoria, do Presidente da Casa e deste Senador, Paulo Paim, Vice-Presidente. Nós apresentamos o requerimento, e o Presidente fez questão de assumir a responsabilidade, para que esta sessão acontecesse numa homenagem à CNBB pela Campanha da Fraternidade dedicada aos idosos. Esperamos que ela faça toda a nação brasileira refletir sobre o tema e também seja um instrumento a mais que leve todos os Deputados e Senadores a se debruçarem sobre o estatuto do idoso e o aprová-lo.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, senhoras e senhores convidados, o Senado da República reúne-se na tarde de hoje em homenagem à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), tendo em vista a Campanha da Fraternidade de 2003, que tem como tema Fraternidade e Pessoas Idosas – Vida, Dignidade e Esperança.

Em seus 50 anos de existência, a CNBB criou numerosos organismos pastorais que levaram a presença da Igreja para mais perto das pessoas marginalizadas, principalmente daquelas sofredoras, concretizando assim o princípio da opção preferencial pelos pobres. A Campanha da Fraternidade é um dos mais importantes institutos da CNBB. Ela surgiu em dezembro de 1963, durante o desenvolvimento do Concílio Vaticano II. Ocorre no período entre o carnaval e a Semana Santa, em que a Igreja católica celebra a Quaresma.

A campanha serve para ajudar os cristãos e as pessoas de boa vontade a viverem a fraternidade em compromissos concretos no processo de transformação da sociedade a partir de um programa específico que exija a participação de todos na busca de verdadeiras soluções.

Nesse sentido, ela já tratou dos mais relevantes temas que afligem a sociedade brasileira, como as questões dos encarcerados, da educação, do desemprego, do combate às drogas, dos povos indígenas, das discriminações, enfim, cuidando sempre da dignidade do ser humano. Agora, dedica-se aos idosos.

Feliz preocupação da CNBB e da Campanha da Fraternidade. Segundo o IBGE, de 1991 a 2000, o contingente de pessoas com 60 anos ou mais subiu de 10,7 milhões para 14,5 milhões, um aumento de 35,5% somente em uma década.

Nos próximos 20 anos, os idosos brasileiros poderão ultrapassar os 30 milhões de pessoas, o que irá representar quase 13% da população do nosso País. Trata-se da maior massa de idosos de uma geração

de brasileiros. A proporção de idosos está crescendo muito mais rápido que a das próprias crianças.

São objetivos permanentes da Campanha da Fraternidade despertar o espírito comunitário da população; educar para a vida em fraternidade; renovar a consciência da responsabilidade de todos na preocupação da promoção humana.

Trata-se de um evento tão sedimentado no calendário da Igreja, que o Papa João Paulo II enviou mensagem a Dom Jayme Henrique Chemello, Presidente da CNBB, tratando com maior cuidado deste assunto.

“Meus pensamentos vão para os brasileiros mais idosos, sobretudo os viúvos e viúvas, aos religiosos e aos nossos queridos irmãos de sacerdócio” – disse Sua Santidade em sua mensagem, lembrando a importância desse momento, promovido pela CNBB na Campanha dos Idosos.

Julgamos que a escolha do tema da Campanha foi bastante apropriada ao momento pelo qual passam os idosos em nosso País. Daí a nossa iniciativa de apresentar requerimento junto ao Senado, em conjunto com o Presidente da Casa, para que esta sessão se realizasse.

Entendemos que hoje, a exemplo de Sua Santidade o Papa João Paulo II, devemos voltar nossos pensamentos para os idosos brasileiros. Nossos corações e mentes têm um compromisso inadiável com o bem-estar, com a felicidade dessa sofrida parcela da população.

Chamamos as Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores para uma reflexão sobre o quão importante é assegurar e preservar condições de vida digna àqueles que tanto laboraram em prol da construção e do fortalecimento de nosso País, bem como da educação de seus filhos e os próprios netos.

É crescente em nossa sociedade o preconceito contra os idosos. Faltam-lhes oportunidades de trabalho. Muitos, infelizmente, são rejeitados pelas famílias. E as aposentadorias – refiro-me ao Mosap, à Cobap –, infelizmente, são minguadas, não lhes garante uma sobrevivência tranquila.

Estamos diante de uma dramática realidade: a sociedade não se prepara para o seu próprio envelhecimento, afinal, os jovens de hoje, queiram ou não queiram, serão os idosos de amanhã. O resultado desse despreparo vem sendo estampado, diariamente, nos meios de comunicação, ao registrarem a crescente violência a que vêm sendo submetidos os nossos idosos.

Sr. Presidente, na última semana, tivemos registros trágicos dessa situação. Em São Paulo, um pai idoso foi levado a um ato extremo de reagir à violência que o filho praticava contra esse idoso e sua companheira, levando o pai a matar o próprio filho num ato de desespero – é claro que não gostaríamos de saber que isso aconteceu, mas foi a violência praticada pelo filho contra os pais, já idosos, que levou a esse ato que todos nós lamentamos. Ainda em São Paulo, uma mãe idosa foi brutalmente assassinada, também, pelo próprio filho, invertendo aí os fatos, mas ambos atingem, de forma cruel, os idosos.

Estatísticas das entidades que atendem pessoas chamadas de “idade avançada” indicam que, no ano passado, pelo menos 15 mil pessoas com mais de 60 anos foram vítimas de espancamentos, torturas, abusos sexuais, em muitos casos, induzidos ao suicídio, porque queriam se aposentar de seus bens.

Nos hospitais públicos, 32% dos idosos atendidos foram vítimas de algum tipo de agressão praticada – isso também é muito grave –, em 90% dos casos, dentro da própria casa, ou seja, pelos próprios parentes.

Não pretendemos, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, senhoras e senhores convidados, detalhar as agressões. As mais graves, de certa forma, são conhecidas por todos aqueles que acompanham o noticiário.

Cabe, porém, registrar que o aumento da violência contra os idosos deixa claro o despreparo da sociedade, que não estabelece mais limites no trato com os velhos. Estes são excluídos, segregados e, até mesmo, eliminados. Isso também acontece porque as pessoas idosas, com seus pequenos rendimentos, não atendem aos interesses de uma sociedade voltada para o consumo. São excluídas de todas as formas de relacionamento. Sendo assim, as pessoas, como suas próprias vidas, não são valorizadas.

Segundo o Ipea, o rendimento médio das pessoas acima de 60 anos é de R\$657,00 e, no entanto, 80% dos idosos recebem apenas um salário mínimo. Com esse minguado rendimento, nem sempre suficiente para cobrir suas despesas com medicamentos, muitos aposentados sustentam suas famílias.

A situação das pessoas de idade avançada em nosso País deixa claro que a Lei nº 8.842/94, que estabelece a Política Nacional dos Idosos, que é importante, mas não suficiente à demanda atual, é fundamental, mas precisa ser reforçada por um diploma legal mais abrangente, que efetivamente garanta os direitos da pessoa idosa.

Estamos certos de que a resposta se encontra no Estatuto do Idoso, projeto de minha autoria, apresentado em 1997. E apresentei, Sr. Presidente, o projeto original, mas faço questão de frisar aqui que o Projeto do Estatuto do Idoso foi construído com a participação de todos os Partidos na Casa. Quando entreguei a peça original, ela tinha em torno de 40 artigos e terminou aprovada, na Comissão Especial, com 123 artigos. Rendo aqui homenagens ao Relator, Deputado Silas Brasileiro, do PMDB, e ao Presidente, Deputado Eduardo Barbosa, que também não é do meu Partido. Aqui poderia citar inúmeros componentes da Comissão, mas cito apenas o Presidente e o Relator para não cometer o equívoco de esquecer algum nome, porque todos foram importantes.

No novo diploma, a política de atendimento do idoso será feita por meio do conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, com a participação da União, dos Estados, do Distrito federal e dos Municípios.

Este Estatuto é fruto de seminários e viagens que fizemos por todo o País, muitas vezes acompanhados pela Cobap e pelo Mosap. Participaram dessa elaboração Parlamentares – como dizia – de todos os Partidos, especialistas, profissionais das áreas de saúde, do direito e da assistência social e de entidades e organizações não-governamentais voltadas à proteção do idoso – e agradeço aqui a um parente especial, no Ministério Público, que fez todo o capítulo para fortalecer o que há ali de legislação penal em defesa do idoso.

O Estatuto se propõe a alterar esse quadro atual da situação do idoso, em que se destacam a negligência, o descaso e a violência a que são submetidos.

O Estatuto procura recuperar, inclusive, o poder aquisitivo dos aposentados e daqueles que recebem mesmo o seguro social, que estaria vinculado ao salário mínimo, ou seja, o valor da sua aposentadoria corresponderá sempre ao número de salários mínimos vigente no mês em que se aposentou.

A proposta garante ao idoso, a partir dos 65 anos de idade, que não tenha nenhum tipo de rendimento, pelo menos um salário mínimo. Assegura o direito à moradia, à permanência no seio da família natural ou substituta, ou desacompanhado de familiares.

Também no Estatuto trabalhamos com políticas na área da saúde, da educação, da habitação, do trabalho, do lazer, da assistência e também fortalecer uma justiça.

Sr. Presidente, o Brasil é um País que envelhece a passos largos. Entretanto, a infra-estrutura para responder às demandas da população de idosos, em termos de instalações, programas e mesmo adequação urbana das cidades, está muito aquém do que gostaríamos que fosse uma verdade.

O Estatuto do Idoso que produzimos, na Câmara dos Deputados, o qual quero crer que brevemente será aprovado também nesta Casa, tem o sentido de dar cidadania plena à nossa velhice. Estamos certos também de que, ao chegar ao Senado Federal, esse projeto vai merecer a maior atenção, a mesma que lhe foi dada na Câmara dos Deputados.

O Estatuto do Idoso foi norteador pela linha da solidariedade, da justiça e do amor ao próximo. Por isso, está plenamente de acordo com os propósitos e os objetivos da Campanha da Fraternidade que a CNBB desenvolveu para este ano e com a qual somos solidários.

Temos certeza, Sr. Presidente – e aqui encerro –, que a melhor forma de homenagearmos a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), de homenagearmos os idosos, aposentados ou não, é fazer com que esta sessão – que terá uma participação, com certeza, de inúmeros Senadores e de lideranças dos aposentados de todo o País – contribua para que rapidamente Câmara dos Deputados e Senado Federal apresentem esse instrumento legal, que é o Estatuto do Idoso, para que ele seja efetivamente aplicado no País, com a mesma importância que eu diria que tem hoje uma obra do Congresso Nacional, que é o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que saio da tribuna com a expectativa positiva de que nestes dois meses, abril e maio, as duas Casas aprovelem o estatuto e, quem sabe, Oxalá esse sonho se torne realidade e o Senhor Presidente da República possa, no dia 1º de maio – e sei que no dia 1º de maio Sua Excelência fará uma visita à CNBB –, no espaço da CNBB – que é quem lidera essa campanha em nível nacional –, sancionar o estatuto, entregando àqueles que são, sem sombra de dúvida, mais de 30 milhões de pessoas idosas, esse instrumento tão importante para a cidadania plena.

Viva a CNBB, viva a democracia, aqui representada pelo Senado Federal e vivam os nossos idosos!

Um abraço a todos.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Desejo registrar também a presença, nesta sessão, do Sr. Domingos Travesso, Presidente do Movimento dos Servidores Aposentados (Mosap); do Sr. Sálvio Medeiros

Costa, Presidente da Associação dos Servidores da Fazenda (Assefaz); do Sr. Edison Guilherme Haubert, Vice-Presidente do Mosap; do Sr. Nísio Tostes, Presidente da Assisef; do Sr. Bolívar, Presidente da Associação dos Delegados da Polícia Federal; da Sr<sup>a</sup> Josefa Brito, da Frente Parlamentar em Defesa da Previdência Social Pública; do Sr. João Lima, Presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap); do Dr. Mário Trigo, da Anfip, talvez o mais velho de todos nós que aqui estamos, que aos 92 anos ainda chega a esta sessão escrevendo livros e como exemplo de vida.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Concedo a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio, para falar em nome da Casa.

Concedo a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio para falar em nome da Casa.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Senador José Sarney; Dom Lorenzo Baldisseri, Núncio Apostólico; Dom José Freire Falcão, Arcebispo de Brasília; Dom Raymundo Damasceno Assis, Secretário-Geral da CNBB; Dom João Bosco, Bispo de Patos de Minas; ilustre Senador Paulo Paim, autor desta belíssima idéia e, portanto, desta belíssima e justa homenagem à Campanha da Fraternidade e à CNBB. A CNBB é uma entidade que se marca por posição forte e sempre clara. Muito forte e clara em seu conteúdo social, apontando, o tempo inteiro, suas soluções, ainda que às vezes eu me permita discordar da terapêutica – quando não, é uma felicidade. Quando sim, devo ter a honestidade de confessar a diferença. Mas se, quanto à terapêutica, pode haver discordância, nunca há quanto ao fundo, ao objetivo, quanto à necessidade de todos nós lutarmos, cada um a sua moda e com suas convicções, por justiça social neste País.

A Campanha da Fraternidade vem em ótima hora, quando temos de fazer profunda reflexão sobre o papel do idoso em nossa sociedade. A população de idosos cresce. As demandas, os remédios, os aparelhos consumidos pelos idosos são caros. Li um estudo muito interessante que mostrava que os idosos custam mais do que os jovens, até porque as necessidades são urgentes. É preciso que se lance um olhar estratégico e sensível, por parte do Estado e da sociedade brasileira, sobre eles.

Eles são cada vez mais numerosos. Isso revela o dado bom de que coisas positivas têm acontecido no Brasil e o dado preocupante de que talvez não estejamos aparelhados em face de tantas exigências novas.

Sou representante do Amazonas. Tenho lá toda a miscigenação e tenho em mim toda miscigenação que marca a Nação brasileira. Em minhas veias corre sangue negro, europeu e – com muito agrado de minha parte e de minha família – indígena.

Eu pego o exemplo dos índios brasileiros, que são profundamente sábios ao lidarem com o idoso. Eles valorizam o conselho de anciãos. Entendem que aquele que já viveu tem muito o que ensinar àquele que está vivendo, experimentando, fazendo, exercitando sua experiência. A nossa sociedade quase sempre é fria.

É uma verdade sociológica que o idoso tende a perder peso específico, com o tempo e com a diminuição da sua capacidade de agir como provedor das necessidades de uma família. Ele é menos procurado pelo neto para resolver problemas, bem como para decidir as questões familiares. Isso tudo tem um fundo econômico muito claro.

Nós não aprendemos a buscar respostas na experiência dos mais velhos que construíram a história do País, que fizeram muito para chegarmos no ponto de hoje, com as nossas deficiências, defeitos e qualidades. Eles não são utilizados, chamados, convocados como deveriam, por todos nós.

Eu creio que há, então, questões objetivas com relação ao direito dos idosos. E aí vem – diz muito bem o nobre Senador Paulo Paim, já em ponto de votação, no Plenário deste Senado – o estatuto dos idosos.

Há a questão psicológica e a sociológica: Como o Brasil conseguiria ser completamente uma Nação democrática, e ser uma sociedade mais justa, ou menos injusta ou crescentemente menos injusta para ser crescentemente mais justa, se não formos capazes de dar ao idoso o papel importante que cabe a ele, não por compaixão, não por dó, não por comiseração, não por pena, mas por entendermos a importância de recorrermos aos idosos como fonte de sabedoria viva, não registrada em livros, que está à nossa frente.

Portanto, a campanha é extremamente oportuna, significando, mais uma vez, que a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil sai à frente de um tema que precisa ser encarado frontalmente pela Nação brasileira.

Louvo, ainda, D. Lorenzo Baldisseri, que anunciou a posição do Vaticano no episódio da paz. Os assuntos não são separados, mas assemelhados, sim. Se temos sensibilidade para com os idosos – e temos que tê-la –, precisamos ter sensibilidade para com a

paz, compreendendo que o mundo sem guerra haverá de ser mais justo, construído à base do diálogo, com os conflitos sendo dirimidos à base do entendimento, do desentendimento pacífico, quando for o caso. Este mundo será sempre melhor do que aquele que nasça, ou da Ditadura sanguinária de Saddam Hussein, ou do unilateralismo praticado pelo Presidente George Bush, que a todos nós preocupa.

Considero a posição de Sua Santidade, o Papa João Paulo II, muito firme, serena, inteligente, fazendo o inverso do que pode ser a consequência mais nefasta desta guerra, que é pôr de um lado a civilização judaico-cristã e de outro a civilização muçumana. Observo Sua Santidade caminhando na direção inversa e sábia, e essa é novamente uma homenagem ao idoso que aqui faço. Admiro a sabedoria de alguém como João Paulo II, que hoje representa tão bem o sentimento de paz de muçumanos, de cristãos, pois se trata de alguém que abre o fosso, procura mostrar que é possível, sim, até pelo entendimento dele, a convivência pacífica, fraterna e amorosa entre judeus, cristãos e muçumanos. Por isso, não consigo deixar de resgatar essa figura idosa e sábia, felizmente idosa, feliz e necessariamente sábia, até porque felizmente idosa, do Papa João Paulo II.

Certa vez, quando era menino, tive uma conversa com um assessor de meu pai nesta Casa. Eu tinha aproximadamente 15 anos e o cidadão 48, idade que, àquela altura, parecia para mim uma idade além da de Matusalém. E, no decorrer da conversa, perguntei-lhe se não se sentia mal com a velhice, que, para mim, se traduzia por 48 anos de idade. Considerava-o, de fato, uma pessoa idosa. Ele me disse: "Arhur, você vai aprender com o tempo que as pessoas mais felizes são as que conseguem envelhecer. Aquelas que não conseguem envelhecer deixam de contribuir muito prematuramente para a vida e só envelhecem dois tipos de pessoas, as que têm sorte e as que têm sorte e são sábias. Se não houver sabedoria" – fez alusão à droga, imprudência, violência –, "nem sorte, não se chega à idade mais provecta e se deixa de aprender coisas e de ensinar muito mais coisas para as pessoas mais novas.

Aprendi a lição. O tempo vai passando. Hoje, sou uma pessoa madura e meu grande objetivo pessoal é envelhecer com dignidade, com respeito, envelhecer podendo passar coisas boas para as pessoas com menos idade do que eu.

Ao mesmo tempo, nosso objetivo seria nós todos – e essa é uma Casa para ação coletiva se fazer presente na vida das pessoas – cuidarmos das crianças abandonadas e cuidarmos dos idosos, seja para

preservar-lhes a dignidade, seja para não esquecermos de quem nos fez; seja para buscar em quem realmente é sábio as soluções para um País mais justo, dentro de um mundo cada vez mais fraterno, cada mais solidário, cada vez mais cristão, com a face fraterna, solidária e cristã do coração da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

Sr. Presidente, sou muito honrado com a designação que V. Ex<sup>a</sup> me fez para falar em nome da Casa nesta bela homenagem. Aqui reafirmo a minha ternura e a minha admiração por essa entidade que é imprescindível, nos seus acertos e até nos seus raros equívocos, para que este Brasil nunca perca o seu olhar sensível na direção dos mais humildes na direção dos mais idosos, na direção dos mais desvalidos na terra brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente, era o que tinha a dizer. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon para também, em nome da Casa, homenagear a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e a Campanha da Fraternidade cujo tema é: Pessoas Idosas, Vida, Dignidade e Esperança.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, senhores representantes da CNBB, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, hoje é uma data importante para o Senado Federal. Todos somos admiradores da CNBB, independentemente de sermos católicos ou não. Essa entidade tem uma atuação tão positiva, tão concreta, com tantos serviços inestimáveis prestados à história deste País, que não há como analisar a história brasileira sem identificá-la com os trabalhos da CNBB. Tem sido uma luta bonita, magnífica e, às vezes, difícil, incompreensível, com os próprios católicos divergindo, perguntando-se onde está a verdade e se é esse verdadeiramente o caminho.

Na época em que eu era criança, em Caxias do Sul, é verdade que não havia pobreza, miséria, fome, mas o nosso padre, o nosso vigário, o nosso Bispo, Dom José Barea, eram identificados com o contexto da sociedade. As pessoas pobres, humildes não tinham uma identificação com a Igreja. O País cresceu, a miséria veio e, de repente, a Igreja tomou uma posição corajosa de buscar a identificação também com os humildes, abrindo as portas para uma imensidão de pessoas que viviam à margem da sociedade. E fez isso arrostando grandes perigos, pois foi à época do regime militar.

Cito sempre dois nomes que em mim provocam profunda emoção: Dom Hélder Câmara, pelo trabalho que fez, a vida que realizou numa hora tão dura para ele; e a figura de Dom Evaristo Arns, criando as comunidades de base. Tivemos no Rio Grande do Sul a figura de Dom Ivo Lorscheiter e de seu irmão Dom Aloísio.

A CNBB tem uma história profundamente identificada com o social do nosso País. E a Campanha da Fraternidade tem a grandeza de nos alertar, a cada ano, para um tema da maior importância, do maior significado. A Quaresma é isto: um período de 40 dias durante os quais somos chamados a meditar. Alguns jejuam, outros cortam algumas coisas supérfluas, mas a Igreja tem nos levado a meditar nesses 40 dias, a meditar sobre temas os mais variados, os mais importantes e os mais significativos, como a questão do índio, do preso, do menor, do velho. E cobra de cada um de nós o que fazemos, nossa atuação, nossa colaboração, nossa presença diante de cada um desses temas.

Hoje a Igreja se dirigiu a nós, Presidente José Sarney, a V. Ex<sup>a</sup>, a mim, ao Senador Antonio Carlos Magalhães, a nós, os velhos, que temos mais de setenta anos.

O Líder Arthur Virgílio saiu daqui debochando da gente, dizendo que ele, um jovem de 48 anos, um menino, já se perguntava como se sentia um velho de 48 anos. E alguns de nós já passamos dos 70 anos. Temos aqui o Presidente José Sarney, firme, tranqüilo, que, se deixarmos, volta à Presidência, com a mesma disposição e garra. Está aqui o nosso Cardeal, com a sua firmeza, que, se não houvesse essa obrigação de sair aos 75 anos, ficaria até os 90 anos, brilhando na nossa Igreja. Mas essa campanha de valorização do idoso tem um sentido mais profundo do que podemos imaginar.

Nunca me esqueço de quando estive na China. Eu era jovem e como me chocou ao ver a veneração que os chineses têm pelos mais velhos. Na China, ser velho é quase ser sábio. Pode ser alguém importante, pode ser nas grandes corporações, onde quer que seja todos se referem aos velhos com reverência.

No Brasil, ainda bem que a sociedade se preocupa com o jovem, com a criança, porque, infelizmente, o velho é carta fora do baralho.

Não há dúvida de que essa campanha a favor dos idosos, que divulga o respeito e a compreensão que merecem, tem um significado profundo.

Quando fui Governador do Rio Grande do Sul, verifiquei que, nos asilos do Estado, havia inúmeros

idosos abandonados pela família. Embora tivesse bens e até condições de viver com o que ganhava, algum familiar conseguia uma procuração do idoso, colocava-o no asilo e nunca mais o procurava, nem tomava conhecimento de sua existência.

Estamos vendo o Papa, esse idoso jovem que, na minha opinião, é a figura deste século, que está dando uma demonstração fantástica de grandeza, de pureza, um exemplo. Alguns cardeais, a exemplo do que disse meu amigo Arthur Virgílio, devem estar discutindo se já não é hora de Sua Santidade descansar, de afastar-se e gozar de uma justa aposentadoria. No entanto, o Papa está dando um exemplo da maior grandeza e beleza no momento presente.

Conta-se que, no meio da Segunda Guerra, quando Stalin, Churchill e Truman, iriam se reunir em Alta, sugeriram convidar o Papa a participar da reunião, o Stalin perguntou quantas divisões tinha o Papa.

Na verdade, força não tem nenhuma. Contudo, hoje, no momento mais dramático por que já passou a ONU, a exemplo do que houve com a Liga das Nações, com a insegurança sobre a continuidade ou não da sua existência, nesta hora em que já se debate sobre os despojos, em que o americano, como senhor absoluto, diz que haverá os vice-reis do sul, do norte e do centro, o Papa, com sua voz – e nunca o vi tão candente, está mais forte e firme, com as mãos menos trêmulas; parece que melhorou –, tem sido a consciência da humanidade, pregando e cobrando daqueles que não têm a coragem de fazer aquilo que poderiam e deveriam. O Papa está rezando pelas vítimas da guerra, defendendo o respeito às garantias internacionais e pregando o respeito que devemos a toda criatura humana.

Essa Campanha da Fraternidade coincide com a Quaresma e termina logo ali, no Domingo de Páscoa, quando voltaremos ao nosso dia-a-dia, tendo que conviver com o mundo do pós-guerra, que, cá entre nós, é ridículo ser chamada de guerra. Dizer que houve uma guerra entre os Estados Unidos e o Iraque é uma piada. Houve um massacre, onde uma nação que detinha tudo usou e abusou de outra. Claro que ninguém defende Saddam Hussein, que é um sanguinário. Mas não era essa a fórmula!

Falo isso porque faço referência à CNBB e ao Papa. Falo isso porque falo naquilo que é por que a humanidade toda está a chorar no dia de hoje. Mas falo isso para dizer, meus prezados amigos, dirigentes da CNBB, que temos muito orgulho dessa entidade. Temos muito orgulho da CNBB. Temos muito orgulho das campanhas da fraternidade. É algo que veio e

veio para ficar. As campanhas da fraternidade tocam na nossa sensibilidade e fazem com que paremos, refletamos e analisemos. O problema existe? Existe. O que fiz até agora para ajudar a resolver? Qual é a minha cota-parte? Qual é a minha participação? O que fiz para esse problema diminuir?

Trago um abraço muito carinhoso. Em primeiro lugar, agradeço à CNBB, em nome dos velhos que representamos; em segundo lugar, agradeço ao Senado por esta importante reunião, singela, simples, numa segunda-feira, mas que, na profundidade do seu sentimento, faz com que o Brasil se sinta aqui representado pela força daqueles que, de uma maneira ou de outra, conseguiram chegar a essa idade, com cada um contribuindo com a sua parte.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

(Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Com a palavra o Senador Hélio Costa.

**O SR. HÉLIO COSTA** (PMDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, senhores dirigentes da CNBB, quero, inicialmente, cumprimentar o Senador Paulo Paim pela oportunidade do requerimento para se fazer esta justa homenagem à CNBB, de tantas tradições, de tantos compromissos com a democracia, sobretudo com os mais carentes, com as pessoas que não possuem privilégios.

A Campanha da Fraternidade de 2003, que trata de pessoas idosas, é muito apropriada, pois vivemos em um País em que os dois extremos das idades são prejudicados. Os muito jovens não alcançam sequer a oportunidade de um primeiro emprego, porque sempre exigem deles a experiência que ainda não têm. E os muito velhos são esquecidos, abandonados, deixados de lado, com toda a sua experiência de vida, a mais importante experiência que alguém pode ter, mas que, lamentavelmente, ainda não é reconhecida no Brasil. Parece que quem passou de certa idade já não é mais útil para a sociedade. E a sociedade não se importa com os mais velhos. Os que se encontram entre a meia idade e a idade mais avançada ainda permanecem naquela situação em que os jovens os chamam de muito velhos, e os velhos dizem que são muito jovens. Ficam, assim, sem lugar na sociedade.

A sociedade deve se preocupar com as pessoas idosas, sem privilégios, algumas delas sem famílias e que são levadas a situações de absoluta falta de interação com a sociedade. Por essa razão é tão importante que se faça essa lembrança dos idosos, que a CNBB encaminhe esse esforço nessa direção de

conscientizar a Nação da importância dos mais velhos.

Estive duas vezes na China, talvez o único país onde as pessoas, quanto mais velhas ficam, mais importantes são, mais consideradas, mais representativas, mais lembradas, mais consultadas. Os conselheiros são os mais velhos. Os que ditam o caminho são os mais idosos. Lamentavelmente, no Ocidente, na nossa sociedade, ocorre rigorosamente o oposto: quanto mais velhos ficamos, menos importância temos.

Assim, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, senhores dirigentes da CNBB, como Vice-Líder do Governo, como integrante da Bancada do PMDB, que é o meu partido, venho à tribuna dizer o quanto aplaudimos essa iniciativa e a campanha da CNBB deste ano, dedicada à fraternidade com as pessoas idosas, que merecem esse cuidado e que não podem nunca ser esquecidas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Concedo a palavra à nobre Senadora Serys Slhessarenko.

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, autoridades que compõem a Mesa e demais participantes desta sessão, em primeiro lugar, quero fazer uma saudação especial à CNBB, pelo tema da Campanha da Fraternidade deste ano, campanha esta a que atribuo a maior relevância.

Batalhei muito no meu Estado de Mato Grosso, onde fui Deputada por três mandatos, e costumo dizer que sempre estive bastante envolvida com todo o trabalho, todas as campanhas, todos os movimentos da terceira idade, desde projetos de lei de minha autoria vários deles no meu Estado até participação em momentos de dificuldades de alguns grupos da terceira idade.

Dizia sempre e continuo dizendo que as nossas crianças precisam ser muito bem cuidadas. Todavia, não costumo dizer a frase que alguns consideram célebre não a digo porque não gosto dela: “As crianças são o futuro do Brasil”. Digo que não, que as crianças são o presente. E vai depender desse presente o nosso futuro e o futuro delas também. Se, no presente, elas forem muito bem cuidadas – estou falando das crianças para chegar a falar da terceira idade –, o futuro nosso, delas e de todas as pessoas estará assegurado, com certeza.



Cuidar bem das nossas crianças significa dar condições de vida para elas, em especial de educação, de trabalho para seus pais, de dignidade para suas famílias, porque, atrás de uma criança abandonada, de uma criança que já está no mundo da irregularidade, há um adulto abandonado, um adulto na irregularidade. Portanto, precisamos cuidar de nossas crianças.

“E o que tem isso a ver com as pessoas da terceira idade?” perguntarão algumas pessoas. E respondo que tudo tem a ver. Quando falo em educação para nossas crianças, precisamos trazer as pessoas da terceira idade para fazerem parte do processo de educação da nossa sociedade.

Trabalhei, por 26 anos, na área de educação na Universidade Federal de Mato Grosso. Lá, participei de alguns projetos da terceira idade. Havia também uma iniciativa – da qual não cheguei a participar, mas que continua sendo trabalhada – para que idosos pudessem contribuir com a educação de nossas crianças. Como passar a experiência de vida deles para as nossas crianças, para os nossos jovens? Como fazer com que valorizem a experiência de vida da terceira idade? Como fazer com que sintam a importância das pessoas da terceira idade próximas a elas?

Se as crianças começarem a valorizar os idosos e a se conscientizar da importância deles e de sua história de vida, elas começarão até a ouvir as pessoas da terceira idade próximas a elas. E isso é muito necessário para os nossos jovens e para as nossas crianças, porque elas não se aproximam de seus parentes com mais idade, pois, para eles, o mais importante são as pessoas de sua turma, que muitas vezes têm algum desvio no mundo, às vezes da irregularidade, para ser sintética. Essa convivência deve ser estimulada, não só pelas famílias, como também pelas escolas. É mister levar as organizações da terceira idade para dentro das escolas, para discutirem com as crianças, para contarem a elas suas histórias e histórias, para fazer com que os nossos jovens confiem nos idosos, conheçam suas histórias, suas virtudes e até os desvios que porventura tiveram, para que os mais novos saibam pelos mais velhos o que eles sofreram com isso e como conseguiram superar tais dificuldades. É sempre bom ouvir exemplos de dificuldades já vividas, para evitar passar por elas ou para superá-las, caso já se esteja em qualquer desvio.

Então, considero este momento de extrema importância. Que se divulgue, realmente, que se mostre ao Brasil, como um todo, a importância de se valorizar as pessoas da terceira idade, em especial dentro de nossas escolas, na educação. É preciso estimular os

nossos jovens a, se tiverem um problema, procurar seus avós, as pessoas de mais idade, para com eles se aconselharem. É preciso fazer uma campanha de aproximação das pessoas da terceira idade. É o que não está existindo hoje. As pessoas estão isoladas, deixadas de lado, abandonadas, desvalorizadas, relegadas, como se não mais tivessem um serviço a prestar. Já foram tantos serviços prestados, já contribuíram tanto. Agora é o momento de a terceira idade continuar prestando serviços, passando valores e experiências à juventude.

Por isso, saúdo mais uma vez a Campanha da Fraternidade deste ano.

Tenho alguns dados, mas receio que já tenham sido mencionados. Não serei repetitiva. No entanto, alguns são extremamente importantes. Por exemplo, segundo informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em sua publicação “Perfil dos Idosos Responsáveis pelos Domicílios no Brasil”, editada em 2002, o número de idosos no Brasil passou de 10.7 milhões de pessoas, em 1991, para 14.5 milhões, em 2000. Em um lapso de 9 anos, houve um crescimento de 35.6% na categoria de idosos. É um dado muito importante e muito bem-vindo, uma alegria para o nosso País, pois significa que nossos idosos então tendo uma qualidade de vida “melhorada”. Mas precisamos buscar muito mais.

Nossa saudação especial à CNBB por essa campanha. Muito obrigada. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Com a palavra o Senador Mão Santa.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as.</sup> e Srs. Senadores, peço permissão para saudar a todos os Ministros de Deus aqui presentes, na pessoa de Dom José Freire Falcão. Há um caso muito especial: S. Ex<sup>a</sup> Revm<sup>a</sup> andou pela terra santa do Piauí, e represento aquela gente.

Brasileiras e brasileiros – como diz o Presidente José Sarney, porque somos acompanhados pela televisão –, Francisco é o meu nome. Não sou mão santa, mas afirmo aqui que sou filho de mãe santa.

Dom José Freire Falcão, minha mãe foi terceira franciscana, daí meu nome. Sei que há muitos. O Senador Pedro Simon é franciscano. Minha mãe era filha do homem economicamente mais poderoso do meu Estado – meu avô tinha dois navios – e foi ser terceira franciscana. Então, fui ensinado a aprender a ver a bandeira “Paz e Bem”.

Na crença bíblica, estou usando a palavra neste auspicioso instante: Deus escreve certo por linhas

tortas. Não vinha falar, não estava escalado. Ao contrário, estava preparado para um assunto que muito pertence a nós: o salário mínimo, e quero ter a coragem de ressaltar aqui a luta.

Deus permitiu-me trabalhar diretamente com quatro Presidentes, quando fui Prefeito da minha cidade e Governador do Estado por duas vezes: José Sarney, Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso. Dentre estes, quero dar meu testemunho – como Cristo dizia, “em verdade, em verdade vos digo” –, o mais generoso e o mais humanitário foi o Presidente José Sarney.

Também aprendi com o Líder maior de meu Partido, Ulysses Guimarães, que sem coragem todas as virtudes não existiriam. Também o Senador Antonio Carlos Magalhães merece o nosso louvor nesta data, não por ser velho, mas por ter tido coragem de lutar muito pelo salário mínimo. E o tema hoje – como Francisco carregava a bandeira “Paz e Bem” – é carregado pelo grande Senador Paulo Paim, do Rio Grande do Sul.

Estamos aqui – Deus escreve certo por linhas tortas –, e venho falar com muita intimidade, primeiro de bispos. Quis Deus que eu nascesse do lado de um bispado. Então, cresci com Dom Felipe Conduru Pacheco, Bispo de minha terra, que dizia: “Esse menino vai ser padre”. Mas Deus não quis, e Adalgisa também não: acabei me casando.

Depois veio Dom Paulo Hipólito. S. Ex<sup>a</sup> Revm<sup>a</sup> foi Presidente de uma Cavi (Comissão de Assistência às Vítimas de Inundação). A minha cidade está localizada em uma região mais baixa, fica no litoral, e vive esse fenômeno. S. Ex<sup>a</sup> Revm<sup>a</sup> presidia a instituição e eu, já médico, o auxiliava.

Em seguida, Dom Edvaldo Gonçalves, que, se não me engano, se encontra em Aracaju, de cuja companhia privei e a quem, Deputado Estadual, recebi, em nome do Governador, na minha cidade.

Posteriormente, um santo: Dom Joaquim Rufino. Esse é um santo. Está aposentado. S. Ex<sup>a</sup> Revm<sup>a</sup> é de Picos, mas reside ainda em Parnaíba e, quis Deus, na casa de meus pais, onde passei minha infância.

Por último, Dom Alfredo.

Lá em Teresina, onde eu estive como Governador, quem não se lembra de Dom Avelar Brandão e Dom José Freire Falcão? Eis a saudação especial: Deus, que tem sido muito bom para mim, permitiu, em 1995, a convite da Igreja, que eu recebesse as bênçãos do Santo Papa, acompanhado do Governador Eduardo Azeredo. Eu estive lá, e nas rápidas bên-

ções, o Papa indagou por Dom José Freire Falcão, que havia estado em Teresina e já estava em Brasília.

Dom Miguel Fenelon, com quem também tenho intimidade e por quem tenho muita gratidão, porque minha mãe escreveu um livro, editado pela Vozes: **A Vida é um Hino de Amor**, cuja publicação foi permitida por Dom Miguel Fenelon e Dom Celso.

É uma pena que não esteja presente o Líder do PSDB, que falou que esta Casa existe graças à mensagem de Deus. Sem dúvida nenhuma, o maior Líder do mundo não foi o Presidente José Sarney – S. Ex<sup>a</sup> é o do Brasil –, mas na história do mundo houve outro maior: Moisés.

Moisés desafiou os exércitos do Faraó e libertou o seu povo. Com o poder de Deus, atravessou mares sem o uso de navios, indo buscar as Leis de Deus no monte Sinai. Mas o seu povo fugiu e foi adorar o bezerro de ouro. Moisés, perdendo a paciência, eis que ouve uma voz vinda dos céus, recomendando que ele buscasse os 70 anciãos mais velhos, experimentados e sábios para ajudá-lo com o fardo de conduzir o seu povo. Daí nasceu a essência da cidade, do senado grego e do senado romano. Aqui estamos nesta Casa que corresponde a toda essa história.

Como em Vossa Igreja, que nos garante encontrarmos Deus através do nosso Papa João Paulo II, Deus também abençoa esta Casa com os mais ousados jovens de primeiro mandato, como nós; e com os mais velhos e experimentados. Entre eles, três aqui falaram e estão presentes: o Presidente José Sarney, os Senadores Antonio Carlos Magalhães e Pedro Simon.

Como disse William Shakespeare, unindo-se a experiência dos mais velhos com a ousadia dos mais novos, melhoraremos a sociedade. Como ouvi sempre de Joaquim Rufino, em minha Igreja, na Matriz de Nossa Senhora das Graças de Parnaíba, iremos, inspirados no trabalho da CNBB, que chegou à cidade onde nasci, construir uma sociedade justa, igualitária e fraterna.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Com a palavra o Senador Paulo Octávio.

**O SR. PAULO OCTÁVIO** (PFL – DF. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente José Sarney; Dom Lorenzo Baldisser, Nuncio Apostólico; Dom José Freire Falcão, Arcebispo de Brasília, nossa capital; Dom Raymundo Damasceno Assis, Secretário-Geral da CNBB; Dom João Bosco, Bispo de Patos de Minas; Senadores Antonio Carlos Magalhães, Eurípedes Camargo e Mão Santa; Sr<sup>as</sup> e Srs. Senado-

res; meus senhores e minhas senhoras, no alvorecer do Século XXI, temos a honra de poder desfrutar de uma das maiores conquistas sociais vividas no decorrer do Século XX: o aumento da longevidade humana. Avanços da Medicina, aliados a menores taxas de natalidade, fazem da população idosa um segmento cada vez mais significativo em nossa sociedade. Entretanto, as dificuldades sociais e econômicas, experienciadas com maior intensidade no âmbito de países em desenvolvimento, como o nosso Brasil, faz com que a longa vida seja vista, antes, como um fardo difícil de suportar do que com a alegria que o idoso merece. Nesse contexto, não poderia ser mais feliz o tema da Campanha da Fraternidade deste ano, qual seja, "Fraternidade e pessoas idosas: vida, dignidade e esperança".

É com sincera satisfação que reconhecemos os méritos de iniciativas tal como a Campanha da Fraternidade no conjunto da sociedade e da democracia brasileira. Nesta sessão solene, aproveitamos a oportunidade para não somente endossar e exaltar os objetivos solidários da Campanha da Fraternidade, mas também para reafirmar o nosso compromisso com o aperfeiçoamento do indivíduo e de toda a sociedade brasileira. Falo desta tribuna como cidadão, parlamentar e cristão. A vida e a Palavra de Deus me ensinaram a valorizar a vivência acumulada ao longo dos anos pelos idosos como jóia rara, patrimônio de inestimável valor, ao qual devem ser dadas as melhores condições possíveis de transmissão às gerações mais novas. É essa a sabedoria que nos ensina o Evangelho; é essa a mensagem do salmista ao asseverar que o justo, plantado na Casa do Senhor, não cessará de dar bons frutos, mesmo na velhice.

Contudo, o que verificamos na prática são as enormes dificuldades de se manter vida digna na velhice. Os problemas sociais brasileiros, que bem sabemos não serem poucos, parecem se agravar à medida que a idade avança: a maior necessidade de auxílio médico contrasta com a precariedade dos sistemas de saúde públicos; as eventuais dificuldades de locomoção dos idosos não encontram infra-estrutura adequada nos meios de transporte urbanos; benefícios previdenciários, muito aquém das mínimas necessidades de subsistência, não fazem jus aos gastos dos idosos com sua manutenção e com a de seus dependentes. Esses fatores, somados a tantos outros, trazem dificuldades extras para a fase da vida que deveria estar destinada a colher os frutos de uma existência de dedicação e de trabalho.

É interessante apontar que, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

—, os idosos, no Brasil, são responsáveis pela condução de 20% dos lares brasileiros. Isso representa, em termos quantitativos, nada menos do que 8,9 milhões de residências! O problema é que tanta responsabilidade não vem acompanhada de medidas que garantam, de modo efetivo, qualidade de vida à população idosa.

Vale ressaltar que políticas de valorização do idoso não podem ser encaradas como políticas de Governo tão-somente. São políticas de Estado, pois a perenidade do interesse social em assegurar condições dignas de vida aos idosos transcende as circunstâncias do dia-a-dia da conjuntura política. É dever do Estado garantir inserção plena ao idoso na vida social do País.

É de caráter estratégico e premente a implementação das medidas e da legislação que buscam garantir ao idoso a tão almejada qualidade de vida. Legislação sobre a matéria já existe: a Lei nº 8.842, de 1994, dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, e o Decreto nº 1948, de 1996, que a regulamenta. Porém, a distância entre o que está escrito e o que está sendo efetivamente executado é enorme.

À falta de alocação de recursos financeiros para a efetiva implantação da Política Nacional do Idoso se segue o aumento das limitações físicas e financeiras do idoso, retirando-se dele o exercício da independência e da cidadania. É urgente que a sociedade participe e cobre do Governo medidas que funcionem não como meros paliativos, mas que, sobretudo, transformem as estruturas sociais, estabelecendo novos patamares de convívio entre gerações. Nesse diapasão, a Campanha da Fraternidade assume importância vital na conscientização para a cidadania. A Campanha da Fraternidade nos desperta, por meio do engajamento social, para a dimensão social da fé e da vivência cristãs, para o dever ético da bondade e da solidariedade.

A pauta do Governo Federal parece estar desperta para a importância do tema. No âmbito do Ministério da Justiça, por exemplo, o recém-criado Conselho Nacional dos Direitos do Idoso deverá desenvolver ações específicas voltadas para o combate e prevenção da violência contra o idoso. Outro exemplo interessante se verifica na esfera de atuação do Ministério dos Esportes, por meio do Projeto Vida Ativa na Terceira Idade. Esse projeto, ao estimular a prática de atividades físicas e de lazer, busca fortalecer a auto-estima, promover a socialização e melhorar a saúde do idoso. São iniciativas válidas, sem dúvida. Resta-nos saber se tais programas terão a importância e a consistência compatíveis com as necessida-

des dos idosos brasileiros. De nossa parte, tenham a certeza de que não mediremos esforços para assegurar, à parcela cada vez mais expressiva dos idosos, o cumprimento das medidas hábeis a proporcionar vida digna e plena de realizações.

Afinal, viver uma vida longa, por si só, não é suficiente. É necessário adicionar qualidade de vida aos anos que foram adicionados à vida. O tema da Campanha da Fraternidade de 2003, ao colocar em evidência os desafios e as esperanças do segmento que mais cresce no conjunto da população, renova a consciência e aumenta a responsabilidade em tratar os idosos com a prioridade e a atenção que merecem.

A palavra anunciada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, amplificada no seio da comunidade cristã, desperta a fé e renova a esperança de que, por meio do planejamento e do trabalho, é possível superar a situação de marginalização, opressão e exclusão em que vive considerável parte dos idosos brasileiros, principalmente os mais pobres.

A Campanha da Fraternidade de 2003, ao buscar o estreitamento dos laços sociais por meio da comunhão e da solidariedade, contribui de maneira decisiva para a construção de uma sociedade mais justa e digna. Receba, pois, a CNBB nossas mais sinceras homenagens. Saibam que os valores a nortear a Campanha da Fraternidade são os mesmos que nos dão força para continuar trabalhando, no âmbito do Senado Federal, em prol da harmonia social. Essa é a nossa missão, verdadeira profissão de fé na capacidade do Brasil em superar suas contradições e assimetrias.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Cumprida a finalidade desta primeira parte da nossa sessão, desejo agradecer a honrosa presença de Dom Lorenzo Baldisseri, Nuncio Apostólico, Raymundo Damasceno Assis, Secretário-Geral da CNBB e Dom João Bosco, Bispo de Patos de Minas, e de todos que aqui se encontram para conosco homenagear a CNBB e tratar dos problemas da Campanha da Fraternidade. Especialmente quero agradecer e expressar a honra de termos aqui na nossa Mesa Dom José Freire Falcão, que tem marcado a sua vida de dedicação total à Igreja, num sacerdócio humano e sábio.

O embrião da CNBB, sem dúvida, surgiu em 1930, quando Dom Sebastião Leme assumiu o arcebispado do Rio de Janeiro. Um homem que teve grande liderança na Igreja Católica no Brasil. Pensava em aglutinar as dioceses esparsas no Brasil e o laicato brasileiro numa associação que pudesse aproximar a

Igreja do Estado e da sociedade. Dom Sebastião faleceu em 1942 e não pode realizar aquilo que pensava. Substituiu-o Dom Jaime Câmara. Dom Jaime, embora fosse um grande dignitário da Igreja, não tinha a liderança de Dom Sebastião, mas tinha ao seu lado um jovem bispo auxiliar, Dom Hélder Câmara, que idealizou e concretizou tudo aquilo que pensava Dom Sebastião.

Conheci o jovem bispo do Rio de Janeiro, Dom Hélder Câmara, quando eu era Deputado, e ele se dedicava às campanhas da providência. Podemos dizer que Dom Hélder fundou a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil para coordenar, subsidiar as atividades de orientação religiosa, de beneficência, de filantropia e de assistência social.

Recordo-me com extrema saudade de Dom Hélder Câmara. Homenageamos a sua memória quando homenageamos a CNBB. Lembro-me de que, quando Presidente da República, fui a Roma encontrar-me com o Papa João Paulo II e chamei o velho Arcebispo de Olinda, já com o peso dos anos, Dom Hélder, para que me aconselhasse o que eu deveria dizer ao Chefe Mundial da Igreja.

Estamos aqui hoje para homenagear a CNBB, que se dedicou a ser uma presença ativa no campo social no Brasil. Creio que esta homenagem é de todos os católicos do Brasil, mas particularmente hoje é do Senado brasileiro, por iniciativa do Senador Paulo Paim, homem dedicado às causas sociais.

Agregada à homenagem à CNBB, fazemos uma associação nossa a esse chamamento da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil sobre os problemas das pessoas idosas, com seu lema da Campanha da Fraternidade: Vida, Dignidade e Esperança.

A velhice é uma das maiores provas de amor de Deus para com os homens. Deus, quando quis dar as suas revelações, entregou-as aos velhos. Velho era Moisés; velho era Abraão; velhos são os profetas. Dar a um ser humano vencer os primeiros anos, a infância, a juventude, a maturidade e envelhecer, podendo desfrutar a graça da vida até o fim, é sem dúvida uma escolha de Deus para cada um de nós que consegue atravessar essa longa caminhada. São João dizia, em seu Evangelho, que Cristo amou os homens até o fim. E Ele deve ter amado mais os homens aos quais assegurou ir até o fim de todo o ciclo da vida.

A Campanha da Fraternidade homenageia este ano a velhice que, como disse, é uma graça de Deus. E o homem não pode transformar essa graça em sofrimento. Daí a necessidade da solidariedade total que devemos ter para com nossos velhos. Devemos cercá-los de carinho, de solidariedade – como diz o lema da campanha – e de esperança. Solidariedade

de todos nós, dignidade de vida para eles e esperança de que suas descendências tenham vida melhor e muitas felicidades sob a proteção de Deus.

Com essas palavras, encerro esta parte da sessão agradecendo, mais uma vez, a oportunidade que tivemos de nos associar à CNBB e à campanha que promove em favor dos idosos. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – O Sr. Senador Aelton Freitas enviou discurso à Mesa para ser publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex<sup>a</sup> será atendido.

**O SR. AELTON FREITAS** (Bloco/PL – MG) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, tendo assumido o mandato de Senador da República por Minas Gerais com a vitoriosa eleição do Vice-Presidente José Alencar Gomes da Silva, quero, em nome do Povo de Minas Gerais e, especialmente, do povo do meu querido Triângulo Mineiro, associar-me às justas homenagens que esta Câmara Alta presta, nesta Sessão Solene, à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, pela Campanha da Fraternidade de 2003.

A Campanha da Fraternidade nasceu na década de 1960 na Arquidiocese de Natal, no Rio Grande do Norte, graças ao excelente apostolado pastoral do Eminentíssimo Cardeal Dom Eugênio de Araújo Sales, então Arcebispo do povo potiguar.

Assumida, em nível nacional, em 1963, por todas as Dioceses do Brasil, a Campanha da Fraternidade de 1964 a 1977 tratou de aplicar na vida da Igreja no Brasil as reformas levadas a efeito, inicialmente, pelo Plano de Emergência, depois pelo Plano de Pastoral de Conjunto, tratando de assuntos reformuladores da vida eclesial: como a pertença à vida da Igreja; a Paróquia como comunidade de fé, culto e amor; a responsabilidade coletiva e individual da fé; a igualdade entre os irmãos; o credo, o próximo, a participação cristã, a reconciliação, a felicidade do serviço, o amor que vence o egoísmo, o irmão como meta da evangelização, o pão repartido, a caminhada de fé e a evangelização que se inicia na sua casa.

Depois, a Igreja no Brasil, a partir de 1978, veio tratando de temas mais variados da vida social do povo brasileiro, conclamando a sociedade e o governo a refletirem sobre os mais variados flagelos da vida nacional, especialmente aqueles que deixam o povo na miséria e na falta de dignidade, como trabalho, justiça, saúde, liberdade, fraternidade, fim da violência, vida, fome, terra, menor, índios, comunicação, paz, mulher e homem: imagem de Deus, trabalho, juventude, moradia, família, irmão excluído, justiça, pri-

ção, vida, trabalho, exclusão, vida e não as drogas, e, por fim, terra sem males.

Sr. Presidente, em 2003, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil propõe como tema da Campanha a FRATERNIDADE E PESSOAS IDOSAS e como lema VIDA, DIGNIDADE E ESPERANÇA.

O mineiro de Capela Nova das Dores, Dom Raimundo Damasceno Assis, Secretário Geral da CNBB, assim se expressou sobre a Campanha da Fraternidade no jornal da Santa Sé: “Segundo o último censo do IBGE, em 2000, o número de idosos atingiu 8,6% da população, o que equivale a 15 milhões de pessoas. Para os próximos vinte anos, a previsão é de que este número será de 15% do total da população. É uma estatística que não pode mais ser ignorada”.

Continua Dom Damasceno: “No modelo econômico neoliberal, que supervaloriza o lucro, a produtividade, o consumo e a eficiência, o jovem é sobrestimado, enquanto o idoso é considerado freqüentemente uma pessoa inútil, um peso-morto para a família e a sociedade, e um indivíduo improdutivo para o Estado. Daí, o desprezo por ele e o desrespeito pela sua dignidade.

A Campanha da Fraternidade, neste período de conversão, nos convida a descobrir, no rosto do nosso irmão e irmã envelhecidos pelo tempo e pelo trabalho, o rosto de Jesus Cristo, a beleza de Deus”.

Nesse sentido, Sr. Presidente, a Campanha da Fraternidade nos alerta que é necessário destruir os preconceitos e mitos.

Isso porque, preconceitos e mitos são, em geral, frutos de desinformação e de visão unilateral a respeito de um grupo de pessoas ou de determinada realidade, de modo que a realidade global fica de lado ou se mantém desconhecida.

A superação dos preconceitos e dos mitos só é possível através de esclarecimento e de educação.

A sociedade, ensinam os Bispos católicos, precisa ser conscientizada para que, esclarecendo os pontos dúbios e equivocados, possa partir para uma adequada visão da realidade das pessoas idosas e superar seus preconceitos e mitos.

Sr. Presidente, o idoso é a pérola mais lapidada do tesouro da vida humana.

Dizia o Deputado Geraldo Freire, líder mineiro de muitas gerações, ao perguntar como ele encarava a vida do alto de seus 90 anos. Ele dizia uma frase que marcou minha vida: “Não sou velho, sou trabalhado pela idade, e hoje vivo o tempo de Deus, o tempo melhor da vida, em que posso, sem preconceitos e sem reducionismos, cantar como o Velho Testamento: vivo

o melhor da vida, a bênção de Deus, por ter sido fiel ao seu projeto e ter servido ao seu Evangelho”.

Sr. Presidente, nós como representantes dos Estados Federados, encontramos na família e na sociedade muitas pessoas idosas.

Esta Casa deve acolher, na integralidade, o texto-base da Campanha da Fraternidade e procurar estudar projetos que estejam voltados para esta grande massa da sociedade.

É curioso notar que muitas famílias hoje são mantidas pela aposentadoria dos anciãos.

E, num momento de reforma previdenciária, lembrando que a maioria esmagadora da população vive com um único salário mínimo, não tendo forças físicas para voltar ao mercado de trabalho, sendo que muitos foram dele enxotados pela chegada da idade, devemos trabalhar para que as políticas públicas sejam voltadas para o resgate da dignidade do idoso. Nesse sentido, não podemos nos calar, temos de votar urgentemente o Estatuto do Idoso.

É extremamente importante que, em tempos de parceria entre o Poder Público e Sociedade, a Subcomissão Temporária do Idoso, da qual faço parte como membro titular, atue de forma que possamos encontrar os caminhos para o resgate da dignidade de nossos anciãos, pelo oferecimento de propostas objetivas que possam ser concretizadas no mais curto espaço de tempo possível.

Os nossos idosos não podem e não devem mais esperar!

Sr. Presidente, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil é uma entidade admirada e respeitada pelo povo brasileiro, em vista de nossa tradição e fé católica, apostólica e romana.

Neste ano a CNBB comemora os seus 50 anos. Como Senador de Minas, pediria licença, para declinar o nome dos mineiros que já dirigiram a CNBB: Dom Carlos Carmelo de Vasconcellos, Cardeal Motta; Dom Benedito de Ulhoa Vieira; Dom Luciano Pedro Mendes de Almeida; Dom Serafim Fernandes, Cardeal Araújo; Dom Frei Lucas, Cardeal Moreira Neves; e, neste momento, encerrando seu mandato, o grande Bispo mineiro que nos honra com sua presença, Dom Raymundo Damasceno de Assis.

Aos bispos de ontem e aos de hoje, aos da direção e aos membros do Episcopado mineiro, agradeço à CNBB por ser a porta-voz da sociedade e lutadora pela cidadania e dignidade do povo brasileiro.

Que esta Campanha da Fraternidade espelhe seus frutos, na figura maiúscula do octogenário Papa João Paulo II, que, do alto de seus 83 anos de fé e es-

perança, cruza o limiar do novo milênio, para que possamos fazer do idoso parte viva da sociedade, em casa e na cidade, para que a dignidade, a felicidade e a esperança de todos os idosos brasileiros sejam a glória desta gente que se ufana dos seus mais velhos, tesouros da grande Nação Brasileira, uma Nação onde Vida, dignidade e Esperança se confundem na construção de um Novo Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Suspenderei a sessão por cinco minutos para que os presentes sejam cumprimentados e os representantes da Associação dos Aposentados entreguem à Mesa um documento que trouxeram ao Plenário.

*(A sessão é suspensa às 15:59 horas e reaberta às 16 horas e 4 minutos.)*

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Está reaberta a sessão.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pela Sr<sup>a</sup> 1<sup>a</sup> Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko.

É lido o seguinte:

## EXPEDIENTE

## MENSAGENS

### DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

#### MENSAGEM Nº 76, DE 2003

(Nº 114/2003, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Solicito a Vossas Excelências, de conformidade com a Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Previdência Social, a retirada do Projeto de Lei nº 4, de 2003 (nº 2.283/99 na Câmara dos Deputados), que “Autoriza o Instituto Nacional do Seguro Social a doar imóvel, que especifica, à União Brasileira de Escritores”, enviado à Câmara dos Deputados com a Mensagem nº 1.941, de 1999.

Brasília, 1º de abril de 2003. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

MPS Nº 19 EM

Brasília, 20 de março de 2003

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Tenho a honra de submeter à elevada apreciação de Vossa Excelência considerações que visam a retirada do Projeto de Lei nº 2.283, de 1999, que autoriza a doação de imóvel de propriedade do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, autarquia vinculada esta Pasta, à União Brasileira de Escritores.

2. O referido imóvel está situado na Rua Marques de Paranaguá nº 124, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo.

3. Observe-se que a retirada do referido Projeto tem por fundamento a vedação expressa na alínea **b** do inciso I do art. 17 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na sua atual redação, no que diz respeito à doação de imóveis de órgãos da Administração Pública Federal a particulares. O citado dispositivo legal só autoriza a doação a outro órgão ou entidade da Administração Pública, com a devida justificativa do interesse público, a prévia avaliação e a autorização legislativa.

4. Além disso, sendo o INSS uma autarquia, seus bens só podem ser alienados visando o atendimento das finalidades da instituição, na forma regulamentar e estatutária.

5. Vale, ainda, salientar, que a Lei nº 9.702, de 17 de novembro de 1998, que dispõe sobre critérios especiais para alienação de imóveis de propriedade do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e dá outras providências, autoriza o INSS a proceder à alienação, mediante ato de autoridade competente, de bens imóveis de sua propriedade desnecessários ou não vinculados às suas atividades operacionais, observando-se, no que couber, as disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998.

6. A primeira vista pode parecer que a mencionada norma especial autoriza a doação de imóveis do INSS a particulares. Ocorre que, como pode ser verificado na Exposição de Motivos nº 409, de 30 de junho de 1998, referente à Lei nº 9.702, de 1998, o vocábulo “alienação” é usado **strictu sensu**, ou seja, como sinônimo de venda, o que demonstra não-autorização legal de se proceder à doação de qualquer imóvel do INSS a entes privados. A intenção do citado diploma legal é a alienação, por meio de venda, dos bens considerados desnecessários, objetivando a entrada de receita para a autarquia em questão.

7. É importante destacar, ainda, que a proposta enviada ao Congresso Nacional não caracterizou, cabalmente, como se verifica de sua Exposição de Motivos, o interesse público, o que é condição **sine qua non** para a alienação de bens da Administração Pública.

Por outro lado, antes de tomar a decisão de desfazer-se do imóvel, principalmente por meio de operação graciosa, é indispensável considerar primeiro a possibilidade de a Autarquia vir a necessitar dele nos próximos anos e, se assim for, se outros órgãos da Administração

Pública Federal também não têm interesse por ele, porém não logramos encontrar qualquer registro ou informação a respeito dessa avaliação.

Estas, Excelentíssimo Senhor Presidente, são as razões que justificam a retirada do Projeto de Lei nº 2.283, de 1999, que ora submeto à elevada apreciação de Vossa Excelência.

Respeitosamente,

Nota/CJ/Nº 136/2003

Assunto: Proposta de retirada de Projeto de Lei.

Trata-se de proposta de retirada do Projeto de Lei nº 2.283, de 1999, “que autoriza a doação do imóvel de propriedade do Instituto Nacional do Seguro Social INSS”, à União Brasileira de Escritores, a retirada tem por fundamento a vedação expressa na alínea **b** do inciso I do art. 17 da Lei nº 8.666, de 21 de outubro de 1999. O citado dispositivo legal só autoriza a doação a outro órgão ou entidade da Administração Pública com a devida justificativa do interesse público, a prévia avaliação e a autorização legislativa.

2. Por esta razão, a retirada da tramitação do Projeto de Lei nº 2.283, de 1999, faz-se necessária.

Brasília, 20 de março de 2003. – **Jefferson Carús Guedes**, Consultor Jurídico.

### MENSAGEM Nº 77, DE 2003

(Nº 117/2003, na origem),

De 2 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2002) nº 2.219/99, na Casa de origem), que *denomina “Aeroporto de Montes Claros/Mário Ribeiro” o aeroporto da cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais*, sancionado e transformado na Lei nº 10.647, de 2 de abril de 2003.

### PARECERES

#### PARECER Nº 178, DE 2003

**Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento de Informações nº 684, de 2002.**

Relator: Senador **Alberto Silva**

#### I – Relatório

O nobre Senador Olivir Gabardo apresentou o Requerimento de Informações nº 684, de 2002, com o qual solicita ao Ministério das Minas e Energia (MME) “informações e providências” relativas ao pagamento de compensação financeira pela exploração de petróleo na Bacia de Santos, para municípios litorâneos do Paraná.

## II – Análise

Apresentamos o presente parecer, por designação da Mesa desta Casa, a quem cabe deliberar sobre o assunto, conforme determinam o art. 50, § 2º da Constituição Federal e o Ato da Mesa nº 1, de 2001.

Em seu requerimento, o Senador solicita esclarecimentos sobre assunto atinente à competência fiscalizadora do Senado. O autor levanta uma questão pertinente, porquanto sustenta a possibilidade de municípios do litoral do Paraná não estarem recebendo compensação financeira por exploração de petróleo a que fariam jus, por determinação constitucional. Essa matéria ainda não foi objeto de requerimento de informações anterior.

Cabe, portanto, ao MME esclarecer a esta Casa sobre possível impropriedade na distribuição desses recursos.

Entretanto, a legislação atribui ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), competência nuclear na definição dos estados e municípios que receberão os **royalties** de petróleo. Diante disso, entendo ser fundamental que o IBGE seja ouvido a respeito dessa questão, paralelamente ao MME.

Finalmente, verificamos que a proposição não está formulada nos exatos termos do art. 2º do Ato da Mesa citado:

Art. 216. O requerimento de informação não poderá conter:

I – *pedido de providência*, consulta, sugestão, conselho ou interrogação de caráter especulativo ou sobre propósito da autoridade a quem é dirigido;

.....  
§ 3º O requerimento aprovado parcialmente será encaminhado à autoridade contendo apenas os quesitos deferidos. (grifo nosso)

Essa não-conformidade com os termos do Ato da Mesa deve ser escoimada do requerimento antes de ser encaminhado à autoridade competente. Visando a incorporar esses pontos ao meu parecer, proponho substitutivo ao requerimento original para apreciação da Mesa, e do qual mantive a essência.

## III – Voto

Diante do exposto, concluímos o nosso Parecer pela aprovação do Requerimento de Informações nº 684, de 2002, na forma do seguinte substitutivo:

## REQUERIMENTO Nº 684 (SUBSTITUTIVO), DE 2002

Com fundamento no § 2º do artigo 50 da Constituição Federal e no inciso I do artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que seja encaminhado expediente à Ministra de Estado de Minas e Energia e ao Ministro de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, para que obtenham informações, respectivamente, junto à Petrobrás e à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sobre o pagamento de royalties pela exploração de petróleo na Bacia de Santos para os municípios litorâneos do Paraná.

Sala de Reuniões, 3 de abril de 2003. – **José Sarney**, Presidente – **Roberto Silva**, Relator – **Paulo Paim** – **Sérgio Zambiasi** – **Heráclito Fortes**.

## PARECER Nº 179, DE 2003

**Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 5, de 2003, que requer sejam solicitadas à Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres informações sobre os projetos da Secretaria, a curto e médio prazo, para aplicação na região amazônica, com ênfase para o combate à prostituição de menores e os detalhes dos dados projetados para o biênio 2003/2004.**

Relator: Senador **Alberto Silva**

## I – Relatório

O Requerimento nº 5, de 2003, de autoria do Senador Arthur Virgílio, postula que sejam solicitadas, à Secretária Especial de Políticas para as Mulheres, Dra Emília Fernandes, informações a respeito dos projetos, de curto e médio prazo, do órgão por ela dirigido, destinados à região amazônica, especialmente aqueles que visam combater a prostituição de crianças e adolescentes. A proposição pede, ainda, que os dados projetados para o biênio 2003/2004 sejam informados de maneira detalhada.

## II – Análise

O requerimento em pauta fundamenta-se nas disposições do art. 50, § 2º da Carta Magna, que conferem às Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal a faculdade de encaminhar pedidos de informação a Ministros de Estado ou titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República.



Do ponto de vista das normas regimentais, o requerimento deve ser apreciado à luz das determinações contidas no art. 216, incisos I e II do Regimento Interno do Senado Federal, que estabelecem:

Art. 216. Os requerimentos de informações estão sujeitos às seguintes normas:

I – serão admissíveis para esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente a sua competência fiscalizadora;

II – não poderão conter pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirija;

.....

Vê-se, pois, que a proposição sob análise inclui-se entre as que caracterizam a competência fiscalizadora do Senado Federal, prevista no art. 49, inciso X, da Lei Maior.

À nossa compreensão, no entanto, essa prerrogativa não concede ao Senado Federal poderes para apreciar ou fiscalizar atos futuros do Poder Executivo. Iniciativas dessa natureza são típicas da competência do Presidente da República, a quem cabe a direção superior da administração federal, como prevê o art. 84, inciso II, da Lei Magna.

Assim sendo, o pedido de que a Secretária Especial de Políticas para as Mulheres detalhe os dados projetados para o biênio 2003/2004 excede os limites da competência outorgada pela Constituição ao Congresso Nacional em seu art. 49, inciso X. Em decorrência disso, igualmente fere o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal.

Dessa forma, opinamos pela supressão do trecho que formula tal pedido.

No que toca às disposições contidas no inciso II do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, não há reparos a fazer à proposição, uma vez que ela não encerra pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação acerca de propósito da Secretária Especial de Políticas para as Mulheres.

### III – Voto

Assim, em decorrência do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento de Informação nº 5, de 2003, com a seguinte emenda:

### EMENDA Nº 1

(Mesa do Senado Federal)

Suprima-se do Requerimento nº 5, de 2003, a expressão “solicito detalhar os dados projetados para o biênio 2003/2004”.

Sala da Comissão, **José Sarney**, Presidente – **Alberto Silva**, Relator – **Sérgio Zambiasi** – **Paulo Paim** – **Heráclito Fortes**.

### PARECER Nº 180, DE 2003

**Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 13, de 2003, do Senador Arthur Virgílio, que requer que a Mesa do Senado Federal solicite ao Senhor Ministro da ciência e Tecnologia, Roberto Amaral informações sobre as políticas e os critérios para a concessão de bolsas de estudo do MCT, para cursos no Brasil e no Exterior, os valores vigentes e os planos de majoração.**

Relator: Senador **Alberto Silva**

### I – Relatório

Requer o ilustre Senador Arthur Virgílio que a Mesa do Senado Federal solicite, por escrito, ao excellentíssimo Senhor Ministro da Ciência e Tecnologia, Dr. Roberto Amaral, as seguintes informações:

1. Quais são as políticas e os critérios para a concessão de bolsas de estudo do Ministério da Ciência e Tecnologia, para cursos no Brasil e no exterior?
2. Quais os valores vigentes? Há planos de majoração?

O requerimento foi lido no Plenário desta Casa no dia 18 de fevereiro de 2003 e encaminhado à Mesa para decisão.

### II – Análise

A Constituição Federal, em seu art. 218, § 3º, determina que o Estado apoiará a formação de recursos humanos nas áreas de ciência, pesquisa e tecnologia, devendo conceder aos que delas se ocupem meios e condições especiais de trabalho.

Incluem-se nesses meios a elaboração e execução de planos adequados de concessão de bolsas de estudo para estudantes de graduação e de pós-graduação nas diversas áreas do conhecimento científico e tecnológico, cuja contribuição para a formação de cientistas e técnicos é pública e notória. Raro será encon-

trar, na comunidade acadêmica brasileira, um cientista ou técnico que não se tenha beneficiado de uma bolsa de estudo de órgão do governo brasileiro, em determinada altura de sua formação especializada.

É, portanto, de manifesto interesse do Congresso Nacional, no exercício de sua competência fiscalizadora, manter-se atualizado sobre as políticas do Ministério da Ciência e Tecnologia nessa importante matéria.

Cabe à Mesa do Senado Federal, conforme estatuem os arts. 215 e 216 do Regimento Interno, combinados com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, encaminhar pedidos de informações a Ministros de Estado.

### III – Voto

Em vista do exposto, votamos favoravelmente ao encaminhamento do requerimento nº 13, de 2003, de autoria do nobre Senador Arthur Virgílio, ao Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia.

Sala de Reuniões, 3 de abril de 2003. – **José Sarney**, Presidente – **Alberto Silva**, Relator – **Paulo Paim** – **Heráclito Fortes** – **Sérgio Zambiasi**.

### PARECER Nº 181, DE 2003

#### Da Mesa do Senado Federal sobre o requerimento nº 15, de 2003.

Relator: Senador **Alberto Silva**

### I – Relatório

O Senador Arthur Virgílio requer, nos termos da Constituição Federal e do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas ao Ministério do Desenvolvimento Agrário informações sobre “os valores, em reais, a serem investidos em Reforma Agrária no biênio 2003/2004”, bem como a “ama, em hectares, prevista para desapropriações no mesmo biênio”.

O Requerimento em análise, em sua justificativa, declara que “o assentamento de trabalhadores rurais, como ponto relevante das ações sociais de Governo, requer o acompanhamento permanente dos congressistas”.

### II – Análise

A proposição encontra-se de acordo com o estabelecido nos dispositivos constitucionais e regimentais que tratam dos pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo, a saber: art. 50, § 2º da Constituição Federal e art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal.

O Requerimento em análise cumpre com as normas de admissibilidade exigidas pelo Ato da Comissão Diretora nº 1, de 2001.

### III – Voto

Do exposto, manifestamo-nos favoravelmente ao encaminhamento do Requerimento nº 15, de 2003, ao Exmº Sr. Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário.

Sala de Reuniões, – **José Sarney** Presidente, – **Alberto Silva** – **Paulo Paim** – **Sérgio Zambiasi** – **Heráclito Fortes**.

### PARECER Nº 182, DE 2003

#### Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 33, de 2003.

Relator: Senador **Sérgio Zambiasi**

### I – Relatório

O Senador Antero Paes de Barros, com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, postula o encaminhamento do requerimento acima referido ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda, para que esse providencie, junto ao Presidente do Banco Central do Brasil, cópia, em inteiro teor, do seu contrato de aposentadoria na instituição BankBoston.

Nos termos regimentais, a proposição vem à Mesa, para decisão e encaminhamento, se regimental e constitucional.

### II – Análise

A questão de fundo versada no requerimento é multifacetada. Envolve matéria constitucional e regimental, cuja análise não se pode prescindir para a adoção de decisão segura sobre o pedido.

Principiamos pelo enfoque constitucional.

A Carta da República assegura aos membros do Congresso Nacional o poder de formulação de pedidos escritos de informação a Ministro de Estado, que serão encaminhados pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, se constitucionais, legais e regimentais. A regulamentação do exercício dessa prerrogativa é matéria de índole regimental, por conta do que convergem para o tema Constituição e Regimento, de forma indissociável, já que este instrumentaliza a prescrição daquela.

A competência fiscalizatória dos parlamentos é cediça na doutrina e na jurisprudência, e encontra desdobramento em diversas passagens da Constitui-

ção Federal, como na previsão de criação e funcionamento de comissões parlamentares de inquérito (CF, art. 58, § 3º) e na prerrogativa senatorial de oitiva e aprovação de indicados a determinados cargos e funções públicas (CF, art. 52, III e IV).

A esse poder deferido aos membros do Parlamento – subjacente ao poder de controle externo do poder público, lastreado nos arts. 49, X, 70, **caput**, e 71, **caput** -, são contrapostos, contudo, direitos e garantias fundamentais.

Manoel Gonçalves Ferreira Filho, comentando o art. 52, III, da Constituição Federal, que prevê a sujeição de indicados a determinados cargos públicos à arguição e à aprovação do Senado Federal, assinala que tal arguição deve ser sobre questões pertinentes à função que vai ser exercida pelo indicado. Do contrário, poderia haver eventual invasão de privacidade, o que violaria o art. 5º, X, da Constituição (Comentários à Constituição Brasileira de 1988, vol. 1, 2ª edição, 1997, Saraiva, São Paulo, p. 311).

É de se ver que não só essa especial competência do Senado, mas toda e qualquer ação legislativa no âmbito do poder de fiscalização, inclusive através de comissão parlamentar de inquérito, está sujeita ao controle judicial de sua conformidade com os ditames constitucionais. Nesse sentido, o Supremo Tribunal Federal firmou entendimento quanto à sujeição da ação das CPIs ao contraste de constitucionalidade (Mandado de Segurança nº 23.454, de 1999, e Mandado de Segurança nº 23.452, de 1999).

A robusta questão remanescente é, então, sobre a lesividade do requerimento apresentado – relativo à aposentadoria do atual Presidente do Banco Central em instituição financeira privada internacional – relativamente aos direitos constitucionais de intimidade e vida privada daquela autoridade.

Preliminarmente, é notório que a proteção da intimidade e da vida privada é garantida em graus diferentes conforme se refira a pessoa comum do povo ou a pessoas famosas ou autoridades públicas.

Edson Ferreira da Silva ensina que:

As pessoas famosas têm o seu âmbito de intimidade tutelável diferenciado em relação às outras pessoas, mais restrito em razão da publicidade a que estão expostas, a merecer proteção menor pelo grande interesse que despertam.

Argumenta-se que as pessoas que buscam a fama e a notoriedade ou atividade que os propiciam conscientemente renunciaram a uma vida mais reservada ou anônima.

Todavia, almejar o sucesso e a fama de forma alguma implica pretender a permanente e episódica exposição da vida privada para o público. (...)

O que acontece é que as pessoas notórias naturalmente se expõem à crítica e esta tende a avançar para além do aspecto público ou profissional, englobando a pessoa como um todo, tendo em vista inclusive a possível influência da vida privada sobre a vida pública.

(...)

Em verdade, as pessoas famosas têm o mesmo direito à preservação da própria intimidade que todas as demais pessoas e o conteúdo desse direito é exatamente idêntico. A diferença é que, em razão do interesse maior que despertam, o sacrifício do direito ocorrerá com mais frequência. Em outras palavras, o desvelamento de aspectos particulares de suas vidas em prol de um interesse superior do público poderia não se justificar em se tratando de pessoas conhecidas. (Direito à Intimidade, São Paulo, Oliveira Mendes, 1998, pp. 69-70).

Essa lição, adaptada ao caso em tela, ganha especial relevância. Se incumbe constitucionalmente ao Senado Federal a arguição, em sessão pública, e a votação secreta, do nome indicado pelo Presidente da República para a presidência do Banco Central (CF, art. 52, III, **d**), obviamente que o convencimento dos Senadores sobre a existência, ou não, de condições bastantes ao exercício regular de tal função precisa ser iluminado com dados objetivos acerca da trajetória profissional do candidato. É razoável, então, aceitar-se uma invasão controlada, e autorizada pela Constituição, da vida pregressa do indicado. A decisão senatorial emergirá da decantação e análise desses dados.

Já aqui aparece a inocuidade do requerimento apresentado. Admitindo-se, apenas para argumentar, que fosse dada como constitucionalmente admissível à prestação, ao Senado, da informação requerida, não teria a sua ciência o condão de produzir qualquer efeito institucional. A instrução do Senado deve ocorrer nos momentos que antecedem a decisão sobre a aprovação, ou não, do nome indicado na presidência do Banco Central do Brasil. Em face das informações obtidas, o Senado aprova ou rejeita o nome, neste caso impedindo a nomeação pelo Presidente da República. Aprovada a indicação, contudo, inexistente, em

favor do Senado, qualquer possibilidade de retirar o aval já concedido ou de decidir pelo afastamento da autoridade. A Constituição, efetivamente, não defere à Câmara Alta competência para rever decisão de aprovação de autoridade a ela sujeita, ficando o seu desligamento do cargo submetido à discricionariedade do Chefe do Poder Executivo federal.

Diante disso, o conhecimento da informação requerida não é apto a produzir qualquer efeito constitucional e institucional objetivo.

O interesse público (a predominância do interesse público sobre o privado) justifica uma limitada invasão na área da vida privada da pessoa, mormente como no caso em tela. Nesse sentido, dentre outros, as lições de Rosângelo Rodrigues de Miranda (A Proteção Constitucional da Vida Privada, Editora de Direito, 1996, São Paulo, p. 142 e ss), citando precedentes constitucionais relativos ao estado de sítio (CF, art. 139, III), e José Adércio Leite Sampaio (Direito à Intimidade e à Vida Privada, Del Rey, 1998, Belo Horizonte, p. 180 e ss), citando precedentes inclusive da Suprema Corte norte-americana.

Mas essa investida é controlada pelo próprio Direito Constitucional. Em luminoso acórdão da lavra do Ministro Celso de Mello, no Mandado de Segurança nº 24.369, o Supremo Tribunal Federal firmou que, na colisão de direitos (o da autoridade pública, na sua intimidade e vida privada, e o do cidadão, na licitude e moralidade da conduta administrativa de seus agentes), há que haver ponderação de interesses, de forma a garantir a ambos em conflito validade e efetividade, embora acomodadas ao caso. Obviamente, a ponderação de interesses, com redução proporcional da amplitude de cada um dos conflitantes, supõe a existência de razões suficientemente fortes a justificar a redução de prescrição constitucional fundamental. Seria amesquinhar a efetividade da Constituição admitir-se a redução de direito individual fundamental nela assegurado pela contraposição de argumento de qualquer estirpe.

Nessa linha, o requerimento de acesso e ciência ao inteiro teor do ato de aposentadoria, pelo Bank-Boston, do atual Presidente do Banco Central do Brasil, como medida acautelatória contra eventuais favorecimentos àquela instituição privada, investe contra a razoabilidade e a ordem constitucional, a um, porque, mesmo em face de existência de elementos que possam evidenciar algum interesse do Presidente do Banco Central nas ações financeiras daquela instituição privada, nada mais pode o Senado Federal para, preventivamente, fazer cessar a investidura daquela autoridade; a dois, porque eventuais atos lesivos aos

interesses brasileiros, de parte do Presidente do Banco Central, poderão ser, **a posteriori**, investigados inclusive pelo Senado, pelos instrumentos dos quais dispõem; a três, porque o exame das razões da incursão pela vida privada da autoridade citada, lastreado unicamente pela suspeita da possibilidade de existência de ligações com seu ex-empregador, não revela sustentação jurídico-constitucional bastante à redução do direito fundamental assegurado pelo art. 5º, X, faltando-lhe, assim, proporcionalidade e densidade constitucionais.

Nessa linha, temos o requerimento por inconstitucional, por não ser possível à ponderação dos interesses fundamentais em conflito a partir de razões meramente prospectivas como as apresentadas.

Quanto ao aspecto regimental, há que se anotar que o art. 216, II, do Regimento Interno desta Casa, proíbe que requerimento de informação contenha pedido de providência. O Requerimento nº 33, dirigido ao Ministro da Fazenda, formula a essa autoridade solicitação de obtenção de cópia, em inteiro teor, do ato de aposentadoria do Presidente do Banco Central do Brasil, consubstanciando, então, pedido de providência vedado pelo Regimento do Senado. Está, por isso, viciando por não-regimentalidade.

Não o socorre o art. 217 do Regimento Interno desta Casa. A equiparação do requerimento de remessa de documento ao pedido de informações, interpretada conjugadamente com o art. 216, II, citado, impõe conclusão de que o documento esperado pelo Senado esteja de posse da autoridade requerida, sem que demande ulterior providência satisfativa, junto à outra autoridade.

### III – Voto

Em face das razões elencadas, e à vista da inconstitucionalidade e da não-regimentalidade do Requerimento nº 33, de 2003, somos pela sua rejeição.

Sala de Reuniões, 3 de abril de 2003. – **José Sarney**, Presidente – **Sérgio Zambiasi**, Relator – **Paulo Paim** – **Alberto Silva** – **Heráclito Fortes**.

### PARECER Nº 183, DE 2003

**Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 60, de 2003, que requer sejam solicitadas ao Ministro Extraordinário da Segurança Alimentar e Combate à Fome informações sobre a veracidade de denúncias.**

Relator: Senador **Heráclito Fortes**

### **I – Relatório**

O requerimento em exame, de autoria do Senador Arthur Virgílio Neto tem por finalidade obter informações sobre a “veracidade de denúncias veiculadas de que os beneficiários do chamado Programa Fome Zero estariam sendo obrigados a apresentar notas fiscais que comprovem a compra de alimentos com o dinheiro recebido”.

Justifica o ilustre Colega que as informações solicitadas têm o objetivo de esclarecer se procedem ou não as referidas denúncias.

### **II – Análise**

A proposição encontra respaldo no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e no inciso I, alínea **a**, do art. 215 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF). Está igualmente de acordo com as disposições do § 1º do art. 1º do Ato da Mesa nº 1, de 2001, que estabelece que o “requerimento de informação deverá ser dirigido a Ministro de Estado ou a titular de órgão diretamente subordinado à Presidência da República, ainda que contenha pedido relativo a órgão ou entidade da administração pública indireta sob sua supervisão”.

Entendemos que, relativamente à informação requerida, não restam dúvidas sobre sua importância para compreensão do processo de implementação do Programa Fome Zero, hoje considerado o carro-chefe das políticas sociais do novo governo. Assim sendo, esse programa tem como público alvo exatamente aquela parcela da população mais carente, já penalizada, diariamente, pela burocracia pública e pela dificuldade premente de acesso a bens de consumo básicos a sua sobrevivência.

Assim, entendemos ser adequado, meritório e oportuno o questionamento do Senador Arthur Virgílio Neto, sobre a implementação do Programa Fome Zero no segmento “distribuição de alimentos”. A resposta do Excelentíssimo Senhor Ministro de Extraordinário da Segurança Alimentar e Combate à Fome possibilitará melhor entendimento do processo de aquisição de alimentos com recursos governamentais.

### **III – Voto**

Em face do exposto, e não encontrando qualquer inconstitucionalidade na proposição que, ademais, atende aos preceitos regimentais, voto pela aprovação do Requerimento nº 60, de 2003.

Sala de Reuniões, 3 de abril de 2003. – **José Sarney**, Presidente – **Heráclito Fortes**, Relator – **Paulo Paim** – **Sérgio Zambiasi** – **Alberto Silva**.

### **PARECER Nº 184, DE 2003**

#### **Da Mesa do Senado Federal sobre o Requerimento nº 71, de 2003.**

Relator: Senador **Sérgio Zambiasi**

### **I – Relatório**

O Senador José Agripino Maia, com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, **a**, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, solicita que seja o presente requerimento encaminhado ao Exmº Ministro de Estado da Fazenda, para que este providencie e encaminhe, no estrito termo do prazo constitucional de 30 dias, as seguintes informações (mesmo que em caráter de dados preliminares):

1. O resultado fiscal primário de todos os estados da Federação (discriminados individualmente) e do Distrito Federal nos exercícios de 2000 a 2002;

2. o resultado fiscal nominal de todos os estados da Federação (discriminados individualmente) e do Distrito Federal nos exercícios de 2000 a 2002;

3. as metas dos resultados primários estabelecidos nas leis de diretrizes orçamentárias dos Estados e do Distrito Federal referente aos exercícios de 2000 a 2003;

4. os indicadores de limites de despesas com pessoal previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal para todos os estados da Federação e do Distrito Federal no exercício de 2002.

É o relatório.

### **II – Voto**

A proposição encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais que regem os pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo, bem como com as normas de admissibilidade exigidas pelo Ato da Comissão Diretora nº 14, de 1990, razão pela qual manifestamo-nos favoravelmente ao encaminhamento do Requerimento nº 71, de 2003, ao Exmº Sr. Ministro de Estado da Fazenda, Dr. Antônio Palocci.

Sala de Reuniões, 3 de abril de 2003. – **José Sarney**, Presidente – **Sérgio Zambiasi**, Relator – **Paulo Paim** – **Heráclito Fortes** – **Alberto Cruz**.

### **PARECER Nº 185, DE 2003**

#### **Da Mesa do Senado Federal sobre o Requerimento nº 72, de 2003.**

Relator: Senador **Sérgio Zambiasi**

### I – Relatório

O Senador José Agripino Maia, com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, solicita que seja o presente requerimento encaminhado ao Exmº Ministro de Estado da Fazenda, para que este providencie e encaminhe, no estrito termo do prazo constitucional de 30 dias, as seguintes informações:

1. os pagamentos mensais feitos à União, nos últimos 12 meses, por todos os estados da federação (discriminados individualmente) e o Distrito Federal nos termos da Lei nº 9.496, de 1997, que fez parte do programa de ajuste fiscal do Governo Federal;

2. quais os estados que atrasaram o seu pagamento, o montante atrasado, o período de atraso;

3. quais as ações que o Ministério da Fazenda tomou em cada um dos casos e em que data, inclusive os valores retidos do FPE, nos termos do § 4º do art. 167 da Constituição Federal.

É o relatório.

### II – Voto

A proposição encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais que regem os pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo, bem como com as normas de admissibilidade exigidas pelo Ato da Comissão Diretora nº 14, de 1990, razão pela qual manifestamo-nos favoravelmente ao encaminhamento do Requerimento nº 072, de 2003, ao Exmº Sr. Ministro de Estado da Fazenda, Dr. Antônio Palocci.

Sala de Reuniões, 3 de abril de 2003 – **José Sarney**, Presidente – **Sérgio Zimbiasi**, Relator – **Alberto Silva** – **Heráclito Fortes** – **Paulo Paim**.

### PARECER Nº 186, DE 2003

#### Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 73, de 2003

Relator: Senador **Romeu Tuma**

### I – Relatório

O Requerimento nº 73, de 2003, de autoria do Senador Delcídio Amaral, nos termos do art. 50, § 2º, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, solicita ao Ministério da Fazenda, informações sobre os totais mensais liberados mensalmente no âmbito do Programa de Geração de Emprego e Renda, pelos respectivos agentes financeiros,

nas regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Campo Grande.

Nos termos do art. 238, do Regimento Interno do Senado Federal, o nobre proponente não apresenta uma justificativa.

### II – Voto

Considerando que a proposição em análise insere-se na competência fiscalizadora do Congresso Nacional, conforme dispõe o art. 49, X, da Constituição Federal, estando, de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal e com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, somos favoráveis à aprovação do Requerimento nº 73, de 2003.

Sala de Reuniões, 3 de abril de 2003. – **José Sarney**, Presidente – **Romeu Tuma**, Relator – **Paulo Paim** – **Sérgio Zimbiasi** – **Alberto Silva** – **Heráclito Fortes**.

### PARECER Nº 187, DE 2003

#### Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento de Informações nº 77, de 2003

### I – Relatório

Vem a esta Mesa o Requerimento de Informações nº 77, de 2003, de autoria do nobre Senador Hélio Costa, dirigido ao Excelentíssimo senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

O Requerimento tem como objetivo obter informações concernentes à situação da empresa norte-americana AES na aquisição das ações das empresas Eletropaulo e CEMIG, e ao tratamento dado a empresas estrangeiras e nacionais no acesso aos recursos para aquisição de ações com financiamento do BNDES.

Nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal, e do Ato da Mesa nº 1, de 2001, apresentamos o presente parecer, por designação da Mesa desta Casa, a quem cabe deliberar sobre o assunto.

### II – Análise

Por meio do requerimento em análise, o Ilustre Senador busca informações concernentes à situação da empresa norte-americana AES na aquisição das ações das empresas Eletropaulo e CEMIG, e ao tratamento dado a empresas estrangeiras e nacionais no acesso aos recursos para aquisição de ações com financiamento do BNDES.

A Carta Magna, em seu art. 49, X, dispõe que:

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

.....  
X – fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta;

O requerimento em análise ajusta-se, pois, ao dispositivo constitucional destacado, bem como ao disposto no Art. 50, § 2º da Constituição Federal, e ao Ato da Mesa nº 1, de 2001.

### III – Voto

Diante do exposto, concluímos o nosso Parecer pela aprovação do Requerimento de Informações nº 77, de 2003.

Sala da Comissão, 3 de abril de 2003. – Presidente **José Sarney** – Relator **Paulo Paim** – **Sérgio Zambiasi** – **Alberto Silva** – **Heráclito Fortes**.

### PARECER Nº 188, DE 2003

#### Da Mesa do Senado Federal sobre o Requerimento nº 79, de 2003

Relator: Senador **Sérgio Zambiasi**

### I – Relatório

O Senador José Alberto Souza, com base no art. 5º, XXXIII, da Constituição Federal, combinado com o Regimento Interno do Senado Federal, solicita que seja o presente requerimento encaminhado ao Exmº Sr. Procurador Geral da República, o seguinte pedido de informações:

1. No período de julho de 2001 a 4 de abril de 2002, quantas diárias e passagens foram Procuradores José Roberto Figueiredo Santoro e Mário Lúcio Avelar, roteiro e valores;

2. Qual a sua motivação funcional, dizendo dos fatos específicos que motivaram os seus deslocamentos;

3. Quais as Ordens de Serviço que foram dadas e os respectivos documentos arquivados nas áreas judiciária e financeira da Procuradoria-Geral da República;

4. Se os procuradores José Roberto Figueiredo Santoro e Mário Lúcio Avelar, foram colocados nestes últimos cinco anos à disposição do Ministério da Saúde, quais as

funções que exerceram e que trabalho realizaram;

5. Se os procuradores José Roberto Figueiredo Santoro e Mário Lúcio Avelar, estiveram no Estado do Maranhão, nos meses de julho e agosto de 2002, em que datas, quais os motivos dessas viagens e quais as Ordens de Serviços que as autorizaram.

É o relatório.

### II – Voto

A proposição encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais que regem os pedidos de informações, bem como com as normas de admissibilidade exigidas pelo Ato da Comissão Diretora nº 14, de 1990, razão pela qual manifestamo-nos favoravelmente ao encaminhamento do Requerimento nº 79, de 2003, ao Exmº Sr. Procurador-Geral da República, Dr. Geraldo Brindeiro.

Sala de Reuniões, 3 de abril de 2003. – **José Sarney**, Presidente – **Sérgio Zambiasi**, Relator – **Alberto Silva** – **Paulo Paim** – **Heráclito Fortes**.

### PARECER Nº 189, DE 2003

#### Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 80, de 2003.

Relator: Senador **Heráclito Fortes**

### I – Relatório

Trata-se de examinar o Requerimento nº 80, de 2003, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, para que seja encaminhado ao Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão pedido de informações a respeito dos contratos de cooperação técnica firmados pelo referido Ministério com organismos internacionais creditados junto ao governo brasileiro, no período de 1995 a 2002.

O referido requerimento veio a esta Mesa, com fundamento no § 2º do art. 50 da Constituição Federal e nos arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal.

### II – Análise

A proposição encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais que regem os pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo, bem como com as normas de admissibilidade estabelecidas pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001.

### III – Voto

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 80, de 2003.

Sala de Reuniões, 3 de abril de 2003. – **José Sarney**, Presidente – **Heráclito Fortes**, Relator – **Paulo Paim** – **Sérgio Zambiasi** – **Alberto Silva**.

### PARECER Nº 190, DE 2003

#### Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento de Informações nº 83, de 2003.

Relator: Senador **Eduardo Siqueira Campos**

### I – Relatório

Por meio do Requerimento nº 83, de 12 de março de 2003, o Senador João Capiberibe requer que sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia as seguintes informações:

1. Que ações já foram empreendidas pelo Ministério da Ciência e Tecnologia no sentido de proteger recursos naturais e produtos brasileiros, assim como conhecimentos tradicionais de nossa população e tecnologia desenvolvida no Brasil, contra a biopirataria – ou biogrilagem, como também vem sendo conhecida – de empresas internacionais?

2. Já foi tomada alguma medida no sentido de impedir que se registrem novos atos desse gênero contra os interesses brasileiros?

3. Com relação a direitos relativos a propriedade intelectual, em especial com referência a tecnologia gerada no País, quais as ações que o Ministério da Ciência e Tecnologia tem tomado ou pode tomar em caso de violações ocorridas no exterior?

4. O Ministério da Ciência e Tecnologia conta, em sua estrutura, com órgãos capazes de promover a proteção de produtos brasileiros e da tecnologia aqui gerada?

5. Entidades vinculadas ao Ministério da Ciência e Tecnologia e voltadas para a produção de conhecimentos em sua área contam com órgãos especializados nessa atividade? As universidades públicas e privadas brasileiras recebem alguma orientação e assistência nesse sentido?

6. Existe a possibilidade de se adotarem medidas retaliatórias com relação à biopirataria?

7. É expressivo o número de marcas brasileiras registradas em países estrangeiros e efetivamente utilizadas mediante licenças? E quanto a patentes de invenção?

8. O governo brasileiro garante algum tipo de suporte para esse tipo de registro? E para o acompanhamento de casos de licenciamento?

9. É possível juridicamente requerer como marca registrada a denominação de produto industrial ou agrícola?

10. O governo brasileiro vem adotando medidas de proteção de caráter defensivo, como o depósito de listas de nomes e de símbolos indígenas, de modo a evitar – ou ao menos dificultar – o registro de marcas?

11. O governo brasileiro examina, no momento, algum tipo de política destinada a promover a proteção de nomes, recursos naturais e conhecimentos tradicionais contra a biopirataria?

### II – Análise

Em cumprimento ao disposto no inciso III do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, foi submetido ao exame da Mesa o Requerimento de Informações nº 83, de 12 de março de 2003, do Senador João Capiberibe. O autor propõe que sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia informações sobre as ações empreendidas para proteger recursos naturais e produtos nacionais, bem como conhecimentos tradicionais e tecnologia brasileiras, contra a biopirataria ou biogrilagem por empresas internacionais, em flagrante violação de princípio de Direito Internacional.

O Senador pergunta sobre medidas preventivas, defensivas e de retaliação com respeito aos registros atentatórios aos interesses nacionais de marcas e patentes brasileiras no exterior. Inserem-se nessa preocupação do Senador os direitos relativos à propriedade intelectual. Outro ponto da solicitação do Senador João Capiberibe refere-se à estrutura existente no Ministério da Ciência e Tecnologia e entidades vinculadas para promover a proteção de produtos brasileiros e da tecnologia aqui gerada. Entre outras questões, o Senador inquire se, no momento, o governo brasileiro examina algum tipo de política destinada a promover a proteção de nomes, recursos naturais e conhecimentos tradicionais contra a biopirataria.

A proposição encontra fundamento nas disposições do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, que



faculta às Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal encaminhareм pedidos escritos de informações a Ministros de Estado ou a quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República.

O Requerimento está, também, em conformidade com os incisos I e II do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, pois envolve matéria atinente à competência fiscalizadora do Congresso Nacional e não contém pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirige.

Além dos citados dispositivos constitucionais e regimentais, a proposição atende aos requisitos de admissibilidade previstos no Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 30 de janeiro de 2001, que regula a tramitação dos requerimentos de informação nesta Casa.

### III – Voto

Diante do exposto, nosso voto é pela aprovação do Requerimento nº 83, de 2003.

Sala de Reuniões, 3 de abril de 2003. – **José Sarney**, Presidente – **Eduardo Siqueira Campos**, Relator – **Paulo Paim** – **Sérgio Zambiasi**.

### PARECER Nº 191, DE 2003

#### Da Mesa do Senado Federal sobre o Requerimento nº 126, de 2003.

Relator: Senador **Sérgio Zambiasi**

### I – Relatório

O Senador Hélio Costa, com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a 216 do Regimento Interno do Senado Federal, solicita que seja o presente requerimento encaminhado ao Exmº. Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, para que este providencie e encaminhe, as seguintes informações:

1. Relatório completo sobre a morte da brasileira Prisciliana Pereira Acosta, ocorrida nas margens do Rio Bravo, no México, ao tentar transpor as fronteiras entre aquele País e os Estados Unidos da América.

2. Quais foram os procedimentos de repressão policial a imigrantes ilegais na data do fato, bem como nos seus dias anteriores e posteriores, adotados pelas polícias de fronteira norte-americana e mexicana?

3. Quais as providências adotadas pelo Ministério das Relações Exteriores, no sentido de desestimular a emigração irregular?

4. Quais as medidas adotadas pelo MRE, objetivando a proteção à vida e a preservação da integridade física dos brasileiros capturados pelas polícias de fronteira norte-americana e mexicana, e que tipo de assistência lhes têm sido prestadas pelo Governo brasileiro?

É o relatório.

### II – Voto

A proposição encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais que regem os pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo, bem como com as normas de admissibilidade exigidas pelo Ato da Comissão Diretora nº 14, de 1990, razão pela qual manifestamo-nos favoravelmente ao encaminhamento do Requerimento nº 126, de 2003, ao Exmº Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim.

Sala de Reuniões, 3 de abril de 2003. – **José Sarney**, Presidente – **Sérgio Zambiasi**, Relator – **Paulo Paim** – **Roberto Silva** – **Heráclito Fortes**

### PARECER Nº 192, DE 2003

#### Da Mesa do Senado Federal sobre o Requerimento nº 127, de 2003.

Relator: Senador **Sérgio Zambiasi**

### I – Relatório

O Senador Hélio Costa, com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requer que o presente requerimento seja encaminhado à Exmª Srª Ministra das Minas e Energia, solicitando informações sobre as providências e estratégias que serão adotadas pela Petrobrás, para a compra de petróleo no caso de uma guerra no Iraque, e se essa empresa providenciou um estoque especial de petróleo, com a finalidade de assegurar a estabilidade do preço do produto, em uma eventual crise econômica decorrente da guerra.

É o relatório.

### II – Voto

A proposição encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais que regem os

pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo, bem como com as normas de admissibilidade exigidas pelo Ato da Comissão Diretora nº 14, de 1990, razão pela qual manifestamo-nos favoravelmente ao encaminhamento do Requerimento nº 127, de 2003, à Exm<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> Ministra de Estado das Minas e Energia, Dr<sup>a</sup> Dilma Rousseff.

Sala de Reuniões, 3 de abril de 2003. – **José Sarney**, Presidente – **Sérgio Zambiasi**, Relator – **Paulo Paim** – **Alberto Silva** – **Heráclito Forte**.

#### **PARECER Nº 193, DE 2003**

**Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 134, de 2003, que solicita à Ministra de Estado das Minas e Energia esclarecimentos sobre a divulgação da Agência Nacional de Petróleo – ANP de um campo gigante de petróleo na bacia de Sergipe.**

Relator: Senador **Romeu Tuma**

##### **I – Relatório**

O nobre Senador Antonio Carlos Valadares apresentou o Requerimento nº 134, de 2003, sob exame, no qual solicita à Ministra de Estado das Minas e Energia esclarecimentos sobre o que existe de verdadeiro na divulgação da Agência Nacional de Petróleo (ANP) de um poço gigante de petróleo na costa litorânea do Estado de Sergipe com reservas estimadas de 1,9 bilhão de barris e com qualidade de 46 graus de API, de modo a também res-ponder:

1) Tendo sido descoberto “um campo gigante de petróleo” na costa litorânea do Estado de Sergipe, quantos poços foram perfurados para a confirmação dessa descoberta?

2) Qual a efetiva localização desse campo? Qual sua distância do litoral e proximidade com que Município?

3) Qual o volume de óleo realmente descoberto e o percentual de aproveitamento comercial previsto? e

4) Qual a qualidade do óleo encontrado no referido campo?

A proposição está formulada nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal, e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal.

Em sua justificação, o nobre Senador requerente faz diversas considerações sobre o assunto, em

especial as divergências que surgiram na imprensa entre as informações divulgadas pela Agência Nacional do Petróleo, ANP, e as declarações de servidores da Petrobras e da Secretária Nacional de Petróleo, Gás e Combustíveis Renováveis, bem como a subordinação incondicional da ANP, por se tratar de autarquia, às normas constitucionais da legalidade, moralidade, publicidade, eficiência e impessoalidade.

A matéria depende de decisão da Mesa Diretora, nos termos do Inciso I, do art. 215 do Regimento Interno, por se tratar de requerimento de informações a Ministro de Estado.

##### **II – Voto**

A proposição esta de acordo com o art. 49, X, da Constituição Federal que confere competência exclusiva ao Congresso Nacional para fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo.

Desta forma, por não existirem óbices de natureza regimental à proposição sob análise, concluímos o presente Parecer pela aprovação do Requerimento nº 134, de 2003.

Sala de Reuniões, 3 de abril de 2003. – **José Sarney**, Presidente – **Romeu Tuma**, Relator – **Paulo Paim** – **Alberto Silva** – **Sérgio Zambiasi** – **Heráclito Fortes**.

#### **PARECER Nº 194, DE 2003**

**Da Mesa do Senado Federal sobre o Requerimento nº 143, de 2003.**

Relator: Senador **Sérgio Zambiasi**

##### **I – Relatório**

A Comissão de Educação, com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, inciso I, a, 216 incisos I, IV e V do Regimento Interno do Senado Federal, solicita que sejam requeridas ao senhor Ministro de Estado das Comunicações informações referentes à regularidade do processo licitatório a que se refere a Mensagem Presidencial nº 295, de 2002 (TVR nº 2.015, de 2002), que submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 15 de abril de 2002, que outorga concessão à Elo Comunicação Ltda para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Maceió, Estado de Alagoas.

É o relatório.

## II – Voto

A proposição encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais que regem os pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo, bem como com as normas de admissibilidade exigidas pelo Ato da Comissão Diretora nº 14, de 1990, razão pela qual manifestamo-nos favoravelmente ao encaminhamento do Requerimento nº 143, de 2003, ao Exmº Sr. Ministro de Estado das Comunicações, Deputado Miro Teixeira.

Sala de Reuniões, 3 de abril de 2003. – **José Sarney – Sérgio Zambiasi – Paulo Paim – Alberto Silva – Heráclito Fortes.**

## PARECER Nº 195, DE 2003

**Da Mesa sobre o Requerimento nº 498, de 2000, de autoria do Senador Pedro Simon, que requer a publicação, dentro da coleção “Grandes Vultos que Honraram o Senado, de homenagem ao ex-Presidente da República e ex-Senador Juscelino Kubitschek”.**

Relator: Senador **Heráclito Fortes**

## I – Relatório

Nos termos regimentais, considerando a redação dada pela Resolução nº 17, de 2002, ao art. 332 e a supressão do art. 333 do Regimento Interno do Senado Federal, é submetido à Mesa o Requerimento nº 498, de 2000, subscrito pelo nobre Senador Pedro Simon.

A petição de Sua Excelência se refere à inclusão, na coleção Grandes Vultos que Honraram o Senado, instituída pela Resolução nº 84, de 1996, de uma publicação dedicada a reverenciar o ex-Presidente da República e ex-Senador Juscelino Kubitschek de Oliveira.

## II – Análise

Por força do disposto na Resolução nº 17, de 2002, que alterou a redação do art. 332 e suprimiu o art. 333 do Regimento Interno do Senado Federal, o requerimento em epígrafe continua em tramitação perante a Comissão Diretora.

Embora, à data de sua apresentação, o nobre Senador Pedro Simon almejasse a inclusão da iniciativa no conjunto de homenagens prestadas pelo Senado Federal ao centenário de Juscelino Kubitschek, celebrado em 2002, é indiscutível que a memória do grande estadista honra o País em qualquer tempo.

Nesse sentido, a petição mantém sua pertinência e oportunidade.

Deputado Federal, Prefeito de Belo Horizonte, Deputado Constituinte, Governador de Minas Gerais, Senador e, por fim, Presidente da República, Juscelino Kubitschek é uma das mais notáveis personalidades da história recente do Brasil.

Seu espírito empreendedor e seu arrojo político nortearam a política de modernização que implementou em seu Estado e, posteriormente, no País.

Quando Governador de Minas Gerais, JK deixou impressa, na capital mineira, a marca da criatividade – que, de resto, pautaria toda a sua obra política –, ao edificar a Pampulha, projeto de Oscar Niemeyer, um dos maiores nomes da arquitetura de todos os tempos.

Esse arrojo marcaria de forma indelével sua eleição para a Presidência da República. A partir do slogan 50 anos em 5, erigiu um programa de ação distribuído em trinta metas que contemplavam o desenvolvimento das áreas de energia, transportes, alimentação, indústria de base e educação. Entre as iniciativas mais importantes, destaca-se aquela que seria sua meta-síntese: a mudança da Capital Federal com a monumental construção de Brasília, obra-prima do arquiteto Oscar Niemeyer e do urbanista Lúcio Costa, reconhecida pela Unesco como Patrimônio Cultural da Humanidade.

A instalação da capital no Centro-Oeste revelou-se estratégica para o desenvolvimento do País, com amplas repercussões nos planos econômico e social. A partir do novo pólo, grandes e decisivos empreendimentos foram implementados, como a construção de hidrelétricas e a criação da indústria automobilística brasileira, medidas que contribuíram para a ascensão do Brasil a um novo posto no contexto mundial.

Entendemos que o legado deixado por esse grande brasileiro deve ser objeto da mais ampla divulgação, especialmente no que se refere à formação das futuras gerações. Para tanto, a contribuição do Senado Federal será de inestimável importância.

Ressalte-se que, com a iniciativa, estaremos perenizando a particular homenagem desta Casa Legislativa a esse que foi um dos seus mais ilustres representantes. A coleção Grandes Vultos que Honraram o Senado, criada por intermédio da Resolução nº 84, de 1996, abriu uma real possibilidade de se perpetuar a memória dos que abrilhantaram o papel da Casa.

Ao longo de sua profícua vida política, Juscelino Kubitschek de Oliveira protagonizou inúmeros atos de relevo no cenário nacional, o que o credencia, ple-

namente, a integrar a coleção *Grandes Vultos que Honraram o Senado*, como apropriadamente lembra o autor do requerimento em análise.

### III – Voto

Pelo exposto, o voto é pelo acolhimento do Requerimento nº 498, de 2000, nos termos em que foi submetido pelo nobre Senador Pedro Simon à decisão desta Mesa.

Sala de Reuniões, 3 de abril de 2003. – **José Sarney**, Presidente – **Heráclito Fortes**, Relator – **Paulo Paim** – **Sérgio Zambiasi** – **Alberto Silva**.

### PARECER Nº 196, DE 2003

**Da Mesa, sobre o Requerimento nº 146, 2002, de autoria do Senador Pedro Simon, que requer a publicação, dentro da coleção “Grandes Vultos que Honraram o Senado”, de homenagem ao ex-Senador Josaphat Marinho.**

Relator: Senador **Eduardo Siqueira Campos**

### I – Relatório

Nos termos regimentais, é submetido à Mesa o Requerimento nº 146, de 2002, subscrito pelo nobre Senador Pedro Simon.

A petição de Sua Excelência se refere à inclusão, na coleção *Grandes Vultos que Honraram o Senado*, instituída pela Resolução nº 84, de 1996, de uma publicação dedicada a reverenciar a memória do ex-Senador Josaphat Marinho.

### II – Análise

A Resolução nº 84, de 1996, instituiu a coleção *Grandes Vultos que Honraram o Senado*, com o intuito de prestar homenagem a ex-senadores que tenham se destacado na história política, cultural e parlamentar brasileira.

Na justificação do requerimento em epígrafe, o nobre Senador Pedro Simon salienta os principais fatos que dignificaram a trajetória política do ilustre Josaphat Marinho, falecido aos 86 anos, em março de 2002. O autor da petição serviu-se, ainda, de uma pormenorizada cronologia que o **Correio Braziliense** publicou, em sua edição de 1º de abril de 2002. Essa matéria, aliada às amplas informações fornecidas pelo Senador Pedro Simon, compõem o mais acabado perfil dessa marcante personalidade da história do Senado Federal e da recente história brasileira.

Nascido em Ubaíra, Bahia, advogado por formação, Josaphat Marinho foi eleito, em 1947, para a

Assembleia Constituinte do seu Estado natal, tendo exercido o mandato de deputado nos períodos de 1947 a 1951 e de 1955 a 1959. Posteriormente, esteve à frente da Secretaria de Estado do Interior e Justiça, entre 1959 e 1960, e da Secretaria da Fazenda, de 1960 a 1962. De 1963 a 1971, cumpriu seu primeiro mandato como Senador pelo Estado da Bahia, fato que se repetiria entre 1991 e 1999.

No Senado Federal, foi membro, entre outras, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; Presidente da Comissão de Minas e Energia; relator da Comissão Mista, que estudou as Reformas do Congresso Nacional; membro da Comissão Mista, que opinou sobre o projeto que resultou na Constituição de 1967; relator do projeto do novo Código Civil, cuja aprovação, em 2002, deve muito à sua atuação.

Dentre importantes papéis desempenhados nesta Casa, destaca-se a sua marcante participação na Comissão de Estudos Constitucionais, designada pelo então Presidente da República e atual Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney, para elaborar, sob a presidência do professor Afonso Arinos, o anteprojeto da Constituição Federal, fonte de importantes subsídios aos parlamentares constituintes de 1988.

Autor de inúmeras publicações, Josaphat Marinho foi membro das seguintes instituições: Academia Brasileira de Letras da Bahia; Instituto Ibero-Americano de Direito Constitucional – Seção Brasil; Instituto dos Advogados Brasileiros; Instituto dos Advogados do Distrito Federal; Instituto Baiano de Direito do Trabalho; Instituto de Advogados da Bahia, onde, também, exerceu a presidência; Academia de Letras Jurídicas da Bahia, como presidente; Conselho Federal de Educação; representante do Conselho da Bahia no Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Sua participação na vida acadêmica merece igual destaque. Exerceu o magistério na Faculdade de Direito da Bahia e na Universidade de Brasília, tendo pronunciado conferências e ministrado aulas em universidades dos Estados de Minas Gerais e de São Paulo.

Na esfera político-partidária, o ilustre Senador teve atuação marcante no MDB, ao qual se filiou por ocasião da adoção do bipartidarismo, em 1964, vindo a disputar a presidência com Ulysses Guimarães.

Após ter deixado o Senado Federal, Josaphat Marinho continuou a divulgar seu imenso saber jurídico em artigos semanais no **Correio Braziliense**, tendo colaborado, também, para os jornais **O Estado de S. Paulo**, **O Globo** e **Estado da Bahia**.

E indubitável que o legado desse grande brasileiro merece a mais ampla divulgação, sobretudo quando se considera o valor do seu exemplo para a formação das gerações futuras. Para tanto, a contribuição do Senado Federal será de inestimável importância.

E, pois, muito oportuno que a coleção Grandes Vultos que Honraram o Senado abra espaço para a perpetuação do nome deste que foi um dos mais ilustres membros desta Casa, em todos os tempos, como tão bem lembra o autor do requerimento em exame.

### III – Voto

Pelo exposto, o voto é pelo acolhimento do Requerimento nº 146, de 2002, nos termos em que foi submetido pelo nobre Senador Pedro Simon à decisão desta Mesa.

Sala de Reuniões, 3 de Abril de 2003. – **José Sarney**, Presidente – **Eduardo Siqueira Campos**, Relator – **Pedro Simon** – **Sergio Zambiasi** – **Alberto Silva** – **Heráclito Fortes**.

### OFÍCIO

#### DO PRESIDENTE DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

Ofício nº 198/2003 GPR

Brasília, 19 de março de 2003.

Senhor Presidente,

Em Nota Oficial aprovada na Sessão realizada dia 18 de março, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil condenou a guerra dos Estados Unidos contra o Iraque. e exortou o Governo brasileiro a fortalecer os trabalhos da Organização das Nações Unidas (ONU) em defesa de negociações que visem a paz.

Para esta Entidade, os interesses econômicos das Nações beligerantes que defendem a guerra servirão apenas para trazer mais dor, medo e insegurança aos países pobres.

Ao encaminhar a Vossa Excelência, para conhecimento, cópia do referido documento, colho o ensejo para, com meus cumprimentos, apresentar-lhe expressões da mais elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente, – **Rubens Approbato Machado**, Presidente.

### NOTA OFICIAL

O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) une-se aos movimentos de todo o

mundo contra a guerra declarada pelos Estados Unidos contra o Iraque e que ameaça a segurança mundial, contrariando todas as alternativas discutidas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Criada em meio aos escombros da II Grande Guerra, que dizimou gerações inteiras em praticamente todos os continentes, a ONU foi destinada a fortalecer a paz, a segurança e a cooperação internacional em todos os seus aspectos. A Organização das Nações Unidas tem uma larga experiência na aplicação dos meios pacíficos, mas se alguns conflitos persistem, as causas devem ser atribuídas, principalmente, à falta de vontade política de algumas nações beligerantes, como ocorre agora sob a liderança dos Estados Unidos da América.

Compartilhamos um mundo cada vez mais pobre de recursos naturais que está a exigir, da Humanidade, engenhosidade para que possamos garantir a nós ;a própria existência num breve futuro. Paradoxalmente, porém, constatamos que o desenvolvimento tecnológico está quase todo voltado para a destruição de vidas humanas.

A OAB vem a público exortar o Governo brasileiro a fortalecer o papel da ONU em busca da paz para que o século XXI, que mal se iniciou, não será, como o século passado, marcado pelas feridas da intolerância entre os povos.

Não às armas, e que a paz sobrepuje os interesses econômicos envolvidos numa guerra que apenas servirá para trazer mais dor, medo e insegurança aos países mais pobres.

Brasília, 18 de março de 2003

### PROJETOS RECEBIDOS

#### DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 162, DE 2003

(Nº 2.161/2002, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que autoriza a Associação Novaresendense de Difusão e Apoio a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Resende, Estado de Minas Gerais.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 205, de 25 de fevereiro de 2002, que autoriza

a Associação Novaresendense de Difusão e Apoio a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Resende, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

### MENSAGEM Nº 270, DE 2002

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos turnos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações para executar, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos e entidades:

1 – Portaria nº 723, de 26 de novembro de 2001 – Associação Cultural Vida Nova, na cidade de Anápolis – GO;

2 – Portaria nº 205, de 25 de fevereiro de 2002 – Associação Novaresendense de Difusão e Apoio, na cidade de Nova Resende – MG;

3 – Portaria nº 207, de 25 de fevereiro de 2002 – Associação Comunitária dos Amigos de Pedras de Fogo – PB, na cidade de Pedras de Fogo – PB;

4 – Portaria nº 213, de 25 de fevereiro de 2002 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Social do Município de Alagoa Nova, na cidade de Alagoa Nova – PB;

5 – Portaria nº 215, de 25 de fevereiro de 2002 – Associação de Defesa e Educação do Meio Ambiente – ADEMA, na cidade de Salto do Lontra – PR;

6 – Portaria nº 223, de 25 de fevereiro de 2002 – Associação Comunitária de Habitação Novo Lar, na cidade de Alfenas – MG; e

7 – Portaria nº 225, de 25 de fevereiro de 2002 – Associação de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Diamante D'Oeste, na cidade de Diamante D'Oeste – PR.

Brasília, 16 de abril de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso**.

MC Nº 342 EM

Brasília, 22 de março de 2002.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Novaresendense de Difusão e Apoio, na cidade de Nova Resende, Estado de Minas Gerais, explore o serviço de radiodifusão co-

munitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração de informações benéficas em todos os seguimentos, e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, determinei análises técnica e jurídica da petição apresentada, constatando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada nos autos do Processo Administrativo nº 53710.001371/98, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos educacionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Pimenta da Veiga**, Ministro de Estado das Comunicações.

### PORTARIA Nº 205, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2002

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto nos artigos 10 e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53710.001371/98, resolve:

Art. 1º Autorizar a Associação Novaresendense de Difusão e Apoio, com sede na Praça Santa Rita nº 45, Centro, na cidade de Nova Resende, Estado de Minas Gerais, a executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade.

Art. 2º Esta autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1993, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 3º A entidade fica autorizada a operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 21°07'30" S e longitude em 46°25'15" W, utilizando a frequência de 87,9 MHz.

Art. 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço no prazo de dois meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Pimenta da Veiga.**

#### **RELATÓRIO Nº 77/2002-DOSR/SSR/MC**

**Referência:** Processo nº 53.710.001.371/98 de 20 de outubro de 1998.

**Objeto:** Requerimento de outorga de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

**Interessado:** Associação Nova Resendense de Difusão e Apoio – ANDA, na localidade de Nova Resende/MG.

#### **I – Introdução**

1. Associação Nova Resendense de Difusão e Apoio – ANDA, inscrito no CGC sob o número 01.301.436/0001-83, no Estado de Minas Gerais, com sede na Praça Santa Rita, 45, Cidade de Nova Resende-MG, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, por meio de requerimento datado de 20 de outubro de 1998, subscrito por representante legal, demonstrando interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade que indica.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso publicado no **Diário Oficial** da União – **DOU**, de 20 de outubro de 1998, Seção 3, que contempla o logradouro onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. A requerente, por final, solicita “a designação de canal para a prestação do serviço, nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de

3 de junho de 1998”, apresentando ao Ministério a documentação constante dos presentes autos.

#### **II – Relatório**

##### **•atos constitutivos da entidade/documentos acessórios**

4. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, por determinação do Senhor Secretário de Serviços de Radiodifusão, passa ao exame do pleito formulado pela requerente, consubstanciado na Petição de folha 1, bem como a documentação apresentada, relatando toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma nº 2/98, de 6-8-1998.

5. A requerente, como mencionado na introdução (item 1), ao demonstrar interesse em explorar o serviço, faz indicação da localidade onde pretende instalar seus equipamentos transmissores, complementando com o endereço da respectiva estação e coordenadas geográficas, além de pedir a designação de canal para a prestação do serviço, atendendo os requisitos do item 6.4 da Norma Complementar nº 2/98 e, ainda, juntando a documentação necessária.

6. A documentação (item 6.7 e incisos, da Norma 2/98), está contida nos autos, correspondendo ao seguinte:

- ata de constituição e eleição de dirigentes;
- declarações e comprovantes relativos a responsabilidades e obrigações de dirigentes, enquanto vinculados à entidade, face aos ditames legais pertinentes;
- manifestações de apoio da comunidade;
- plantas de arruamento, com indicação do local de instalação do sistema irradiante, e respectivas coordenadas geográficas;
- informações complementares de dirigentes da entidade, como declaração de residência e declaração de fiel cumprimento às normas, recolhimento da taxa de cadastro e cópias de documentos pessoais.

7. Toda a documentação mencionada está contida no intervalo de folhas 1 a 116, dos autos.

8. Analisados os documentos apresentados inicialmente e após o cumprimento de exigências, este Departamento constatou conformidade legal e normativa, pelo que passa a examinar as informações técnicas de relevância.

### III – Relatório

#### • informações técnicas

9. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 km, com centro localizado na Praça Santa Rita, 45, centro, Cidade de Nova Resende, Estado de Minas Gerais, de coordenadas geográficas em 21°07'30"S de latitude e 46°25'15"W de longitude, consoante os no DOU de 22-12-1998, Seção 3.

10. A análise técnica desenvolvida, demonstra geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 54, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom".

11. O mesmo documento trata de outros dados, conforme se segue:

- informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE;
- compatibilização de distanciamento do canal;
- situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena;
- planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante;
- outros dados e conclusão.

12. Seguiram-se diligências para apresentação de alteração estatutária e do subitem 6.7 i, II, III, IV, VI e VIII do subitem 6.11, (Projeto Técnico), da Norma 02/98, (fls. 57 e 58, 107).

13. Cumpridas as exigências, foi expedido o "Formulário de Informações Técnicas", fls. 68, firmado pelo engenheiro responsável, onde estão resumidas as seguintes informações:

- identificação da entidade;
- os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio;
- características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço;
- diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

14. Segue-se o Roteiro de Verificação de Instalação da Estação, constatando-se conformidade com a Norma 02/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, folhas 104 e 105.

15. É o relatório.

### IV – Conclusão/Opinamento

16. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, a quem cabe a condução dos trabalhos

de habilitação de interessados na exploração do serviço de radiodifusão comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente.

17. Assim, a requerente, de acordo com o seu Estatuto Social, e nos termos de seu requerimento, atende os requisitos legais e normativos ao seu pleito, seguindo-se informações básicas sobre a entidade:

#### – nome

Associação Nova Resendense de Difusão e Apoio – ANDA

#### – quadro diretivo

Presidente: Ronei Vitor da Silva

Vice Presidente: José Vitor da Silva

Secretário: Celson José de Oliveira

2º Secretária: Maria Cristina de Souza Oliveira

Tesoureiro: José Afonso da Silva

2º Tesoureiro: Márcio Rodrigues da Silva

#### – localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Praça Santa Rita, 45, Cidade de Nova Resende, Estado de Minas Gerais.

#### – coordenadas geográficas

21°07'30"S de latitude e 46°25'15"W de longitude, correspondentes aos dados constantes no "Formulário de Informações Técnicas", fls. 68, e "Roteiro de Análise de Instalação da Estação de RADCOM", fls. 104 e 105, que se refere à localização da estação.

18. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Nova Resendense de Difusão e Apoio – ANDA, no sentido de conceder-lhe a Outorga de Autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53.710.001.371/98, de 20 de Outubro de 1998.

Brasília, 30 de Janeiro de 2.002. – Relator da Conclusão Técnica, **Regina Aparecida Monteiro**, Chefe de Serviço/SSR – Relatora da Conclusão Jurídica, **Luciana Coelho**, Chefe de Serviço/SSF.

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão.

Brasília, 31 de janeiro de 2.002. – **Hamilton de Magalhães Mesquita**, Coordenador-Geral.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)



**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 163, DE 2003**

(Nº 2.168/2002, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Pró-Arte para o Desenvolvimento Artístico e Cultural (PROART) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Patrocínio do Muriaé, Estado de Minas Gerais.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 710, de 26 de novembro de 2001, que autoriza a Associação Comunitária Pró-Arte para o Desenvolvimento Artístico e Cultural (PROART) a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Patrocínio do Muriaé, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**MENSAGEM Nº 273, DE 2002**

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações para executar, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos e entidades:

1 – Portaria nº 710, de 26 de novembro de 2001 – Associação Comunitária Pró-Arte para o Desenvolvimento Artístico e Cultural (PROART), na cidade de Patrocínio do Muriaé – MG;

2 – Portaria nº 722, de 26 de novembro de 2001 – Associação de Desenvolvimento Comunitário de Itaúna do Sul, na cidade de Itaúna do Sul – PR;

3 – Portaria nº 729, de 26 de novembro de 2001 – Associação Comunitária para o Desenvolvimento da Cultura, Educação e Desporto de Pereiro, na cidade de Pereiro – CE;

4 – Portaria nº 750, de 6 de dezembro de 2001 – Acauã Produções Culturais – APC, na cidade de Aparecida – PB;

5 – Portaria nº 790, de 14 de dezembro de 2001 – Associação Comunitária de Radiodifusão da Armação de Búzios, na cidade de Armação de Búzios – RJ;

6 – Portaria nº 812, de 21 de dezembro de 2001 – Associação Comunitária Cultural pela Democratiza-

ção dos Meios de Comunicação do Contestado, na cidade de Timbó Grande – SC; e

7 – Portaria nº 206, de 25 de fevereiro de 2002 – Associação Comunitária Pontual, na cidade de Taquarituba – SP.

Brasília, 16 de abril de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso.**

MC Nº 4 EM

Brasília, 2 de janeiro de 2002

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária Pró-Arte para o Desenvolvimento Artístico e Cultural (PROART), na cidade de Patrocínio do Muriaé, Estado de Minas Gerais, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o caput do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua jurisdição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também servem de elo à integração de informações benéficas em todos os seguimentos, e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, determinei análises técnica e jurídica da petição apresentada, constatando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito o que se conclui da documentação de origem, substanciada nos autos do Processo Administrativo nº 53710.000802/98, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos educacionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Pimenta da Veiga**, Ministro de Estado das Comunicações.

**PORTARIA Nº 710, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2001**

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto nos artigos 10 e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53710.000802/98, resolve:

Art. 1º Autorizar a Associação Comunitária Pró-Arte para o Desenvolvimento Artístico e Cultural (PROART), com sede na Rua Verediana Torres Campos, nº 9 – 2º andar – Cento, na cidade de Patrocínio do Muriaé, Estado de Minas Gerais, a executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade.

Art. 2º Esta autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 3º A entidade fica autorizada a operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 21º09'02"S e longitude em 42º12'53"W, utilizando a frequência de 104,9 MHz.

Art. 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Pimenta da Veiga.**

**RELATÓRIO Nº 314/2001-DOSR/SSR/MC**

**Referência:** Processo nº 53.710.000.802/98 de 25-8-1998.

**Objeto:** Requerimento de outorga de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

**Interessado:** Associação Comunitária de Radiodifusão Pró-Arte para o Desenvolvimento Artístico e Cultural (PROART), localidade de Patrocínio do Muriaé, Estado de Minas Gerais.

**I – Introdução**

1. A Associação Comunitária de Radiodifusão Pró-Arte para o Desenvolvimento Artístico e Cultural (PROART), inscrita no CGC sob o número 02.197.638/0001-90, Estado de Minas Gerais, com sede na Rua Veridiana Torres Campos, nº 9, 2º andar, Centro, Cidade de Patrocínio do Muriaé, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, por meio de requerimento datado de 24-8-1998, subscrito

por representante legal, demonstrando interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade que indica.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso publicado no **Diário Oficial** da União – **DOU**, de 18-3-1999, Seção 3, que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. A requerente, por final, solicita “a designação de canal para a prestação do serviço, nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998”, apresentando ao Ministério a documentação constante dos presentes autos.

**II – Relatório****• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios**

4. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, por determinação do Senhor Secretário de Serviços de Radiodifusão, passa ao exame do pleito formulado pela requerente, consubstanciado na Petição de folha 1, bem como a documentação apresentada, relatando toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma nº 2/98, de 6-8-1998.

5. A requerente, como mencionado na introdução (item 1), ao demonstrar interesse em explorar o serviço, faz indicação da localidade onde pretende instalar seus equipamentos transmissores, complementando com o endereço da respectiva estação e coordenadas geográficas, além de pedir a designação de canal para a prestação do serviço, atendendo os requisitos do item 6.4 da Norma Complementar nº 2/98 e, ainda, juntando a documentação necessária.

6. A documentação (item 6.7 e incisos, da Norma 2/98), está contida nos autos, correspondendo ao seguinte:

- Estatuto Social;
- ata de constituição e eleição de dirigentes;
- declarações e comprovantes relativos a responsabilidades e obrigações de dirigentes, enquanto vinculados à entidade, em face dos ditames legais pertinentes;
- manifestações de apoio da comunidade;

– plantas de arruamento, com indicação do local de instalação do sistema irradiante, e respectivas coordenadas geográficas;

– informações complementares de dirigentes da entidade, como declaração de residência e declaração de fiel cumprimento às normas, recolhimento da taxa de cadastro e cópias de documentos pessoais.

7. Toda a documentação mencionada está contida no intervalo de folhas 4 a 91 dos autos.

8. Analisados os documentos apresentados inicialmente e após o cumprimento de exigências, este Departamento constatou conformidade legal e normativa, pelo que passa a examinar as informações técnicas de relevância.

### **III – Relatório**

#### **• informações técnicas**

9. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1km, com centro localizado na Rua Veridiana Torres Campos, nº 9, Centro, Cidade de Patrocínio do Muriaé, Estado de Minas Gerais, de coordenadas geográficas em 21°15'00"S de latitude e 42°12'00" W de longitude, consoantes aos dados constantes no aviso no **DOU** de 18-3-1999, Seção 3.

10. A análise técnica desenvolvida, demonstra que, as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folha 45, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom". Posteriormente, foram indicadas novas coordenadas geográficas, que após analisadas, foram aceitas pelo Engenheiro Responsável.

11. O mesmo documento trata de outros dados, conforme se segue:

– informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE;

– compatibilização de distanciamento do canal;

– situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena;

– planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante;

– outros dados e conclusão.

12. Seguiram-se diligências para apresentação de alteração estatutária, documentação elencada no subitem 6.7 incisos II, III, IV, V e VIII da Norma 02/98, declaração do endereço da sede da Entidade, declaração de acordo com 14.2.7.1 ou 14.2.7.1.1 da Norma 02/98, planta de arruamento, bem como do subitem

tem 6.11, (Projeto Técnico) e adequação do mesmo à Norma 02/98 ( fls. 49 a 91).

13. Cumpridas as exigências, foi expedido o "Formulário de Informações Técnicas", fl. 86, firmado pelo engenheiro responsável, onde estão resumidas as seguintes informações:

– identificação da entidade;

– os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio;

– características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço;

– diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

14. Segue-se o Roteiro de Verificação de Instalação da Estação, constatando-se conformidade com a Norma 02/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, folhas 92 e 93.

15. É o relatório.

### **IV – Conclusão/Opinamento**

16. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do serviço de radiodifusão comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente.

17. Assim, a requerente, de acordo com o seu Estatuto Social, e nos termos de seu requerimento, atende os requisitos legais e normativos ao seu pleito, seguindo-se informações básicas sobre a entidade:

#### **– nome**

Associação Comunitária de Radiodifusão Pró-Arte para o Desenvolvimento Artístico e Cultural (PROART).

#### **– quadro diretivo**

Presidente: René Leite Magalhães

Vice-Presidente: Eugênio José Vardiero

Secretário: Fernando Hassen Freire

Tesoureiro: Edno Leite Magalhães

#### **– localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio**

Rua Veridiana Torres Campos, nº 09, Centro, Cidade de Patrocínio do Muriaé, Estado de Minas Gerais;

#### **– coordenadas geográficas**

21°09'02"S de latitude e 42°12'53"W de longitude, correspondentes aos dados constantes no "For-

mulário de Informações Técnicas”, fl. 86 e “Roteiro de Análise de Instalação da Estação de RadCom”, fls. 92 e 93, que se refere à localização da estação.

18. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Comunitária de Radiodifusão Pró-Arte para o Desenvolvimento Artístico e Cultural (Proart), no sentido de conceder-lhe a Outorga de Autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53.710.000.802/98, de 25 de agosto de 1998..

Brasília, 25 de setembro de 2001. – Relator da Conclusão Jurídica, **Adriana Costa** – Relator da Conclusão Técnica **Neide Aparecida da Silva**.

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão.

Brasília, 24 de setembro de 2001. – **Hamilton de Magalhães Mesquita**, Coordenador Geral.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

#### **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 164, DE 2003**

(Nº 2.171/2002, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão da Armação de Búzios a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Armação de Búzios, Estado do Rio de Janeiro.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 790, de 14 de dezembro de 2001, que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão da Armação de Búzios a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Armação de Búzios, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

#### **MENSAGEM Nº 273, DE 2002**

Senhores Membros do Congresso Nacional.

Nos termos do art. 49 inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de

Estado das Comunicações, autorizações para executar, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos e entidades:

1 – Portaria nº 710, de 26 de novembro de 2001 – Associação Comunitária Pró-Arte para o Desenvolvimento Artístico e Cultural (PROART), na cidade de Patrocínio do Muriaé – MG;

2 – Portaria nº 722, de 26 de novembro de 2001 – Associação de Desenvolvimento Comunitário de Itaúna do Sul, na cidade de Itaúna do Sul – PR;

3 – Portaria nº 729, de 26 de novembro de 2001 – Associação Comunitária para o Desenvolvimento da Cultura, Educação e Desporto de Pereiro, na cidade de Pereiro – CE;

4 – Portaria nº 750, de 6 de dezembro de 2001 – Acauã Produções Culturais – APC, na cidade de Aparecida – PB;

5 – Portaria nº 790, de 14 de dezembro de 2001 – Associação Comunitária de Radiodifusão da Armação de Búzios, na cidade de Armação de Búzios – RJ;

6 – Portaria nº 812, de 21 de dezembro de 2001 – Associação Comunitária, Cultural pela Democratização dos Meios de Comunicação do Contestado, na cidade de Timbó Grande – SC; e

7 – Portaria nº 206, de 25 de fevereiro de 2002 – Associação Comunitária Pontual, na cidade de Taquarituba – SP.

Brasília, 16 de abril de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso**.

MC Nº 72 EM

Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Encaminho a Vossa Excelência, Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária de Radiodifusão da Armação de Búzios, na cidade de Armação de Búzios/Estado do Rio de Janeiro, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o caput do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações

permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração de informações benéficas em todos os seguimentos, e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, determinei análises técnica e jurídica da petição apresentada, constatando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada nos autos do Processo Administrativo nº 53770.000514/99, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos educacionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Pimenta da veiga**, Ministro de Estado das Comunicações.

#### **PORTARIA Nº 790, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2001**

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto nos artigos 10 e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53770.000514/99, resolve:

Art. 1º Autorizar a Associação Comunitária de Radiodifusão da Armação de Búzios, com sede no Loteamento Portal da Ferradura, Casa nº 44, Quadra “C” – Centro, na cidade de Armação de Búzios, Estado do Rio de Janeiro, a executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade.

Art. 2º Esta autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 3º A entidade fica autorizada a operar com o sistema irradiante localizado em coordenadas geográficas com latitude em 22º45’06”S e longitude em 41º52’38”W, utilizando a frequência de 87,9 MHz.

Art. 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Pimenta da Veiga.**

#### **RELATÓRIO Nº 440/2001-DOSR/SSR/MC**

**Referência:** Processo nº 53.770.000.514/99, de 22-4-99.

**Objeto:** Requerimento de outorga de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

**Interessado:** Associação Comunitária de Radiodifusão da Armação dos Búzios, localidade de Armação dos Búzios, Estado do Rio de Janeiro.

#### **I – Introdução**

1. Associação Comunitária de Radiodifusão da Armação dos Búzios, inscrito no CGC sob o número 02.976.590/0001-98, no Estado do Rio de Janeiro, com sede na Av. Nilo Peçanha, 73, loja 6, Centro, Cidade de Armação dos Búzios, RJ, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, por meio de requerimento datado de 22 de abril de 1999, subscrito por representante legal, demonstrando interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade que indica.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso publicado no **Diário Oficial** da União – **DOU**, de 17 de dezembro de 1999, Seção 3, que contempla o logradouro onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. A requerente, por final, solicita “a designação de canal para a prestação do serviço, nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998”, aprese7ntando ao Ministério a documentação constante dos presentes autos.

#### **II – Relatório**

##### **• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios**

4. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, por determinação do Senhor Secretário de Serviços de Radiodifusão, passa ao exame do pleito formulado pela requerente, consubstanciado na Petição de folha 1, bem como a documentação apresentada, relatando toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma nº 2/98, de 6-8-1998.

5. A requerente, como mencionado na introdução (item 1), ao demonstrar interesse em explorar o

serviço, faz indicação da localidade onde pretende instalar seus equipamentos transmissores, complementando com o endereço da respectiva estação e coordenadas geográficas, além de pedir a designação de canal para a prestação do serviço, atendendo os requisitos do item 6.4 da Norma Complementar nº 2/98 e, ainda, juntando a documentação necessária.

6. A documentação (item 6.7 e incisos, da Norma 2/98), está contida nos autos, correspondendo ao seguinte:

- Estatuto Social;
- ata de constituição e eleição de dirigentes;
- declarações e comprovantes relativos a responsabilidades e obrigações de dirigentes, enquanto vinculados à entidade, face aos ditames legais pertinentes;
- manifestações de apoio da comunidade;
- plantas de arruamento, com indicação do local de instalação do sistema irradiante, e respectivas coordenadas geográficas;
- informações complementares de dirigentes da entidade, como declaração de residência e declaração de fiel cumprimento às normas, recolhimento da taxa de cadastro e cópias de documentos pessoais.

7. Toda a documentação mencionada está contida no intervalo de folhas 1 a 201, dos autos.

8. Analisados os documentos apresentados inicialmente e após o cumprimento de exigências, este Departamento constatou conformidade legal e normativa, pelo que passa a examinar as informações técnicas de relevância.

### III – Relatório

#### •informações técnicas

9. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 km, com centro localizado no Lote 7, Qd. “G” do Loteamento Área 1, Praia Brava, Cidade de Armação dos Búzios, Estado do Rio de Janeiro, de coordenadas geográficas em 22°45’06”S de latitude e 41°52’ 38”W de longitude, consoante aos dados constantes do Aviso publicado no **DOU**, de 17-12-1999, Seção 3.

10. A análise técnica desenvolvida, demonstra que, as coordenadas geográficas indicadas devem ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 98 a 101, denominado de “Roteiro de Análise Técnica de RadCom”.

11. O mesmo documento trata de outros dados, conforme se segue:

- informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE;
- compatibilização de distanciamento do canal;
- situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena;
- planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante;
- outros dados e conclusão.

12. Foi dado o parecer pelo Indeferimento da Entidade, fls. 108, no entanto, houve o recurso às fls. 110, que foi provido as fls. 114. Seguiram-se diligências para alteração estatutária e apresentação do subitem 6.7, inciso II, bem como da apresentação do subitem 6.11, (Projeto Técnico), da Norma 2/98, fls. (126, 172 e 193).

13. Cumpridas as exigências, foi expedido o “Formulário de Informações Técnicas”, fls. 157, firmado pelo engenheiro responsável, onde estão resumidas as seguintes informações:

- identificação da entidade;
- os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio;
- características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço;
- diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

14. Segue-se o Roteiro de Verificação de Instalação da Estação, constatando-se conformidade com a Norma 2/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, folhas 199 e 200.

15. É o relatório.

### IV – Conclusão/Opinamento

16. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do serviço de radiodifusão comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente.

17. Assim, a requerente, de acordo com o seu Estatuto Social, e nos termos de seu requerimento, atende os requisitos legais e normativos ao seu pleito, seguindo-se informações básicas sobre a entidade:

**– nome**

Associação Comunitária de Radiodifusão da Armação dos Búzios

**– quadro diretivo**

Presidente e Dir. Tesoureiro: Ricardo Brandão Marques

Vice-Pres. e Dir. Secretário: Maria Lúcia Alves de S. Luiz

**– localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio**

Lote 7, Qd. “G” do Loteamento Área 1, Praia Brava, Cidade de Armação dos Búzios, Estado do Rio de Janeiro,

**– coordenadas geográficas**

22°45’06”S de latitude e 41°52’38”W de longitude, correspondentes aos dados constantes no “Formulário de Informações Técnicas”, fls. 157, e no “Roteiro de Análise de Instalação da Estação de Rad-Com”, fls. 199 e 200, que se refere à localização da estação.

18. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Comunitária de Radiodifusão da Armação dos Búzios, no sentido de conceder-lhe a Outorga de Autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53.770.000.514/99, de 22 de abril de 1999.

Brasília, 22 de novembro de 2001. **Érica Alves**, Relatora da Conclusão Jurídica – **Regina Aparecida Monteiro**, Relatora de Conclusão Técnica.

De acordo.

A consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão.

Brasília, 23 de novembro de 2001. – **Hamilton de Magalhães Mesquita**, Coordenador-Geral.

De acordo.

A consideração do Senhor Secretário de Serviços de Radiodifusão.

Brasília, 26 de novembro 2001.

– **Antonio Carlos Tardeli**, Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO****Nº 165, DE 2003**

(Nº 2.172/2002, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Pontual a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taquarituba, Estado de São Paulo.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 206, de 25 de fevereiro de 2002, que autoriza a Associação Comunitária Pontual a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taquarituba, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**MENSAGEM Nº 273, DE 2002**

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do arr. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição Federal submeto à apreciação de Vossas Excelências. acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações. autorizações para executar, prazo de três anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária., conforme os seguintes atos e entidades:

1 – Portaria nº 710, de 26 de novembro de 2001 – Associação Comunitária Pró-Arte para o Desenvolvimento Artístico e Cultural (PROART). na cidade de Patrocínio do Muriaé – MG;

2 – Portaria nº 722, de 26 de novembro de 2001 – Associação de Desenvolvimento Comunitário de Itaúna do Sul, na cidade de Itaúna do Sul – PR;

3 – Portaria nº 729, de 26 de novembro de 2001 – Associação Comunitária para o Desenvolvimento da Cultura, Educação e Desporto de Pereiro, na cidade de Pereiro – CE;

4 – Portaria nº 750. de 6 de dezembro de 2001 – Acauã Produções Culturais – APC, na cidade de Aparecida – PB;

5 – Portaria nº 790, de 14 de dezembro de 2001 – Associação Comunitária de Radiodifusão da Armação de Búzios, na cidade de Armação de Búzios – RJ;

6 – Portaria nº 812, de 21 de dezembro de 2001 – Associação Comunitária Cultural pela Democratização dos Meios de Comunicação do Contestado, na cidade de Timbó Grande – SC; e

7 – Portaria nº 206, de 25 de fevereiro de 2002 – Associação Comunitária Pontual, na cidade de Taquarituba – SP.

Brasília, 16 de abril de 2002. **Fernando Henrique Cardoso.**

MC nº 356 EM

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária Pontual, na cidade de Taquarituba, Estado de São Paulo, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração de informações benéficas em todos os seguimentos, e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, determinei análises técnica e jurídica da petição apresentada, constatando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, substanciada nos autos do Processo Administrativo nº 53830.001675/98; que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos educacionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Pimenta da Veiga**, Ministro de Estado das Comunicações.

#### **PORTARIA Nº 206, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2002**

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto nos artigos 10 e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53830.001675/98, resolve:

Art. 1º Autorizar a Associação Comunitária Pontual, com sede na Avenida Coronel João Quintino nº 452, Centro, na cidade de Taquarituba, Estado de São Paulo, a executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade.

Art. 2º Esta autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 3º A entidade fica autorizada a operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 233º31'52"S e longitude em 49º14'27"W, utilizando a freqüência de 87,9 MHz.

Art. 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Pimenta da Veiga.**

#### **RELATÓRIO Nº 91/2002-DOSR/SSR/MC**

**Referência:** Processo nº 53.830.001.675/98 de 18 de agosto de 1.998.

**Objeto:** Requerimento de outorga de autorização para a exploração do

Serviço de Radiodifusão Comunitária.

**Interessado:** Associação Comunitária Pontual, na localidade de Taquarituba/SP.

#### **I – Introdução**

1. Associação Comunitária Pontual, inscrito no CGC sob o número 01.566.04510001-90, no Estado de São Paulo, com sede na Av. Cef. João Quintino, 452, Centro, Cidade de Taquarituba, SP, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, por meio de requerimento datado de 18 de agosto de 1998, subscrito por representante legal, demonstrando interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade que indica.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso publicado no **Diário Oficial** da União – **DOU**, de 5 de novembro de 1998, Seção III, que contempla o logradouro onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio,

3. A requerente, por final, solicita “a designação de canal para a prestação do serviço, nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão



são Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03 de junho de 1998.”, apresentando ao Ministério a documentação constante dos presentes autos.

## II – Relatório

### •atos constitutivos da entidade/documentos acessórios

4. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, por determinação do Senhor Secretário de Serviços de Radiodifusão, passa ao exame do pleito formulado pela requerente, consubstanciado na Petição de folha 1, bem como a documentação apresentada, relatando toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03-03-1998 e Norma nº 2/98, de 6-8-1998.

5. A requerente, como mencionado na introdução (item 1), ao demonstrar interesse em explorar o serviço, faz indicação da localidade onde pretende instalar seus equipamentos transmissores, complementando com o endereço da respectiva estação e coordenadas geográficas, além de pedir a designação de canal para a prestação do serviço, atendendo os requisitos do item 6.4 da Norma Complementar nº 2/98 e, ainda, juntando a documentação necessária.

6. A documentação (item 6.7 e incisos, da Norma 2/98), está contida nos autos, correspondendo ao seguinte:

- Estatuto Social;
- ata de constituição e eleição de dirigentes;
- declarações e comprovantes relativos a responsabilidades e obrigações de dirigentes, enquanto vinculados à entidade, face aos ditames legais pertinentes;
- manifestações de apoio da comunidade;
- plantas de arruamento, com indicação do local de instalação do sistema irradiante, e respectivas coordenadas geográficas;
- informações complementares de dirigentes da entidade, como declaração de residência e declaração de fiel cumprimento às normas, recolhimento da taxa de cadastro e cópias de documentos pessoais.

7. Toda a documentação mencionada está contida no intervalo de folhas 1 a 173, dos autos.

8. Analisados os documentos apresentados inicialmente e após o cumprimento de exigências, este Departamento constatou conformidade legal e normativa, pelo que passa a examinar as informações técnicas de relevância.

## III – Relatório

### • informações técnicas

9. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 km, com centro localizado na Av. Cel. João Quintino, 452, Centro, Cidade de Taquarituba, Estado de São Paulo, de coordenadas geográficas em 23°31'52"S de latitude e 49°14'27"W de longitude, consoante os dados constantes no aviso no DOU de 5-11-1998, Seção III.

10. A análise técnica desenvolvida, demonstra que, as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 152, denominado de Roteiro de Análise Técnica de RadCom”.

11. O mesmo documento trata de outros dados, conforme se segue:

- informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE;
- compatibilização de distanciamento do canal;
- situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena;
- planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante;
- outros dados e conclusão.

12. Seguiram-se diligências para alteração estatutária e apresentação do subitem 6,7 II e posteriormente o subitem 6.11, (Projeto Técnico) da Norma 2/98, (fls. 112, 139, 156, 163 e 174).

13. Cumpridas as exigências, foi expedido o “Formulário de Informações Técnicas”, fls. 177, firmado pelo engenheiro responsável, onde estão resumiadas as seguintes informações:

- identificação da entidade;
- os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio;
- características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço;
- diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

14. Segue-se o Roteiro de Verificação de Instalação da Estação, constatando-se conformidade com a Norma 2/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, folhas 179 e 180.

15. É o relatório.

#### IV – Conclusão/Opinamento

16. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do serviço de radiodifusão comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente.

17. Assim, a requerente, de acordo com o seu Estatuto Social, e nos termos de seu requerimento, atende os requisitos legais e normativos ao seu pleito, seguindo-se informações básicas sobre a entidade:

– **nome**

Associação Comunitária Pontual

– **quadro diretivo**

Presidente: Pasquale José Sangiacomo  
Vice-Presidente: Orlando Chamorro Filho  
Secretário: Luciano de Andrade Zanforlin  
Tesoureiro: Adauto Pinto da Fonseca

– **localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio**

Av. Cel. João Quintino, 452, Centro, Cidade de Taquarituba, Estado de São Paulo

– **coordenadas geográficas**

23°31'52"S de latitude e 49°14'27"W de longitude, correspondentes aos dados constantes no "Formulário de Informações Técnicas", fls. 177, e "Roteiro de Análise de Instalação da Estação de RadCom", fls. 179 e 180, que se refere à localização da estação.

18. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Comunitária Pontual, no sentido de conceder-lhe a Outorga de Autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53.830.001.675/98, de 18 de agosto de 1998.

Brasília, 31 de janeiro de 2002. – Relatora **Érica Alves Dias**, Relatora da conclusão Jurídicas Chefe da Divisão/SGR – **Neide Aparecida da Silva**. Relatorar da conclusão Técnica Chefe de Divisão/SSR

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão.

Brasília, 31 de janeiro de 2002. – **Hamilton de Magalhães Mesquita**, Coordenador-Geral

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Radiodifusão.

Brasília, 28 de fevereiro de 2002. – **Antonio Carlos Tardeli**, Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 166, DE 2003

(Nº 2.173/2002, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que autoriza a Associação de Moradores dos Bairros Novo Progresso e Alvorada – AMB, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Águas Vermelhas, Estado de Minas Gerais.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 159, de 19 de fevereiro de 2002, que autoriza a Associação de Moradores dos Bairros Novo Progresso e Alvorada – AMB, a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Águas Vermelhas, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

#### MENSAGEM Nº 274, DE 2002

Senhores Membros do Congresso Nacional.

Nos termos do art. 49 inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição Federal submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas da Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações para executar, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos e entidades:

1 – Portaria nº 149, de 19 de fevereiro de 2002 – Associação Beneficente e Cultural Comunitária Alternativa, na cidade de Patrocínio – MG;

2 – Portaria nº 154, de 19 de fevereiro de 2002 – Associação Comunitária Paraisense de Radiodifusão, na cidade de São Sebastião do Paraíso – MG;

3 – Portaria nº 159, de 19 de fevereiro de 2002 – Associação de Moradores dos Bairros Novo Progresso e Alvorada – AMB, na cidade de Águas Vermelhas – MG;

4 – Portaria nº 160, de 19 de fevereiro de 2002 – Associação dos Moradores do Bairro Morada do Sol, na cidade de Capitão Enéas – MG;

5 – Portaria nº 166, de 19 de fevereiro de 2002 – Associação Comunitária de Radiodifusão para o Desenvolvimento Artístico e Cultural de Paraguaçu, na cidade de Paraguaçu – MG;

6 – Portaria nº 204, de 25 de fevereiro de 2002 – Associação Comunitária, Cultural 3 de Novembro, na cidade Quatro Pontes – PR;

7 – Portaria nº 217, de 25 de fevereiro de 2002 – Associação Comunitária Cultural e Artístico de Renascença – ACCAR, na cidade de Renascença – PR;

8 – Portaria nº 224, de 25 de fevereiro de 2002 – Rádio Comunitária FM “Morada do Vento” de Joaquim da Távora, na cidade de Joaquim Távora – PR;

9 – Portaria nº 231, de 25 de fevereiro de 2002 – Associação Rádio Comunitária Nova Esperança FM, Cultural e Comunicação Social, na cidade de Nova Esperança do Sul – RS; e

10 – Portaria nº 236, de 25 de fevereiro de 2002 – Associação “Geovana Targino”, na cidade de Lagoa D’Anta – RN.

Brasília, 16 de abril de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso.**

MC Nº 255 EM

Brasília, 16 de março de 2002

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação de Moradores dos Bairros Novo Progresso e Alvorada – AMB, na cidade de Águas Vermelhas, Estado de Minas Gerais, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade recorreu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de respectividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração de informações benéficas em todos os seguimentos, e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, determinei análises técnica e jurídica da petição apresentada, constatando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, substanciada nos autos do Processo Administrativo nº 53710.000149/99, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

Em conformidade com os preceitos educacionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Pimenta da Veiga**, Ministro de Estado das Comunicações.

#### **PORTARIA Nº 159, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2002**

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto nos artigos 5º e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53710.000149/99, resolve:

Art. 1º Autorizar a Associação de Moradores dos Bairros Novo Progresso e Alvorada – AMB, com sede na Rua Estados Unidos, nº 45, bairro Novo Progresso, na cidade de Águas Vermelhas, Estado de Minas Gerais, a executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade.

Art. 2º Esta autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 3º A entidade fica autorizada a operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 15º43’00” S e longitude em 41º28’15” W, utilizando a frequência de 87,9 MHz.

Art. 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Pimenta da Veiga**

#### **RELATÓRIO Nº 329/2001 DOSR/SSR/MC**

**Referência:** Processo nº 53.710.000.149/99 de 10-02-1999.

**Objeto:** Requerimento de outorga de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

**Interessado:** Associação de Moradores dos Bairros Novo Progresso e Alvorada – AMB, localidade de Águas Vermelhas, Estado de Minas Gerais.

## I – Introdução

1. A Associação de Moradores dos Bairros Novo Progresso e Alvorada – AMB, inscrita no CNPJ sob o número 22.692.354/0001-87, Estado de Minas Gerais, com sede na Rua Anfilófilo José das Virgens, nº 113, Cidade de Águas Vermelhas, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, por meio de requerimento datado de 4-2-1999, subscrito por representante legal, demonstrando interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade que indica.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso publicado no **Diário Oficial** da União – **DOU**, de 27-3-2000, Seção 3, que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. A requerente, por final, solicita “a designação de canal para a prestação do serviço, nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.”, apresentando ao Ministério a documentação constante dos presentes autos.

## II – Relatório

### • atos constitutivos da entidade/documentos acessórios

4. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, por determinação do Senhor Secretário de Serviços de Radiodifusão, passa ao exame do pleito formulado pela requerente, consubstanciado na Petição de folha 1, bem como a documentação apresentada, relatando toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma nº 2/98, de 6-8-1998.

5. A requerente, como mencionado na introdução (item 1), ao demonstrar interesse em explorar o serviço, faz indicação da localidade onde pretende instalar seus equipamentos transmissores, complementando com o endereço da respectiva estação e coordenadas geográficas, além de pedir a designação de canal para a prestação do serviço, atendendo os requisitos do item 6.4 da Norma Complementar nº 2/98 e, ainda, juntando a documentação necessária.

6. A documentação (item 6.7 e incisos, da Norma 2/98), está contida nos autos, correspondendo ao seguinte:

- Estatuto Social;
- ata de constituição e eleição de dirigentes;

- declarações e comprovantes relativos a responsabilidades e obrigações de dirigentes, enquanto vinculados à entidade, em face dos ditames legais pertinentes;

- manifestações de apoio da comunidade;

- plantas de arruamento, com indicação do local de instalação do sistema irradiante, e respectivas coordenadas geográficas;

- informações complementares de dirigentes da entidade, como declaração de residência e declaração de fiel cumprimento às normas, recolhimento da taxa de cadastro e cópias de documentos pessoais.

7. Toda a documentação mencionada está contida no intervalo de folhas 2 a 68 dos autos.

8. Analisados os documentos apresentados inicialmente e após o cumprimento de exigências, este Departamento constatou conformidade legal e normativa, pelo que passa a examinar as informações técnicas de relevância.

## III – Relatório

### • informações técnicas

9. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1km, com centro localizado na Rua Anfilófilo José das Virgens, nº 113, Bairro Novo Progresso, Cidade de Águas Vermelhas, Estado de Minas Gerais, de coordenadas geográficas em 15°43'00"S de latitude e 41°28'15"W de longitude, consoantes aos dados constantes no aviso no **DOU**, de 27-3-2000, Seção III.

10. A análise técnica desenvolvida, demonstra que, as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folha 24, denominado de “Roteiro de Análise Técnica de Radcom”.

11. O mesmo documento trata de outros dados, conforme se segue:

- informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE;

- compatibilização de distanciamento do canal;

- situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena;

- planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante;

- outros dados e conclusão.

12. Seguiram-se diligências para apresentação de alterações estatutárias, documentação elencada no subitem 6.7 incisos II e XI da Norma 2/98, CNPJ da requerente, declaração do endereço da sede da Entidade, bem como do subitem 6.11, (Projeto Técnico) e adequação do mesmo à Norma 2/98 (fls. 28 a 68).

13. Cumpridas as exigências, foi expedido o "Formulário de Informações Técnicas", fl. 62, firmado pelo engenheiro responsável, onde estão resumidas as seguintes informações:

- identificação da entidade;
- os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio;
- características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço;
- diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

14. Segue-se o Roteiro de Verificação de Instalação da Estação, constatando-se conformidade com a Norma 2/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, folhas 69 e 70.

15. É o relatório.

#### IV – Conclusão/Opinamento

16. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do serviço de radiodifusão comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente.

17. Assim, a requerente, de acordo com o seu Estatuto Social, e nos termos de seu requerimento, atende os requisitos legais e normativos ao seu pleito, seguindo-se informações básicas sobre a entidade:

– **nome**

Associação de Moradores dos Bairros Novo Progresso e Alvorada – AMB.

– **quadro diretivo**

Presidente: José Francisco Borges de Amorim

Vice-Presidente: Ivete Maria do Nascimento

Secretária: Carlúcia Souza Nascimento

2ª Secretária: Juraci Alves de Souza

Tesoureiro: Janio Ferreira Costa

2º Tesoureiro: Nelson Antunes Bahia

– **localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio**

Rua Anfilófilo José das Virgens, Bairro Novo Progresso, Cidade de Águas Vermelhas, Estado de Minas Gerais;

– **coordenadas geográficas**

15°43'00"S de latitude e 41°28'15"W de longitude, correspondentes aos dados constantes no "Formulário de Informações Técnicas", fl. 62 e "Roteiro de

Análise de Instalação da Estação de RADCOM", fls. 69 e 70, que se refere à localização da estação.

18. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação de Moradores dos Bairros Novo Progresso e Alvorada – AMB, no sentido de conceder-lhe a Outorga de Autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53.710.000.149/99, de 10-2-1999.

Brasília, 28 de setembro de 2001. – **Adriana Costa**, Relatora da conclusão Jurídica – **Neide Aparecida da Silva**, Relatora da conclusão Técnica.

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão.

Brasília, 28 de setembro de 2001. – **Hamilton de Magalhães Mesquita**, Coordenador-Geral.

(À Comissão de Educação – Decisão terminativa.)

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

##### Nº 167, DE 2003

(Nº 2.174/2002, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Nova Esperança FM, Cultural e Comunicação Social a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Esperança do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 231, de 25 de fevereiro de 2002, que autoriza a Associação Rádio Comunitária Nova Esperança FM, Cultural e Comunicação Social a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Esperança do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

#### MENSAGEM Nº 274, DE 2002

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição Federal, submeto a apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações para executar, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos e entidades:

1 – Portaria nº 149, de 19 de fevereiro de 2002 – Associação Beneficente e Cultural Comunitária Alternativa, na cidade de Patrocínio – MG;

2 – Portaria nº 154, de 19 de fevereiro de 2002 – Associação Comunitária Paraisense de Radiodifusão, na cidade de São Sebastião do Paraíso – MG;

3 – Portaria nº 159, de 19 de fevereiro de 2002 – Associação de Moradores dos Bairros Novo Progresso e Alvorada – A.M.B., na cidade de Águas Vermelhas – MG;

4 – Portaria nº 160, de 19 de fevereiro de 2002 – Associação dos Moradores do Bairro Morada do Sol, na cidade de Capitão Enéas – MG;

5 – Portaria nº 166, de 19 de fevereiro de 2002 – Associação Comunitária de Radiodifusão para o Desenvolvimento Artístico e Cultural de Paraguaçu na cidade de Paraguaçu – MG;

6 – Portaria nº 204, de 25 de fevereiro de 2002 – Associação Comunitária Cultural 3 de Novembro, na cidade Quatro Pontes – PR;

7 – Portaria nº 217, de 25 de fevereiro de 2002 – Associação Comunitária Cultural Artístico de Renascença – ACCAR na cidade de Renascença – PR;

8 – Portaria nº 224, de 25 de fevereiro de 2002 – Rádio Comunitária FM “Morada do Vento” de Joaquim da Távora na cidade de Joaquim Távora – PR;

9 – Portaria nº 231, de 25 de fevereiro de 2002 – Associação Rádio Comunitária Nova Esperança FM, Cultural e Comunicação Social na cidade de Nova Esperança do Sul – RS; e

10 – Portaria nº 236, de 25 de fevereiro de 2002 – Associação “Geovana Targino”, na cidade de Lagoa D’Anta – RN.

Brasília, 16 de abril de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso.**

MC Nº 349 EM

Brasília, 22 de dezembro de 2002.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Rádio Comunitária Nova Esperança FM, Cultural e Comunicação Social, na cidade de Nova Esperança do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, explore o serviço de radiodifusão comunitária em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o servi-

ço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas também, servem de elo à integração de informações benéficas em todos os seguimentos, e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, determinei análises técnica e jurídica da petição apresentada, constatando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, substanciada nos autos do Processo Administrativo nº 53790.000169/00, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

Era conformidade com os preceitos educacionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Pimenta da Veiga**, Ministro de Estado das Comunicações.

#### **PORTARIA Nº 231, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2002**

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto nos artigos 10 o 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53790.000169/00, resolve:

Art. 1º Autorizar a Associação Rádio Comunitária Nova Esperança FM, Cultural e Comunicação Social, com sede na Avenida Almerinda de Carvalho Santos, nº 70, 1º andar, sala nº 1 – Centro, na cidade de Nova Esperança do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, a executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade.

Art. 2º Esta autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 3º A entidade fica autorizada a operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 29º24’31” S e longitude em 54º49’59” W, utilizando a frequência de 87,9 MHz.

Art. 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do

§ 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Pimenta da Veiga.**

#### **RELATÓRIO Nº 88/2002-DOSR/SSR/MC**

**Referência:** Processo nº 53.790.000.169/00, de 27-6-2000.

**Objeto:** Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

**Interessado:** Associação Rádio Comunitária Nova Esperança FM Cultural e Comunicação Social, localidade de Nova Esperança do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

#### **I – Introdução**

1. Associação Rádio Comunitária Nova Esperança FM Cultural e Comunicação Social, inscrito no CNPJ sob o número 03.889.289/0001-30, no Estado do Rio Grande do Sul, com sede na Rua Plácido de Castro, 1196, Centro, Cidade de Nova Esperança do Sul, RS, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, por meio de requerimento datado de 26 de junho de 2000, subscrito por representante legal, demonstrando interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade que indica.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso publicado no **Diário Oficial** da União – **DOU**, de 9 de abril de 2001, Seção 3, que contempla o logradouro onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. A requerente, por final, solicita “a designação de canal para a prestação do serviço, nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998”, apresentando ao Ministério a documentação constante dos presentes autos.

#### **II – Relatório**

##### **· atos constitutivos da entidade documentos acessórios**

4. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, por determinação do Senhor Secretário de Serviços de Radiodifusão, passa ao exame do pleito formulado pela requerente, consubstanciado na Petição de folha 1, bem como a documentação apresentada, relatando toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a lei nº 9.612, de 19-2-1998, o

Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma nº 2/98, de 6-8-1998.

5. A requerente, como mencionado na introdução (item 1), ao demonstrar interesse em explorar o serviço, faz indicação da localidade onde pretende instalar seus equipamentos transmissores, complementando com o endereço da respectiva estação e coordenadas geográficas, além de pedir a designação de canal para a prestação do serviço, atendendo os requisitos do item 6.4 da Norma Complementar nº 2.198 e, ainda, juntando a documentação necessária.

6. A documentação (item 6.7 e incisos, da Norma 2/98), está contida nos autos, correspondendo ao seguinte:

- Estatuto Social;
  - ata de constituição e eleição de dirigentes;
  - declarações e comprovantes relativos a responsabilidades e obrigações de dirigentes, enquanto vinculados à entidade, face aos ditames legais pertinentes;
  - manifestações de apoio da comunidade;
  - plantas de arruamento, com indicação do local de instalação do sistema irradiante, e respectivas coordenadas geográficas;
  - informações complementares de dirigentes da entidade, como declaração de residência e declaração de fiel cumprimento às normas, recolhimento da taxa de cadastro e cópias de documentos pessoais.
7. Toda a documentação mencionada está contida no intervalo de folhas 1 a 148, dos autos.
8. Analisados os documentos apresentados inicialmente e após o cumprimento de exigências, este Departamento constatou conformidade legal e normativa, pelo que passa a examinar as informações técnicas de relevância.

#### **III – Relatório**

##### **· informações técnicas**

– Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 km, com centro localizado Rua Plácido de Castro, 1196, Centro, Cidade de Nova Esperança do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, de coordenadas geográficas em 29º24’31”S de latitude e 54º49’59”W de longitude, consoante aos dados constantes do Aviso publicado no **DOU**, de 9-4-2001, Seção 3.

10. A análise técnica desenvolvida, demonstra que, as coordenadas geográficas indicadas devem ser mantidas, pelo que se depreende da memória do

documento de folhas 75, denominado de “Roteiro de Análise Técnica de RadCom”.

11. O mesmo documento trata de outros dados, conforme se segue:

- informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE;
- compatibilização de distanciamento do canal;
- situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena;
- planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante;
- outros dados e conclusão.

12. Seguiram-se diligências para apresentação do subitem 6.7, VI e VII, e posteriormente o subitem 6.11, (Projeto Técnico) da Norma 2/98, (fls. 78 e 129).

13. Cumpridas as exigências, foi expedido o “Formulário de Informações Técnicas”, fls. 134, firmado pelo engenheiro responsável, onde estão resumidas as seguintes informações:

- identificação da entidade;
- os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio;
- características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço;
- diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

14. Segue-se o Roteiro de Verificação de Instalação da Estação, constatando-se conformidade com a Norma 2/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, folhas 146 e 147.

15. É o relatório.

#### IV – Conclusão/Opinamento

16. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do serviço de radiodifusão comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente.

17. Assim, a requerente, de acordo com o seu Estatuto Social, e nos termos de seu requerimento, atende os requisitos legais e normativos ao seu pleito, seguindo-se informações básicas sobre a entidade:

#### – nome

Associação Rádio Comunitária Nova Esperança FM Cultural e Comunicação Social

#### – quadro diretivo

Presidente: Adelino Crestani

Vice-Presidente: Luís Carlos Pires de Bastos

Dir. Administrativo: José Valdeci Bastos

Dir. Adm. Adj.: Ancelmo Mayer de Bastos

Dir. Financeiro: Altair Antônio Bruno

Dir. Fin. Adj.: José Francisco Bachio

Dir. Com. Soc.: Lenir Maria Mulazzani Pivoto

#### – localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Rua Plácido de Castro, 1196, Centro, Cidade de Nova Esperança do Sul, Estado do Rio Grande do Sul

#### – coordenadas geográficas

29°24'31”S de latitude e 54°49'59”W de longitude, correspondentes aos dados constantes no “Formulário de Informações Técnicas”, fls. 134, e no “Roteiro de Análise de Instalação da Estação de RadCom”, fls. 146 e 147, que se refere à localização da estação.

18. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Rádio Comunitária Nova Esperança FM Cultural e Comunicação Social, no sentido de conceder-lhe a Outorga de Autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53.790.000.169/00, de 27 de junho de 2000.

Brasília, 31 de janeiro de 2002. – **Érica Alves Dias**, Relatora da Conclusão Jurídica – **Neide Aparecida da Silva**, Relatora da Conclusão Técnica.

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão.

Brasília, 31 de janeiro de 2002. – **Hamilton de Magalhães Mesquita**, Coordenador Geral.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 168, DE 2003

(nº 2.176/2002, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Nova de Machado, para o Desenvolvimento Artístico e Cultural a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Machado, Estado de Minas Gerais.**



O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 16, de 11 de janeiro de 2002, que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Nova de Machado, para o Desenvolvimento Artístico e Cultural a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Machado, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

### MENSAGEM Nº 275, DE 2002

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Exce1ências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações para executar, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos e entidades:

1 – Portaria nº 13, de 11 de janeiro de 2002 – Ação Social Comunitária de Capim Branco – ASCOCAB, na cidade de Capim Branco – MG;

2 – Portaria nº 16, de 11 de janeiro de 2002 – Associação Comunitária de Radiodifusão Nova de Machado, para o desenvolvimento Artístico e Cultural, na cidade de Machado – MG;

3 – Portaria nº 21, de 11 de janeiro de 2002 – Associação Comunitária Educativa Cordisburgo – FM, na cidade de Cordisburgo – MG;

4 – Portaria nº 29, de 11 de janeiro de 2002 – Associação Comunitária Ubaporanguense de Radiodifusão, na cidade de Ubaporanga – MG;

5 – Portaria nº 41, de 17 de janeiro de 2002 – Associação Comunitária Cultural de Tocantins, na cidade de Tocantins – MG;

6 – Portaria nº 46, de 17 de janeiro de 2002 – Associação de Difusão Comunitária Cultural de Paracatu – MG, na cidade de Paracatu – MG;

7 – Portaria nº 50, de 17 de janeiro de 2002 – Associação Comunitária de Rádio do Alto São Francisco, na cidade de Martinho Campos – MG;

8 – Portaria nº 54, de 17 de janeiro de 2002 – Associação Maria, Rainha da Paz, na cidade de Resplendor – MG;

9 – Portaria nº 59, de 17 de janeiro de 2002 – Rádio Comunitária Indianova – FM, na cidade de Indianópolis – MG; e

10 – Portaria nº 63, de 17 de janeiro de 2002 – Associação dos Moradores de Córrego Fundo de Cima, na cidade de Córrego Fundo – MG.

Brasília, 16 de abril de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso**.

MC Nº 248 EM

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade denominada Associação Comunitária de Radiodifusão Nova de Machado, para o desenvolvimento Artístico e Cultural, com sede na cidade de Machado, Estado de Minas Gerais, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223 da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só ao processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração de informações benéficas em todos os segmentos, e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, determinei análises técnica e jurídica da petição apresentada, constatando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada nos autos do Processo Administrativo nº 53710.000759/98, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente. – **Pimenta da Veiga**, Ministro de Estado das Comunicações.

### PORTARIA Nº 16, DE 11 DE JANEIRO DE 2002

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto nos artigos 10 e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de

1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53710.000759/98, resolve:

Art. 1º Autorizar a Associação Comunitária de Radiodifusão Nova de Machado, para o desenvolvimento Artístico e Cultural, com sede na Rua Joaquim Paulino da Costa, nº 42, na cidade de Machado, Estado de Minas Gerais, a executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade.

Art. 2º Esta autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 3º A entidade fica autorizada a operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 21º40'47"S e longitude em 45º54'54"W, utilizando a frequência de 105,9 MHz.

Art. 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos ao § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Pimenta da Veiga.**

**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRA ORDINÁRIA  
DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE  
RADIODIFUSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO  
ARTÍSTICO E CULTURAL DE MACHADO.**

**ATA PARA DELIBERAR SOBRE A ELEIÇÃO DA  
NOVA DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO E  
MODIFICAÇÕES NO ESTATUTO SOCIAL DA  
ASSOCIAÇÃO.**

Aos três (3) dias do mês de maio do ano de 2000, às 20:00 horas, reuniu-se na sede da Associação Comunitária de Radiodifusão para o Desenvolvimento Artístico e Cultural de Machado, os associados Pedro Niraldo Alves, Gilson de Moraes, Arlindo Donizetti Pereira, Delson de Ávila Alves, Reinaldo de Ávila Alves, Roque Gonçalves Mendes, Jeferson Pedrasini Mendes, Reinaldo Pimentel de Carvalho, Ione Pereira Alves, Marcos Magalhães Aguiar, Sebastião Garcia de Souza, Sebastião Soares de Carvalho e Nelson Petreca. Para a realização da Assembleia Geral Extraordinária, regularmente convocada em data de 17 de abril de 2000 por 2/3 (dois terços) dos associados, cujo assunto é a deliberação e eleição da Nova Diretoria para a associação, face a ausência do Presidente, Daniel Correa Vasconcelos e da Tesoureira Carina Ferreira Soares Vasconcelos. Consta ainda da convocação, a deliberação sobre outros assuntos de interesse geral da associação. Constatada a presen-

ça da maioria dos associados, foi dado início à Assembleia Geral Extraordinária o Secretário Pedro Niraldo Alves face a ausência do Presidente comunicou a todos os presentes que em dois (2) de maio de dois mil (2000) o Diretor Ednaldo Rodrigues de Souza apresentou sua renúncia como Vice-Presidente da Associação, apresentando carta de renúncia exibida no ato. Após passou-se a deliberar sobre a eleição da Nova Diretoria. Após sugestões e entendimentos foi apresentada a seguinte chapa: Presidente Pedro Niraldo Alves; Vice-Presidente Reinaldo de Ávila Alves; Secretário Roque Gonçalves Mendes; Tesoureiro Ione Pereira Alves. Após a apresentação da chapa única, foi feita a votação sendo a mesma eleita por aclamação total e unanimidade para mandato de 3 anos nos termos do previsto no Parágrafo I do Artigo XV do Estatuto Social. Em seguida o Presidente eleito, Sr. Pedro Niraldo Alves, pediu a palavra, agradecendo pelo expressivo apoio recebido, prometendo um grande trabalho em prol da Associação e em seguida convidou os seguintes senhores para compor a nova diretoria da Associação Comunitária de Radiodifusão para o Desenvolvimento Artístico e Cultural de Machado, que ficou assim constituída: Presidente Pedro Niraldo Alves; Vice Presidente Reinaldo de Ávila Alves; Secretário Roque Gonçalves Mendes; Tesoureira Ione Pereira Alves. Na seqüência o Presidente eleito propôs as seguintes modificações no Estatuto Social da Associação: Modificação 1 – excluir o termo “televisão” da letra “C” do Artigo IV do Estatuto Colocado em discussão e votação a alteração foi aprovada por unanimidade. Modificação 2 – excluir da letra “B” do Artigo “21” do Estatuto, a expressão “receita proveniente de prestação de serviços inclusive de terceiros”. Colocado em discussão e votação, a alteração foi aprovada por unanimidade. Modificação nº 3 – incluir na letra “B” do Artigo “21”, a expressão “patrocínio sob a forma de apoio cultural”. Colocado em discussão e votação a alteração foi aprovada por unanimidade. Modificação “4” – excluir a letra “C” do Artigo “21” do Estatuto. Colocado em discussão e votação a alteração foi aprovada por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata que vai assinada pelo Presidente Pedro Niraldo Alves, Secretário Roque Gonçalves Mendes e demais membros da diretoria e das, digo associados presentes. – **Pedro Niraldo Alves – Roque Gonçalves Mendes – Reinaldo de Ávila Alves – Gilson de Moraes – Arlindo Donizetti Pereira – Reinaldo Pimentel de Carvalho – Nelson Petreca – Sebastião Soares de Carvalho – Jeferson Pedresini Mendes – Ione Pereira Alves – Delson de Ávila Alves – Marcos Magalhães Aguiar – Sebastião Garcia de Souza.**

O presente termo é cópia e confere com a Ata lavrada às folhas 2, 2-v e 3 do Livro próprio de atas dessa Associação.

Machado, 4 de maio de 2000. – **Roque Gonçalves Mendes**, Secretário – Associação Comunitária de Radiodifusão para o Desenvolvimento Artístico e Cultural de Machado

*(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)*

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 169, DE 2003**

(nº 2.177/2002, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Educativa Cordisburgo – a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cordisburgo, Estado de Minas Gerais.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 21, de 11 de janeiro de 2002, que autoriza a Associação Comunitária Educativa Cordisburgo – FM a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cordisburgo, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**MENSAGEM Nº 275, DE 2002**

Senhores Membros do Congresso Nacional

Nos termos do art. 49, inciso XII combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição Federal submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações para executar, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos e entidades:

1 – Portaria nº 13, de 11 de janeiro de 2002 – Ação Social Comunitária de Capim Branco – ASCOCAB, na cidade de Capim Branco – MG;

2 – Portaria nº 16, de 11 de janeiro de 2002 – Associação Comunitária de Rádio difusão nova de Machado, para o desenvolvimento Artístico e Cultural na cidade de Machado – MG;

3 – Portaria nº 21, de 11 de janeiro de 2002 – Associação Comunitária Educativa Cordisburgo – FM, na cidade de Cordisburgo – MG;

4 – Portaria nº 29, de 11 de janeiro de 2002 – Associação Comunitária Ubaporanguense de Radiodifusão, na cidade de Ubaporanga – MG;

5 – Portaria nº 41, de 17 janeiro de 2002 – Associação Comunitária Cultural de Tocantins, na cidade de Tocantins – MG;

6 – Portaria nº 46, de 17 de janeiro de 2002 – Associação de Difusão Comunitária Cultural de Paracatu – MG, na cidade de Paracatu – MG;

7 – Portaria nº 50, de 17 de janeiro de 2002 – Associação Comunitária de Rádio do Alto São Francisco, na cidade de Martinho Campos – MG;

8 – Portaria nº 54, de 17 de janeiro de 2002 – Associação Maria, Rainha da Paz, na cidade de Resplendor – MG;

9 – Portaria nº 59, de 17 de janeiro de 2002 – Rádio Comunitária Indianova – FM, na cidade de Indianópolis – MG, e

10 – Portaria nº 63, de 17 de janeiro de 2002 – Associação dos Moradores de Córrego Fundo de Cima, na cidade de Córrego Fundo – MG.

Brasília, 16 de abril de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso**.

MC Nº 247 EM

Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade denominada Associação Comunitária Educativa Cordisburgo – FM, com sede na cidade de Cordisburgo, Estado de Minas Gerais, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o caput do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração de informações benéficas em todos os segmentos, e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, determinei análises técnica e jurídica da petição apresentada, constatando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, substanciada nos autos do Processo Administrativo nº 53710.00140298, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do

presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Pimenta da Veiga**, Ministro de Estado das Comunicações.

#### PORTARIA Nº 21, DE 11 DE JANEIRO DE 2003

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto nos artigos 10 e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53710.001402/98, resolve:

Art. 1º Autorizar a Associação Comunitária Educativa Cordisburgo – FM, com sede na Rua Governador Valadares, nº 16, na cidade de Cordisburgo, Estado de Minas Gerais, a executar serviço de radiodifusão

comunitária, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade.

Art. 2º Esta autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 3º A entidade fica autorizada a operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 19º07'21"S e longitude em 44º19'19"W, utilizando a frequência de 104,9 MHz.

Art. 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Pimenta da Veiga**.

**C O R D I S / F M 91.1**  
- ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA CORDISBURGO - FM -  
CNPJ - 01.812.041/0001-45  
Rua Governador Valadares, 16, Centro, Cordisburgo, MG.  
CEP - 35.780-000 - TEL. 031. 715.1314

### D E C L A R A Ç Ã O

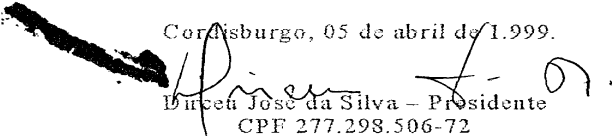
Como Diretor Presidente da Associação Comunitária Educativa Cordisburgo – FM, inscrita no CNPJ sob o número 01.812.041/0001-45, com endereço à Rua Governador Valadares, 16, centro, Cordisburgo, MG., declaro que os diretores Dirigentes da nossa entidade, a saber:

Dirceu José da Silva  
Enir Santos da Silva Freitas  
Jair de Fátima Carvalho  
Marcos Antônio de Figueiredo  
Domingos Pereira Lacerda  
Oldemar Godinho

São residente na área de nossa comunidade, a onde será instalada a torre e antena de nossos transmissores.

Por ser verdade firmo a presente declaração.

Cordisburgo, 05 de abril de 1999.

  
Dirceu José da Silva – Presidente  
CPF 277.298.506-72

CARTÓRIO DO REGISTRO DE NOTAS DE LAGOA BONITA.	
Reconheço verdadeiramente a firma	<u>Dirceu José da Silva</u>
dou fé,	
Lagoa Bonita, <u>12</u> de <u>abril</u> de <u>1999</u>	
Em teste,	<u>Ele</u> da verdade.
<u>Eneida Otildes de Oliveira</u> ENEIDA OTILDES DE OLIVEIRA TABELIA TITULAR	

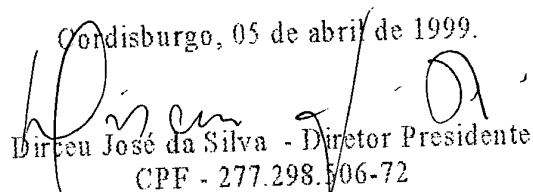
**C O R D I S / F M 91.1**  
**- ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA CORDISBURGO - FM**  
CNPJ - 01.812.041/0001-45  
Rua Deputado Renato Azeredo, 383, Centro, Cordisburgo, MG.  
CEP - 35.780-000 - TEL. 031. 715.1314

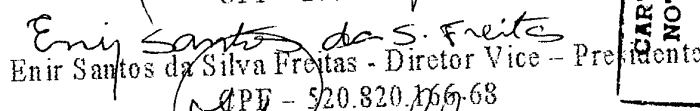
## DECLARAÇÃO

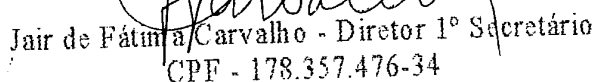
Nós, Diretores da Associação Comunitária Educativa Cordisburgo, FM, inscrita no CNPJ sob o número 01.812.041/0001-45, com endereço à Rua Deputado Renato Azeredo, 383, Centro, Cordisburgo, MG., nos comprometemos ao fiel cumprimento das normas estabelecida para o serviço de Radcom, conforme prevê a Norma 02/98 da Lei 9.612 de 19 de fevereiro de 1.998.

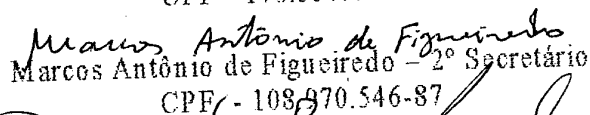
Neste termos, pedimos deferimento.

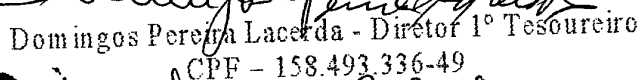
Cordisburgo, 05 de abril de 1999.

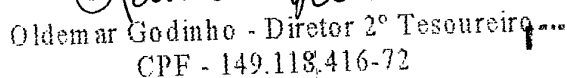
  
Dirceu José da Silva - Diretor Presidente  
CPF - 277.298.506-72

  
Enir Santos da Silva Freitas - Diretor Vice - Presidente  
CPF - 520.820.166-68

  
Jair de Fátima Carvalho - Diretor 1º Secretário  
CPF - 178.357.476-34

  
Marcos Antônio de Figueiredo - 2º Secretário  
CPF - 108.970.546-87

  
Domingos Pereira Lacerda - Diretor 1º Tesoureiro  
CPF - 158.493.336-49

  
Oldemar Godinho - Diretor 2º Tesoureiro  
CPF - 149.118.416-72

<b>CARTÓRIO DO REGISTRO DE NOTAS DE LAGOA BONITA.</b>	Reconheço a autenticidade da assinatura de <u>Dirceu José da Silva</u>
	em <u>05</u> de <u>abril</u> de <u>1999</u>
	dou fé
	Lagoa Bonita, 12 de abril de 1999
	Em teste
	da verdade
	<u>ENEIDA OTILDES DE OLIVEIRA</u>
	TABELIA TITULAR

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 170, DE 2003**

(Nº 2.178/2002, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural de Tocantins a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tocantins, Estado de Minas Gerais.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 41, de 17 de janeiro de 2002, que autoriza a Associação Comunitária Cultural de Tocantins a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tocantins, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**MENSAGEM Nº 275, DE 2002**

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de exposições de motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações para executar, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos e entidades:

1 – Portaria nº 13, de 11 de janeiro de 2002 – Ação Social Comunitária de Capim Branco – ASCOCAB, na cidade de Capim Branco – MG;

2 – Portaria nº 16, de 11 de janeiro de 2002 – Associação Comunitária de Radiodifusão Nova de Machado, para o desenvolvimento Artístico e Cultural, na cidade de Machado – MG;

3 – Portaria nº 21, de 11 de janeiro de 2002 – Associação Comunitária Educativa Cordisburgo – FM, na cidade de Cordisburgo – MG;

4 – Portaria nº 29, de 11 de janeiro de 2002 – Associação Comunitária Ubaporanguense de Radiodifusão, na cidade de Ubaporanga – MG;

5 – Portaria nº 41, de 17 de janeiro de 2002 – Associação Comunitária Cultural de Tocantins, na cidade de Tocantins – MG;

6 – Portaria nº 46, de 17 de janeiro de 2002 – Associação de Difusão Comunitária Cultural de Paracatu – MG, na cidade de Paracatu – MG;

7 – Portaria nº 50, de 17 de janeiro de 2002 – Associação Comunitária de Rádio do Alto São Francisco, na cidade de Martinho Campos – MG;

8 – Portaria nº 54, de 17 de janeiro de 2002 – Associação Maria, Rainha da Paz, na cidade de Resplendor – MG;

9 – Portaria nº 59, de 17 de janeiro de 2002 – Rádio Comunitária Indianova – FM, na cidade de Indianópolis – MG; e

10 – Portaria nº 63, de 17 de janeiro de 2002 – Associação dos Moradores de Córrego Fundo de Cima, na cidade de Córrego Fundo – MG.

Brasília, 16 de abril de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso.**

MC Nº 234 EM

Brasília, 4 de março de 2002

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,  
Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que entidade denominada Associação Comunitária Cultural de Tocantins, com sede na cidade de Tocantins, Estado de Minas Gerais, explore o serviço de radiodifusão Comunitária em conformidade com o caput do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também, servem de elo à integração de informações benéficas em todos os segmentos, e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, determinei análises técnica e jurídica da petição apresentada, constatando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada nos autos do Processo Administrativo nº 53710.0011 144/98, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais

somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, **Pimenta da Veiga**, Ministro de Estado das Comunicações.

#### PORTARIA Nº 41, DE 17 DE JANEIRO DE 2002

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto nos artigos 10 e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53710.001144/98, resolve:

Art. 1º Autorizar a Associação Comunitária Cultural de Tocantins, com sede na Rua Joana Manso de Loyola, nº 226, Bairro Centro, na cidade de Tocantins, Estado de Minas Gerais, a executar serviço de radio-difusão comunitária, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade.

Art. 2º Esta autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 3º A entidade fica autorizada a operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 21º10'30"S e longitude em 43º01'24"W, utilizando a frequência de 104,9 MHz.

Art. 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Pimenta da Veiga**.

#### RESUMO DA ATA REFERENTE A MUDANÇA DA DIRETORIA EXECUTIVA E CONSELHO FISCAL DA ACCT ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE TOCANTINS

AOS CINCO DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DE MIL NOVECENTOS E NOVENTA E NOVE, REUNIU-SE A DIRETORIA DA ACCT (ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL DE TOCANTINS) NO CENTRO PASTORAL SÃO PAULO APOSTOLO, SITUADO À RUA JOANA MANSO DE LOYOLA, 226 - CENTRO, TOCANTINS/MG, EM ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA COM O OBJETIVO DE EFETUAR A MUDANÇA DA DIRETORIA DA ACCT (ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL DE TOCANTINS), UMA VEZ VENCIDO O MANDATO DA MESMA, E APÓS APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA CHAPA APRESENTADA (CHAPA ÚNICA), A MESMA FOI CONSIDERADA ELEITA. A NOVA DIRETORIA EXECUTIVA E CONSELHO FISCAL EMPOÇADOS, FICOU ASSIM FORMADOS:

##### DIRETORIA EXECUTIVA:

PRESIDENTE: ADILSON DIAS VINHAS  
VICE-PRESIDENTE: MARIA DA GLORIA CAMARGO PEREIRA  
1º SECRETARIO: THIAGO CARVALHAIS COELHO  
2º SECRETARIO: MARIA DA GLORIA DA SILVA PEDROSA  
1º TESOUREIRO: ANTONIO DE PADUA MACHADO  
2º TESOUREIRO: ANANIAS ABRANTES

##### CONSELHO FISCAL:

NICOLA ROBERTI, ALCINEI DE SOUZA MENDES, FÁBIO DE PAIVA GARDONI, VIRGÍNIA HELENA MARTINS MACHADO E JOSÉ VANILSON DE SOUZA SANTOS.

certifico que o presente documento confere com o original apresentado.

Em testº \_\_\_\_\_ da verdade  
Tocantins, 16 de novembro de 1999.

TOCANTINS, 16 DE NOVEMBRO DE 1999.

Tabelionato e Registro Civil  
Tocantins - Minas Gerais  
CEP 36512-000

Raymundo de Assumpção

THIAGO CARVALHAIS COELHO  
1º SECRETARIO

180

180

180

180  
180  
180

Thiago Carvalho Coelho

16 de novembro de 1999

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 171, DE 2003**

(Nº 2.179/2002, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Alpinopolense de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alpinópolis, Estado de Minas Gerais.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 210, de 25 de fevereiro de 2002, que autoriza a Associação Comunitária Alpinopolense de Radiodifusão a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alpinópolis, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**MENSAGEM Nº 276, DE 2002**

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações para executar, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos e entidades:

1 – Portaria nº 210, de 25 de fevereiro de 2002 – Associação Comunitária Alpinopolense de Radiodifusão, na cidade de Alpinópolis – MG;

2 – Portaria nº 211, de 25 de fevereiro de 2002 – Associação Comunitária de Radiodifusão de Planaltina do Paraná, na cidade de Planaltina do Paraná – PR;

3 – Portaria nº 212, de 25 de fevereiro de 2002 – Associação Cultural da Rádio Comunidade FM Novo Tempo, na cidade de Santo Antônio das Missões – RS;

4 – Portaria nº 218, de 25 de fevereiro de 2002 – Associação Movimento Comunitário Com Rádio Local Prata/FM, na cidade de Prata – PB;

5 – Portaria nº 232, de 25 de fevereiro de 2002 – Associação de Desenvolvimento Artístico Cultural e Social Atividade, na cidade de Muritinga do Sul – SP;

6 – Portaria nº 233, de 25 de fevereiro de 2002 – Associação Comunitária Ebenézer, na cidade de Divinópolis – MG;

7 – Portaria nº 234, de 25 de fevereiro de 2002 – Sociedade Amigos de Santa Cruz da Conceição, na cidade de Santa Cruz da Conceição – SP; e

8 – Portaria nº 237, de 25 de fevereiro de 2002 – Associação de Moradores de Umbuzeiro – AMU, na cidade de Umbuzeiro – PB.

Brasília, 16 de abril de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso.**

MC Nº 337 EM

Brasília, 22 de março de 2002

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,  
Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização a respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária Alpinopolense de Radiodifusão, na cidade de Alpinópolis, Estado de Minas Gerais, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas também, servem de elo à integração de informações benéficas em todos os seguimentos, e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, determinei análises técnica e jurídica da petição apresentada, constatando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, substanciada nos autos do Processo Administrativo nº 53710.001527/98, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

Em conformidade com os preceitos educacionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Pimenta da Veiga**, Ministro de Estado das Comunicações

**PORTARIA Nº 210, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2002**

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto nos artigos 10 e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53710.001527/98, resolve:

Art. 1º Autorizar a Associação Comunitária Alpinopolense de Radiodifusão, com sede na Rua Quiri-



no dos Reis, s/nº – Centro, na cidade de Alpinópolis, Estado de Minas Gerais, a executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade.

Art. 2º Esta autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 3º A entidade fica autorizada a operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 20º52'39"S e longitude em 46º23'28"W, utilizando a frequência de 87,9 MHz.

Art. 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Pimenta da Veiga.**

#### **RELATÓRIO Nº 66/2002-DOSR/SSR/MC**

**Referência:** Processo nº 53.710.001.527/98, de 26-11-98.

**Objeto:** Requerimento de outorga de autorização para a exploração de Serviço de Radiodifusão Comunitária.

**Interessado:** Associação Comunitária Alpinopolense de Radiodifusão, localidade de Alpinópolis, Estado de Minas Gerais.

#### **I – Introdução**

1. Associação Comunitária Alpinopolense de Radiodifusão, inscrito no CGC sob o número 01.430.256/0001-00, no Estado de Minas Gerais, com sede na Rua Quirino dos Reis, s/nº, Cidade de Alpinópolis, MG, dirigiu-se ao Sr. Ministro de Estado das Comunicações, por meio de requerimento datado de 15 de outubro de 1998, subscrito por representante legal, demonstrando interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade que indica.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso publicado no *Diário Oficial da União – DOU*, de 5 de novembro de 1998, Seção 3, que contempla o logradouro onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. A requerente, por final, solicita “a designação de canal para a prestação do serviço, nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998”, apresentando ao Ministério a documentação constante dos presentes autos.

#### **II – Relatório**

##### **• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios**

4. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, por determinação do Sr. Secretário de Serviços de Radiodifusão, passa ao exame do pleito formulado pela requerente, consubstanciado na Petição de folha 1, bem como a documentação apresentada, relatando toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma nº 2/98, de 6-8-1998.

5. A requerente, como mencionado na introdução (item 1), ao demonstrar interesse em explorar o serviço, faz indicação da localidade onde pretende instalar seus equipamentos transmissores, complementando com o endereço da respectiva estação e coordenadas geográficas, além de pedir a designação de canal para a prestação do serviço, atendendo os requisitos do item 6.4 da Norma Complementar nº 2/98 e, ainda, juntando a documentação necessária.

6. A documentação (item 6.7 e incisos, da Norma nº 2/98), está contida nos autos, correspondendo ao seguinte:

- Estatuto Social;
  - ata de constituição e eleição de dirigentes;
  - declarações e comprovantes relativos a responsabilidades e obrigações de dirigentes, enquanto vinculados à entidade, em face dos ditames legais pertinentes;
  - manifestações de apoio da comunidade;
  - plantas de arruamento, com indicação do local de instalação do sistema irradiante, e respectivas coordenadas geográficas;
  - informações complementares de dirigentes da entidade, como declaração de residência e declaração de fiel cumprimento às normas, recolhimento da taxa de cadastro e cópias de documentos pessoais.
7. Toda a documentação mencionada está contida no intervalo de folhas 1 a 90, dos autos.

8. Analisados os documentos apresentados inicialmente e após o cumprimento de exigências, este Departamento constatou conformidade legal e normativa, pelo que passa a examinar as informações técnicas de relevância.

#### **III – Relatório**

##### **• informações técnicas**

9. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1km, com

centro localizado na Rua Quirino dos Reis, s/nº, cidade de Alpinópolis, Estado de Minas Gerais, de coordenadas geográficas em 20°52'39"S de latitude e 46°23'28"W de longitude, consoante os dados constantes do Aviso publicado no **DOU**, de 5-11-98, Seção 3.

10. A análise técnica desenvolvida demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 31 a 34, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom".

11. O mesmo documento trata de outros dados, conforme se segue:

- informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE;
- compatibilização de distanciamento do canal;
- situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena;
- planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante;
- outros dados e conclusão.

12. Seguiram-se diligências para alteração estatutária e apresentação do subitem 6.7 II, IV, VI e VIII, bem como do subitem 6.11, (Projeto Técnico) da Norma nº 2/98, (fls. 40, 56, 71 e 82).

13. Cumpridas as exigências, foi expedido o "Formulário de Informações Técnicas", fls. 47, firmado pelo engenheiro responsável, onde estão resumidas as seguintes informações:

- identificação da entidade;
- os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio;
- características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço;
- diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

14. Segue-se o Roteiro de Verificação de Instalação da Estação, constatando-se conformidade com a Norma nº 2/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, folhas 52, 53 e 54.

15. É o relatório.

#### IV – Conclusão/Opinamento

16. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do serviço de radiodifusão comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente.

17. Assim, a requerente, de acordo com o seu Estatuto Social, e nos termos de seu requerimento,

atende os requisitos legais e normativos ao seu pleito, seguindo-se informações básicas sobre a entidade:

#### – nome

Associação Comunitária Alpinopolense de Radiodifusão

#### – quadro diretivo

Presidente: Margarida Maria Alacoque

Vice-Presidente: Marcélio de Lima Santos

Secretário: Darlan de Paula Vilela

Tesoureiro: Renata de Paula Vilela Lima

#### – localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Rua Quirino dos Reis, s/nº, cidade de Alpinópolis, Estado de Minas Gerais

#### – coordenadas geográficas

20°52'39"S de latitude e 46°23'28"W de longitude, correspondentes aos dados constantes no "Formulário de Informações Técnicas", fls. 47 e no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação de RADCOM", fls. 52, 53 e 54, que se refere à localização da estação.

18. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Comunitária Alpinopolense de Radiodifusão, no sentido de conceder-lhe a Outorga de Autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53.710.001.527/98, de 26 de novembro de 1998.

Brasília, 28 de janeiro de 2002. – **Érica Alves Dias**, Relatora da Conclusão Jurídica, Chefe de Divisão/SSR. De acordo; **Adriana Resende Avelar Rabelo**, Relatora da Conclusão Técnica, Chefe de Serviço/SSR.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão.

Brasília, 30 de janeiro de 2002. – **Hamilton de Magalhães Mesquita**, Coordenador-Geral.

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Radiodifusão.

Brasília, 31 de janeiro de 2002. – **Antonio Carlos Tardeli**, Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

O Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim, 1º Vice-Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – O Expediente lido vai à publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – Os **Projetos de Decreto Legislativo nºs 162 a 171, de 2003**, lidos anteriormente, tramitarão com prazo determinado de 45 dias, de acordo com o art. 223, § 1º, da Constituição Federal.

A Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do Parecer nº 34, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprovado pelo Plenário em 25 de março último, os projetos lidos serão apreciados terminativamente pela Comissão de Educação, onde poderão receber emendas pelo prazo único de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, b, combinado com o art. 375, ambos do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – Sobre a mesa, propostas de emenda à Constituição que serão lidas pela Srª 1ª Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko.

São lidas as seguintes:

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 14, DE 2003**

**Altera a redação do § 1º do art. 14 da Constituição Federal, permitindo que a lei disponha sobre a adoção do voto facultativo.**

Às Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda da Constitucional:

O § 1º do Art. 14 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 14. ....  
.....

§ 1º A lei regulamentará o voto e o alistamento eleitoral.”

Art. 2º Esta emenda entrará em vigor na data de sua publicação.

Art 3º Revogam-se os incisos I e II do § 1º do art. 14 da Constituição Federal.

**Justificação**

Visamos, com esta proposição, provocar a discussão sobre o tema do voto facultativo, mas por meio de uma fórmula que remete à lei a competência para sua adoção, retirando-a da esfera constitucional.

Essa não será uma discussão nova. De há muito que o tema vem merecendo a análise de estudiosos da matéria eleitoral. Nos inclinamos pela corrente que acredita na maturidade do povo brasileiro, que não

necessita de imposição legal para o perfeito cumprimento de sua obrigação eleitoral. Com a evolução do nosso sistema educativo, dos meios de comunicação, que hoje atingem os mais longínquos rincões da pátria, com o advento da Internet, que se populariza dia a dia facilitando a informação, houve um amadurecimento da sociedade brasileira que se politizou a olhos vistos. A consequência foi a maturidade política de nosso povo, que tem dado disso demonstrações em episódios como a luta pela redemocratização do País, cujo ponto mais alto foi o movimento pelas diretas já, no episódio do **Impeachment** de um presidente da República, que se desviou de princípios éticos e até mesmo em fatos que levaram este Senado a cortar na própria carne. Observa-se hoje a participação do povo em tudo o que interessa aos destinos nacionais, o que torna um contra-senso pretender-se coagi-lo ao cumprimento de um dever cívico. Mesmo em temas eleitorais, temos tido a demonstração de que tal coação é desnecessária. São os jovens que se alistam espontaneamente e idosos que mesmo desobrigados insistem no comparecimento às urnas, tudo numa demonstração do amadurecimento da consciência coletiva nacional.

Por outro lado, há que considerar as mudanças pelas quais o mundo tem passado. Importantes países que adotam a democracia representativa não adotam o modelo vigente no Brasil. Ao contrário prevalece a livre manifestação da vontade popular. Basta citar um exemplo, o dos Estados Unidos que não recorre ao recurso do voto obrigatório. Ali o cidadão é livre para optar entre comparecer ou não às urnas e nem por isso as campanhas eleitorais deixam de ser arduamente disputadas.

Como regra geral, o voto facultativo é o modelo adotado nas principais democracias do mundo contemporâneo. Parte-se do princípio de que o voto é uma faculdade da pessoa. Ele implica no reconhecimento da autodeterminação do cidadão e é entendido como fruto de sua liberdade de escolha. Em resumo, espelha a vontade livre do cidadão. Não pode, pois, está jungido a uma norma legal impositiva, que, em última essência, é uma negação do próprio significado do vocábulo, pois, na expressão voto, está embutida a idéia de liberdade. O ato volitivo não pode ser, portanto, obrigatório, já que a vontade é uma questão de consciência.

Portanto, o voto numa democracia é uma manifestação de vontade e o exerce quem está consciente e tem discernimento para tal. O eleitor ao comparecer às urnas, está no pleno exercício de sua liberdade. Não há como deixar de reconhecer que num regime de democracia plena o sufrágio universal, direto e secreto, a opção eleitoral é um direito deferido ao cida-

ção, mas este direito tem caráter subjetivo, o que quer dizer que pode ser usufruído ou não, a depender da vontade soberana de quem o detém. O titular de um direito subjetivo pode fazer ou não fazer uso dele e é isso o que caracteriza a livre manifestação da vontade.


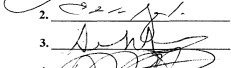
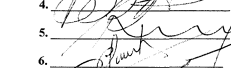
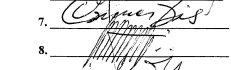
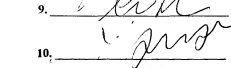
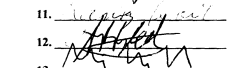
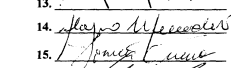
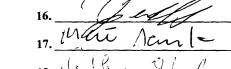
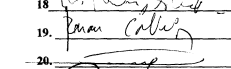

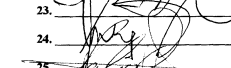
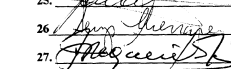



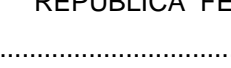
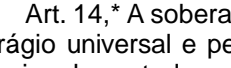
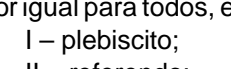
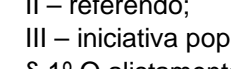
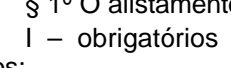
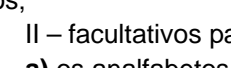
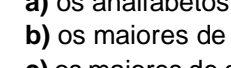
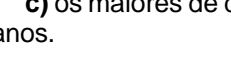
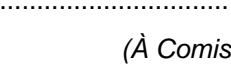
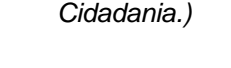


Dentro desta perspectiva é possível concluir-se que o importante numa disputa eleitoral é a mobilização popular. Esta é que exprime a substância da atuação política do eleitorado. Não há dúvida de que quem vota apenas por que assim o determina a lei e não quer sofrer as sanções inerentes à desobediência, não está contribuindo, de modo positivo, para o aperfeiçoamento do sistema democrático. Pode até comparecer às urnas, mas vota com desinteresse, anulando, na maioria das vezes, o voto, até mesmo como forma de protesto por ter sido coagido a comparecer a um pleito do qual está totalmente desinteressado. E nisso se diferencia do eleitor livre e consciente que comparece por que quer dar a sua parcela de contribuição para o aperfeiçoamento do processo político do País.

O voto obrigatório tem sido a marca registrada dos estados totalitários, onde o governante necessita deste subterfúgio para compelir o comparecimento aos pleitos e dar uma aparência de legalidade a um regime de força. Vê-se, pois que obrigar a votar é uma forma de totalitarismo. Nada tem de consciência política de um povo. Já o voto facultativo coloca o cidadão no terreno da plena e livre escola, fazendo com que o sufrágio seja o coroamento dos ideais democráticos e, por ser voluntário, acaba por consolidar o aperfeiçoamento das instituições. Sendo a sociedade participativa – como no caso brasileiro – não há por que impor uma obrigação que é ao mesmo tempo uma faculdade. Há que se reconhecer como garantia individual o ato de manifestar-se ou não por meio do sufrágio universal e direto.

Assim sendo, propomos aqui que se remeta à lei a regulamentação sobre o voto e quanto ao alistamento eleitoral, retirando a matéria da esfera constitucional e igualando a forma de regulação ao sistema de outras democracias do mundo a exemplo dos Estados Unidos, da Suíça, das Comunidades Britânicas, da Alemanha e da Espanha, entre outras.

Desconstitucionalizando-se a matéria, ao Congresso Nacional caberá, em outra etapa, definir a questão, mantendo ou não a obrigatoriedade do sufrágio no Brasil, podendo, ainda, implantar a nova sistemática de forma gradativa, de modo a aferir o grau de maturidade do povo brasileiro. Enfim, o que se pretende aqui é retirar a matéria da esfera constitucional flexibilizando o debate em torno da magna questão.

Sala das Sessões, 7 de abril de 2003. –

1. 	ALVARO DIAS
2. 	EDUARDO AZEREDO
3. 	AUGUSTO G. DE ALMEIDA
4. 	AUGUSTO C. DE ALMEIDA
5. 	AUGUSTO C. DE ALMEIDA
6. 	AUGUSTO C. DE ALMEIDA
7. 	AUGUSTO C. DE ALMEIDA
8. 	AUGUSTO C. DE ALMEIDA
9. 	AUGUSTO C. DE ALMEIDA
10. 	AUGUSTO C. DE ALMEIDA
11. 	AUGUSTO C. DE ALMEIDA
12. 	AUGUSTO C. DE ALMEIDA
13. 	AUGUSTO C. DE ALMEIDA
14. 	AUGUSTO C. DE ALMEIDA
15. 	AUGUSTO C. DE ALMEIDA
16. 	AUGUSTO C. DE ALMEIDA
17. 	AUGUSTO C. DE ALMEIDA
18. 	AUGUSTO C. DE ALMEIDA
19. 	AUGUSTO C. DE ALMEIDA
20. 	AUGUSTO C. DE ALMEIDA
21. 	AUGUSTO C. DE ALMEIDA
22. 	AUGUSTO C. DE ALMEIDA
23. 	AUGUSTO C. DE ALMEIDA
24. 	AUGUSTO C. DE ALMEIDA
25. 	AUGUSTO C. DE ALMEIDA
26. 	AUGUSTO C. DE ALMEIDA
27. 	AUGUSTO C. DE ALMEIDA

## LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SUBSECRETARIA DE ATA

### CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 14,\* A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

- I – plebiscito;
- II – referendo;
- III – iniciativa popular.

§ 1º O alistamento eleitoral e o voto são:

I – obrigatórios para os maiores de dezoito anos;

II – facultativos para:

- a) os analfabetos;
- b) os maiores de setenta anos;
- c) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

## PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 15, DE 2003

**Acrescenta § 7º ao art. 220 da Constituição Federal, a fim de permitir que a lei possa impor restrições à divulgação de pesquisas eleitorais.**

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal promulgam a seguinte emenda à Constituição:

Art. 1º O art. 220 da Constituição Federal fica acrescido do seguinte § 7º:

“Art. 220. ....  
.....

§ 7º A divulgação de pesquisa eleitoral nos meios de comunicação estará sujeita às restrições estabelecidas no inciso II do § 3º, além de limitações de prazos, a serem fixados em lei, de modo não influir na decisão do eleitor.”

Art. 2º Esta emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.

### Justificação

Não resta dúvida de que a divulgação de pesquisas eleitorais constitui-se num tema polêmico. Em um ponto, contudo, parece haver consenso. As pesquisas interferem, de alguma maneira, na formação da opinião do eleitorado, chegando mesmo, em considerável percentual dos casos, a determinar a decisão de eleitores, principalmente daqueles que votam em razão de simpatia pela pessoa do candidato e não por acreditar em seu programa ou concordar com sua posição ideológica. Impõe-se, pois, a necessidade de regulamentar essa divulgação.

Forçoso é reconhecer que a idéia de estabelecer restrições à divulgação das pesquisas eleitorais pela imprensa, particularmente pela televisão, esbarra numa limitação constitucional. Com efeito, a interpretação mais usual do artigo 220 da Carta Magna, esposada pelo Tribunal Superior Eleitoral, consagra plena liberdade aos meios de comunicação, para a divulgação dos resultados de pesquisas eleitorais, inclusive no dia da votação. Mas impõe-se considerar, na análise da questão, direitos individuais que também são consagrados na carta constitucional. Contrapõem-se, neste caso, dois princípios da mais alta relevância. De um lado, o direito à informação, previsto pelo inciso XIV, do artigo 5º da CF e, do outro, a liberdade de consciência e de crença, assegurada pelo inciso VI do mesmo dispositivo constitucional.

Não há como negar que a prática corriqueira dos meios de comunicação de divulgar resultados de pesquisas eleitorais como se retratassem fielmente o pensamento de um conjunto representativo do eleitorado, interfere diretamente na formação da vontade do eleitor. Em face do que se impõe uma limitação, pois, fere, indubitavelmente, a liberdade de consciência e de crença. Portanto, trata-se aqui de garantir a vontade do eleitor, livrando-a da influencia da divulgação do resultado das pesquisas. E não se diga que se está inovando. Essa garantia já existe na legislação em vigor, quando se proíbe a propaganda nos últimos dois dias que antecedem ao pleito. Qual é o espírito do legislador? O de evitar que o eleitor seja influenciado por mecanismos, nas últimas horas.

A proposta de emenda à Constituição que aqui se apresenta tem, pois, por escopo, evitar que a divulgação das pesquisas possa influenciar, da maneira como hoje ocorre, a decisão do eleitorado, principalmente na fase final da campanha, mediante o acréscimo de um novo parágrafo ao artigo 220 da Constituição Federal, estabelecendo que a divulgação de pesquisa eleitoral através dos meios de comunicação, estará sujeita às restrições estabelecidas no inciso II do § 3º, além de limitações de prazo, que serão fixados em lei, de modo a não influir na decisão do eleitor. A sugestão que aqui se faz está baseada nos mesmos princípios éticos e sociais que a Constituição Federal consagra no artigo 221, IV, que é o respeito aos valores éticos e sociais da pessoa humana, bem como de sua família.

Com a aprovação da matéria se estará contribuindo para o aperfeiçoamento das instituições democráticas do Brasil.

Sala das Sessões, 7 de abril de 2003. —

Senador ALVARO DIAS

1.	ALVARO DIAS
2.	EDSON LOBÃO
3.	Sebastião
4.	EDUARDO AMORIM
5.	FERNANDO FIGUEIRA
6.	ANA JÚLIA CARREIRA
7.	ESPÍNDOLA
8.	ROBERTO SILVA
9.	LUÍZ OTÁVIO
10.	OSMANO SILVA
11.	VALDIR FIGUEIRA
12.	ALVARO DIAS
13.	ALVARO DIAS
14.	ALVARO DIAS
15.	ALVARO DIAS
16.	ALVARO DIAS
17.	ALVARO DIAS
18.	ALVARO DIAS
19.	ALVARO DIAS
20.	ALVARO DIAS
21.	ALVARO DIAS
22.	ALVARO DIAS
23.	ALVARO DIAS
24.	ALVARO DIAS
25.	ALVARO DIAS
26.	ALVARO DIAS
27.	ALVARO DIAS

## LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CAPÍTULO V

## Da Comunicação Social

Art. 220. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo, não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

§ 1º Nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no art. 5º, IV, V, X, XIII e XIV.

§ 2º É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística.

§ 3º Compete à lei federal:

I – regular as diversões e espetáculos públicos, cabendo ao poder público informar sobre a natureza deles, as faixas etárias a que não se recomendem, locais e horários em que sua apresentação se mostre inadequada;

II – estabelecer os meios legais que garantam à pessoa e à família a possibilidade de se defenderem de programas ou programações de rádio e televisão que contrariem o disposto no art. 221, bem como da propaganda de produtos, práticas e serviços que possam ser nocivos à saúde e ao meio ambiente.

§ 4º A propaganda comercial de tabaco, bebidas alcoólicas, agrotóxicos, medicamentos e terapias estará sujeita a restrições legais, nos termos do inciso II parágrafo anterior, e conterá, sempre que necessário, advertência sobre os malefícios decorrentes de seu uso.

§ 5º Os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio.

§ 6º A publicação de veículo impresso de comunicação independe de licença de autoridade.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – As propostas de emenda à Constituição que acabam de ser lidas estão sujeitas às disposições específicas constantes do art. 354 e seguintes do Regimento Interno.

As matérias serão publicadas e despachadas à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que será lido pela Srª 1ª Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko.

É lido o seguinte:

## PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 106, DE 2003

**Altera os arts. 40 e 42 da Lei 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade, que dispõem sobre o plano diretor e seu sistema de acompanhamento e controle.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 4º do art. 40 da Lei 10.257, de 10 de julho de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 40. ....

§ 4º O processo de elaboração do plano diretor e a fiscalização de sua implementação pelos Poderes Legislativo e Executivo municipais obedecerão a sistema de acompanhamento e controle que garanta:

I – a elaboração de estudos sociais, econômicos, urbanísticos e ambientais que permitam dimensionar a demanda existente para cada segmento do mercado imobiliário e definir a melhor maneira de distribuí-la no território.

II – a publicidade quanto aos documentos e informações produzidos;

III – o acesso de qualquer interessado aos documentos; e informações produzidas;

IV – a promoção de audiências públicas e debates com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade;

.....(NR)”

Art. 2º O art. 42 da Lei nº 10.257, de 10 de Julho de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 42. O plano diretor deverá conter no mínimo:

I – delimitação das zonas urbanas e de expansão urbana;

II – estabelecimento, para cada zona, dos usos permitidos e de índices urbanísticos relativos a áreas mínimas e máximas de lotes e a coeficientes básicos, máximos e mínimos de aproveitamento, considerando a existência de infra-estrutura e de demanda para utilização;

III – disposições requeridas pelos arts. 5º, 25, 28, 29, 32 e 35 desta lei;

IV – traçado do sistema viário principal da cidade, existente e projetado;

V – distribuição no território de equipamentos urbanos e comunitários, existentes e programados, considerando as carências de cada região e a disponibilidade de recursos para sua construção e manutenção. (NR)”

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

### Justificação

A presente proposição tem por objetivo aperfeiçoar o Estatuto da Cidade, instituído pela Lei nº 10.257, de 2001, para precisar melhor o conteúdo do plano diretor e seu processo de elaboração.

A exigência de plano diretor para as cidades com mais de 20.000 habitantes foi introduzida no direito brasileiro pela Constituição Federal de 1988 (art. 182, § 1º). Não foi, entretanto, explicitado o conceito de plano diretor, tendo surgido diversas interpretações distintas sobre qual seria seu conteúdo.

O Estatuto da Cidade, em seu art. 42, veio regulamentar a matéria mas o fez de maneira imperfeita. Embora tenha definido claramente seu caráter urbanístico, deixou margem a dúvidas quanto à natureza auto-aplicável ou não de suas normas. Vinculou a aplicação dos novos instrumentos ao plano diretor, mas não esclareceu qual deva ser sua relação com os instrumentos tradicionais de regulação do uso do solo.

Tal questão ganha relevo na medida em que a elaboração do plano diretor sujeita-se a regras especiais, destinadas a assegurar a participação da população. Neste sentido, o Estatuto da Cidade estabeleceu a publicidade dos documentos e das informações produzidas, assim como a participação da população e de associações representativas, mediante debates e audiências públicas.

Essa situação tem gerado graves inconvenientes, uma vez que alguns municípios têm regulado o uso do solo em leis esparsas, desvinculadas do plano diretor. Com isso, o urbanismo deixa de obedecer a um planejamento prévio e fica vulnerável a pressões particularistas.

A legislação urbanística assim elaborada transforma-se em uma colcha de retalhos, que produz graves distorções no mercado imobiliário. Em alguns segmentos há uma produção excessiva de unidades, que ficam, em grande medida, ociosas. E o caso da proliferação indiscriminada de apartamentos de luxo e apart-hotéis. Já em outros segmentos do mercado, há uma restrição injustificada à produção de unidades. Pode-se citar o exemplo da habitação de baixa renda, que se vê inviabilizada pela adoção de padrões elitistas de urbanização e uso do solo.

A presente proposição visa a assegurar que a legislação urbanística seja elaborada com base na demanda efetivamente existente para cada segmento do mercado imobiliário. Nesse sentido, explicita melhor o conteúdo do plano diretor e de seu sistema de acompanhamento e controle.

Pelas razões expostas, contamos com a colaboração dos ilustres parlamentares para a aprovação do projeto ora apresentado.

Sala das Sessões, 7 de abril de 2003. – Senador  
**Aelton Freitas.**

### LEGISLAÇÃO CITADA

#### CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

#### CAPÍTULO II Da Política Urbana

Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo poder público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

§ 1º O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

#### LEI Nº 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001 ESTATUTO DA CIDADE

Art. 40. O plano diretor, aprovado por lei municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana.

§ 1º O plano diretor é parte integrante do processo de planejamento municipal, devendo o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual incorporar as diretrizes e as prioridades nele contidas.

§ 2º O plano diretor deverá englobar o território do município como um todo.

§ 3º A lei que instituir o plano diretor deverá ser revista, pelo menos, a cada dez anos.

§ 4º No processo de elaboração do plano diretor e na fiscalização de sua implementação, os Poderes Legislativo e Executivo municipais garantirão:

I – a promoção de audiências públicas e debates com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade;

II – a publicidade quanto aos documentos e informações produzidos;

III – o acesso de qualquer interessado aos documentos e informações produzidos.

Art. 42. O plano diretor deverá conter no mínimo:

I – a delimitação das áreas urbanas onde poderá ser aplicado o parcelamento, edificação ou utilização compulsórios, considerando a existência de infraestrutura e de demanda para utilização, na forma do art. 5º desta lei;

II – disposições requeridas pelos arts. 25, 28, 29, 32 e 35 desta lei;

III – sistema de acompanhamento e controle.

## Seção II

**Do parcelamento,  
edificação ou utilização compulsórios**

Art. 5º Lei Municipal específica para área incluída no plano diretor poderá determinar o parcelamento, a edificação ou a utilização compulsórios do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, devendo fixar as condições e os prazos para implementação da referida obrigação.

§ 1º Considera-se subutilizado o imóvel:

I – cujo aproveitamento seja inferior ao mínimo definido no plano diretor ou em legislação dele decorrente;

II – (VETADO)

§ 2º O proprietário será notificado pelo Poder Executivo municipal para o cumprimento da obrigação, devendo a notificação ser averbada no cartório de registro de imóveis.

§ 3º A notificação far-se-á:

I – por funcionário do órgão competente do Poder Público municipal, ao proprietário do imóvel ou, no caso de este ser pessoa jurídica, a quem tenha poderes de gerência geral ou administração;

II – por edital quando frustrada, por três vezes, a tentativa de notificação na forma prevista pelo inciso I.

§ 4º Os prazos a que se refere o **caput** não poderão ser inferiores a:

I – um ano, a partir da notificação, para que seja protocolado o projeto no órgão municipal competente;

II – dois anos, a partir da aprovação do projeto, para iniciar as obras do empreendimento.

§ 5º Em empreendimentos de grande porte, em caráter excepcional, a lei municipal específica a que se refere o **caput** poderá prever a conclusão em etapas, assegurando-se que o projeto aprovado compreenda o empreendimento como um todo.

## Seção VIII

**Do direito de preempção**

Art. 25. O direito de preempção confere ao Poder Público municipal preferência para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares.

§ 1º Lei Municipal, baseada no plano diretor, delimitará as áreas em que incidirá o direito de preempção e fixará prazo de vigência, não superior a cinco anos, renovável a partir de um ano após o decurso do prazo inicial de vigência.

§ 2º O direito de preempção fica assegurado durante o prazo de vigência fixado na forma do § 1º, independentemente do número de alienações referentes ao mesmo imóvel.

## Seção IX

**Da outorga onerosa do direito de construir**

Art. 28. O plano diretor poderá fixar áreas nas quais o direito de construir poderá ser exercido acima do coeficiente de aproveitamento básico adotado, mediante contrapartida a ser prestada pelo beneficiário.

§ 1º Para os efeitos desta lei, coeficiente de aproveitamento é a relação entre a área edificável e a área do terreno.

§ 2º O plano diretor poderá fixar coeficiente de aproveitamento básico único para toda a zona urbana ou diferenciado para áreas específicas dentro da zona urbana.

§ 3º plano diretor definirá os limites máximos a serem atingidos pelos coeficientes de aproveitamento, considerando a proporcionalidade entre a infraestrutura existente e o aumento de densidade esperado em cada área.

Art. 29. O plano diretor poderá fixar áreas nas quais poderá ser permitida alteração de uso do solo, mediante contrapartida a ser prestada pelo beneficiário.

## Seção X

**Das operações urbanas consorciadas**

Art. 32. Lei municipal específica, baseada no plano diretor, poderá delimitar área para aplicação de operações consorciadas.

§ 1º Considera-se operação urbana consorciada o conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Poder Público municipal, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar em uma área transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental.

§ 2º Poderão ser previstas nas operações urbanas consorciadas, entre outras medidas:

I – a modificação de índices e características de parcelamento, uso e ocupação do solo e subsolo, bem como alterações das normas edilícias, considerado o impacto ambiental delas decorrente;

II – a regularização de construções, reformas ou ampliações executadas em desacordo com a legislação vigente.

## Seção XI

**Da transferência do direito de construir**

Art. 35. Lei municipal, baseada no plano diretor, poderá autorizar o proprietário de imóvel urbano, privado ou público, a exercer em outro local, ou alienar, mediante escritura pública, o direito de construir previsto no plano diretor ou em legislação urbanística



dele decorrente, quando o referido imóvel for considerado necessário para fins de:

I – implantação de equipamentos urbanos e comunitários;

II – preservação, quando o imóvel for considerado de interesse histórico, ambiental, paisagístico, social ou cultural;

III – servir a programas de regularização fundiária, urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda e habitação de interesse social.

§ 1º A mesma faculdade poderá ser concedida ao proprietário que doar ao Poder Público seu imóvel, ou parte dele, para os fins previstos nos incisos I a III do **caput**.

§ 2º A Lei Municipal referida no **caput** estabelecerá as condições relativas à aplicação da transferência do direito de construir.

.....  
(À Comissão de Assuntos Sociais –  
decisão terminativa.)

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – Aviso nº 374-SGS-TCU/2003, que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 270, de 2003-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à inspeção nas obras de ampliação dos molhes do Porto de Rio Grande/RS e Dragagem de Aprofundamento do Canal de Acesso (TC nº 016.151/2002-2).

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – O expediente lido, juntado ao processado do Decreto Legislativo do Congresso Nacional nº 45, de 2002, vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – Esgotou-se na última sexta-feira, dia 4, o prazo previsto no § 3º do art. 91 do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

– **Projeto de Lei do Senado nº 182, de 2001**, de autoria do Senador Álvaro Dias, que *dispõe sobre a concessão de desconto para professores na compra de livro didático*;

– **Projeto de Lei do Senado nº 232, de 2002**, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que altera o art. 18 da Lei nº 8.313, de 1991, que restabelece os princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, *institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC) e dá outras providências, para estender à realização de mostras e festivais audiovisuais a fruição do incentivo fiscal*; e

– **Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2003**, de autoria do Senador Maguito Vilela, que *inscreve o*

*nome de Joaquim Marques Lisboa, o Marquês de Tamandaré, no Livro dos Heróis da Pátria*.

Tendo sido apreciados terminativamente pelas Comissões de Assuntos Econômicos e de Educação, os Projetos de Lei nºs 232, de 2002, e 17, de 2003, aprovados, vão à Câmara dos Deputados, e o de nº 182, de 2001, rejeitado, vai ao Arquivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pela Srª 1ª Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko.

São lidos os seguintes:

#### **REQUERIMENTO Nº 193, DE 2003**

**Solicita Informações ao Exmº Sr. Ministro do Desenvolvimento Agrário, sobre o Banco da Terra.**

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e no art. 216, I, do Regimento Interno, Requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações Ao Exmº Sr. Ministro do Desenvolvimento Agrário, sobre:

1 – Razões técnicas e políticas que levaram à extinção do Banco da Terra;

2 – Esclarecer se haverá alterações na Medida Provisória que impede vistoria em terras invadidas;

3 – Quanto dispôs o Ministério, efetivamente, em recursos orçamentários, no exercício de 2002?

#### **Justificação**

As informações ora solicitadas têm o objetivo de obter esclarecimentos sobre aspectos relacionados à execução da reforma agrária no País. Os dados requeridos são todos relevantes para a função fiscalizadora do Congresso Nacional.

Sala das Sessões, 7 de abril de 2003. – **Arthur Virgílio Neto**, Líder do PSDB.

(À Mesa para decisão.)

#### **REQUERIMENTO Nº 194, DE 2003**

**Solicita Informações ao Exmº Sr. Ministro da Saúde, sobre as providências adotadas para enfrentar o problema da obesidade no País.**

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e no art. 216, I, do Regimento Interno, Requeiro que, ouvida a Mesa, e, por intermédio do Exmº Sr. Chefe da Casa Civil da Presidência da República, sejam solicitadas, ao Exmº Sr. Ministro da Saúde informações sobre as providências e ações do Governo Federal destinadas a enfrentar o problema da obesidade no País, questão que, segundo recente levantamento, determina anualmente o gasto de R\$1

bilhão e 100 milhões com internações hospitalares. Desse valor, R\$600 milhões foram despendidos pelo Sistema Único de Saúde – SUS, o equivalente a 12% do total gasto pelo Governo da União com a totalidade das enfermidades que exigem tratamento e internação.

O levantamento situa o Brasil em sétimo lugar entre as nações com maior número de obesos, acusando a existência de quase 18 milhões de pessoas com peso excessivo, portanto quase 10% da população brasileira.

#### Justificação

As informações que estamos requerendo são imprescindíveis para que o Poder Legislativo possa avaliar, com segurança, o panorama em que se insere o problema da obesidade entre os brasileiros. Com dados confiáveis, será possível, além da análise dessa questão, já preocupante, também a eventual formulação de proposições para impedir o avanço do problema.

Sela das Sessões, 8 de abril de 2003. – **Arthur Virgílio Neto**, Líder do PSDB.

*(À Mesa para decisão.)*

#### REQUERIMENTO Nº 195, DE 2003

**Solicita Informações ao Exmo. Sr. Ministro da Saúde, sobre as providências adotadas ante a ameaça da incidência da Pneumonia Asiática.**

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e no art. 216, I, do Regimento Interno, requero que, ouvida a Mesa, e, por intermédio do Exmo. Sr. Chefe da Casa Civil da Presidência da República, sejam solicitadas, ao Exmo. Sr. Ministro da Saúde, as seguintes informações:

1. diante da possibilidade de a pneumonia asiática, denominada Síndrome Respiratória Aguda Severa, ou SARS, vir a se manifestar também no Brasil, quais as providências já adotadas pelo Governo, em particular pelo Ministério da Saúde, visando a evitar a sua proliferação no País;

2. esclarecer o montante de recursos já aplicados com vistas a impedir que a SARS fique sob controle, bem como para a aplicação de medidas sanitárias nos portos e aeroportos.

#### Justificação

As informações ora solicitadas justificam-se diante do temor de que a Pneumonia Asiática chegue

ao Brasil e aqui prolifere, como vem ocorrendo em outros países, inclusive registrando alguns casos na América do Norte. O total de pessoas atingidas pela SARS, até a semana passada, em 16 países, chega a 2 mil e 400, com quase 100 mortes. Em apenas duas semanas, o número de casos já constatados quintuplicou, pelo que, no cumprimento de sua competência fiscalizadora, o Senado Federal tem grande interesse em acompanhar a adoção de medidas efetivas, pelos órgãos da área de Saúde Pública.

Sala das sessões, 8 de abril de 2003. – Senador **Arthur Virgílio Neto**, Líder do PSDB.

*(À Mesa para decisão.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – Os requerimentos lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos regimentais.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pela Srª. 1ª Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko.

São lidos os seguintes:

OF. PSDB/Nº 502/2003

Brasília, 4 de abril de 2003

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência os Deputados Rose de Freitas e Paulo Kobayashi, como membros titulares, e os Deputados Manoel Salviano e Nárcio Rodrigues, como membros suplentes, para integrarem a Comissão Mista destinada a analisar a Medida Provisória nº 116, de 2003, que “Dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de abril de 2003, e dá outras providências”, em substituição aos anteriormente indicados.

Respeitosamente, – Deputado **Jutahy Junior**, Líder do PSDB.

Ofício nº 227-L-PFL/2003

Brasília, 31 de março de 2003

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os nomes dos Deputados do Partido da Frente Liberal que farão parte da Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 86, de 19 de dezembro de 2002, que “Altera dispositivo da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e da Lei nº 10.470, de 25 de junho de 2002, cria cargos efetivos, cargos comissionados e gratificações no âmbito da Administração Pública Federal, e dá outras providências”, em substituição aos anteriormente indicados.

#### Efetivo:

Deputado Cláudio Cajado

Deputado Mendonça Prado

**Suplente:**

Deputado Marcelo Guimarães Filho

Deputado Reginaldo Germano

Atenciosamente, Deputado **José Carlos Aleluia**, Líder do PFL.

Ofício nº 229-L-PFL/2003

Brasília, 30 de março de 2003

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência os Deputados Fernando de Fabinho e Coriolano Sales para integrarem, como titulares, a Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 94, de 27 de dezembro de 2002, que “Reabre o prazo para que os municípios que refinanciaram suas dívidas junto à União possam contratar empréstimos ou financiamentos, e dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995”, em substituição aos anteriormente indicados.

Atenciosamente, Deputado **José Carlos Aleluia**, Líder do PFL.

Ofício nº 230-L-PFL/2003

Brasília, 31 de março de 2003

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência os Deputados Nice Lobão e Marcondes Gadelha para integrarem, como titulares, a Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 95, de 27 de dezembro de 2002, que “Dá nova redação ao art. 4º da Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979, que dispõe sobre o seguro de crédito à exportação e dá outras providências”, em substituição aos anteriormente indicados.

Atenciosamente, – Deputado **José Carlos Aleluia**, Líder do PFL.

Ofício nº 231-L-PFL/2003

Brasília, 31 de março de 2003

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência os Deputados Machado e Pedro Irujo para integrarem, como titulares, a Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 97, de 30 de dezembro de 2002, que “Altera o art. 26 da Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, que estabelece mecanismos objetivando incentivar a redução da presença do setor público estadual na atividade financeira bancária, dispõe sobre a privatização de instituições financeiras, e dá outras providências”, em substituição aos anteriormente indicados.

Atenciosamente, – Deputado **José Carlos Aleluia**, Líder do PFL.

Ofício nº 232-L-PFL/2003

Brasília, 31 de março de 2003

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência os Deputados Gilberto Kassab e Paulo Marinho para integrarem, como titulares, a Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 100, de 30 de dezembro de 2002, que “Altera as Leis nºs 8.248, de 23 de outubro de 1991, 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e 10.176, de 11 de janeiro de 2001, dispondo sobre a capacitação e competitividade do setor de tecnologia da informação, e dá outras providências”, em substituição aos anteriormente indicados.

Atenciosamente, – Deputado **José Carlos Aleluia**, Líder do PFL.

Ofício nº 247-L-PFL/2003

Brasília, 31 de março de 2003

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência a Deputada Laura Carneiro para integrar, como titular, a Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 112, de 21 de março de 2003, que “Cria cargos na Carreira Policial Federal e o Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal e dá outras providências”, em substituição ao Deputado José Carlos Aleluia.

Atenciosamente, – Deputado **José Carlos Aleluia**, Líder do PFL.

Ofício nº 260-L-PFL/2003

Brasília, 31 de março de 2003

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os nomes dos Deputados do Partido da Frente Liberal que farão parte da Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 113, de 26 de março de 2003, que “Estabelece normas para a comercialização da produção de soja da safra de 2003 e dá outras providências”, em substituição aos anteriormente indicados.

**Efetivo:**

Deputado Abelardo Lupion

Deputado Marcondes Gadelha

**Suplente:**

Deputado Onyx Lorenzoni

Atenciosamente, – Deputado **José Carlos Aleluia**, Líder do PFL.

Ofício nº 273-L-PFL/2003

Brasília, 2 de abril de 2003

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Reginaldo Germano para integrar, como titular, a Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 111, de 21 de março de 2003, que “Cria a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, da Presidência da República, e dá outras providências”, em substituição ao Deputado José Carlos Aleluia.

Atenciosamente, – Deputado **José Carlos Aleluia**, Líder do PFL.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – Serão feitas as substituições solicitadas.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – O Senhor Presidente da República adotou, em 3 de abril de 2003, e publicou no dia 4 do mesmo mês e ano, a **Medida Provisória nº 117, de 2003**, que “Altera dispositivos da Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, que cria o Fundo Seguro-Safra e institui o benefício Seguro-Safra”.

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos da Resolução nº 1, de 2002-CN, art. 2º e seus parágrafos, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

**SENADORES****Titulares****Suplentes**

Bloco (PT/PSB/PTB/PL)

Tião Viana (PT)	Roberto Saturnino (PT)
Antonio Carlos Valadares(PSB)	Ana Júlia Carepa(PT)
Magno Malta (PL)	Flávio Arns (PT)
Fernando Bezerra(PTB)	Ideli Salvatti (PT)

PMDB

Renan Calheiros	Sérgio Cabral
Juvêncio da Fonseca	Luiz Otávio
Hélio Costa	Ney Suassuna

PFL

José Agripino	Demóstenes Torres
Leomar Quintanilha	Efraim Moraes
Paulo Octávio	Rodolpho Tourinho

PSDB

Arthur Virgílio	Antero Paes de Barros
Romero Jucá	Lúcia Vânia

\*PPS

Mozarildo Cavalcanti  
Patrícia Saboya Gomes

**DEPUTADOS****Titulares****Suplentes**

PT

Nelson Pellegrino	Fátima Bezerra
Arlindo Chinaglia	Iriny Lopes

PFL

José Carlos Aleluia	Kátia Abreu
Rodrigo Maia	Antônio Carlos Magalhães Neto

PMDB

Eunício Oliveira	Asdrúbal Bentes
Mendes Ribeiro Filho	Carlos Eduardo Cadoca

PSDB

Jutahy Júnior	Eduardo Gomes
Custódio Mattos	Aloysio Nunes Ferreira

PPB

Pedro Henry	Celso Russomanno
-------------	------------------

PTB

Roberto Jefferson	Fernando Gonçalves
-------------------	--------------------

PL

Valdemar Costa Neto	Bispo Rodrigues
---------------------	-----------------

PSB

Eduardo Campos	Renato Casagrande
----------------	-------------------

PV\*

Deley	Edson Duarte
-------	--------------

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

- Publicação no **DO**: 4-4-2003
- Designação da Comissão: 7-4-2003
- Instalação da Comissão: 8-4-2003
- Emendas: até 10-4-2003 (7º dia da publicação)
- Prazo final na Comissão: 4-4-2003 a 17-4-2003 (14º dia)
- Remessa do processo à CD: 17-4-2003
- Prazo na CD: de 18-4-2003 a 1º-5-2003 (15º ao 28º dia)
- Recebimento previsto no SF: 1º-5-2003
- Prazo no SF: de 2-5-2003 a 15-5-2003 (42º dia)
- Se modificado, devolução à CD: 15-5-2003
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de 16-5-2003 a 18-5-2003 (43º ao 45º dia)
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 19-5-2003 (46º dia)
- Prazo final no Congresso: 2-6-2003 (60 dias)

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – O Senhor Presidente da República adotou, em 3 de abril de

2003, e publicou no dia 4 do mesmo mês e ano, a **Medida Provisória nº 118, de 2003**, que “Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal”.

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos da Resolução nº 1, de 2002-CN, art. 2º e seus parágrafos, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

### SENADORES

Titulares		Suplentes
Bloco (PT/PSB/PTB/PL)		
Tião Viana (PT)		Roberto Saturnino (PT)
Antonio Carlos Valadares(PSB)		Ana Júlia Carepa(PT)
Magno Malta (PL)		Flávio Arns (PT)
Fernando Bezerra(PTB)		Ideli Salvatti (PT)
	PMDB	
Renan Calheiros		Sérgio Cabral
Juvêncio da Fonseca		Luiz Otávio
Hélio Costa		Ney Sussuna
	PFL	
José Agripino		Demóstenes Torres
Leomar Quintanilha		Efraim Moraes
Paulo Octávio		Rodolpho Tourinho
	PSDB	
Arthur Virgílio		Antero Paes de Barros
Romero Jucá		Lúcia Vânia
	*PDT	
Jefferson Peres		Almeida Lima

### DEPUTADOS

Titulares		Suplentes
PT		
Nelson Pellegrino		Fátima Bezerra
Arlindo Chinaglia		Iriny Lopes
	PFL	
José Carlos Aleluia		Kátia Abreu
Rodrigo Maia		Antônio Carlos Magalhães Neto
	PMDB	
Eunício Oliveira		Asdrúbal Bentes
Mendes Ribeiro Filho		Carlos Eduardo Cadoca
	PSDB	
Jutahy Júnior		Eduardo Gomes
Custódio Mattos		Aloysio Nunes Ferreira
	PPB	
Pedro Henry		Celso Russomanno

	PTB	
Roberto Jefferson		Fernando Gonçalves
	PL	
Valdemar Costa Neto		Bispo Rodrigues
	PSB	
Eduardo Campos		Renato Casagrande
	PMN*	
Jackson Barreto		Lúcia Braga

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

- Publicação no **DO**: 4-4-2003
- Designação da Comissão: 7-4-2003
- Instalação da Comissão: 8-4-2003
- Emendas: até 10-4-2003 (7º dia da publicação)
- Prazo final na Comissão: 4-4-2003 a 17-4-2003 (14º dia)
- Remessa do processo à CD: 17-4-2003
- Prazo na CD: de 18-4-2003 a 1º-5-2003 (15º ao 28º dia)
- Recebimento previsto no SF: 1º-5-2003
- Prazo no SF: de 2-5-2003 a 15-5-2003 (42º dia)
- Se modificado, devolução à CD: 15-5-2003
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de 16-5-2003 a 18-5-2003 (43º ao 45º dia)
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 19-5-2003 (46º dia)
- Prazo final no Congresso: 2-6-2003 (60 dias)

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PSDB – RR) – Sr. Presidente, após a leitura do expediente, gostaria de falar pela Liderança do PSDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – Será concedida a palavra ao Senador Romero Jucá em seguida.

Há oradores inscritos. Passamos a palavra, em primeiro lugar, ao Senador Romero Jucá, que falará pela Liderança, por cinco minutos. Em seguida, passaremos a palavra ao Senador Mão Santa.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PSDB – RR. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, pedi a palavra para tratar de dois temas específicos e rápidos. Quero registrar, em nome do PSDB, a matéria publicada pelo jornal O Globo do último sábado 5, de página inteira, escrita pelo jornalista Márcio Moreira Alves, que esteve em Roraima, Boa Vista, em que retrata o trabalho grandioso realizado pela Prefeitura de Boa Vista. O título da matéria é “Boa Vista: Fome Zero na prática. Capital de Roraima tem bons programas sociais”.

Aproveito esta matéria do jornalista Márcio Moreira Alves para registrar o trabalho que a Prefeita Teresa Jucá e o PSDB estão realizando e que pode ser avaliado, hoje, como a gestão social mais moderna e eficaz do País. Gostaria inclusive de convidar a Ministra Benedita da Silva, o Ministro Olívio Dutra, o Ministro Tarso Genro para visitarem Boa Vista e Roraima, pois tenho certeza de que, assim como o jornalista Márcio Moreira Alves, eles irão reconhecer, e até aproveitar na prática, grandes ações que estão sendo realizadas lá.

Gostaria de registrar, também, que a Prefeitura de Boa Vista, no último ano, recebeu o prêmio de gestão social da Petrobrás, o prêmio de gestão pública da Fundação Ford e da Fundação Getúlio Vargas e, também, o reconhecimento, mediante convênio, do Governo do Japão na área social.

Sr. Presidente, solicito que seja dado como lido o meu discurso que registra essas conquistas, bem como a matéria do jornalista Márcio Moreira Alves sobre o tema.

Antes de encerrar, gostaria de fazer mais um registro. Nesse final de semana, foram publicadas algumas matérias, algumas delas tenho em mãos, no jornal **Folha de S.Paulo**, que relata, de forma equivocada, minha posição e a posição do Presidente da Casa, José Sarney, sobre a questão da homologação de cinco áreas indígenas em Roraima. Infelizmente, o jornalista Rubens Valente não registrou na inteireza a minha intenção, nem as minhas palavras. Coloquei no meu relatório que sou a favor da homologação das cinco áreas indígenas. Ninguém mais do que eu demarcou terra indígena neste País – fui Presidente da Funai durante três anos. Aconselhei o Presidente Sarney a dizer, na reunião do Conselho de Defesa Nacional, que homologar agora essas cinco áreas que já estão definidas e ocupadas pelos índios, que não têm conflito, enfim, que não têm nenhum tipo de problema, poderia ser entendido, por outros setores de Roraima, como uma provocação, no momento em que se discutem questões sérias da demarcação da área Raposo e Serra do Sol e da área de São Marcos.

Hoje, existe conflito na questão indígena em Roraima. Há dias, um índio foi assassinado. Não quero ver tal coisa ocorrer novamente. Creio que lutar pela causa indígena é fundamental, também o faço. No entanto, quem se traveste de defensor das causas indígenas não pode ter a irresponsabilidade de tentar promover conflitos para, com estes, resolver questões. Esse não é o caminho para a solução dos problemas das terras indígenas. Defendo a demarcação de terras em Roraima.

Conversei, na semana passada, com os Ministros José Dirceu e Márcio Thomaz Bastos. Estamos buscando uma solução efetiva para resolver, por meio

de entendimentos, a demarcação de todas as áreas indígenas em Roraima. Portanto, quero repudiar a matéria que diz que sou contra a demarcação.

Não sou contra. Minha posição no relatório da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, do Presidente José Sarney, não foi votar contra a homologação, mas recomendar que a demarcação das terras indígenas seja feita em conjunto, com todo o entendimento.

Fica aqui o meu esclarecimento. Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> a condição de tê-lo feito agora. Muito obrigado.

**PRONUNCIAMENTO, NA ÍNTEGRA, A QUE SE REFERE O SENADOR ROMERO JUCÁ EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)*

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PSDB – RR) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, nesta oportunidade, para fazer algumas considerações a respeito da premiação, pelo Programa Gestão Pública e Cidadania, iniciativa das Fundações Getúlio Vargas e Ford, edição 2002, do Programa Braços Abertos, implantado em Boa Vista, Roraima, pela Prefeitura daquela Capital.

Inicialmente, faz-se mister que se sejam algumas considerações a respeito de Boa Vista, para que se possa aquilatar a abrangência do “Braços Abertos”.

A cidade, malgrado ter sido planejada, teve um **boom** de crescimento desordenado, nas duas últimas décadas, ali vivendo, hoje, mais de 200 mil habitantes, ou seja, 62% da população do Estado, sendo que 58% dos moradores vivem abaixo da linha de pobreza, dos quais 5 mil chefes de famílias são atingidos pelo desemprego. E mais: Boa Vista tem mais de 50 mil pessoas morando em condições insalubres, 550 crianças fora da escola e 3 mil jovens sem trabalho.

Esse levantamento socioeconômico foi o ponto de partida da prefeita Teresa Jucá para a implantação do vitorioso programa aqui enfocado.

Que pretende a iniciativa?

A implantação de 23 projetos sociais, com a participação, efetiva e permanente, de toda a comunidade.

Inicialmente, foi providenciado censo que propiciou o conhecimento da realidade de cada habitante, o dimensionamento dos problemas e o conseqüente mapeamento das suas carências.

Assim, após dividir-se o município em 3 áreas, foram visitados todos os domicílios, dos 39 bairros mais pobres, bem como identificadas as lideranças comunitárias, que foram capacitadas a discutirem com os técnicos a implantação dos projetos.

Daí, seguiram-se reuniões de bairros, seminários, grupos de discussão, aí incluídos os técnicos e o Con-

selho de Gestão Compartilhada, este integrado por 1.322 representantes eleitos pela população.

Depois, surgiram os Planos Locais de Ação Integrada, que estudam os problemas e apontam soluções, do que resultaram as linhas de ação estratégicas e o atendimento aos grupos sociais vulneráveis, os por segmento e o desenvolvimento do potencial turístico da região.

Mais 6 meses foram gastos no asfaltamento de 210 ruas e a retirada de 206 mil toneladas de lixo, medidas essas que geraram 800 empregos. Paralelamente, a Prefeitura planejou os projetos de longo alcance, tendo obtido recursos, tanto do Governo Federal, quanto do BID, destinados à melhoria de 460 imóveis insalubres.

Os 23 citados projetos alcançaram 15 mil crianças e adolescentes que, hoje, são beneficiários de programas, tais como o Bolsa-Escola, o Bolsa-Alimentação, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e o Agente Jovem.

Para proteger os jovens, foram criados o Projeto Esporte Noite Adentro (das 19 às 22 horas) e o Projeto Crescer, para os que estão afastados da escola e do mercado de trabalho e são, na maioria, usuários de drogas. Para estes 550 jovens, o Crescer oferece oficinas terapêuticas, assistência médica, odontológica e psicológica, vale-transporte, lanche e uma bolsa-incentivo no valor de R\$100,00, além de cursos de marcenaria, serigrafia, moda e costura, panificação e teatro. Aliás, essas iniciativas receberam prêmio da PETROBRAS, verba do governo federal e computadores do Japão.

Já na área de geração de renda e apoio ao desenvolvimento econômico, o Programa Braços Abertos implantou o Projeto Estufa, que incentiva os produtores de hortaliças do cinturão verde de Boa Vista, sob a orientação de agrônomos e técnicos, a fim de incrementar a renda dos beneficiários e reduzir a dependência do município nesse setor. Há, também, a Agência de Crédito Popular que beneficia 500 pequenos empresários, com financiamentos de até R\$5 mil.

Pode-se destacar, ainda, como parte do Programa, a melhoria de condições sanitárias da Capital, construindo-se, até agora, 2.500 banheiros, já que existem 9.500 casas sem eles.

Finalmente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ressaltar a origem dos recursos que são, em grande parte, captados no Governo Federal e nas agências internacionais.

O Programa Braços Abertos, Sr. Presidente, é iniciativa que orgulha a todos os roraimenses e, por isto, merece a premiação que ora registro.

Era o que tinha a dizer.

## DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SENADOR ROMERO JUCÁ EM SUA PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

## Boa Vista: fome zero na prática

Capital de Roraima tem bons programas sociais como a criação de hortas urbanas e o aproveitamento de lixo

Marcelo Moreira Alves

Boa Vista, Roraima, é um município com um rico legado histórico e cultural. Sua história é marcada por um povo que viveu e vive em harmonia com a natureza. A cidade é conhecida por sua beleza e por sua hospitalidade. O povo de Boa Vista é conhecido por sua coragem e por sua determinação. A cidade é conhecida por sua beleza e por sua hospitalidade. O povo de Boa Vista é conhecido por sua coragem e por sua determinação.

### Agricultura urbana

Em maio de 2002, participou da inauguração das duas primeiras hortas urbanas em Boa Vista. A primeira horta foi inaugurada no bairro de São João, e a segunda no bairro de São Pedro. As hortas urbanas são espaços onde os moradores podem cultivar alimentos em suas próprias casas ou em locais públicos. As hortas urbanas são importantes para a segurança alimentar e nutricional, e também para a educação ambiental. As hortas urbanas são importantes para a segurança alimentar e nutricional, e também para a educação ambiental.

### As estufas de alta renda

As estufas de alta renda são estruturas onde os produtores podem cultivar hortaliças em condições controladas. As estufas de alta renda são importantes para a produção de hortaliças de alta qualidade, e também para a geração de renda. As estufas de alta renda são importantes para a produção de hortaliças de alta qualidade, e também para a geração de renda.

### Guerra às anafazias

A guerra às anafazias é uma campanha para a erradicação da fome e da insegurança alimentar. A guerra às anafazias é uma campanha para a erradicação da fome e da insegurança alimentar.

Boa Vista é conhecida por sua beleza e por sua hospitalidade. O povo de Boa Vista é conhecido por sua coragem e por sua determinação. A cidade é conhecida por sua beleza e por sua hospitalidade. O povo de Boa Vista é conhecido por sua coragem e por sua determinação.

### Qualidade de vida

A qualidade de vida em Boa Vista é alta, graças aos bons programas sociais e à beleza da cidade. A qualidade de vida em Boa Vista é alta, graças aos bons programas sociais e à beleza da cidade.

### As famílias do lixão

As famílias do lixão são aquelas que vivem em condições precárias, próximas ao lixão. As famílias do lixão são aquelas que vivem em condições precárias, próximas ao lixão.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim)** – Senador Romero Jucá, seu pedido será atendido na forma do Regimento Interno.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mão Santa. V. Ex<sup>a</sup> dispõe de 20 minutos.

**O SR. MÃO SANTA** – MMDB – (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, encantadoras Senadoras, brasileiras e brasileiros que me acompanham pela televisão, quis Deus estar presidindo esta sessão o Senador Paulo Paim, do Rio Grande do Sul, e eu, do Piauí, apaixonamo-nos por um tema que acredito ser a base da justiça social. Este é um País é maravilhoso, daí Olavo Bilac ter dito: “Criança, não verás

No entanto, foi o que aconteceu no dia 10 de maio de 2002, quando o Sr. Jucá, então governador do Estado de Roraima, foi assassinado por um grupo de criminosos.

A morte do Sr. Jucá foi um grande golpe para o povo de Roraima. O Sr. Jucá era um homem de bem, um homem que se dedicou ao serviço público com honestidade e integridade. A morte do Sr. Jucá foi um grande golpe para o povo de Roraima.

A morte do Sr. Jucá foi um grande golpe para o povo de Roraima. O Sr. Jucá era um homem de bem, um homem que se dedicou ao serviço público com honestidade e integridade. A morte do Sr. Jucá foi um grande golpe para o povo de Roraima.

A morte do Sr. Jucá foi um grande golpe para o povo de Roraima. O Sr. Jucá era um homem de bem, um homem que se dedicou ao serviço público com honestidade e integridade. A morte do Sr. Jucá foi um grande golpe para o povo de Roraima.

A morte do Sr. Jucá foi um grande golpe para o povo de Roraima. O Sr. Jucá era um homem de bem, um homem que se dedicou ao serviço público com honestidade e integridade. A morte do Sr. Jucá foi um grande golpe para o povo de Roraima.

A morte do Sr. Jucá foi um grande golpe para o povo de Roraima. O Sr. Jucá era um homem de bem, um homem que se dedicou ao serviço público com honestidade e integridade. A morte do Sr. Jucá foi um grande golpe para o povo de Roraima.

A morte do Sr. Jucá foi um grande golpe para o povo de Roraima. O Sr. Jucá era um homem de bem, um homem que se dedicou ao serviço público com honestidade e integridade. A morte do Sr. Jucá foi um grande golpe para o povo de Roraima.

A morte do Sr. Jucá foi um grande golpe para o povo de Roraima. O Sr. Jucá era um homem de bem, um homem que se dedicou ao serviço público com honestidade e integridade. A morte do Sr. Jucá foi um grande golpe para o povo de Roraima.

A morte do Sr. Jucá foi um grande golpe para o povo de Roraima. O Sr. Jucá era um homem de bem, um homem que se dedicou ao serviço público com honestidade e integridade. A morte do Sr. Jucá foi um grande golpe para o povo de Roraima.

país nenhum como este”. Mas este é um País injusto, muito rico. Nunca vi ricos tão ricos e pobres tão pobres. Conheço meia banda do mundo. O problema do País é apenas este: má distribuição de riqueza. A saída é a que Deus deu: “comerás o pão com o suor do teu rosto”. É por aí. Essa é uma mensagem de Deus aos governantes.

Mesmo o Senador Eduardo Suplicy não concordando, o apóstolo Paulo foi mais severo. E entre o Senador Suplicy e o apóstolo Paulo, fico com o apóstolo Paulo, mesmo o Senador tendo vindo de São Paulo. Ambos têm que meditar. Deus une todos nós cristãos e diz: “quem não trabalha não merece ganhar para comer”. Esse é o caminho. A sociedade colocou que a compensação desse trabalho é uma resposta e remuneração. Avançamos, saímos da escravidão, tardiamente aqui no Brasil. Um empresário, Mauá, já começava a ter coragem de pagar pelo trabalho realizado.

Um Presidente do Rio Grande do Sul, terra do Senador Paulo Paim, de onde já saíram muitos Presidentes da República, teve a coragem de, em 1940, criar o salário mínimo. Há 63 anos temos a história do salário mínimo. Tenho aqui, desde 1940, todos os decretos, mas vamos sintetizar a realidade de hoje. Então, a Igreja cristã, de Deus, do apóstolo Paulo, chega à conclusão de que esse salário tem que dar o mínimo de dignidade a uma família, como ouvimos há pouco a Igreja. Aliás, uma das mensagens da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) que mais nos apaixonou foi aquela que disse: “E a família, como está?”

E o Presidente Lula? O Presidente Lula muito parece com aquele Presidente norte-americano – não este – que disse: “Caridade para todos, malícia para nenhum e firmeza no direito”. Aquele que nos deixou o legado da democracia: governo do povo, pelo povo, para o povo.

Então, muito parece sua vida com a do nosso Presidente: origem humilde, muita luta, sobretudo possibilidade de estudo tardiamente, muitas dificuldades. Mas recebeu o norte-americano um título: hábil e honesto. Isso passa muito o nosso operário Lula. Sua Excelência passa uma vida de trabalho e honestidade, é afável, mas a confiança maior é que sentiu o sofrimento do povo.

Eu, que só desta vez votei em Luiz Inácio Lula da Silva, ensinei meu Piauí a cantar: “Lula lá, Mão Santa cá”. Mas uma fala de Lula ficou na minha mente, Presidente Paulo Paim. Acho que V. Ex<sup>a</sup> ouviu muitas outras, mais do que eu, por sua intimidade com o Líder, o Presidente. Mas eu me lembro, quando vi uma vez essa maneira espontânea, sincera e honesta com que Sua Excelência falava – temos que adverter nosso Presidente Lula –, com uma pureza que

o operário, o trabalhador tinha que ter direito, no fim de semana, a tomar uma cervejinha, uma “gelada”, que isso era muito justo. Senador Paulo Paim, quero dizer que com esse salário que está aí isso não acontecerá. Nenhum operário, nenhum trabalhador vai tomar uma cervejinha. E eu daria um exemplo, pois um quadro vale por 10 mil palavras – quem disse isso foi Confúcio, eu não iria roubar dele. Quando se iniciaram os trabalhos no Senado Federal eu estava meio doente, cara Senadora Serys Slhessarenko, voltei ao Piauí e fui me consultar com um médico. Sou médico e com toda distinção o especialista me examinou, dispensando o valor da consulta, como colega. Eu estava com sinusite – é desconfortável estar doente. Peguei a receita e fui à farmácia, pagando R\$370 pela medicação. E essa foi apenas a consulta inicial, a primeira.

Esse salário não é suficiente. Ele o seria em um país organizado, onde há uma estrutura social como em Cuba, tão decantada, onde recebe-se a casa, o alimento, luz, água e medicamentos.

O Lula tem de fazer de Paulo Paim o seu verdadeiro amigo e conselheiro, o seu Richelieu. Esse salário não é suficiente para a cervejinha com que ele sonhava e considerava justo. O valor de R\$240 corresponde quase ao da cesta básica do Rio Grande do Sul. E quanto aos demais itens como a cervejinha e os medicamentos? Aliás, em relação a esses últimos o Governo passado cometeu o maior pecado dos 502 anos do Brasil.

Neste País o governo revolucionário fez muitas coisas, ninguém pode negar. Ele criou a Ceme, medicamento popular destinado ao pobre. Eu passei 35 anos buscando. No momento, é um pequeno livreto que dá os medicamentos para receitar aos pobres.

O pobre com uma receita, sem o dinheiro é humilhação! Faz mal, dá uma revolta contra a sociedade injusta, contra essa democracia perversa. Esta é a realidade.

O salário é pouco. E vamos e venhamos, por que é pouco? Aqui eu tenho todo estudo do salário. Mas há controvérsias. Há também um trabalho, aqui, de um Senador do Piauí, Freitas Neto, que no dia 28 de fevereiro de 2000 fazia um pronunciamento. Hoje, essa bandeira é levantada pelo Senador Paulo Paim.

Ninguém pode negar a coragem do Senador Antonio Carlos Magalhães de ter lutado pelo salário mínimo. Somente isso o redime de qualquer pecado venal. A coragem é a mãe de todas as virtudes. Ele lutou, em 2000, pelo salário mínimo. Essa é uma grande coragem a que todos nós estamos indiferentes. Então, nesse trabalho, o Senador Freitas Neto, inspirado em dados da Fundação Getúlio Vargas, afirma que o salário mínimo criado por Getúlio seria equivalente hoje a R\$489,00. Há outros estudos sobre o



tema. De qualquer forma, seria um valor bem superior ao atual. Outros economistas dizem que, hoje, o salário mínimo instituído por Getúlio seria equivalente a R\$592,96. De qualquer maneira, a discrepância atesta que o salário mínimo atual é muito inferior ao que Getúlio sonhou.

**O Sr. José Jorge (PFL – PE)** – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte, eminente Senador Mão Santa?

**O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI)** – Com muita satisfação, ilustre Senador José Jorge.

**O Sr. José Jorge (PFL – PE)** – Senador, em primeiro lugar, resalto também a nossa preocupação com o salário mínimo. Durante anos e anos, temos discutido este assunto no Congresso nacional. Inclusive por coincidência, está presente o Deputado e atual Senador Paulo Paim, que sempre foi o principal nome daqueles que lutam pela melhoria do salário mínimo, e sabemos que este ano não será diferente. V. Ex<sup>a</sup> pode ficar certo de que nós, Deputados e Senadores, aproveitaremos a oportunidade que teremos de apreciar a Medida Provisória no Congresso para aumentar um pouco mais o valor do salário mínimo de hoje. Sabemos que há muitas restrições e que há a questão da Previdência dos Municípios. Mas sempre há a possibilidade de realizar um trabalho em conjunto, para obter um resultado melhor. Temos certeza de que V. Ex<sup>a</sup> estará solidário a esse trabalho que será realizado. Parabéns pelo pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI)** – Senador José Jorge, agradeço a participação de V. Ex<sup>a</sup> e a incorporo ao nosso pronunciamento.

Outro dia, conversei com o Senador Paulo Paim sobre a minha última viagem aos Estados Unidos, que foi muito recente – no último Natal e Ano-Novo –, e lhe disse que o salário-mínimo horário americano era de sete dólares. O nobre Senador Paulo Paim narrou um fato real. Sua filha reside lá e ganha um salário-horário de dez dólares. Não sou simpático a esse povo Norte-Americano, mas temos que reconhecer, a bem da verdade, que se trata de um povo trabalhador. Todos lá trabalham, no mínimo, dez horas. Somente aí seriam cem dólares por dia.

Mas, a bem da verdade, fui pesquisar. O **minimum minimorum** mesmo, hoje, é de US\$5,15 – o **minimum minimorum!** Atentem bem V. Ex<sup>as</sup> para o seguinte fato: no Brasil, o salário mínimo por hora é US\$0,40, ou seja, treze vezes menos do que para o povo norte-americano. Nos países “pobres” da Europa, como Portugal, é US\$2,03 a hora; na Grécia, US\$2,6; na Espanha, US\$2,9 a hora. No Brasil, é de US\$0,40.

E no nosso sofrido vizinho, o Paraguai, é US\$1,32 dólares por hora. Ou seja, no Paraguai, o operário trabalhador ganha três vezes mais do que no Brasil. Aí sim,

Presidente Lula! O Paraguai tem direito a tomar sua cerveja com a família no fim de semana.

E quero dizer citar alguns dados graves. O Presidente é muito sensível, muito generoso. Ficou na minha mente aquela afirmação de que o operário tem que ser feliz; ele tem que, no mínimo, desfrutar da alegria de sair com a família e tomar sua cervejinha.

Aqui, R\$240,00 é o valor do salário mínimo nacional por vinculação constitucional ao piso de aposentadoria do INSS e da assistência federal ao idoso portador de deficiência. E R\$1.561,00 é o teto de benefícios do INSS. Interessante! Isso daí é quase o salário mínimo – o teto do INSS – buscado pelo Dieese. A remuneração média do funcionário do Executivo Federal é R\$2.662,00; a do Poder Legislativo é de R\$6.875,00; e o salário médio do Poder Judiciário é de R\$7.093,00. O teto do salário do Poder Executivo é R\$8.500,00, correspondente à remuneração do Presidente da República; R\$12.720,00 é o salário de Senador ou Deputado Federal, correspondente ao salário-base de Ministro do Supremo Tribunal Federal. A remuneração aproximada de um Ministro do Supremo Tribunal Federal é de R\$17.100,00, incluindo todas as gratificações previstas em lei.

O que fazer, nesse meio termo, com o teto dos benefícios do INSS? Hoje, o teto é um pouco maior do que o valor que o Dieese calcula como piso desejável para cobrir as necessidades vitais do trabalhador e de sua família, que é R\$1.386,00. E o salário mínimo é praticamente 20% desse valor.

Como o meu mundo é o Piauí, eu queria relatar a minha experiência. Argumentam que a prefeitura vai falir. Deus me permitiu conviver com quatro ex-Presidentes. Como Prefeito, convivi com o Presidente Sarney, com o Presidente Collor, com o Itamar, que implantou o real e tornou-se Governador do Estado, e com Fernando Henrique Cardoso.

Quero dizer que, desses, o mais generoso e sensível ao pobre foi o Presidente Sarney. Adquirimos uma experiência extraordinária, porque existia inflação. Todo mês, eu, Prefeito da maior cidade do Piauí, Parnaíba, tinha que me debruçar sobre os números para adaptar os novos salários à inflação, com o gatilho.

Quero dizer que eu ficava preocupadíssimo. Quantas noites indormidas! Vinha um aumento e o Prefeito tinha que dar. E eu imaginava: “Não vai dar para pagar; a Prefeitura de Parnaíba vai falir; vai haver falência”. E eu me debruçava sobre os números e dava o reajuste. Era uma oportunidade extraordinária, Senador Paulo Paim, de promover justiça salarial, porque o reajuste era aplicado em porcentagem maior para o salário mínimo. Se a inflação era de 50%, elevava-se o salário mínimo e aos grandes dava-se 20%, 15%, 10%, conforme o caixa. Então, havia um mecanismo de justiça a cada mês. E no mês seguinte, eu percebia que os recursos do

ICMS, do Fundo de Participação estavam maiores, aumentados pela circulação do dinheiro e pelo poder de compra do funcionário público.

Esta é a verdade. Nunca vi nenhuma Prefeitura falir por causa do salário mínimo. Muitas Prefeituras deste País podem falir, mas é pela corrupção; e não pelo pagamento justo do salário ao honrado trabalhador.

**A Srª Serys Slhessarenko** (Bloco/PT – MT) – V. Exª me concede um aparte?

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Concedo a palavra à encantadora Senadora Serys Slhessarenko.

**A Srª Serys Slhessarenko** (Bloco/PT – MT) – Senador Mão Santa, endosso o seu discurso sobre o salário mínimo. Eu diria que a luta do nosso Senador Paulo Paim, através dos tempos, será endossada e reforçada por nós e por tantos outros Parlamentares, que têm poder de decisão nessa área. Em especial, vamos contar com a sua participação, Senador Mão Santa, que, pelo demonstrado no seu discurso de hoje, é um estudioso da questão; um estudioso sério que nos traz dados sérios aqui. V. Exª nos fala também da importância do combate à corrupção, esse mal maior que, acredito, tem que ser combatido feroz e ferrenhamente no nosso Brasil, porque, por mais que as autoridades maiores queiram combatê-lo, ele ainda persiste em muitos setores; está incrustado naqueles pequenos poderes, naquelas pequenas instâncias. Mas tenho certeza de a tolerância zero a esse mal nós vamos conquistar. Todos nós brasileiros precisamos nos empenhar profundamente no combate à corrupção. Tolerância Zero para ela! Mas eu queria, rapidamente, aproveitar a boa vontade de V. Exª para ler, rapidamente, um parágrafo que diz respeito à justiça salarial, à justiça profissional. Hoje, 07 de abril, é o Dia do Jornalismo. Sabemos que os jornalistas de todo o País estão mobilizados em defesa da sua regulamentação profissional, em virtude da decisão judicial da Juíza Carla Rister, da 16ª Vara Cível da Justiça Federal de São Paulo, que concede a tutela antecipada contra a exigência de qualquer formação para o exercício da profissão de jornalista. Senador Mão Santa, essa decisão é, certamente, uma injustiça, porque todas as profissões exigem formação e regulamentação. Hoje, em nosso País, todos podem exercer a profissão de jornalista por essa decisão judicial. Agradeço o espaço concedido por V. Exª e registro que: “A Federação Nacional dos Jornalistas – Fenaj – e os Sindicatos dos Jornalistas entendem que essa decisão da Srª Juíza é contrária ao interesse público, retirando qualquer exigência de uma formação, por mínima que seja, para o exercício do jornalismo”. Muito obrigada, Senador Mão Santa. Posteriormente, vamos nos posicionar sobre essa questão do jornalismo no Brasil.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Senadora Serys Slhessarenko, agradeço o aparte de V. Exª.

Manifesto minha solidariedade aos jornalistas, ao grande poder, que divulgam as notícias, que nos informam diariamente. É necessário haver transparência numa administração. Os princípios fundamentais de uma administração são: moralidade, legalidade e publicidade. Devemos isso à imprensa livre de nosso País, que muito tem contribuído.

Estamos aqui apresentando nosso pensamento. E quanto mais estudamos o assunto, mais nos aprofundamos nele.

As sociedades avançadas têm que se conscientizar de que a felicidade não está no salário elevado, às vezes pecaminoso. Quando iniciei meu mandato de Governador do Piauí, em 1995, havia salários de US\$27 mil. Lutei contra esses salários elevados, criando um redutor.

Senador Paulo Paim, em sociedades mais avançadas – como Inglaterra, França e Itália –, a maior diferença entre o menor salário e o maior é de doze vezes. Em nosso País, há casos de muito mais que uma centena de vezes. Temos de reconhecer isso e ter a coragem do Senador Paulo Paim, que, de forma persistente, clama por justiça. Eu diria que a justiça é o pão de que mais os brasileiros necessitam.

Como, para mim, o Piauí é tudo, eu não iria dissertar aqui somente sobre minha opinião, mas também sobre a opinião da gente do Piauí. Para tanto, encarreguei-me de fazer uma pesquisa. Leio:

“O funcionário público municipal Antônio Silva do Nascimento observa que o valor de R\$240,00 ainda é pouco para atender as necessidades da população. Segundo ele, o mínimo deveria ser de R\$380,00.

O também funcionário público, Ernesto Oliveira, acrescenta que o mínimo deveria ser de R\$280,00. “Esses R\$240,00 não atendem as necessidades do trabalhador que tem de pagar água, luz, aluguel e ainda tem de comer”.

O agente de polícia Jeová dos Santos observa que, para atender aos assalariados, o mínimo deveria ser de R\$350,00. “Esse valor ainda não é o suficiente, mas seria o ideal para os trabalhadores brasileiros”, comenta.

O funcionário público João Ferreira diz que para um casal sustentar um filho o salário deveria ser de R\$400,00. “Esse valor de R\$240,00 não atende a quem só ganha um salário mínimo”, ressalta.

O mototaxista Jonas Paulo diz que o valor do salário mínimo deveria estar entre R\$450,00 e R\$500,00. “O mínimo, sendo de R\$500,00, atenderia a população em suas maiores necessidades”, observa.

Ele diz que quem ganha apenas um salário mínimo não tem condições para manter um veículo.

O taxista José Wilson Oliveira observa que o salário mínimo poderia ser de R\$270,00. “Esse aumento de salário não agradou a população e poderia ter sido maior”.

Assim, são opiniões das pessoas, do povo.

Concedo um aparte ao grande Senador Edison Lobão, do PFL do Maranhão.

**O Sr. Edison Lobão** (PFL – MA) – Senador Mão Santa, o salário mínimo é o tema de que se ocupa V. Exª na tarde de hoje. Este, não tenho dúvida, é um dos temas que mais têm ocupado a consciência e a inteligência dos homens públicos brasileiros. V. Exª foi Governador e eu fui também, teve dificuldades e eu também as tive. Mas todas as vezes que, como Governador, eu precisava conceder um aumento aos nossos funcionários, eu o fazia em índices superiores aos do Governo Federal. E isso não quebrou o nosso Estado, como não quebrou a Prefeitura de Parnaíba, na qual V. Exª foi o Prefeito, e nem o Estado do Piauí. Também não tenho dúvida de que todos os Presidentes da República gostariam, quaisquer que tenham sido ou que sejam eles, de assinar um decreto concedendo um salário mínimo de quinhentos ou seiscentos dólares. Não o fizeram e não o fazem porque encontram dificuldades. Todavia, estou pessoalmente convencido hoje de que esse é um problema mais de criatividade do que de decisão. É preciso que os homens públicos se reúnam na sua inteligência e encontrem uma saída para este problema que é fundamental para o povo brasileiro: grande parte dos brasileiros sobrevive, porque não vive, com um salário mínimo. Pois é para eles que devemos, neste momento, dirigir a nossa criatividade, a nossa inteligência e o nosso talento. Esse não pode ser um problema para a eternidade, nós temos que encontrar uma solução para ele. Países muito mais pobres do que o nosso, e V. Exª já os descreveu, já os mencionou, têm salário mínimo muito maior que o nosso. Dir-se-á – e isto é verdadeiro – que o salário mínimo implica diretamente no aposentado, o que vai fazer com que a Previdência tenha problemas muito maiores do que os atuais. Se isso é certo entre nós, é claro que é certo também no Paraguai e demais países mencionados por V. Exª. Todavia, eles encontraram solução para essa dificuldade. Temos nós, portanto, que encontrar nosso caminho e nossa solução. Quando o Senador Antonio Carlos Magalhães, que V. Exª há pouco mencionou, lutava por um salário mínimo de US\$100,00, a Governadora Roseana Sarney se dispôs a aplicar como exemplo o salário mínimo de US\$100,00 no Estado do Maranhão. S. Exª o fez, e funcionou, e não quebrou o Estado. Devemos, portanto, Excelência, juntar esforços. V. Exª estudou o problema, o Senador Paulo Paim também o estuda há muito tempo, eu próprio já me debrucei sobre ele, temos as experiências do Senador Antonio Carlos Magalhães, enfim, este não é um problema do PT, nem do PFL, nem do PMDB; este é um

problema de todos nós. E só seremos de fato representantes do povo, voltados aos melhores interesses da sociedade, à medida que encontrarmos soluções para problemas de tal envergadura. Os problemas fáceis não necessitam de criatividade. Os problemas difíceis, estes sim, necessitam. Cumprimentos a V. Exª pelo discurso que profere nesta tarde e que é de grande importância para o povo brasileiro.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Agradeço as considerações do Senador Edison Lobão, representante do Maranhão. Eu gostaria de dizer que estaremos nesta Casa, dirigidos pelo grande Líder gaúcho Senador Paulo Paim, que levantou a justa bandeira de melhor remuneração para os operários.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT RS) – Senador Mão Santa, permite-me V. Exª um aparte?

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB PI) – Ouço-o com prazer, nobre Senador Paulo Paim.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT RS) – Senador Mão Santa, eu estava presidindo os trabalhos, mas não me contive. Passei a Presidência à Senadora Serys Slhessarenko e vim para o plenário, onde gosto de ficar, para fazer um aparte a V. Exª. Gostaria de dizer que fiquei muito feliz com o aparte do Senador Edison Lobão, quando disse, com muita consciência e clareza, que a questão do salário mínimo não é desse ou daquele partido e que nós deveremos trabalhar juntos, porque a palavra final será nossa. Seremos nós que estudaremos a medida provisória a ser enviada ao Senado e que construiremos a alternativa possível, mostrando inclusive, como já fizemos em outras oportunidades, as fontes de recursos para sustentar, por exemplo, a questão da Previdência. Comungo em gênero, número e grau com V. Exª quando diz que esse não é um problema das prefeituras. Pode ser que tenhamos de aprofundar o debate sobre a questão da Previdência, já que defendo que o percentual de reajuste do mínimo não deve ser concedido somente aos aposentados e pensionistas que recebem um salário mínimo; os 22 milhões de aposentados devem receber o mesmo percentual. Senador Mão Santa, hoje, às 19 horas, tenho uma audiência com o Ministro Palocci, com o qual falarei sobre tudo o que ouvi no plenário e da minha preocupação com os 22 milhões de aposentados e pensionistas. Quanto ao que for conversado lá, ponderarei aqui neste Plenário amanhã, nos debates sobre o assunto. Mas estou me inscrevendo para cumprimentar V. Exª. Sei que o tema é delicado, mas V. Exª não se furta ao debate e apresenta dados internacionais. E, para ninguém dizer que só se falou no Japão, Inglaterra e Alemanha, V. Exª menciona dados do Uruguai, Paraguai e Argentina, demonstrando que V. Exª, como outros Senadores, é um estudioso do

assunto. Faço esse pequeno aparte já no fim do seu tempo – sei que V. Ex<sup>a</sup> ultrapassou 16 minutos, mas o assunto é tão importante que certamente haverá tolerância por parte da Presidência. Tomara que, outras vezes, possamos aprofundar o debate dessa matéria neste plenário, com a clareza do discurso de V. Ex<sup>a</sup>. Parabéns, Senador Mão Santa.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Senador Paulo Paim, agradeço as considerações de V. Ex<sup>a</sup> e, neste agradecimento, renovo a confiança em sua vitória, que será a vitória do operário piauiense com um salário justo.

Minhas últimas palavras seriam endereçadas ao Presidente Lula, do qual ouvi, anos atrás, com sua sinceridade e franqueza, dizer que o operário merecia ter o direito de ter dinheiro para comprar e tomar sua cervejinha com a família. Com esse salário, não dá. Conflitos, sempre os temos ao longo da vida. E, toda vez que me deparo com um conflito, busco Deus para a sua solução. Então, há um impasse hoje. Paulo Paim considera U\$100 o desejável, o justo, em vez dos R\$240,00 pagos hoje. Os U\$100 correspondem a cerca de R\$330,00. Deus encaminha a questão para o seguinte raciocínio podem abrir a Bíblia bem no meio e ler as palavras do rei Salomão: “A sabedoria está no meio, a verdade está no meio, a virtude está no meio, a felicidade está no meio”. Pelo menos, é preciso aproximar esse salário a R\$280,00. Aí, sim, Presidente Lula, o operário do Brasil terá a alegria de tomar uma cervejinha no fim de semana.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Paulo Paim, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada sucessivamente pela Sra. Serys Slhessarenko, Suplente de Secretário, e pelo Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao Senador Magno Malta. (Pausa.)

Concedo a palavra à nobre Senadora Heloísa Helena. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá. V. Ex<sup>a</sup> dispõe de vinte minutos.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PSDB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, pedi a palavra para tratar de dois assuntos que foram manchetes nos jornais desse final de semana.

O primeiro assunto é lamentável. Trata-se da edição de uma medida provisória que liberou a propa-

ganda de cigarros em eventos esportivos para atender o Prêmio de Fórmula 1, ocorrido em São Paulo.

Nesta Casa, no Congresso Nacional, tínhamos aprovado uma regulamentação de combate ao fumo que proibia a divulgação e a propaganda de cigarros em eventos esportivos, culturais e musicais no País. Mais do que isso: limitamos também o processo de publicidade da venda do cigarro. Avançamos bastante. Com essas ações, o Brasil, o Governo brasileiro caminhava no rumo do avanço trilhado por outros países. Infelizmente, nesse final de semana, por conta de pressões internacionais dos corredores, talvez até legítimas mas, sem dúvida nenhuma, ilegítimas pelo lado da sociedade, o Governo do Presidente Lula, o Governo brasileiro capitulou à pressão internacional e se dobrou à propaganda do cigarro.

É importante registrar que, em alguns dos países onde ocorrem as corridas de Fórmula 1, essa proibição é mantida. Aqui no Brasil, lamentavelmente, com a edição dessa medida provisória, houve retrocesso no combate ao fumo. Parece até castigo, mas o prêmio que não ocorreria por conta da propaganda do cigarro terminou não ocorrendo direito por causa das chuvas. E, na verdade, o que sobrou de tudo isso não foi a vitória de Rubens Barrichello – porque ele não ganhou a corrida nem um belo espetáculo – porque não houve um belo espetáculo; mas simplesmente a medida provisória do retrocesso no combate ao fumo.

Espero que, com a pressão, não queiram retirar do rótulo dos cigarros as fotos que mostram o desastre que é o fumo para a saúde. E que não se regrida, ainda mais, em uma luta que deveria ter, ao contrário, a ação firme do Governo, evitando que milhares de pessoas morram vitimadas pelo cigarro. Foi esse o primeiro assunto que quis comentar e lamentar nesta tarde. Mas ainda há tempo: a medida provisória virá ao Congresso, e serei um dos que trabalharão pela rejeição dela, por não atender à sociedade brasileira, ao futuro do País, à sua economia, nem ao Ministério da Saúde. Portanto, deve ser bastante discutida nesta Casa.

Quero falar de outro assunto lamentável. Durante minha viagem de hoje, abri os jornais e verifiquei os estudos do Ministro Guido Mantega e do Governo Federal para definir, nesta tarde, o reajuste salarial dos servidores públicos federais. Pois bem, Sr. Presidente, senhoras e senhores telespectadores que nos estão assistindo pela TV Senado, parece uma brincadeira, mas o estudo do Ministro Guido Mantega propõe ao Presidente Lula o aumento salarial para todos os servidores públicos de apenas 1%. O aumento que o Governo Federal pretende dar aos servidores públicos é de 1%! Lembro-me, então, dos discursos eloqüentes do PT no passado, que cobrava a reposição salarial de 72% – de 72% para 1%, ficam faltando 71%.

Espero que o Governo encontre caminhos, e apresentaremos projeto não para serem concedidos de uma vez só os 72%, pois sabemos que é inexecutável, mas para, ao longo do tempo, em dois, três ou quatro anos, possam os salários retomar a curva de crescimento e efetivamente recuperar o poder aquisitivo dos servidores públicos federais.

Tenho certeza de que os sindicatos, as federações e as organizações dos servidores públicos federais não esperam do Presidente Lula, o qual apoiaram na eleição, esse aumento de 1%. Externo a minha preocupação e peço ao Governo que refaça esses números e analise novamente essas questões.

Ouvi tantas vezes nesta Casa que taxa de juros, salário e salário mínimo decorrem de decisão política que espero que a decisão do Governo seja conceder aos servidores públicos o que merecem, muito mais do que esse mísero 1% proposto pelo Ministro Guido Mantega.

Não acredito que o Governo Federal terá a coragem de encaminhar para o Congresso um aumento de 1% para os servidores públicos federais; e, se encaminhar, lutaremos para ampliar esse valor. Como disse, ao longo de dois ou três anos, tentaremos um crescimento real dos salários para que o poder aquisitivo dos trabalhadores possa ser retomado da forma que merece.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves Filho. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Eurípedes Camargo, do Partido dos Trabalhadores, do Distrito Federal, por 20 minutos.

**O SR. EURÍPEDES CAMARGO** (Bloco/PT – DF. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a Escola Classe da 304 Norte, no Distrito Federal, é uma escola pública que se tornou, ao longo dos anos, um exemplo de educação bem-sucedida. Fruto de uma combinação que garante o sucesso desse tipo de iniciativa, conjuga fatores como a dedicação dos profissionais que nela trabalham e a participação dos pais e alunos, constituindo um coletivo que atua em defesa de uma proposta de educação democrática e cidadã.

O sucesso da escola pode ser atestado pela sua participação em projetos pioneiros, como o desenvolvido atualmente de inclusão de alunos especiais no ensino regular, com excelentes resultados. A escola participou ainda do projeto de aceleração da aprendizagem, que corrige fluxo série/idade, sendo também referência pelo sucesso alcançado.

Os níveis de repetência vêm gradativamente caindo, chegando a 95% de aprovação em 2002.

Em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que determina no seu art. 14 que os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público, na educação básica, de acordo com suas peculiaridades e conforme os princípios de participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e da participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

A Escola Classe da 304 Norte possui um Conselho Escolar atuante e mantém um sistema de avaliação dos profissionais da escola pelos alunos.

Ainda de acordo com a LDB, que em seu título I determina que a educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social, são desenvolvidos nessa escola projetos de incentivo à cidadania, com participação de toda a comunidade escolar e voluntários.

É importante ainda registrar a probidade administrativa que caracteriza a gestão dos recursos arrecadados por meio da Associação de Pais e Mestres, revertidos em benfeitorias que tornam a escola uma das mais bonitas e bem estruturadas do DF, sendo sua cozinha utilizada pela Secretaria de Educação do DF como laboratório para o teste de novos cardápios a serem adotados na rede.

Essa é uma experiência que deve referenciar outras e ser fortalecida pelo Poder Público, cujos esforços devem estar voltados para a defesa do interesse da coletividade.

Causa surpresa e indignação que a Secretaria de Educação do DF esteja, ao contrário, perpetrando um ataque a essa instituição por meio da tentativa de desmonte da equipe, que, além de responsável direta por essa experiência de sucesso, conta com o total apoio da comunidade.

Desrespeitando o princípio da gestão democrática, o Governo do Distrito Federal, por meio da Secretaria de Educação, tenta substituir membros da equipe por meio de um processo seletivo pautado na análise de currículos para vice-diretor, assistente e chefe de secretaria escolar. Não fosse apenas o fato de um critério pouco transparente, destaca-se ainda o

aspecto de que a medida fere o princípio consagrado na LDB, que, em seu art. 3º, consagra a gestão democrática como princípio do ensino.

A comunidade escolar, em suas diversas representações, foi ignorada e, quando procurou as autoridades da Secretaria de Educação para expor suas reivindicações, não foi sequer recebida.

Mas vivemos tempos de participação em que o espírito da cidadania se fortalece a cada dia, e a comunidade organizou-se para protestar e garantir o direito de continuar a oferecer às crianças atendidas nessa escola classe a educação de qualidade que foi construída e que se vem mantendo com a participação de todos.

É preciso fazer com que essas vozes ecoem e se tornem exemplo para outros pais, professores e alunos. É preciso que esse exemplo seja seguido e continue como paradigma, a reafirmar que a participação de todos os segmentos é capaz de garantir um ensino de qualidade.

É fundamental que as autoridades sintonizem-se com o espírito da lei e com os anseios da comunidade, organizando processos que levem em conta os diversos segmentos organizados da comunidade escolar, tornando realidade a gestão democrática nas escolas.

Sr. Presidente, solicitamos à Secretaria de Educação do Distrito Federal que conheça a realidade das escolas que compõem a rede, a fim de fortalecer e apoiar as iniciativas bem sucedidas. Defendemos a permanência da equipe da direção da Escola Classe 304 Norte, porque essa escola materializa o sonho de um ensino de qualidade para as nossas crianças.

Sr. Presidente, este pronunciamento foi suscitado a partir da visita à escola em Brasília no dia 02 de abril de 2003, por solicitação da Comissão de Pais, que se mobilizou em defesa da permanência da equipe da direção da escola. Esse grupo de pais tem visitado autoridades e a imprensa para barrar a iniciativa do Governo do Distrito Federal de substituir a equipe de direção da escola, impedindo o exercício da gestão democrática. A visita atestou que a equipe conta com apoio total da comunidade escolar.

Ainda nessa mesma data ocorreu ato público que contou com grande participação da comunidade num "abraço" à escola, em defesa do ensino público e da LDB, que, nesta Casa, teve respaldo em sua discussão e aprovação. A referida lei está não só no papel, mas de fato sendo exercida pelas autoridades, que têm a obrigação de cumprir a legislação.

Esta é a intervenção que gostaria de fazer neste momento. Essa preocupação parece paroquial, mas

não é, Sr. Presidente. É uma posição que define os rumos que o ensino da Escola Classe 304 Norte e de todo o Brasil pode tomar se for respeitada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Tendo em vista o descumprimento à lei, cobramos o respeito à legislação do País e à comunidade.

Muito obrigado a todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – A Presidência comunica ao Plenário que a Mesa, em reunião realizada no dia 3 do corrente, aprovou os **Requerimentos de nºs 13, 15, 60, 71, 72, 73, 77, 83, 126, 127, 134 e 143, de 2003**; informa ainda que aprovou, com emendas, os **Requerimentos de nº 684, de 2002, e de nº 5, de 2003**, e rejeitou o **Requerimento de nº 33, de 2003**, todos de informações a Ministros de Estado; e deliberou favoravelmente ao encaminhamento do **Requerimento de nº 79, de 2003**, ao Procurador-Geral da República.

Tendo em vista a aprovação do Requerimento de nº 143, de 2003, a Presidência informa que fica sobrestada a tramitação do **Projeto de Decreto Legislativo de nº 645, de 2002**.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Sobre a mesa, Medidas Provisórias encaminhadas pelos Ofícios do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados nºs 242, 243 e 244, de 7 do corrente, que serão lidas pela Sra. 1º Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko.

São lidas as seguintes:

#### **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 92, DE 2002**

**Abre crédito extraordinário no valor de quatrocentos e vinte e oito milhões e sessenta e quatro mil reais, em favor do Ministério dos Transportes, para os fins que especifica.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto crédito extraordinário no valor de R\$428.064.000,00 (quatrocentos e vinte e oito milhões, sessenta e quatro mil reais), em favor do Ministério dos Transportes, para atender à programação constante do Anexo I desta lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

ORGAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES

UNIDADE : 39252 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT

ANEXO I										CREDITO EXTRAORDINARIO										
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)										RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00										
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMAVACAO/SUBSTITULO/PRODUTO										S	N	P	O	U	T	VALOR		
0224 DESCENTRALIZACAO DE RODOVIAS FEDERAIS										428.064.000										
26 782	0224 0428	RECURSOS EM DECORRENCIA DA TRANSFERENCIA PARCIAL DE DOMINIO DA MALHA RODOVIARIA FEDERAL PARA OS ESTADOS E O DISTRITO FEDERAL (MP Nº 62, DE 2002)																	428.064.000	
26 782	0224 0428 0001	RECURSOS EM DECORRENCIA DA TRANSFERENCIA PARCIAL DE DOMINIO DA MALHA RODOVIARIA FEDERAL PARA OS ESTADOS E O DISTRITO FEDERAL (MP Nº 62, DE 2002) - NACIONAL																	428.064.000	
TOTAL - FISCAL										428.064.000										
TOTAL - SEGURIDADE										0										
TOTAL - GERAL										428.064.000										

ORGÃO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES

UNIDADE : 39207 - VALEC - ENGENHARIA, CONSTRUÇOES E FERROVIAS S.A.

ANEXO II					CREDITO EXTRAORDINARIO				
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)					RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1. 00				
			E	G	R	M	I	F	
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	S	N	P	O	U	T	VALOR
			F	D		D		E	
0226 SERVICOS DE TRANSPORTE FERROVIARIO DE CARGA					14.000				
		ATIVIDADES							
26 783	0226 2336	MANUTENCAO E OPERACAO DO TRECHO ESTREITO - PEQUIA - MA ( CARAJAS)							14.000
26 783	0226 2336 0021	MANUTENCAO E OPERACAO DO TRECHO ESTREITO - PEQUIA - MA ( CARAJAS) - NO ESTADO DO MARANHAO							14.000
			F	3	P	90	0	111	3.776
			F	4	P	90	0	111	10.224
TOTAL - FISCAL					14.000				
TOTAL - SEGURIDADE					0				



	TOTAL - GERAL	14.000

ORGÃO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES

UNIDADE : 39208 - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS

ANEXO II						CREDITO EXTRAORDINARIO					
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)						RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00					
						E	G	R	M	I	F
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO				S	N	P	O	U	T VALOR
						F	D		D		E
0222 TRANSPORTE FERROVIARIO URBANO DE PASSAGEIROS						72.227.248					
		ATIVIDADES									
28 783	0222 2843	MANUTENCAO E OPERACAO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIARIO DE PASSAGEIROS									2.527.248
26 783	0222 2843 0025		MANUTENCAO E OPERACAO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIARIO DE PASSAGEIROS - NO ESTADO DA PARAIBA								2.520.118
						F	4	P	90	0	111 2.520.118
26 783	0222 2843 0026		MANUTENCAO E OPERACAO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIARIO DE PASSAGEIROS - NO ESTADO DE PERNAMBUCO								7.000
						F	3	P	90	0	111 7.000
28 783	0222 2843 0029		MANUTENCAO E OPERACAO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIARIO DE PASSAGEIROS - NO ESTADO DA BAHIA								130

				F	3	P	90	0	111	130
		PROJETOS								
26 783	0222 5366	IMPLANTACAO DO METRO DE SALVADOR - BA								25.920.000
26 783	0222 5366 0103		IMPLANTACAO DO METRO DE SALVADOR - BA - DO METRO - TRECHO LAPA-PIRAJA (CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)							25.920.000
				F	4	P	90	0	111	23.780.000
				F	4	P	90	1	111	2.160.000
26 783	0222 5754	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE RECIFE - PE								33.554.000
26 783	0222 5754 0001		IMPLANTACAO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE RECIFE - PE - DO METRO - TRECHO RECIFE - CAJUEIRO SECO COM MELHORAMENTOS NA LINHA SUL							27.046.000
				F	4	P	90	0	111	349.000
				F	4	P	90	1	111	26.697.000
26 783	0222 5754 0003		IMPLANTACAO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE RECIFE - PE - TRECHO TIP - TIMBI COM MELHORAMENTOS NA LINHA CENTRO							6.508.000
				F	4	P	90	0	111	4.794.000
				F	4	P	90	1	111	1.714.000
26 783	0222 7625	RECUPERACAO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE SALVADOR - BA								10.226.000
26 783	0222 7625 0101		RECUPERACAO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE SALVADOR - BA - TRECHO CALCADA - PARIPE							10.226.000
				F	4	P	90	1	111	10.226.000
TOTAL - FISCAL										72.227.248
TOTAL - SEGURIDADE										0

	TOTAL - GERAL	72.227.248

ORGÃO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES

UNIDADE : 39250 - AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT

ANEXO II										CREDITO EXTRAORDINARIO									
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)										RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1. 00									
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO								S	N	P	O	U	T	VALOR			
										F	D		D		E				
0224 DESCENTRALIZACAO DE RODOVIAS FEDERAIS										1.758.000									
		ATIVIDADES																	
26 782	0224 2907	FISCALIZACAO DA CONCESSAO DE RODOVIAS																1.758.000	
		FISCALIZACAO DA CONCESSAO DE																	
26 782	0224 2907 0101	RODOVIAS - DELEGADA AO ESTADO DO PARANA																1.758.000	
										F	3	P	90	0	111			1.758.000	
TOTAL - FISCAL										1.758.000									
TOTAL - SEGURIDADE										0									

	TOTAL - GERAL	1.758.000

ORGÃO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES

UNIDADE : 39252 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT

ANEXO II						CREDITO EXTRAORDINARIO					
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)						RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00					
						E	G	R	M	I	F
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO				S	N	P	O	U	T VALOR
						F	D		D		E
0220 MANUTENCAO DA MALHA RODOVIARIA FEDERAL						79.358.434					
		ATIVIDADES									
26 782	0220 2834	RESTAURACAO DE RODOVIAS FEDERAIS									58.245.638
26 782	0220 2834 0011		RESTAURACAO DE RODOVIAS FEDERAIS - NO ESTADO DE RONDONIA								723.000
						F	4	P	90	1	111 24.000
						F	4	P	90	2	111 699.000
26 782	0220 2834 0021		RESTAURACAO DE RODOVIAS FEDERAIS - NO ESTADO DO MARANHAO								2.097.000
						F	4	P	90	0	111 2.079.000

				F	4	P	90	2	111	18.000
26 782	0220 2834 0025		RESTAURACAO DE RODOVIAS FEDERAIS - NO ESTADO DA PARAIBA							8.124.768
				F	4	P	90	0	111	8.124.768
26 782	0220 2834 0026		RESTAURACAO DE RODOVIAS FEDERAIS - NO ESTADO DE PERNAMBUCO							6.291.000
				F	4	P	90	0	111	6.291.000
26 782	0220 2834 0029		RESTAURACAO DE RODOVIAS FEDERAIS - NO ESTADO DA BAHIA							24.598.870
				F	4	P	90	0	111	20.498.870
				F	4	P	90	1	111	145.000
				F	4	P	90	2	111	3.953.000
26 782	0220 2834 0041		RESTAURACAO DE RODOVIAS FEDERAIS - NO ESTADO DO PARANA							16.413.000
				F	4	P	30	2	111	1.908.000
				F	4	P	90	0	111	13.798.000
				F	4	P	90	2	111	709.000
26 782	0220 2841		CONSERVACAO PREVENTIVA, ROTINEIRA E EMERGENCIAL DE RODOVIAS							21.112.798
26 782	0220 2841 0011		CONSERVACAO PREVENTIVA, ROTINEIRA E EMERGENCIAL DE RODOVIAS - NO ESTADO DE RONDONIA							2.352.000
				F	4	P	90	0	111	2.352.000
26 782	0220 2841 0021		CONSERVACAO PREVENTIVA, ROTINEIRA E EMERGENCIAL DE RODOVIAS - NO ESTADO DO MARANHAO							4.978.000
				F	4	P	90	0	111	4.978.000
26 782	0220 2841 0025		CONSERVACAO PREVENTIVA, ROTINEIRA E EMERGENCIAL DE RODOVIAS - NO ESTADO DA PARAIBA							1.448.798
				F	4	P	90	0	111	1.448.798
26 782	0220 2841 0026		CONSERVACAO PREVENTIVA, ROTINEIRA E EMERGENCIAL DE RODOVIAS - NO ESTADO DE PERNAMBUCO							3.877.000
				F	4	P	90	0	111	3.877.000
26 782	0220 2841 0029		CONSERVACAO PREVENTIVA, ROTINEIRA E EMERGENCIAL DE RODOVIAS - NO ESTADO DA BAHIA							5.993.000
				F	4	P	90	0	111	5.993.000
26 782	0220 2841 0041		CONSERVACAO PREVENTIVA, ROTINEIRA E EMERGENCIAL DE RODOVIAS - NO ESTADO DO PARANA							2.466.000
				F	4	P	90	0	111	2.466.000

0222 TRANSPORTE FERROVIARIO URBANO DE PASSAGEIROS				6.151.000			
		PROJETOS					
26 783	0222 5879	CONSTRUCAO DO METRO DE CURITIBA					6.151.000
26 783	0222 5879 0002	CONSTRUCAO DO METRO DE CURITIBA - NO ESTADO DO PARANA					6.151.000
			F	4	P	40	0 111 6.151.000
0229 CORREDOR SAO FRANCISCO				26.882.000			
		PROJETOS					
26 782	0229 5323	ADEQUACAO DE PONTES NO CORREDOR SAO FRANCISCO					6.291.000
26 782	0229 5323 0101	ADEQUACAO DE PONTES NO CORREDOR SAO FRANCISCO - BR-407/PE - PONTE PRESIDENTE DUTRA - PETROLINA (PE) - JUAZEIRO (BA)					6.291.000
			F	4	P	90	0 111 6.291.000
26 783	0229 5697	CONSTRUCAO DE CONTORNOS FERROVIARIOS NO CORREDOR SAO FRANCISCO					117.000
26 783	0229 5697 0006	CONSTRUCAO DE CONTORNOS FERROVIARIOS NO CORREDOR SAO FRANCISCO - CONSTRUCAO DE CONTORNO FERROVIARIO EM ALAGOINHAS - BA					90.000
			F	4	P	40	0 111 90.000
26 783	0229 5697 0008	CONSTRUCAO DE CONTORNOS FERROVIARIOS NO CORREDOR SAO FRANCISCO - CONSTRUCAO DE CONTORNO FERROVIARIO EM CANDEIAS - BA					9.000
			F	4	P	40	0 111 9.000
26 783	0229 5697 0010	CONSTRUCAO DE CONTORNOS FERROVIARIOS NO CORREDOR SAO FRANCISCO - CONSTRUCAO DE CONTORNO FERROVIARIO EM SAO FELIX - BA					9.000
			F	4	P	40	0 111 9.000
26 783	0229 5697 0012	CONSTRUCAO DE CONTORNOS FERROVIARIOS NO CORREDOR SAO FRANCISCO - CONSTRUCAO DE CONTORNO					9.000

[illegible]

[illegible]



[illegible]

		PROJETOS									
26 784	0235 5065	MELHORAMENTO DAS INSTALACOES PORTUARIAS DO PORTO DE RECIFE - PE									3.495.000
26 784	0235 5065 0026	MELHORAMENTO DAS INSTALACOES PORTUARIAS DO PORTO DE RECIFE - PE - NO ESTADO DE PERNAMBUCO									3.495.000
			F	4	P	30	0	111		3.495.000	
26 784	0235 5311	COMPLEMENTACAO E MELHORAMENTO DO PORTO DE SUAPE									15.979.000
26 784	0235 5311 0026	COMPLEMENTACAO E MELHORAMENTO DO PORTO DE SUAPE - NO ESTADO DE PERNAMBUCO									15.979.000
			F	4	P	30	0	111		15.979.000	
26 782	0235 5728	ADEQUACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS NO CORREDOR NORDESTE									59.246.363
26 782	0235 5728 0004	ADEQUACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS NO CORREDOR NORDESTE - BR-408/PE - ADEQUACAO DO TRECHO TIP - CARPINA									11.722.000
			F	4	P	90	0	111		11.722.000	
26 782	0235 5728 0007	ADEQUACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS NO CORREDOR NORDESTE - BR-230/PB - JOAO PESSOA - CAMPINA GRANDE (COND. ATEND. ART. 12 DESTA LEI)									18.605.363
			F	4	P	90	0	111		18.605.363	
26 782	0235 5728 0009	ADEQUACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS NO CORREDOR NORDESTE - BR-232/PE - RECIFE - CARUARU (COND. ATEND. ART. 12 DESTA LEI)									28.918.000
			F	4	P	30	0	111		8.106.000	
			F	4	P	90	0	111		20.813.000	
0236 CORREDOR OESTE-NORTE										16.347.000	

		PROJETOS													
26 782	0236 5709	CONSTRUCAO DE TRECHOS RODOVIARIOS NO CORREDOR OESTE-NORTE												8.110.000	
26 782	0236 5709 0008		CONSTRUCAO DE TRECHOS RODOVIARIOS NO CORREDOR OESTE-NORTE - CONSTRUCAO DE RODOVIAS FEDERAIS/PONTES/ANEL VIARIO NO ESTADO DE RONDONIA												7.272.000
				F	4	P	30	0	111			7.272.000			
26 782	0236 5709 0103		CONSTRUCAO DE TRECHOS RODOVIARIOS NO CORREDOR OESTE-NORTE - BR-421/RO - ARIQUEMES - NOVA MAMORE												838.000
				F	4	P	90	0	111			838.000			
26 782	0236 5717	CONSTRUCAO DE PONTES NO CORREDOR OESTE-NORTE												8.237.000	
26 782	0236 5717 0002		CONSTRUCAO DE PONTES NO CORREDOR OESTE-NORTE - BR-318/RO - CONSTRUCAO DE PONTE SOBRE O RIO MADEIRA EM PORTO VELHO												8.237.000
				F	4	P	90	0	111			8.237.000			
0237 CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS										15.445.000					
		PROJETOS													
26 782	0237 5710	CONSTRUCAO DE TRECHOS RODOVIARIOS NO CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS												4.185.000	
26 782	0237 5710 0103		CONSTRUCAO DE TRECHOS RODOVIARIOS NO CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS - BR-402/MA - HUMBERTO DE CAMPOS - BARREIRINHAS (CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)												4.185.000
				F	4	P	90	0	111			4.185.000			
26 782	0237 5718	CONSTRUCAO DE PONTES NO CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS												630.000	
26 782	0237 5718 0001		CONSTRUCAO DE PONTES NO CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS - BR-135/MA - SOBRE O ESTREITO DOS MOSQUITOS												630.000

				F	4	P	90	0	111	630.000
26 782	0237 5730	ADEQUACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS NO CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS								720.000
26 782	0237 5730 0105		ADEQUACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS NO CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS - BR-222/MA - OUTEIRO - CHAPADINHA							720.000
				F	4	P	90	0	111	720.000
26 782	0237 5741	ADEQUACAO DE TRAVESSIAS URBANAS NO CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS								720.000
26 782	0237 5741 0101		ADEQUACAO DE TRAVESSIAS URBANAS NO CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS - BR-316/MA - EM BOM JARDIM							720.000
				F	4	P	90	0	111	720.000
26 784	0237 5877	AMPLIACAO DO PORTO DE ITAQUI								9.190.000
26 784	0237 5877 0002		AMPLIACAO DO PORTO DE ITAQUI - NO ESTADO DO MARANHAO							9.190.000
				F	4	P	30	0	111	9.190.000
0464 NACIONAL DE ATIVIDADES ESPACIAIS - PNAE							7.200.000			
							-			
		PROJETOS								
26 784	0464 7299	CONSTRUCAO DE TERMINAL PORTUARIO NA BASE DE ALCANTARA								7.200.000
		CONSTRUCAO DE TERMINAL PORTUARIO								
26 784	0464 7299 0021		NA BASE DE ALCANTARA - NO ESTADO DO MARANHAO							7.200.000
				F	4	P	30	0	111	7.200.000
0663 SEGURANCA NAS RODOVIAS FEDERAIS							39.038.955			
		PROJETOS								

26 782	0663 5394	ELIMINACAO DE PONTOS CRITICOS								39.038.955
26 782	0663 5394 0011	ELIMINACAO DE PONTOS CRITICOS - NO ESTADO DE RONDONIA								6.109.000
			F	4	P	40	0	111		6.109.000
26 782	0663 5394 0021	ELIMINACAO DE PONTOS CRITICOS - NO ESTADO DO MARANHAO								360.000
			F	4	P	90	0	111		360.000
26 782	0663 5394 0025	ELIMINACAO DE PONTOS CRITICOS - NO ESTADO DA PARAIBA								780.955
			F	4	P	90	0	111		780.955
26 782	0663 5394 0026	ELIMINACAO DE PONTOS CRITICOS - NO ESTADO DE PERNAMBUCO								69.000
			F	4	P	90	0	111		69.000
26 782	0663 5394 0029	ELIMINACAO DE PONTOS CRITICOS - NO ESTADO DA BAHIA								24.750.000
			F	4	P	90	0	111		630.000
			F	4	P	99	0	111		24.120.000
26 782	0663 5394 0041	ELIMINACAO DE PONTOS CRITICOS - NO ESTADO DO PARANA								6.990.000
			F	4	P	90	0	111		6.990.000
8035 INFRA-ESTRUTURA EM TRANSPORTES									4.473.000	
		PROJETOS								
26 782	8035 5885	DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA EM TRANSPORTES								4.473.000
26 782	8035 5885 0002	DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA EM TRANSPORTES - NO ESTADO DE RONDONIA								4.473.000
			F	4	P	90	0	111		4.473.000
TOTAL - FISCAL									354.064.752	
TOTAL - SEGURIDADE									0	
TOTAL - GERAL									354.064.752	

**MEDIDA PROVISÓRIA ORIGINAL**  
**Nº 92, DE 2002**

**Abre crédito extraordinário no valor de R\$428.064.000,00, em favor do Ministério dos Transportes, para os fins que especifica.**

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62, combinado com o § 3º do art. 167 da Constituição, adota a seguinte medida provisória, com força de lei:

Art. 1º Fica aberto crédito extraordinário no valor de R\$428.064.000,00 (quatrocentos e vinte e oito mil

lhões, sessenta e quatro mil reais), em favor do Ministério dos Transportes, para atender à programação constante do Anexo I desta medida provisória.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta medida provisória.

Art. 3º Esta medida provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 23 de dezembro de 2002; 181º da Independência e 114º da República. **Fernando Henrique Cardoso.**

ORGAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES

UNIDADE : 39252 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT

ANEXO I		CREDITO EXTRAORDINARIO										
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00										
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO				S	N	P	O	U	T	VALOR
						F	D		D		E	
0224 DESCENTRALIZACAO DE RODOVIAS FEDERAIS						428.064.000						
		OPERACOES ESPECIAIS										
26 782	0224 0428	RECURSOS EM DECORRENCIA DA TRANSFERENCIA PARCIAL DE DOMINIO DA MALHA RODOVIARIA FEDERAL PARA OS ESTADOS E O DISTRITO FEDERAL (MP Nº 82, DE 2002)										428.064.000
26 782	0224 0428 0001	RECURSOS EM DECORRENCIA DA TRANSFERENCIA PARCIAL DE DOMINIO DA MALHA RODOVIARIA FEDERAL PARA OS ESTADOS E O DISTRITO FEDERAL (MP Nº 82, DE 2002) - NACIONAL										428.064.000
						F	3	P	30	O	111	428.064.000
		TOTAL - FISCAL				428.064.000						
		TOTAL - SEGURIDADE				0						
		TOTAL - GERAL				428.064.000						

ORGAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES

UNIDADE : 39207 - VALEC - ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S.A.

ANEXO II										CREDITO EXTRAORDINARIO										
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)										RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00										
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO										E	G	R	M	I	F			
												S	N	P	O	U	T	VALOR		
												F	D							
0226 SERVICOS DE TRANSPORTE FERROVIARIO DE CARGA										14.000										
		ATIVIDADES																		
26 783	0226 2336	MANUTENCAO E OPERACAO DO TRECHO ESTREITO - PEQUIA - MA ( CARAJAS)																	14.000	
26 783	0226 2336 0021	MANUTENCAO E OPERACAO DO TRECHO ESTREITO - PEQUIA - MA ( CARAJAS) - NO ESTADO DO MARANHAO																	14.000	
												F	3	P	90	0	111	3.776		
												F	4	P	90	0	111	10.224		
TOTAL - FISCAL										14.000										
TOTAL - SEGURIDADE										0										

	TOTAL - GERAL	14.000

ORGÃO : 39000 - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

UNIDADE : 39208 - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS

ANEXO II						CREDITO EXTRAORDINARIO					
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)						RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00					
						E	G	R	M	I	F
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBSTITULO/PRODUTO				S	N	P	O	U	T VALOR
						F	D		D		E
0222 TRANSPORTE FERROVIARIO URBANO DE PASSAGEIROS						72.227.248					
		ATIVIDADES									
26 783	0222 2843	MANUTENCAO E OPERACAO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIARIO DE PASSAGEIROS									2.527.248
26 783	0222 2843 0025		MANUTENCAO E OPERACAO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIARIO DE PASSAGEIROS - NO ESTADO DA PARAIBA								2.520.118
						F	4	P	90	0	111 2.520.118
26 783	0222 2843 0026		MANUTENCAO E OPERACAO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIARIO DE PASSAGEIROS - NO ESTADO DE PERNAMBUCO								7.000
						F	3	P	90	0	111 7.000
26 783	0222 2843 0029		MANUTENCAO E OPERACAO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIARIO DE PASSAGEIROS - NO ESTADO DA BAHIA								130



				F	3	P	90	0	111	130
			PROJETOS							
26 783	0222 5366		IMPLANTACAO DO METRO DE SALVADOR - BA							25.920.000
26 783	0222 5366 0103		IMPLANTACAO DO METRO DE SALVADOR - BA - DO METRO - TRECHO LAPA-PIRAJA (CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)							25.920.000
				F	4	P	90	0	111	23.780.000
				F	4	P	90	1	111	2.160.000
26 783	0222 5754		IMPLANTACAO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE RECIFE - PE							33.554.000
26 783	0222 5754 0001		IMPLANTACAO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE RECIFE - PE - DO METRO - TRECHO RECIFE - CAJUEIRO SECO COM MELHORAMENTOS NA LINHA SUL							27.046.000
				F	4	P	90	0	111	349.000
				F	4	P	90	1	111	26.697.000
26 783	0222 5754 0003		IMPLANTACAO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE RECIFE - PE - TRECHO TIP - TIMBI COM MELHORAMENTOS NA LINHA CENTRO							6.508.000
				F	4	P	90	0	111	4.794.000
				F	4	P	90	1	111	1.714.000
26 783	0222 7625		RECUPERACAO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE SALVADOR - BA							10.226.000
26 783	0222 7625 0101		RECUPERACAO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE SALVADOR - BA - TRECHO CALCADA - PARIPE							10.226.000
				F	4	P	90	1	111	10.226.000
TOTAL - FISCAL										72.227.248
TOTAL - SEGURIDADE										0

	TOTAL - GERAL	72.227.248

ORGAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES

UNIDADE : 39250 - AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT

ANEXO II										CREDITO EXTRAORDINARIO										
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)										RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00										
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO								S	N	P	O	U	T	VALOR				
										F	D		D		E					
0224 DESCENTRALIZACAO DE RODOVIAS FEDERAIS										1.758.000										
		ATIVIDADES																		
26 782	0224 2907	FISCALIZACAO DA CONCESSAO DE RODOVIAS																1.758.000		
		FISCALIZACAO DA CONCESSAO DE																		
26 782	0224 2907 0101	RODOVIAS - DELEGADA AO ESTADO DO PARANA																1.758.000		
										F	3	P	90	0	111	1.758.000				
TOTAL - FISCAL										1.758.000										
TOTAL - SEGURIDADE										0										

	TOTAL - GERAL	1.758.000

ORGAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES

UNIDADE : 39252 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT

ANEXO II						CREDITO EXTRAORDINARIO					
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)						RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1. 00					
						E	G	R	M	I	F
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO				S	N	P	O	U	T VALOR
						F	D		D		E
0220 MANUTENCAO DA MALHA RODOVIARIA FEDERAL						79.358.434					
		ATIVIDADES									
26 782	0220 2834	RESTAURACAO DE RODOVIAS FEDERAIS									58.245.638
26 782	0220 2834 0011		RESTAURACAO DE RODOVIAS FEDERAIS - NO ESTADO DE RONDONIA								723.000
						F	4	P	90	1	111 24.000
						F	4	P	90	2	111 699.000
26 782	0220 2834 0021		RESTAURACAO DE RODOVIAS FEDERAIS - NO ESTADO DO MARANHAO								2.097.000
						F	4	P	90	0	111 2.079.000

				F	4	P	90	2	111	18.000
26 782	0220 2834 0025		RESTAURACAO DE RODOVIAS FEDERAIS - NO ESTADO DA PARAIBA							8.124.768
				F	4	P	90	0	111	8.124.768
26 782	0220 2834 0026		RESTAURACAO DE RODOVIAS FEDERAIS - NO ESTADO DE PERNAMBUCO							6.291.000
				F	4	P	90	0	111	6.291.000
26 782	0220 2834 0029		RESTAURACAO DE RODOVIAS FEDERAIS - NO ESTADO DA BAHIA							24.598.870
				F	4	P	90	0	111	20.498.870
				F	4	P	90	1	111	145.000
				F	4	P	90	2	111	3.953.000
26 782	0220 2834 0041		RESTAURACAO DE RODOVIAS FEDERAIS - NO ESTADO DO PARANA							16.413.000
				F	4	P	30	2	111	1.906.000
				F	4	P	90	0	111	13.798.000
				F	4	P	90	2	111	709.000
26 782	0220 2841		CONSERVACAO PREVENTIVA, ROTINEIRA E EMERGENCIAL DE RODOVIAS							21.112.796
26 782	0220 2841 0011		CONSERVACAO PREVENTIVA, ROTINEIRA E EMERGENCIAL DE RODOVIAS - NO ESTADO DE RONDONIA							2.352.000
				F	4	P	90	0	111	2.352.000
26 782	0220 2841 0021		CONSERVACAO PREVENTIVA, ROTINEIRA E EMERGENCIAL DE RODOVIAS - NO ESTADO DO MARANHAO							4.976.000
				F	4	P	90	0	111	4.976.000
26 782	0220 2841 0025		CONSERVACAO PREVENTIVA, ROTINEIRA E EMERGENCIAL DE RODOVIAS - NO ESTADO DA PARAIBA							1.448.796
				F	4	P	90	0	111	1.448.796
26 782	0220 2841 0026		CONSERVACAO PREVENTIVA, ROTINEIRA E EMERGENCIAL DE RODOVIAS - NO ESTADO DE PERNAMBUCO							3.877.000
				F	4	P	90	0	111	3.877.000
26 782	0220 2841 0029		CONSERVACAO PREVENTIVA, ROTINEIRA E EMERGENCIAL DE RODOVIAS - NO ESTADO DA BAHIA							5.993.000
				F	4	P	90	0	111	5.993.000
26 782	0220 2841 0041		CONSERVACAO PREVENTIVA, ROTINEIRA E EMERGENCIAL DE RODOVIAS - NO ESTADO DO PARANA							2.466.000
				F	4	P	90	0	111	2.466.000

0222 TRANSPORTE FERROVIARIO URBANO DE PASSAGEIROS			6.151.000				
		PROJETOS					
26 783	0222 5879	CONSTRUCAO DO METRO DE CURITIBA					6.151.000
26 783	0222 5879 0002	CONSTRUCAO DO METRO DE CURITIBA - NO ESTADO DO PARANA					6.151.000
			F	4	P	40	0 111 6.151.000
0229 CORREDOR SAO FRANCISCO			26.882.000				
		PROJETOS					
26 782	0229 5323	ADEQUACAO DE PONTES NO CORREDOR SAO FRANCISCO					6.291.000
26 782	0229 5323 0101	ADEQUACAO DE PONTES NO CORREDOR SAO FRANCISCO - BR-407/PE - PONTE PRESIDENTE DUTRA - PETROLINA (PE) - JUAZEIRO (BA)					6.291.000
			F	4	P	90	0 111 6.291.000
26 783	0229 5697	CONSTRUCAO DE CONTORNOS FERROVIARIOS NO CORREDOR SAO FRANCISCO					117.000
26 783	0229 5697 0006	CONSTRUCAO DE CONTORNOS FERROVIARIOS NO CORREDOR SAO FRANCISCO - CONSTRUCAO DE CONTORNO FERROVIARIO EM ALAGOINHAS - BA					90.000
			F	4	P	40	0 111 90.000
26 783	0229 5697 0008	CONSTRUCAO DE CONTORNOS FERROVIARIOS NO CORREDOR SAO FRANCISCO - CONSTRUCAO DE CONTORNO FERROVIARIO EM CANDEIAS - BA					9.000
			F	4	P	40	0 111 9.000
26 783	0229 5697 0010	CONSTRUCAO DE CONTORNOS FERROVIARIOS NO CORREDOR SAO FRANCISCO - CONSTRUCAO DE CONTORNO FERROVIARIO EM SAO FELIX - BA					9.000
			F	4	P	40	0 111 9.000
26 783	0229 5697 0012	CONSTRUCAO DE CONTORNOS FERROVIARIOS NO CORREDOR SAO FRANCISCO - CONSTRUCAO DE CONTORNO					9.000

			F	4	P	40	O	111	9.000
26 782	0229 5703	CONSTRUCAO DE TRECHOS RODOVIARIOS NO CORREDOR SAO FRANCISCO							7.381.000
26 782	0229 5703 0105	CONSTRUCAO DE TRECHOS RODOVIARIOS NO CORREDOR SAO FRANCISCO - BR-135/BA - DIVISA PI/BA - DIVISA BA/MG							92.000
			F	4	P	90	O	111	92.000
26 782	0229 5703 0107	CONSTRUCAO DE TRECHOS RODOVIARIOS NO CORREDOR SAO FRANCISCO - BR-116/BA - EUCLIDES DA CUNHA - IBO							7.289.000
			F	4	P	30	O	111	4.049.000
			F	4	P	90	O	111	3.240.000
26 782	0229 5736	ADEQUACAO DE CONTORNOS RODOVIARIOS NO CORREDOR SAO FRANCISCO							990.000
26 782	0229 5736 0001	ADEQUACAO DE CONTORNOS RODOVIARIOS NO CORREDOR SAO FRANCISCO - BR-116/BA - EM VITORIA DA CONQUISTA							990.000
			F	4	P	90	O	111	990.000
26 782	0229 5795	CONSTRUCAO DE PONTES NO CORREDOR SAO FRANCISCO							11.754.000
26 782	0229 5795 0002	CONSTRUCAO DE PONTES NO CORREDOR SAO FRANCISCO - BR-030/BA - CONSTRUCAO DE PONTE SOBRE O RIO SAO FRANCISCO (MALHADA CARINHANHA)							11 754.000
			F	4	P	90	O	111	11 754.000
26 782	0229 5841	ADEQUACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS NO CORREDOR SAO FRANCISCO							349.000
26 782	0229 5841 0012	ADEQUACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS NO CORREDOR SAO FRANCISCO - BR-407/PE - ADEQUACAO DO TRECHO AV. HONORATO VIANA - COHAB MASSANGANO (PETROLINA)							349.000
			F	4	P	40	O	111	349.000
<b>0233 CORREDOR MERCOSUL</b>									
<b>PROJETOS</b>									

[illegible]

26 782	0233 5727 0007	ADEQUACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS NO CORREDOR MERCOSUL - BR-116/PR - DIVISA SP/PR - KM 42,7									3.870.000
			F	4	P	90	2	111			3.870.000
26 782	0233 5737	ADEQUACAO DE CONTORNOS RODOVIARIOS NO CORREDOR MERCOSUL									5.331.000
26 782	0233 5737 0001	ADEQUACAO DE CONTORNOS RODOVIARIOS NO CORREDOR MERCOSUL - BR-116/PR - EM CURITIBA (LESTE) (COND. ATEND. ART. 12 DESTA LEI)									5.331.000
			F	4	P	90	2	111			5.331.000
26 782	0233 5755	CONSTRUCAO DE INTERLIGACOES RODOVIARIAS NO CORREDOR DO MERCOSUL									4.893.000
26 782	0233 5755 0103	CONSTRUCAO DE INTERLIGACOES RODOVIARIAS NO CORREDOR DO MERCOSUL - NO MUNICIPIO DE CURITIBA (LESTE E NORTE)									4.893.000
			F	4	P	90	2	111			4.893.000
0234 MANUTENCAO DE RODOVIAS EM REGIME DE GESTAO TERCEIRIZADA										3.180.000	
		ATIVIDADES									
26 782	0234 4399	SERVICO DE MANUTENCAO TERCEIRIZADA DE RODOVIAS									3.180.000
26 782	0234 4399 0021	SERVICO DE MANUTENCAO TERCEIRIZADA DE RODOVIAS - NO ESTADO DO MARANHAO									178.000
			F	4	P	90	1	111			178.000
26 782	0234 4399 0026	SERVICO DE MANUTENCAO TERCEIRIZADA DE RODOVIAS - NO ESTADO DE PERNAMBUCO									3.002.000
			F	4	P	90	1	111			781.000
			F	4	P	90	2	111			2.211.000
0235 CORREDOR NORDESTE										78.720.363	



		PROJETOS									
26 784	0235 5085	MELHORAMENTO DAS INSTALACOES PORTUARIAS DO PORTO DE RECIFE - PE									3.495.000
26 784	0235 5065 0026		MELHORAMENTO DAS INSTALACOES PORTUARIAS DO PORTO DE RECIFE - PE - NO ESTADO DE PERNAMBUCO								3.495.000
				F	4	P	30	0	111		3.495.000
26 784	0235 5311	COMPLEMENTACAO E MELHORAMENTO DO PORTO DE SUAPE									15.979.000
26 784	0235 5311 0026		COMPLEMENTACAO E MELHORAMENTO DO PORTO DE SUAPE - NO ESTADO DE PERNAMBUCO								15.979.000
				F	4	P	30	0	111		15.979.000
26 782	0235 5728	ADEQUACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS NO CORREDOR NORDESTE									59.246.363
26 782	0235 5728 0004		ADEQUACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS NO CORREDOR NORDESTE - BR-408/PE - ADEQUACAO DO TRECHO TIP - CARPINA								11.722.000
				F	4	P	90	0	111		11.722.000
26 782	0235 5728 0007		ADEQUACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS NO CORREDOR NORDESTE - BR-230/PB - JOAO PESSOA - CAMPINA GRANDE (COND. ATEND. ART. 12 DESTA LEI)								18.605.363
				F	4	P	90	0	111		18.605.363
26 782	0235 5728 0009		ADEQUACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS NO CORREDOR NORDESTE - BR-232/PE - RECIFE - CARUARU (COND. ATEND. ART. 12 DESTA LEI)								28.919.000
				F	4	P	30	0	111		8.108.000
				F	4	P	90	0	111		20.813.000
0236 CORREDOR OESTE-NORTE										16.347.000	

[illegible]

[illegible]

26 782	0663 5394	ELIMINACAO DE PONTOS CRITICOS								38.038.955
26 782	0663 5394 0011	ELIMINACAO DE PONTOS CRITICOS - NO ESTADO DE RONDONIA								6.109.000
			F	4	P	40	0	111		6.109.000
26 782	0663 5394 0021	ELIMINACAO DE PONTOS CRITICOS - NO ESTADO DO MARANHAO								380.000
			F	4	P	90	0	111		380.000
26 782	0663 5394 0025	ELIMINACAO DE PONTOS CRITICOS - NO ESTADO DA PARAIBA								780.955
			F	4	P	90	0	111		780.955
26 782	0663 5394 0026	ELIMINACAO DE PONTOS CRITICOS - NO ESTADO DE PERNAMBUCO								69.000
			F	4	P	90	0	111		69.000
26 782	0663 5394 0029	ELIMINACAO DE PONTOS CRITICOS - NO ESTADO DA BAHIA								24.750.000
			F	4	P	90	0	111		630.000
			F	4	P	99	0	111		24.120.000
26 782	0663 5394 0041	ELIMINACAO DE PONTOS CRITICOS - NO ESTADO DO PARANA								8.990.000
			F	4	P	90	0	111		8.990.000
8035 INFRA-ESTRUTURA EM TRANSPORTES									4.473.000	
		PROJETOS								
26 782	8035 5885	DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA EM TRANSPORTES								4.473.000
26 782	8035 5885 0002	DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA EM TRANSPORTES - NO ESTADO DE RONDONIA								4.473.000
			F	4	P	90	0	111		4.473.000
TOTAL - FISCAL									354.064.752	
TOTAL - SEGURIDADE									0	
TOTAL - GERAL									354.064.752	

**MENSAGEM Nº 1.191, DE 2002**

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 62 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossa Excelência o texto da Medida Provisória nº 92, de 23 de dezembro de 2002, que "Abre crédito extraordinário no valor de R\$428.064.000,00, em favor do Ministério dos Transportes, para os fins que especifica".

Brasília, 23 de dezembro de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso.**

EM nº 526/MP

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar proposta de Medida Provisória que abre crédito extraordinário no valor de R\$428.064.000,00 (quatrocentos e vinte e oito milhões, sessenta e quatro mil reais), em favor do Ministério dos Transportes – MT.

2. O crédito tem o propósito de viabilizar a transferência aos estados a seguir discriminados do domínio de parte da malha rodoviária federal, correspondente a 3.292,8 Km (três mil, duzentos e noventa e dois quilômetros e oitocentos metros), nos termos das disposições contidas na Medida Provisória nº 82, de 7 de dezembro de 2002, e na Portaria – MT nº 766, de 16 de dezembro de 2002:

Estados	Malha Rodoviária a ser Transferida (Km)	Valor R\$ 1,00
Bahia	1.411,2	183.456.000
Maranhão	715,1	92.963.000
Paraná	459,0	59.670.000
Paraíba	242,0	31.460.000
Pernambuco	350,5	45.565.000
Rondônia	115,0	14.950.000
<b>Total</b>	<b>3.292,8</b>	<b>428.064.000</b>

3. Em consonância com o disposto no art. 2º da Medida Provisória nº 82, de 2002, os recursos para acorrer ao crédito serão oriundos exclusivamente da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível (CIDE).

4. O pleito, cuja solicitação foi formalizada pelo MT por meio dos Ofícios nº 899, 900, 901, 902 e 903, de 19 de dezembro de 2002, e 904, de 23 de dezembro de 2002, será atendida mediante o cancelamento de dotações orçamentárias do próprio Órgão, não passíveis de utilização no presente exercício.

5. Nessas condições, e tendo em vista a urgência e relevância da matéria, submeto à consideração de Vossa Excelência a anexa proposta de Medida Provisória, amparada no art. 62, combinado com o art. 167, § 3º, da Constituição.

Respeitosamente, – **Simão Sirineu Dias.**

PS – GSE nº 242

Brasília, 7 de abril de 2003

A Sua Excelência o Senhor

Senador Romeu Tuma

Primeiro-Secretário do Senado Federal

Nesta

Senhor Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetida à consideração do Senado Federal, a inclusa Medida Provisória nº 92, de 2002, do Poder Executivo, que "Abre crédito extraordinário no valor de R\$428.064.000,00, em favor do Ministério dos Transportes, para os fins que especifica.", conforme o disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001.

Atenciosamente, – Deputado **Geddel Vieira Lima**, Primeiro-Secretário.

<b>MPV Nº 92</b>	
Publicação no DO	24-12-2002
Designação da Comissão	18-02-2003
Instalação da Comissão	19-02-2003
Emendas	até 22-2-2003 (7º dia da publicação)
Prazo final Comissão	17-2-2003 a 2-3-2003 (14º dia)
Remessa do Processo à CD	2-3-2003
Prazo na CD	de 3-3-2003 a 16-3-2003 (15º ao 28º dia)
Recebimento previsto no SF	16-3-2003
Prazo no SF	17-3-2003 a 30-3-2003 (42º dia)
Se modificado, devolução à CD	30-3-2003
Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD	31-3 a 2-4-2003 (43º ao 45º dia)
Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de	3-4-2003 (46º dia)
Prazo final no Congresso	17-4-2003 (60 dias)

PARECER À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 92,  
DE 2002, OFERECIDO NO PLENÁRIO DA  
CÂMARA DOS DEPUTADOS, EM SUBSTITUIÇÃO  
À COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS  
PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

**O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME**  
(PSDB – SP. Para emitir parecer Sem revisão do

orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados,  
o parecer e a análise dessa medida provisória  
mostram que são atendidos os pressupostos  
constitucionais e relevância e urgência. Quanto ao  
mérito, manifestamo-nos pela aprovação da medi-  
da provisória, já que está clara sua adequação fi-  
nanceira e orçamentária.

CÂMARA DOS DEPUTADOS SERVIÇO DE SINOPSE LEGISLATIVA		MEDIDA PROVISÓRIA Nº 92	ANO 2002	AUTOR
<b>Ementa:</b> Abre crédito extraordinário no valor de R\$428.064.000,00, em favor do Ministério dos Transportes, para os fins que especifica.				PODER EXECUTIVO (MSC 1191/02)
				Sanccionado ou promulgado
				Publicado no Diário Oficial de
				Vetado
				Razões do veto-publicadas no
<b>ANDAMENTO</b>				
1	10.03.03	<p>MESA</p> <p>Despacho: Submeta-se ao Plenário.</p> <p>Prazos: para apresentação de emendas de 17.02 a 22.02.03; para tramitação na Comissão Mista de 17.02 a 02.03.03, na Câmara dos Deputados de 03.03 a 16.03.03 e no Senado Federal de 17.03 a 30.03.03; para retorno à Câmara dos Deputados (se houver) de 31.03 a 02.04.03; para sobrestar a pauta: a partir de 03.04.03; para tramitação no Congresso Nacional de 17.02 a 17.04.03; de prorrogação pelo Congresso Nacional de 18.04 a 16.06.03.</p> <p>PLENÁRIO (19:35 horas)</p> <p>Discussão em turno único.</p> <p>Designação do Relator, Dep Antonio Carlos Mendes Thame, para proferir parecer a esta Medida Provisória - MPV pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMPOPF, que conclui pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa; pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação.</p> <p>Encerrada a discussão.</p> <p>Votação preliminar em turno único.</p> <p>Aprovação, nos termos do artigo 8º da Resolução nº 01, de 2002-CN, do parecer do relator da CMPOPF, na parte em que manifesta opinião favorável quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, e de sua adequação financeira e orçamentária.</p> <p>Votação, quanto ao mérito, em turno único.</p> <p>Aprovação desta MPV.</p>		
2				
3				
4				
5				
6				
7				
8				
9				
10				
11	01.04.03			
12				
13				
14				
15				
16				
17				
18				
19				
20				
21				
22				
23				
24				
25				

**CONTINUA...**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 92 ANO 2002 (Verso da folha 01)

## ANDAMENTO

01.04.03

PLENÁRIO (19:35 horas)  
(Continuação da página anterior).  
Votação da redação final.  
Aprovação da redação final oferecida pelo(a) Relator(a), Dep  
A matéria vai ao Senado Federal, incluindo o processado.  
(MPV 92-A/02).

MESA  
Remessa ao SF, através do Of PS-GSE/

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35

*LEGISLAÇÃO CITADA*

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 82,  
DE 7 DE DEZEMBRO 2002

**Dispõe sobre a transferência da União para os Estados e o Distrito Federal de parte da malha rodoviária sob jurisdição federal, nos casos que especifica, e dá outras providências.**

LEI Nº 10.407, DE 10 DE JANEIRO DE 2002

**Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2002.**

Art. 12. Nos termos do art. 83, § 7º, da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2002, é vedada a execução orçamentária e financeira dos contratos, convênios, parcelas ou subtrechos relacionados a obras ou serviços que apresentem indícios de irregularidades graves, apontados pelo Tribunal de Contas da União, constantes do Quadro VII, em anexo, até deliberação em contrário da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, e do Congresso Nacional.

§ 1º A vedação referida no **caput** abrange todos os programas de trabalho dos Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento das estatais, inclusive as alterações ocorridas no exercício por meio de créditos adicionais, e a execução financeira, em 2002, das respectivas despesas inscritas em Restos a Pagar, no exercício de 2001 e nos anteriores.

§ 2º Quando não constar a indicação de contratos, convênios, parcelas ou subtrechos em programa de trabalho constante do Quadro VII, em

anexo, fica vedada a execução do crédito orçamentário do subtítulo correspondente.

§ 3º A deliberação da Comissão de que trata o **caput** será tomada com fundamento em informações prestadas, pelo Tribunal de Contas da União, sobre as medidas saneadoras das irregularidades apontadas.

§ 4º O Tribunal de Contas da União e os órgãos de controle interno de cada um dos Poderes farão o acompanhamento da aplicação dos recursos nos estritos termos deste artigo, certificando-se de que nenhum dos contratos, convênios, parcelas ou subtrechos, em que tenham sido apontados indícios de irregularidades graves, receba quaisquer recursos orçamentários, informando ao Congresso Nacional as ilegalidades eventualmente verificadas, sem prejuízo das providências cabíveis.

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 96, DE 2002**

**Abre crédito extraordinário no valor de vinte e quatro milhões, quatrocentos e um mil reais, em favor do Ministério dos Transportes, para os fins que especifica.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto crédito extraordinário no valor de R\$24.401.000,00 (vinte e quatro milhões, quatrocentos e um mil reais), em favor do Ministério dos Transportes, para atender à programação constante do Anexo I desta lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.



ORGAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES  
 UNIDADE : 39252 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT

ANEXO I			CREDITO EXTRAORDINARIO						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMAÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P D	M O D	I C	F T E	VALOR
0224 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS									24.401.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
26 782	0224 0428	RECURSOS EM DECORRENCIA DA TRANSFERENCIA PARCIAL DE DOMINIO DA MALHA RODOVIARIA FEDERAL PARA OS ESTADOS E O DISTRITO FEDERAL (MP Nº 82, DE 2002)							24.401.000
26 782	0224 0428 0001	RECURSOS EM DECORRENCIA DA TRANSFERENCIA PARCIAL DE DOMINIO DA MALHA RODOVIARIA FEDERAL PARA OS ESTADOS E O DISTRITO FEDERAL (MP Nº 82, DE 2002) - NACIONAL							24.401.000
			F	3	P	30	0	111	24.401.000
TOTAL - FISCAL									24.401.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									24.401.000

ORGAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES  
 UNIDADE : 39252 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT

ANEXO II			CREDITO EXTRAORDINARIO						
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMAÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P D	M O D	I C	F T E	VALOR
0220 - MANUTENÇÃO DA MALHA RODOVIARIA FEDERAL									905.133
		ATIVIDADES							
26 782	0220 2834	RESTAURACAO DE RODOVIAS FEDERAIS							52.785
26 782	0220 2834 0014	RESTAURACAO DE RODOVIAS FEDERAIS - NO ESTADO DE RORAIMA							52.785
			F	4	P	30	0	111	52.785
26 782	0220 2841	CONSERVACAO PREVENTIVA, ROTINEIRA E EMERGENCIAL DE RODOVIAS							852.348
26 782	0220 2841 0014	CONSERVACAO PREVENTIVA, ROTINEIRA E EMERGENCIAL DE RODOVIAS - NO ESTADO DE RORAIMA							852.348
			F	4	P	30	0	111	80.410
			F	4	P	90	0	111	771.938

## 0238 CORREDOR FRONTEIRA NORTE

23.174.226

		PROJETOS							
26 782	0238 5711	CONSTRUCAO DE TRECHOS RODOVIARIOS NO CORREDOR FRONTEIRA-NORTE							22.772.175
26 782	0238 5711 0014	CONSTRUCAO DE TRECHOS RODOVIARIOS NO CORREDOR FRONTEIRA-NORTE - BR-401/RR - BOA VISTA - NORMANDIA - BONFIM - PONTE S/ RIO ITACUTU - PONTE S/ RIO ARRAIA (CONDICAO ATENDIM. DO ART 12 DESTA LEI)	F	4	P	90	0	111	4.277.824
26 782	0238 5711 0018	CONSTRUCAO DE TRECHOS RODOVIARIOS NO CORREDOR FRONTEIRA-NORTE - BR-210/RR - CONSTRUCAO DO TRECHO SAO JOAO BALIZA - ENTRE RIOS - CAROEBE	F	4	P	30	0	111	9.649.226
26 782	0238 5711 0103	CONSTRUCAO DE TRECHOS RODOVIARIOS NO CORREDOR FRONTEIRA-NORTE - BR-432/RR - ENTR. BR-401-CANTA-NOVO PARAISO-ENTR. BR-174/210 (CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART 12 DESTA LEI)	F	4	P	30	0	111	8.845.125
26 782	0238 5715	CONSTRUCAO DE ANEL RODOVIARIO NO CORREDOR FRONTEIRA-NORTE	F	4	P	30	0	111	8.845.125
26 782	0238 5715 0104	CONSTRUCAO DE ANEL RODOVIARIO NO CORREDOR FRONTEIRA-NORTE - CONSTRUCAO DE ANEL RODOVIARIO EM BOA VISTA - RR	F	4	P	90	0	111	402.051
26 782	0238 5715 0104	CONSTRUCAO DE ANEL RODOVIARIO NO CORREDOR FRONTEIRA-NORTE - CONSTRUCAO DE ANEL RODOVIARIO EM BOA VISTA - RR	F	4	P	90	0	111	402.051

## 0663 SEGURANCA NAS RODOVIAS FEDERAIS

321.641

		PROJETOS							
26 782	0663 5394	ELIMINACAO DE PONTOS CRITICOS							321.641
26 782	0663 5394 0014	ELIMINACAO DE PONTOS CRITICOS - NO ESTADO DE RORAIMA	F	4	P	90	0	111	321.641

TOTAL - FISCAL

24.401.000

TOTAL - SEGURIDADE

0

TOTAL - GERAL

24.401.000

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 96, DE 2002**

**Abre crédito extraordinário no valor de R\$24.401.000,00, em favor do Ministério de Transportes, para os fins que especifica.**

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 combinado com o § 3º do art. 167, da Constituição, adota a seguinte medida provisória, com força de lei:

Art. 1º Fica aberto crédito extraordinário no valor de R\$24.401.000,00 (vinte e quatro milhões, quatro-

centos e um mil reais) em favor do Ministério dos Transportes, para atender à programação constante do Anexo I desta medida provisória.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta medida provisória.

Art. 3º Esta medida provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de dezembro de 2002, 181º da Independência e 114º da República. – **Fernando Henrique Cardoso.**

ORGÃO : 39000 - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES  
UNIDADE : 39252 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT

ANEXO I			CREDITO EXTRAORDINARIO						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.000						
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S P	G N D	R P	M O D	I L	E T E	VALOR
0224 - DESCENTRALIZACAO DE RODOVIAS FEDERAIS									24.401.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
26 782	0224 0428	RECURSOS EM DECORRENCIA DA TRANSFERENCIA PARCIAL DE DOMINIO DA MALHA RODOVIARIA FEDERAL PARA OS ESTADOS E O DISTRITO FEDERAL (MP Nº 82, DE 2002)							24.401.000
26 782	0224 0428 0001	RECURSOS EM DECORRENCIA DA TRANSFERENCIA PARCIAL DE DOMINIO DA MALHA RODOVIARIA FEDERAL PARA OS ESTADOS E O DISTRITO FEDERAL (MP Nº 82, DE 2002) - NACIONAL							24.401.000
			F	3	P	30	0	111	24.401.000
TOTAL - FISCAL									24.401.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									24.401.000

ORGÃO : 39000 - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES  
UNIDADE : 39252 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT

ANEXO II			CREDITO EXTRAORDINARIO						
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.000						
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S P	G N D	R P	M O D	I L	E T E	VALOR
0220 - MANUTENCAO DA MALHA RODOVIARIA FEDERAL									905.133
		ATIVIDADES							
26 782	0220 2834	RESTAURACAO DE RODOVIAS FEDERAIS							52.785
26 782	0220 2834 0014	RESTAURACAO DE RODOVIAS FEDERAIS - NO ESTADO DE RORAIMA	F	4	P	30	0	111	52.785
26 782	0220 2841	CONSERVACAO PREVENTIVA, ROTINEIRA E EMERGENCIAL DE RODOVIAS							852.348
26 782	0220 2841 0014	CONSERVACAO PREVENTIVA, ROTINEIRA E EMERGENCIAL DE RODOVIAS - NO ESTADO DE RORAIMA	F	4	P	30	0	111	852.348
			F	4	P	90	0	111	804.10
			F	4	P	90	0	111	771.938

0238 CORREDOR FRONTEIRA NORTE								23.174.226
		PROJETOS						
26 782	0238 5711	CONSTRUCAO DE TRECHOS RODOVIARIOS NO CORREDOR FRONTEIRA-NORTE						22.772.175
26 782	0238 5711 0014	CONSTRUCAO DE TRECHOS RODOVIARIOS NO CORREDOR FRONTEIRA-NORTE - BR-401/RR - BOA VISTA - NORMANDIA - BONFIM - PONTE S/ RIO ITACUTU - PONTE S/ RIO ARRAIA (CONDICAO ATENDIM. DO ART.12 DESTA LEI)	F	4	P	90	0	111
								4.277.824
26 782	0238 5711 0018	CONSTRUCAO DE TRECHOS RODOVIARIOS NO CORREDOR FRONTEIRA-NORTE - BR-210/RR - CONSTRUCAO DO TRECHO SAO JOAO BALIZA - ENTRE-RIOS - CAROEBE	F	4	P	30	0	111
								9.649.226
26 782	0238 5711 0103	CONSTRUCAO DE TRECHOS RODOVIARIOS NO CORREDOR FRONTEIRA-NORTE - BR-432/RR - ENTR.BR-401-CANTA-NOVO PARAISO-ENTR.BR-174/210 (CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)	F	4	P	30	0	111
								8.845.125
26 782	0238 5715	CONSTRUCAO DE ANEL RODOVIARIO NO CORREDOR FRONTEIRA-NORTE	F	4	P	30	0	111
								8.845.125
26 782	0238 5715 0104	CONSTRUCAO DE ANEL RODOVIARIO NO CORREDOR FRONTEIRA-NORTE - CONSTRUCAO DE ANEL RODOVIARIO EM BOA VISTA - RR	F	4	P	90	0	111
								402.051
26 782	0238 5715 0104	CONSTRUCAO DE ANEL RODOVIARIO NO CORREDOR FRONTEIRA-NORTE - CONSTRUCAO DE ANEL RODOVIARIO EM BOA VISTA - RR	F	4	P	90	0	111
								402.051
0663 SEGURANCA NAS RODOVIAS FEDERAIS								321.641
		PROJETOS						
26 782	0663 5394	ELIMINACAO DE PONTOS CRITICOS						321.641
26 782	0663 5394 0014	ELIMINACAO DE PONTOS CRITICOS - NO ESTADO DE RORAIMA	F	4	P	90	0	111
								321.641
TOTAL - FISCAL								24.401.000
TOTAL - SEGURIDADE								
TOTAL - GERAL								24.401.000

**MENSAGEM Nº 1.218, DE 2002**

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 62 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências

as o texto da Medida Provisória nº 96, de 27 de dezembro de 2002, que "Abre crédito extraordinário no valor de R\$24.401.000,00, em favor do Ministério dos Transportes, para os fins que especifica".

Brasília, 27 de dezembro de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso.**

EM Nº 536/MP

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,  
Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar proposta de Medida Provisória que abre crédito extraordinário no valor de R\$24.401.000,00 (vinte e quatro milhões, quatrocentos e um mil reais), em favor do Ministério dos Transportes – MT.

2. O crédito, cuja solicitação foi formalizada pelo Ministério dos Transportes por intermédio do Ofício nº 913/SE/MT, de 23 de dezembro de 2002, tem o propósito de viabilizar ao Estado de Roraima a transferência do domínio de parte da malha rodoviária federal, correspondente a 187,7 quilômetros (cento e oitenta e sete quilômetros e setecentos metros), nos termos das disposições contidas na Medida Provisória nº 82, de 7 de dezembro de 2002, e na Portaria – MT nº 766, de 16 de dezembro de 2002.

3. Em consonância com o disposto no art. 2º da Medida Provisória nº 82, de 2002, os recursos para acorrer ao crédito serão oriundos exclusivamente da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível (CIDE), mediante o cancelamento parcial de dotações do órgão, não passíveis de utilização no presente exercício.

4. Nessas condições, e tendo em vista a urgência e relevância da matéria, submeto à consideração de Vossa Excelência a anexa proposta de Medida Provisória, amparada no art. 62, combinado com o art. 167, § 3º, da Constituição.

Respeitosamente, **Guilherme Gomes Dias.**

PS – GSE nº 243

Brasília, 7 de abril de 2003

A Sua Excelência o Senhor  
Senador Romeu Tuma  
Primeiro Secretário do Senado Federal  
Nesta

Senhor Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetida à consideração do Senado Federal, a inclusa Medida Provisória nº 96, de 2002, do Poder Executivo, que “Abre crédito extraordinário no valor de R\$24.401.000,00, em favor do Ministério dos Transportes, para os fins que especifica”, conforme o disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a

redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001.


Atenciosamente, Deputado **Geddel Vieira Lima**, Primeiro Secretário.

MPV Nº 96	
Publicação no DO	27-12-2002(Ed.Extra)
Designação da Comissão	18-02-2003
Instalação da Comissão	19-02-2003
Emendas	até 22-2-2003 (7º dia da publicação)
Prazo final Comissão	17-2-2003 a 2-3-2003 (14º dia)
Remessa do Processo à CD	2-3-2003
Prazo na CD	de 3-3-2003 a 16-3-2003 (15º ao 28º dia)
Recebimento previsto no SF	16-3-2003
Prazo no SF	17-3-2003 a 30-3-2003 (42º dia)
Se modificado, devolução à CD	30-3-2003
Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD	31-3 a 2-4-2003 (43º ao 45º dia)
Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de	3-4-2003 (46º dia)
Prazo final no Congresso	17-4-2003 (60 dias)

PARECER DO RELATOR DESIGNADO PELA MESA, EM SUBSTITUIÇÃO À COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 96, DE 2002

**O SR. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO** (PSDB – SP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, os pressupostos constitucionais de relevância urgência estão perfeitamente identificados na medida provisória. Portanto, somos pela admissão da mesma.

A adequação financeira e orçamentária também está perfeitamente atendida. Quanto ao mérito, somos pela aprovação da medida provisória.

CÂMARA DOS DEPUTADOS SERVIÇO DE SINOPSE LEGISLATIVA			MEDIDA PROVISÓRIA Nº 96	ANO 2002	AUTOR
<b>Ementa:</b> Abre crédito extraordinário no valor de R\$24.401.000,00, em favor do Ministério dos Transportes, para os fins que especifica.					PODER EXECUTIVO (MSC 1218/02)
					Sancionado ou promulgado
<b>ANDAMENTO</b>					Publicado no Diário Oficial de
10.03.03	MESA Despacho: Submeta-se ao Plenário. Prazos: para apresentação de emendas de 17.02 a 22.02.03; para tramitação na Comissão Mista de 17.02 a 02.03.03, na Câmara dos Deputados de 03.03 a 16.03.03 e no Senado Federal de 17.03 a 30.03.03; para retorno à Câmara dos Deputados (se houver) de 31.03 a 02.04.03; para sobrestar a pauta: a partir de 03.04.03; para tramitação no Congresso Nacional de 17.02 a 17.04.03; de prorrogação pelo Congresso Nacional de 18.04 a 16.06.03.				Vetado
	PLENÁRIO (19:35 horas) Discussão em turno único. Designação do Relator, Dep Antonio Carlos Pannunzio, para proferir parecer a esta Medida Provisória - MPV pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMPOPF, que conclui pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa; pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação. Encerrada a discussão. Votação preliminar em turno único. Aprovação, nos termos do artigo 8º da Resolução nº 01, de 2002-CN, do parecer do relator da CMPOPF, na parte em que manifesta opinião favorável quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, e de sua adequação financeira e orçamentária. Votação, quanto ao mérito, em turno único. Aprovação desta MPV.				Razões do veto-publicadas no

ÂNDAMENTO	MEDIDA PROVISÓRIA Nº	ANO	(Verso da folha 01)
1			
2			
3	01.04.03		
4	PLENÁRIO (19:35 horas)		
5	(Continuação da página anterior).		
6	Votação da redação final.		
7	Aprovação da redação final oferecida pelo(a) Relator(a). Dep		
8	A matéria vai ao Senado Federal, incluindo o processado.		
9	(MPV 96-A/02).		
10	MESA		
11	Remessa ao SF, através do Of PS-GSE/		
12			
13			
14			
15			
16			
17			
18			
19			
20			
21			
22			
23			
24			
25			
26			
27			
28			
29			
30			
31			
32			
33			
34			
35			

### LEGISLAÇÃO CITADA

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 82,  
DE 7 DE DEZEMBRO 2002

**Dispõe sobre a transferência da União para os estados e o Distrito Federal de parte da malha rodoviária sob jurisdição federal, nos casos que especifica, e dá outras providências.**

.....  
Art. 2º A União repassará, nos limites e condições estabelecidos nesta medida provisória, aos estados e ao Distrito Federal, em decorrência da transferência de domínio prevista no art. 1º, por intermédio do Ministério dos Transportes, à conta de dotação orçamentária própria, recursos oriundos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE, de que trata a Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, observados os limites de movimentação e empenho e de pagamento.

§ 1º O repasse de que trata o *caput* será feito em até dez dias úteis, contados da data da assinatura do termo de transferência de domínio a que se refere o § 4º do art. 1º.

§ 2º O valor do repasse será de R\$130.000,00 (cento e trinta mil reais) por quilômetro de rodovia federal objeto do termo de transferência de domínio.

§ 3º A assinatura do termo de transferência de domínio e o repasse de que trata esta medida provisória ficam condicionados à:

I – declaração pelo estado ou pelo Distrito Federal, na forma estabelecida pela Advocacia-Geral da União, de que todas as despesas realizadas em rodovias federais, direta ou indiretamente, sem convênio ou com convênio em desacordo com o plano de trabalho e de aplicação de recursos, foram efetuados por sua conta e ordem, não constituindo obrigação da União;

II – adimplência do estado ou do Distrito Federal no que se refere ao pagamento de dívidas e demais obrigações financeiras para com a União, atestada pela Secretaria do Tesouro Nacional;

§ 4º O recebimento do repasse a que se refere este artigo implica renúncia a qualquer pretensão ou alegado direito que possa existir relativamente ao ressarcimento ou indenização por eventuais despesas feitas em rodovias federais sem convênio ou com convênio em desacordo com o plano de trabalho e de aplicação de recursos.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I			CREDITO EXTRAORDINARIO						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/ PRODUTO	E S F	G N D	R P D	M O D	I U D	F T E	VALOR
0068 ERRADICACAO DO TRABALHO INFANTIL			36.874.206						
		ATIVIDADES							
08 243	0068 2060	ATENDIMENTO A CRIANCA E AO ADOLESCENTE EM JORNADA ESCOLAR AMPLIADA							8.000.000
08 243	0068 2060 0001	ATENDIMENTO A CRIANCA E AO ADOLESCENTE EM JORNADA ESCOLAR AMPLIADA - NACIONAL							8.000.000
		CRIANCA/ADOLE SCENTE ATENDIDO (UNIDADE)71399	S	3	P	30	0	179	8.000.000
08 243	0068 2569	CONCESSAO DA BOLSA CRIANCA-CIDADA							28.874.206
08 243	0068 2569 0001	CONCESSAO DA BOLSA CRIANCA- CIDADA - NACIONAL							28.874.206
		CRIANCA/ADOLE SCENTE ATENDIDO (UNIDADE)71399	S	3	P	30	0	179	28.874.206
TOTAL - FISCAL			0						
TOTAL - SEGURIDADE			36.874.206						
TOTAL - GERAL			36.874.206						



ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO  
UNIDADE : 26101 - MINISTERIO DA EDUCACAO

ANEXO II			CREDITO EXTRAORDINARIO						
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/ PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0040 TODA CRIANCA NA ESCOLA			36.874.206						
		OPERACOES ESPECIAIS							
12 243	0040 0519	PARTICIPACAO EM PROGRAMAS MUNICIPAIS DE GARANTIA DE RENDA MINIMA ASSOCIADOS A ACOES SOCIOEDUCATIVAS - BOLSA-ESCOLA							36.874.206
12 243	0040 0519 0013	PARTICIPACAO EM PROGRAMAS MUNICIPAIS DE GARANTIA DE RENDA MINIMA ASSOCIADOS A ACOES SOCIOEDUCATIVAS - BOLSA-ESCOLA - NO ESTADO DO AMAZONAS							1.390.400
			S	3	P	90	0	179	1.390.400
12 243	0040 0519 0016	PARTICIPACAO EM PROGRAMAS MUNICIPAIS DE GARANTIA DE RENDA MINIMA ASSOCIADOS A ACOES SOCIOEDUCATIVAS - BOLSA-ESCOLA - NO ESTADO DO AMAPA							420.300
			S	3	P	90	0	179	420.300
12 243	0040 0519 0031	PARTICIPACAO EM PROGRAMAS MUNICIPAIS DE GARANTIA DE RENDA MINIMA ASSOCIADOS A ACOES SOCIOEDUCATIVAS - BOLSA-ESCOLA - NO							2.813.200



		MUNICIPAIS DE GARANTIA DE RENDA MINIMA ASSOCIADOS A ACOES SOCIOEDUCATIVAS - BOLSA-ESCOLA - NO ESTADO DO ACRE - PROJETO ALVORADA	S	3	P	90	0	179	555.600
12 243	0040 0519 0117	PARTICIPACAO EM PROGRAMAS MUNICIPAIS DE GARANTIA DE RENDA MINIMA ASSOCIADOS A ACOES SOCIOEDUCATIVAS - BOLSA-ESCOLA - NO ESTADO DO AMAZONAS - PROJETO ALVORADA	S	3	P	90	0	179	451.600
			S	3	P	90	0	179	451.600
12 243	0040 0519 0121	PARTICIPACAO EM PROGRAMAS MUNICIPAIS DE GARANTIA DE RENDA MINIMA ASSOCIADOS A ACOES SOCIOEDUCATIVAS - BOLSA-ESCOLA - NO ESTADO DO PARA - PROJETO ALVORADA	S	3	P	90	0	179	5.703.600
			S	3	P	90	0	179	5.703.600
12 243	0040 0519 0127	PARTICIPACAO EM PROGRAMAS MUNICIPAIS DE GARANTIA DE RENDA MINIMA ASSOCIADOS A ACOES SOCIOEDUCATIVAS - BOLSA-ESCOLA - NO ESTADO DO MARANHÃO - PROJETO ALVORADA	S	3	P	90	0	179	5.454.800
			S	3	P	90	0	179	5.454.800
12 243	0040 0519 0131	PARTICIPACAO EM PROGRAMAS MUNICIPAIS DE GARANTIA DE RENDA MINIMA ASSOCIADOS A ACOES SOCIOEDUCATIVAS - BOLSA-ESCOLA - NO ESTADO DO CEARÁ - PROJETO ALVORADA	S	3	P	90	0	179	2.574.400
			S	3	P	90	0	179	2.574.400
12 243	0040 0519 0135	PARTICIPACAO EM PROGRAMAS MUNICIPAIS DE GARANTIA DE RENDA							698.600

			ACOES SOCIOEDUCATIVAS - BOLSA-ESCOLA - NO ESTADO DA PARAIBA - PROJETO ALVORADA								
				S	3	P	90	0	179	698.600	
12 243	0040 0519 0137		PARTICIPACAO EM PROGRAMAS MUNICIPAIS DE GARANTIA DE RENDA MINIMA ASSOCIADOS A ACOES SOCIOEDUCATIVAS - BOLSA-ESCOLA - NO ESTADO DE PERNAMBUCO - PROJETO ALVORADA							8.352.200	
				S	3	P	90	0	179	8.352.200	
12 243	0040 0519 0139		PARTICIPACAO EM PROGRAMAS MUNICIPAIS DE GARANTIA DE RENDA MINIMA ASSOCIADOS A ACOES SOCIOEDUCATIVAS - BOLSA-ESCOLA - NO ESTADO DE ALAGOAS - PROJETO ALVORADA							2.390.800	
				S	3	P	90	0	179	2.390.800	
TOTAL - FISCAL										0	
TOTAL - SEGURIDADE										36.874.206	
TOTAL - GERAL										36.874.206	

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 102, DE 2002**

**Abre crédito extraordinário no valor de R\$36.874.206,00, em favor do Ministério da Previdência e Assistência Social para os fins que especifica.**

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62, combinado com o § 3º do art. 167 da Constituição, adota a seguinte medida provisória, com força de lei:

Art. 1º Fica aberto crédito extraordinário no valor de R\$36.874.206,00 (trinta e seis milhões, oitocentos e setenta e quatro mil, duzentos e seis reais) em favor

do Ministério de Previdência e Assistência Social para atender à programação constante do Anexo I desta medida provisória.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de anulação parcial de dotações orçamentárias conforme indicado no Anexo II desta medida provisória.

Art. 3º Esta medida provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 30 de dezembro de 2002; 181º da Independência e 114º da República. – **Fernando Henrique Cardoso.**

**ORGAO : 33000 - MINISTERIO DA PREVIDENCIA E ASSISTENCIA SOCIAL**

**UNIDADE : 33903 - FUNDO NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**

ANEXO I			CREDITO EXTRAORDINARIO						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00						
			E	G	R	M	I	F	
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/ PRODUTO	S	N	P	O	U	T	VALOR
			F	D		D		E	
0068 ERRADICACAO DO TRABALHO INFANTIL			36.874.206						
		ATIVIDADES							
08 243	0068 2060	ATENDIMENTO A CRIANCA E AO ADOLESCENTE EM JORNADA ESCOLAR AMPLIADA							8.000.000
08 243	0068 2060 0001	ATENDIMENTO A CRIANCA E AO ADOLESCENTE EM JORNADA ESCOLAR AMPLIADA - NACIONAL							8.000.000
		CRIANCA/ADOLE SCENTE ATENDIDO (UNIDADE)71399	S	3	P	30	0	179	8.000.000
08 243	0068 2569	CONCESSAO DA BOLSA CRIANCA-CIDADA							28.874.206
08 243	0068 2569 0001	CONCESSAO DA BOLSA CRIANCA- CIDADA - NACIONAL							28.874.206
		CRIANCA/ADOLE SCENTE ATENDIDO (UNIDADE)71399	S	3	P	30	0	179	28.874.206
TOTAL - FISCAL			0						
TOTAL - SEGURIDADE			36.874.206						
TOTAL - GERAL			36.874.206						

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO  
 UNIDADE : 26101 - MINISTERIO DA EDUCACAO

ANEXO II			CREDITO EXTRAORDINARIO						
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/ PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0040 TODA CRIANCA NA ESCOLA									36.874.206
		OPERACOES ESPECIAIS							
12 243	0040 0519	PARTICIPACAO EM PROGRAMAS MUNICIPAIS DE GARANTIA DE RENDA MINIMA ASSOCIADOS A ACOES SOCIOEDUCATIVAS - BOLSA-ESCOLA							36.874.206
12 243	0040 0519 0013	PARTICIPACAO EM PROGRAMAS MUNICIPAIS DE GARANTIA DE RENDA MINIMA ASSOCIADOS A ACOES SOCIOEDUCATIVAS - BOLSA-ESCOLA - NO ESTADO DO AMAZONAS							1.390.400
			S	3	P	90	0	179	1.390.400
12 243	0040 0519 0016	PARTICIPACAO EM PROGRAMAS MUNICIPAIS DE GARANTIA DE RENDA MINIMA ASSOCIADOS A ACOES SOCIOEDUCATIVAS - BOLSA-ESCOLA - NO ESTADO DO AMAPA							420.300
			S	3	P	90	0	179	420.300
12 243	0040 0519 0031	PARTICIPACAO EM PROGRAMAS MUNICIPAIS DE GARANTIA DE RENDA MINIMA ASSOCIADOS A ACOES SOCIOEDUCATIVAS - BOLSA-ESCOLA - NO							2.813.200

		ESTADO DE MINAS GERAIS									
			S	3	P	90	0	179	2.813.200		
12 243	0040 0519 0032	PARTICIPACAO EM PROGRAMAS MUNICIPAIS DE GARANTIA DE RENDA MINIMA ASSOCIADOS A ACOES SOCIOEDUCATIVAS - BOLSA-ESCOLA - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO							137.800		
			S	3	P	90	0	179	137.800		
12 243	0040 0519 0033	PARTICIPACAO EM PROGRAMAS MUNICIPAIS DE GARANTIA DE RENDA MINIMA ASSOCIADOS A ACOES SOCIOEDUCATIVAS - BOLSA-ESCOLA - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							1.720.406		
			S	3	P	90	0	179	1.720.406		
12 243	0040 0519 0051	PARTICIPACAO EM PROGRAMAS MUNICIPAIS DE GARANTIA DE RENDA MINIMA ASSOCIADOS A ACOES SOCIOEDUCATIVAS - BOLSA-ESCOLA - NO ESTADO DO MATO GROSSO							620.700		
			S	3	P	90	0	179	620.700		
12 243	0040 0519 0052	PARTICIPACAO EM PROGRAMAS MUNICIPAIS DE GARANTIA DE RENDA MINIMA ASSOCIADOS A ACOES SOCIOEDUCATIVAS - BOLSA-ESCOLA - NO ESTADO DE GOIAS							1.980.200		
			S	3	P	90	0	179	1.980.200		
12 243	0040 0519 0054	PARTICIPACAO EM PROGRAMAS MUNICIPAIS DE GARANTIA DE RENDA MINIMA ASSOCIADOS A ACOES SOCIOEDUCATIVAS - BOLSA-ESCOLA - NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL							1.609.600		
			S	3	P	90	0	179	1.609.600		
12 243	0040 0519 0115	PARTICIPACAO EM PROGRAMAS							555.600		

			MUNICIPAIS DE GARANTIA DE RENDA MINIMA ASSOCIADOS A ACOES SOCIOEDUCATIVAS - BOLSA-ESCOLA - NO ESTADO DO ACRE - PROJETO ALVORADA	S	3	P	90	0	179	555.600
12 243	0040 0519 0117		PARTICIPACAO EM PROGRAMAS MUNICIPAIS DE GARANTIA DE RENDA MINIMA ASSOCIADOS A ACOES SOCIOEDUCATIVAS - BOLSA-ESCOLA - NO ESTADO DO AMAZONAS - PROJETO ALVORADA	S	3	P	90	0	179	451.600
				S	3	P	90	0	179	451.600
12 243	0040 0519 0121		PARTICIPACAO EM PROGRAMAS MUNICIPAIS DE GARANTIA DE RENDA MINIMA ASSOCIADOS A ACOES SOCIOEDUCATIVAS - BOLSA-ESCOLA - NO ESTADO DO PARA - PROJETO ALVORADA	S	3	P	90	0	179	5.703.600
				S	3	P	90	0	179	5.703.600
12 243	0040 0519 0127		PARTICIPACAO EM PROGRAMAS MUNICIPAIS DE GARANTIA DE RENDA MINIMA ASSOCIADOS A ACOES SOCIOEDUCATIVAS - BOLSA-ESCOLA - NO ESTADO DO MARANHAO - PROJETO ALVORADA	S	3	P	90	0	179	5.454.800
				S	3	P	90	0	179	5.454.800
12 243	0040 0519 0131		PARTICIPACAO EM PROGRAMAS MUNICIPAIS DE GARANTIA DE RENDA MINIMA ASSOCIADOS A ACOES SOCIOEDUCATIVAS - BOLSA-ESCOLA - NO ESTADO DO CEARA - PROJETO ALVORADA	S	3	P	90	0	179	2.574.400
				S	3	P	90	0	179	2.574.400
12 243	0040 0519 0135		PARTICIPACAO EM PROGRAMAS MUNICIPAIS DE GARANTIA DE RENDA							698.600



			ACOES SOCIOEDUCATIVAS - BOLSA-ESCOLA - NO ESTADO DA PARAIBA - PROJETO ALVORADA								
				S	3	P	90	0	179	698.600	
12 243	0040 0519 0137		PARTICIPACAO EM PROGRAMAS MUNICIPAIS DE GARANTIA DE RENDA MINIMA ASSOCIADOS A ACOES SOCIOEDUCATIVAS - BOLSA-ESCOLA - NO ESTADO DE PERNAMBUCO - PROJETO ALVORADA							8.352.200	
				S	3	P	90	0	179	8.352.200	
12 243	0040 0519 0139		PARTICIPACAO EM PROGRAMAS MUNICIPAIS DE GARANTIA DE RENDA MINIMA ASSOCIADOS A ACOES SOCIOEDUCATIVAS - BOLSA-ESCOLA - NO ESTADO DE ALAGOAS - PROJETO ALVORADA							2.390.800	
				S	3	P	90	0	179	2.390.800	
TOTAL - FISCAL										0	
										-	
TOTAL - SEGURIDADE										36.874.206	
TOTAL - GERAL										36.874.206	

**MENSAGEM Nº 1.245, DE 2002**

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 62 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto da Medida Provisória nº 102, de 30 de dezembro de 2002, que "Abre crédito extraordinário no valor de R\$36.874.206,00, em favor do Ministério da Previdência e Assistência Social, para os fins que especifica".

Brasília, 30 de dezembro de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso.**

EM Nº 549/MP

Brasília, 30 de dezembro de 2002

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar proposta de Medida Provisória que abre crédito extraordinário no valor de R\$36.874.206,00 (trinta e seis milhões, oitocentos e setenta e quatro mil, duzentos e seis reais), em favor do Ministério da Previdência e Assistência Social.

2. O crédito, cuja solicitação foi formalizada pelo Ministério da Previdência e Assistência Social por intermédio do Aviso nº 374, de 27 de dezembro de 2002, tem o propósito de viabilizar o pagamento de

despesas, no âmbito do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, com Concessão da Bolsa Criança-Cidadã e Atendimento à Criança e ao Adolescente em Jornada Escolar Ampliada.

3. Atualmente o Programa atende 807.635 crianças e adolescentes desenvolvendo um conjunto de nove ações com atividades de reforço escolar, esportivas, artísticas, culturais e lúdicas, tendo sempre como prioridade a atenção à família, buscando a promoção e a inclusão social.

4. A falta desses recursos terá um impacto extremamente negativo no PETI, visto que o não pagamento das parcelas de novembro e dezembro poderá acarretar o retorno de crianças e adolescentes ao trabalho, especialmente por se tratar de período de férias escolares, tornando-os mais suscetíveis ao trabalho infantil. Além disso, as famílias tendem a retirar seus filhos do programa quando há atraso no repasse dos recursos, resultando em descrédito para essas famílias.

5. Cabe esclarecer que, segundo informações do Ministério da Educação, os remanejamentos propostos não acarretarão prejuízos à execução das programações objeto de cancelamento, uma vez que foram decididos com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do presente exercício.

6. Nessas condições, e tendo em vista a urgência e relevância da matéria, submeto à consideração

de Vossa Excelência a anexa proposta de medida provisória, amparada no art. 62, combinado com o art. 167, § 3º, da Constituição.

Respeitosamente, **Guilherme Gomes Dias**.

PS-GSE nº 244

Brasília, 7 de abril de 2003

A Sua Excelência o Senhor  
Senador Romeu Tuma  
Primeiro Secretário do Senado Federal  
Nesta

Senhor Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetida à consideração do Senado Federal, a inclusa Medida Provisória nº 102, de 2002, do Poder Executivo, que "Abre crédito extraordinário no valor de R\$36.874.206,00, em favor do Ministério da Previdência e Assistência Social, para os fins que especifica", conforme o disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001.

Atenciosamente, Deputado **Geddel Vieira Lima**, Primeiro Secretário.

<b>MPV Nº 102</b>	
Publicação no DO	31-12-2002
Designação da Comissão	18-02-2003
Instalação da Comissão	19-02-2003
Emendas	até 22-2-2003 (7º dia da publicação)
Prazo final Comissão	17-2-2003 a 2-3-2003 (14º dia)
Remessa do Processo à CD	2-3-2003
Prazo na CD	de 3-3-2003 a 16-3-2003 (15º ao 28º dia)
Recebimento previsto no SF	16-3-2003
Prazo no SF	17-3-2003 a 30-3-2003 (42º dia)
Se modificado, devolução à CD	30-3-2003
Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD	31-3 a 2-4-2003 (43º ao 45º dia)
Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de	3-4-2003 (46º dia)
Prazo final no Congresso	17-4-2003 (60 dias)

## CONSULTORIA DE ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA

### NOTA TÉCNICA Nº 8, DE 2003

**Subsídios à apreciação da Medida Provisória no 102, de 2002, quanto à adequação orçamentária e financeira.**

#### I – Introdução

Esta Nota Técnica destina-se, nos termos do art. 19 da Resolução nº 1, de 2002 – CN, a fornecer subsídios para a análise no que concerne à adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 102, de 30 de dezembro de 2002, que Abre crédito extraordinário, no valor de R\$36.874.206,00, em favor do Ministério da Previdência e Assistência Social, para os fins que especifica.

#### II – Síntese e Aspectos Relevantes

Nos termos do art. 62, combinado com o § 3º do art. 167 da Constituição Federal, o Presidente da República, por intermédio da Mensagem nº 1.245, submete à apreciação do Congresso Nacional a Medida Provisória nº 102, de 30 de dezembro de 2002, que abre crédito extraordinário, no valor de R\$36.874.206,00, em favor do Ministério da Previdência e Assistência Social, para os fins que especifica.

A Exposição de Motivos (EM) nº 549/MP, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, esclarece que o crédito destina-se a viabilizar o pagamento de despesas, no âmbito do programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, com a Concessão da Bolsa Criança-Cidadã e com o atendimento à criança e ao adolescente em jornada escolar ampliada.

Segundo a EM, a falta desses recursos terá um impacto extremamente negativo no Peti, visto que o não pagamento das parcelas de novembro e dezembro poderá acarretar o retorno de crianças e adolescentes ao trabalho infantil, especialmente por se tratar de período de férias escolares. Além disso, as famílias tendem a retirar os filhos do programa quando há atraso no repasse dos valores.

Os recursos para atendimento são provenientes da anulação parcial das ações de Participação

em Programas Municipais de Garantia de Renda Mínima Associados a Ações Socioeducativas – Bolsa Escola, no âmbito do Ministério da Educação. Conforme consta na EM e segundo informações do Ministério da Educação, os remanejamentos propostos não acarretarão prejuízos à execução das programações objeto de cancelamento, uma vez que foram decididos com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do presente exercício.

PARECER À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 102, DE 2002, OFERECIDO NO PLENÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, EM SUBSTITUIÇÃO À COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO.

**O SR. VICENTINHO** (PT – SP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, para que a medida tenha todos os preceitos constitucionais, no mérito, somos favoráveis à adequação financeira.

CAMARA DOS DEPUTADOS	MEDIDA PROVISÓRIA Nº	ANO	AUTOR
SERVIÇO DE SINOPSE LEGISLATIVA	Nº	102	PODER EXECUTIVO
			(MSC 1245/02)
			Sancionado ou promulgado
			Publicado no Diário Oficial de
			Vetado
			Razões do veto-publicadas no
<b>Ementa:</b>	Abre crédito extraordinário no valor de R\$36.874.206,00, em favor do Ministério da Previdência e Assistência Social, para os fins que especifica.		
<b>ANDAMENTO</b>			
1	<b>MESA</b>		
2	Despacho: Submeta-se ao Plenário.		
3	Prazos: para apresentação de emendas de 17.02 a 22.02.03; para tramitação na Comissão Mista de 17.02 a 02.03.03, na Câmara dos Deputados de 03.03 a 16.03.03 e no Senado Federal de 17.03 a 30.03.03; para retorno à Câmara dos Deputados (se houver) de 31.03 a 02.04.03; para sobrestar a pauta: a partir de 03.04.03; para tramitação no Congresso Nacional de 17.02 a 17.04.03; de prorrogação pelo Congresso Nacional de 18.04 a 16.06.03.		
4			
5			
6			
7			
8			
9			
10			
11			
12			
13			
14			
15			
16			
17			
18			
19			
20			
21			
22			
23			
24			
25			
01.04.03	<b>PLENÁRIO (19:35 horas)</b> Discussão em turno único. Designação do Relator, Dep Vicentinho, para proferir parecer a esta Medida Provisória - MPV pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMPOPF, que conclui pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa; pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação. Encerrada a discussão. Votação preliminar em turno único. Aprovação, nos termos do artigo 8º da Resolução nº 01, de 2002-CN, do parecer do relator da CMPOPF, na parte em que manifesta opinião favorável quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, e de sua adequação financeira e orçamentária. Votação, quanto ao mérito, em turno único. Aprovação desta MPV.		
01.04.03	<b>PLENÁRIO (19:35 horas)</b> (Continuação da página anterior). Votação da redação final. Aprovação da redação final oferecida pelo(a) Relator(a), Dep A matéria vai ao Senado Federal, incluindo o processado. (MPV 102-A/02).		
	<b>MESA</b>		
	Remessa ao SF através do Of PC/GSF/		

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Com referência às Medidas Provisórias nºs 92, 96 e 102, de 2002, que acabam de ser lidas, a Presidência comunica ao Plenário que o prazo de 45 dias para apreciação das matérias pelo Congresso Nacional encontra-se esgotado desde o último dia 2 de abril. Uma vez recebidas formalmente pelo Senado Federal, nesta data, as Medidas Provisórias passam a sobrestar imediatamente as demais deliberações legislativas até que se ultime suas votações.

Prestados esses esclarecimentos, a Presidência, havendo concordância das Lideranças da Casa, inclui as matérias na pauta da Ordem do Dia de amanhã, dia 8 de abril.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Pedro Simon e Jefferson Péres e a Srª Senadora Serys Slhessarenko enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno do Senado Federal.

S. Exªs serão atendidos.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, fui surpreendido, no dia 18 do corrente, com a divulgação de uma nota subscrita pelos órgãos que integram o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC) que tece críticas ao Projeto de Lei do Senado nº 520/99 (que assumiu o nº 6.954/02, na Câmara dos Deputados), de minha autoria.

Alegava a nota que o referido projeto altera a lei dos Juizados Especiais Cíveis “*na medida em que retira, da competência desse juízo, as causas afetas às relações de consumo, e, assim, nega acesso, aos consumidores, à justiça especializada e gratuita*”.

A nota é equivocada. Como pode ser lido na justificativa do meu Projeto de Lei, o objetivo básico era delimitar com clareza as esferas de atuação da Justiça Especial Cível em contraposição às atribuições da Justiça Comum, de modo a garantir, ao cidadão, celeridade e objetividade em sua persecução judicial, eliminando dubiedades e relativizações.

O mencionado projeto tramitou pelo Senado, desde 1999, e, em momento algum, foi contestado pelos organismos de defesa do consumidor. Foi aprovado, aqui no Senado, por unanimidade. Seguiu, então, para a Câmara dos Deputados, onde foi amplamente discutido e recebeu um substitutivo de autoria do Deputado Renato Vianna.

Portanto, o que vai ser votado, agora, na Comissão de Constituição, Justiça e Redação da Câmara

dos Deputados é o substitutivo do Deputado Renato Vianna e não o meu Projeto.

É importante ressaltar que, para chegar ao seu parecer, o Deputado Renato Vianna reuniu onze projetos que tratavam do mesmo assunto. Por isso, eu não consegui entender por que a nota errônea cita apenas o meu nome. Ou seja, cita um projeto que não existe mais.

No seu terceiro parágrafo, exige a equivocada nota uma urgente discussão do Projeto de Lei com a sociedade, “*inclusive com a participação da Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara, sob pena de comprometimento da legalidade do projeto*”. Parece, pela redação sinuosa, que sou contrário à discussão do assunto no âmbito da referida Comissão. Não é verdade. Mas, para que minha posição fique ainda mais clara, sugeri, em carta, ao presidente da Comissão de Defesa do Consumidor que avocasse o Projeto para ser debatido naquela Comissão.

Pois bem, em face dessa nota, encaminhei, no dia 21 do corrente, ao Exmo. Sr. Ministro da Justiça, Dr. Márcio Thomaz Bastos, ofício relatando todo o incidente e pedindo a S. Exª que verificasse de onde havia partido o erro no âmbito do seu ministério.

Então, no dia 24, recebi o Memorando nº 1376/2003/SDE/GS, do Sr. Daniel Krepel Goldberg, Secretário de Direito Econômico, do Ministério da Justiça, no qual ele lamenta o ocorrido e me pede desculpas pela emissão de juízo equivocado da Nota.

Eis o que diz a carta:

*Senhor Senador,*

*Em atenção a sua missiva datada de 20 de março último, encaminhada ao Senhor Ministro de Estado da Justiça, gostaria de pedir vênica para me dirigir a Vossa Excelência, na qualidade de responsável direto pelo Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC), para expor e esclarecer o quanto segue:*

*Lamento e escuso-me pela Nota subscrita pelos órgãos que compõem o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC), reunidos no último dia 19, no DPDC, por ocasião do “10º Fórum Nacional dos PROCON’s e Promotorias do Consumidor”, cuja infeliz redação acabou dando azo a mal-entendidos.*

*Jamais foi intenção envolver negativamente o nome de Vossa Excelência, cujos quarenta anos de vida pública foram reconhecidamente voltados à defesa da cidadania.*

nia, dos direitos humanos, da democracia e, em especial, dos direitos dos consumidores, mormente porque, como cediço, Vossa Excelência foi e é o principal articulador da aprovação da emenda substitutiva do Deputado Renato Vianna, que retifica eventual imprecisão do PLS 520/99, no que tange ao direito dos consumidores.

*Aproveito o ensejo para solicitar uma audiência em data e horário de sua conveniência, para que possamos discutir agenda em comum das matérias atinentes à defesa do consumidor e da concorrência.*

*Respeitosamente, – Daniel Krepel Goldberg.*

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, no dia 25 de março, encaminhei correspondência aos presidentes das comissões de Defesa do Consumidor e de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados pedindo ao primeiro que avocasse o meu Projeto – ou melhor, o Substitutivo que o englobou – e sugerindo “que todas as entidades de defesa do consumidor do país sejam convidadas a participar de audiências públicas sobre o assunto. Aliás, idêntica iniciativa adotarei quando o projeto voltar ao Senado, pois certamente será modificado na Câmara. Aqui, exigirei que sejam convocadas todas as grandes entidades nacionais de defesa do consumidor”.

Eis aqui a íntegra da carta que enviei, em 25 de março do corrente, ao presidente da Comissão de Defesa do Consumidor:

*Exmo. Sr. Presidente  
Da Comissão de Defesa do Consumidor  
Deputado Givaldo Carimbão  
Câmara dos Deputados.  
Nesta*

*Senhor Deputado,*

*Recebi, no dia de hoje, Memorando número 1376/2003, do senhor Daniel Krepel Goldberg, secretário de Direito Econômico, do Ministério da Justiça, no qual ele lamenta e me pede escusas pela emissão de uma Nota subscrita pelos órgãos que integram o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor(SNDC) que dava margem a mal-entendido sobre minha posição a respeito de lei – tratando do direito dos consumidores – que está sendo examinada Câmara dos Deputados.*

*No seu terceiro parágrafo, “recomenda” a nota equivocada do SNDC “uma urgente discussão com a sociedade, inclusive com a participação da Comissão de Defesa do Consumidor, sob pena de comprometimento da legalidade do projeto, em face da matéria consumerista nele tratada”.*

*Pode parecer, pela redação enviesada, que sou contrário à discussão do assunto. Assim, o objetivo central desta carta que remeto, hoje, à Vossa Excelência, é justamente sugerir que todas as entidades de defesa do consumidor do país sejam convidadas a participar de audiências públicas sobre o assunto. Aliás, idêntica iniciativa adotarei quando o projeto voltar ao Senado, pois certamente será modificado na Câmara.*

*Certo de que Vossa Excelência dará a mais ampla divulgação aos debates que venham a ser realizados nessa Comissão, quando aí for discutido o substitutivo do Deputado Renato Vianna, coloco-me à sua disposição para comparecer a qualquer debate ou audiência pública.*

*Cordialmente, – Pedro Simon.*

Transcrevo, a seguir, a carta que, no dia 25 de março do corrente, enviei ao presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação da Câmara dos Deputados:

*Exmo. Sr. Presidente  
Da Comissão de Constituição e  
Justiça e de Redação  
Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh  
Câmara dos Deputados.  
Nesta*

*Senhor Deputado,*

*Recebi, no dia de hoje, Memorando número 1376/2003, do senhor Daniel Krepel Goldberg, secretário de Direito Econômico, do Ministério da Justiça, no qual ele lamenta e me pede escusas a emissão de uma Nota subscrita pelos órgãos que integram o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor(SNDC) que dava margem a mal-entendido sobre minha posição a respeito de lei – tratando do direito dos consumidores – que está sendo examinada Câmara dos Deputados.*

*No seu terceiro parágrafo, “recomenda” a nota equivocada do SNDC “uma ur-*

*gente discussão com a sociedade, inclusive com a participação da Comissão de Defesa do Consumidor, sob pena de comprometimento da legalidade do projeto, em face da matéria consumerista nele tratada”.*

*Pode parecer, pela redação enviesada, que sou contrário à discussão do assunto. Assim, o objetivo central desta carta que remeto, hoje, à Vossa Excelência, é justamente sugerir que todas as entidades de defesa do consumidor do país sejam convidadas a participar de audiências públicas sobre o assunto. Aliás, idêntica iniciativa adotarei quando o projeto voltar ao Senado, pois certamente será modificado na Câmara.*

*Certo de que Vossa Excelência dará a mais ampla divulgação aos debates que venham a ser realizados nessa Comissão, quando aí for discutido o substitutivo do Deputado Renato Vianna, coloco-me à sua disposição para comparecer a qualquer debate ou audiência pública.*

*Cordialmente, – Pedro Simon.*

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, no dia primeiro de abril, recebi mais uma correspondência – Ofício 1536/2003, da Secretaria de Direito Econômico, do Ministério da Justiça, em que me era enviada a cópia de uma Ata de uma reunião da Diretoria da Associação Nacional do Ministério Público do Consumidor (MPCON), realizada no dia 28 de abril do corrente, durante o III Encontro Nacional da entidade, em Santa Catarina. Nessa Ata fica, mais uma vez, esclarecido o equívoco em torno do meu Projeto.

Diz a carta da SDE que foi devido a atuação do Sr. Ricardo Morishita, Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor, da Secretaria de Direito Econômico, que o MPCON preparou a Ata em que fica bem claro que aquela entidade nada tem contra o meu Projeto.

Eis a íntegra da Ata da Reunião da Diretoria da Associação Nacional do Ministério Público do Consumidor:

Aos vinte e oito dias do mês de março do ano de dois mil e três, na sala Santa Maria, do Hotel Costão do Santinho, na Cidade de Florianópolis-SC, reuniu-se a diretoria da Associação Nacional do Ministério Público do Consumidor – MPCON, presentes os diretores Fábio de Souza Trajano, Murilo de Moraes e Miranda, Márcia Regina Buso Rodrigues, Delfino Costa Neto, Alcino Oliveira de Moraes, Sólon Ivo da Silva Filho, Amaury Artimos da Mata e Ciro Expedito

Cheraiber, presidida pelo Dr. Aurisvaldo Melo Sampaio, Presidente, e convocada extraordinariamente a pedido do Dr. Ricardo Morishita Wada, Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor. Aberta a reunião, passou, o Sr. Presidente a palavra ao Dr. Ricardo, que esclareceu o equívoco envolvendo a iniciativa do Projeto de Lei nº 520/99, de autoria do Senador Pedro Simon que em nenhum momento pretendeu a revogação da competência dos juizados especiais para apreciar ações do consumidor; que neste sentido se colocou inteiramente a favor do consumidor e à disposição desta Associação para evitar com que o projeto, na sua redação original, seja aprovado. Em seguida, foi colocada em discussão a questão, sendo, finalmente, à unanimidade, deliberada a suspensão da moção aprovada na reunião realizada ontem, decidindo mais a Diretoria que deverá ser agendada reunião com o Parlamentar a fim de colher pessoalmente a sua posição acerca da questão apreciada nesta oportunidade, bem como levar-lhe sugestões da MPCON a respeito do PL 520/99. Nada mais a se apreciar, determinou, o Sr. Presidente, o encerramento desta ata, que foi lavrada por mim, Murilo de Moraes e Miranda, Segundo Secretário da MPCON, que assino em conjunto com o Presidente.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, em face desse equívoco e da sua posterior retificação, eu me senti obrigado a afirmar, de público, que nada tenho contra os consumidores brasileiros, com os quais, aliás, tenho um passado de lutas conjuntas para tentar diminuir a injustiças que sofrem.

Digo mais ainda: nada tenho contra o amplo debate de qualquer assunto no Parlamento. Ao longo de toda a minha atividade parlamentar, sempre foi favorável aos mais largos debates porque só com eles é que conseguimos chegar às melhores leis para a nossa sociedade.

Por isso, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, vim a esta tribuna, hoje.

**O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM)** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, começo com um registro que, no fundo, é uma profissão de fé. Desde a infância, recebi a bênção de ser vacinado contra a doença do racismo, graças ao fato de haver convivido com colegas e companheiros negros e mestiços, alguns dos quais permanecem meus amigos até hoje.

Repilo, portanto, qualquer acusação de que minhas palavras estejam eivadas de ânimo discriminatório, quando manifesto minha discordância em relação à instituição de cotas raciais nas universidades e no serviço público em geral.

Admitindo, embora, que o regime de cotas possa ser defendido numa perspectiva jurídica, no marco das chamadas políticas públicas de discriminação positiva – conforme a célebre manifestação de Rui Barbosa, para quem a justiça consiste em tratar desigualmente os desiguais –, estou convicto de que a questão traz à baila dilemas éticos que não podem ser negligenciados sem sérios prejuízos para a sociedade.

Quero dizer, Sr. Presidente, que as cotas raciais poderão gerar situações de absoluta iniquidade, muitas vezes beneficiando ricos em detrimento de pobres. Pois iníquo é favorecer alguém em razão de sua cor, sem atentar para a sua renda. Ou será que alguém entre nós, em sã consciência, teria coragem de ponderar positivamente a prova do filho do Pelé e assim conceder-lhe vantagem competitiva sobre o filho de uma faxineira branca?

E o que dizer, numa sociedade miscigenada como a nossa, dos conflitos de interpretação advindos da proposta de alguns movimentos e organizações não-governamentais para que se deixe ao subjetivismo dos interessados a responsabilidade pela definição da própria cor?

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, essas e outras contradições afloraram com didática nitidez em recente exame vestibular promovido pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). O episódio traz valiosas lições para todas as autoridades públicas interessadas em combater as desigualdades sociais sem cair nas falácias da demagogia iníqua e daninha.

Na visão de qualquer educador digno do título, o resultado daquele exame só pode ser considerado um rematado desastre. Senão, vejamos.

Dos candidatos aprovados, menos de 37% obtiveram sua classificação independentemente do sistema de cotas. Vale aqui lembrar que este foi aprovado em finais de 2001, prevendo que metade das vagas da UERJ se destinariam aos estudantes de escolas públicas fluminenses. Na última hora, porém, a Assembléia Legislativa modificou a proposta para incluir uma cota de 40% de vagas para candidatos pardos e negros. Para conciliar tais exigências, a universidade viu-se obrigada a realizar dois vestibulares: o primeiro para candidatos egressos do ensino público, e o segundo no tradicional sistema classificatório.

O problema, Sr. Presidente, é que imenso número de candidatos declarou-se negro ou pardo a fim de tirar vantagem do critério da autodefinição, mesmo que esta estivesse em flagrante conflito com a cor registrada nos documentos de identidade. Não sei se os nobres pares atentaram para a seriedade do episódio:

até agora, a UERJ não foi capaz de dizer se a lei de cotas foi cumprida ou não, pois ninguém sabe quantos fraudaram o sistema ou dele participaram em boa fé.

O concurso acabou gerando duas classes de estudantes cujas performances não poderiam ser mais díspares. Tomemos como exemplo o curso de Odontologia. Ali, o último aprovado com base nas cotas obteve pontuação cerca de 15 vezes menor que o último classificado no esquema tradicional.

Não deve, pois, causar espanto que muitos reprovados tenham decidido recorrer à Justiça para se proteger do que consideram violação dos seus direitos constitucionais, de vez que a nossa Lei Maior, no seu artigo 206, inciso I, garante a todos “igualdade de condições no acesso e na permanência na escola”. É fácil prever que os já obstruídos canais do Judiciário ficarão ainda mais atravancados, sem que isso impeça os perpetradores de autodefinições falsas de frequentarem as aulas na UERJ.

No momento em que tramita na Câmara dos Deputados proposição já aprovada nesta Casa, de teor muito semelhante à lei fluminense de cotas universitárias, lanço um último alerta na esperança de impedir a generalização de tais absurdos.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, creio sinceramente que as melhores políticas de ação afirmativa são aquelas baseadas em providências emergenciais e de largo prazo, com foco na renda como diferencial de oportunidades educacionais. No primeiro caso, estariam as bolsas cursinho pré-vestibular, financiadas pelo poder público, em benefício de estudantes comprovadamente pobres, negros ou não. No segundo, figurariam medidas como o fortalecimento de programas de bolsa-escola e a adoção de incentivos salariais para professores e diretores de escolas públicas cujos alunos comprovassem bom desempenho em certames nacionais periódicos. Afinal, é ali, nos níveis fundamental e médio, que as desigualdades se cristalizam, e o vestibular funciona como mero e tardio reflexo de uma cruel estratificação entre crianças e jovens das classes privilegiadas, de um lado, e os filhos da exclusão, de outro. Diria mais: que essa cristalização perversa começa a operar bem antes até, no nível da pré-escola, fora do alcance de meninos e meninas pobres, cujo direito ao estudo é garantido apenas a partir dos sete anos de idade, quando os filhos das classes médias e altas, a par de bem fornidas bibliotecas no lar ou nas casas de parentes, há muito estão imersos no ambiente rico em estímulos intelectuais e motores dos jardins de infância e das classes de alfabetização.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, no intuito de embasar essas e outras propostas capazes de

transformar a escola pública, do atual foco reprodutor de injustiça social, em alavanca de emancipação das maiorias racionais, acabo de solicitar à Consultoria Legislativa desta Casa estudo que permita colocar em perspectiva histórico-comparativa segura os resultados da legislação de cotas em países desenvolvidos, em especial os Estados Unidos, onde o sistema foi implantado em 1964, conforme a Lei dos Direitos Civis, promulgada pelo então presidente Lyndon Johnson. São análises que, a curto prazo, poderiam alimentar ciclos de debates e audiências públicas em nossas Comissão de Educação e de Assuntos Sociais, com vista a uma produção legislativa oportuna e sensata.

É sempre muito bom aprender com os acertos e, sobretudo, com os erros dos outros, desde que estejamos dispostos a aplicar a essas experiências estrangeiras o princípio da “redução sociológica” às condições nacionais, conforme ensinava o saudoso e notável sociólogo negro Alberto Guerreiro Ramos. Caso contrário, marcharemos rumo a um doloroso fiasco de política pública, se, por exemplo, ignorarmos que as ações afirmativas norte-americanas têm por pressuposto costumes refletidos em antiga decisão da Suprema Corte segundo a qual a existência de um sessenta e quatro avos de ascendentes negros basta para definir alguém como negro.

O transplante mecânico e acrítico dessas políticas para uma sociedade como a nossa, habituada a funcionar segundo pressupostos quase sempre diametralmente inversos, não deixará de produzir consequências paradoxais, por vezes bastante indesejáveis.

Em suma, Sr. Presidente, cotas sociais, talvez; raciais, não! Estas me parecem um equívoco perigoso, com o qual não posso concordar.

Se minha posição for incompreendida ou mal interpretada, paciência. Homem público que se preza não assume posições calculando vantagens eleitoreiras ao sabor das pesquisas de popularidade.

Muito obrigado.

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores,

#### JORNALISTAS DE TODO O PAÍS SE MOBILIZAM EM DEFESA DA PROFISSÃO

Os jornalistas brasileiros estarão durante o dia de hoje, 7 de abril, dia do jornalismo, unidos em defesa da regulamentação profissional contra a decisão judicial da Juíza Carla Rister, da 16ª Vara Cível da Justiça Federal de São Paulo, que concede a tutela antecipada contra a exigência de qualquer formação para o exercício da profissão de jornalista.

Atos públicos por todo o País serão realizados reunindo profissionais, estudantes e entidades de classes mobilizadas para o manifesto nacional.

No Acre, sessão solene em homenagem ao Dia do Jornalismo; no Ceará palestras em faculdades e universidades; no sudeste, manifestação e passeata até o Tribunal Regional Federal onde será entregue manifesto ao Presidente do Tribunal; no Rio Grande do Sul, **outdoors** com a campanha em defesa da formação profissional foram espalhados pelo estado e houve distribuição de manifesto na esquina democrática da capital; e, em Mato Grosso, o Sindicato dos Jornalistas fará manifestação em frente à Delegacia Regional do Trabalho com apoio do Sindicato dos Bancários e da CUT.

Os jornalistas estarão mobilizados nacionalmente durante toda a primeira quinzena em defesa da formação específica para o exercício da profissão para que esta venha a ser novamente respeitada.

A Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) e os Sindicatos de Jornalistas entendem que a decisão da Juíza é contrária ao interesse público, retirando qualquer exigência de uma formação, por mínima que seja, para o exercício do jornalismo, profissão que, em sua existência, tem forma decisiva na qualidade da informação divulgada à sociedade. Decisão que tenta retirar dos jornalistas uma conquista de oito décadas: a exigência de formação específica para a obtenção do registro profissional.

(Nota divulgada pela Fenaj em 10 de janeiro de 2003.)

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Senadores que constará da sessão deliberativa ordinária de amanhã, a realizar-se às 14 horas e 30 minutos, a seguinte

#### ORDEM DO DIA

##### 1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 2, DE 2003  
(Proveniente da Medida Provisória nº 83, de 2002)

Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2003, proveniente da Medida Provisória nº 83, de 2002, que *dispõe sobre a concessão da aposentadoria especial ao cooperado de coopera-*



*tiva de trabalho ou de produção e dá outras providências*, tendo

Parecer proferido em Plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista, Relator: Deputado Rafael Guerra (PSDB-MG), preliminarmente pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela adequação financeira e orçamentária; e quanto ao mérito, favorável, nos termos do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2003.

Relator Revisor: Senador Romero Jucá

## 2

### PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 3, DE 2003 (Proveniente da Medida Provisória nº 82, de 2003)

Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2003, que *dispõe sobre a transferência da União para os Estados e o Distrito Federal de segmentos da malha rodoviária sob jurisdição federal, nos casos que especifica, e dá outras providências*, proveniente da Medida Provisória nº 82, de 2002, tendo

Parecer proferido no Plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista, Relator: Deputado Tadeu Filippelli (PMDB-DF), preliminarmente pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela adequação financeira e orçamentária; e quanto ao mérito, favorável, na forma do Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2003, com modificações, e pela rejeição das Emendas nºs 1 a 9.

Relator Revisor: Senador Sérgio Cabral

## 3

### MEDIDA PROVISÓRIA Nº 85 DE 2002

Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 85, de 2002, que *abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de quarenta e cinco milhões de reais, para os fins que especifica*, tendo

Parecer proferido no Plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista de Planos, Orçamentos, Públicos e Fiscalização, Relator: Deputado Pedro Novais (PMDB-MA), prelimi-

narmente pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, pela adequação financeira e orçamentária, e quanto ao mérito, favorável.

Relator Revisor: Senador Jonas Pinheiro

## 4

### MEDIDA PROVISÓRIA Nº 87, DE 2002

Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 87, de 2002, que *abre crédito extraordinário, no valor de setecentos e oitenta milhões, trinta e nove mil reais, em favor do Ministério dos Transportes, para os fins que especifica*, tendo

Parecer proferido no Plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Relator: Deputado Mussa Demes (PFL-PI), preliminarmente pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, pela adequação financeira e orçamentária, e quanto ao mérito, favorável.

Relator Revisor: Senador João Alberto Souza

## 5

### PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 4, DE 2003 (Proveniente da Medida Provisória nº 86, de 2002)

Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2003, que *altera dispositivos da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, da Lei nº 10.470, de 25 de junho de 2002, e da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, cria cargos efetivos, cargos comissionados e gratificações no âmbito da Administração Pública Federal, e dá outras providências*, proveniente da Medida Provisória nº 86, de 2002, tendo

Parecer proferido no Plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista, Relatora: Deputada Ann Pontes (PMDB-PA), preliminarmente pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela adequação financeira e orçamentária; e quanto ao mérito, favorável, na forma do Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2003.

Relator Revisor:

## 6

## MEDIDA PROVISÓRIA Nº 92, DE 2002

Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 92, de 2002, que *abre crédito extraordinário no valor de R\$428.064.000,00, em favor do Ministério dos Transportes, para os fins que especifica*, tendo

Parecer proferido no Plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista, Relator: Dep. Antonio Carlos Mendes Thame, pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação.

Relator Revisor:

## 7

## MEDIDA PROVISÓRIA Nº 96, DE 2002

Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 96, de 2002, que *abre crédito extraordinário no valor de R\$24.401.000,00, em favor do Ministério dos Transportes, para os fins que especifica*, tendo

Parecer Proferido em Plenário, Dep. Antonio Carlos Pannunzio, pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação.

Relator Revisor:

## 8

## MEDIDA PROVISÓRIA Nº 102, DE 2002

Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 102, de 2002, que *abre crédito extraordinário no valor de R\$36.874.206,00, em favor do Ministério da Previdência e Assistência Social, para os fins que especifica*, tendo

Parecer Proferido em Plenário, Dep. Vicentinho, pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação.

Relator Revisor:

## 9

## PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2003

(Em regime de urgência, nos termos do § 1º do art. 64 da Constituição)

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 353, parágrafo único, do RISF)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2003 (nº 7.262/2002, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor e dá outras providências*.

Parecer, da Comissão de Constituição Justiça e Cidadania, dependendo de leitura, favorável ao projeto e contrário à Emenda nº 1, dependendo de leitura, Relator: Senador João Alberto Souza, votos contrários dos Senadores Demóstenes Torres, Jefferson Peres e em separado do Senador José Jorge.

Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Sociais. Relator: Senador Sérgio Guerra

Parecer, da Comissão de Educação, dependendo de leitura, favorável ao projeto e contrário à Emenda nº 1, dependendo de leitura, Relator: Senador Gerson Camata, voto contrário do Senador Leomar Quintanilha.

## 10

## PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 92, DE 2001

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 166, de 2003 – art. 336, II)

(TRAMITANDO EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 66, DE 2003)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 92, de 2001 (nº 1.277/1995, na Casa de origem), que *estabelece, nos crimes de homicídio e lesão corporal, causas de aumento de pena*.

Pareceres da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Amir Lando:

– 1º pronunciamento: favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 92, de 2001, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta;

– 2º pronunciamento: (nos termos do Requerimento nº 167, de 2003, de tramitação conjunta), pela

aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 66, de 2003, com as Emendas nºs 3 e 4-CCJ, que apresenta, e pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 92, de 2001, que tramita em conjunto.

**11**

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 66, DE 2003  
(Em regime de urgência, nos termos do  
Requerimento nº 166, de 2003 – art. 336, II)  
(Tramitando em conjunto com o  
Projeto de Lei da Câmara nº 92, de 2001)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 66, de 2003, de autoria do Senador José Sarney, que *altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal*.

Pareceres da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Amir Lando:

– 1º pronunciamento: favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 92, de 2001, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta;

– 2º pronunciamento: (nos termos do Requerimento nº 167, de 2003, de tramitação conjunta), pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 66, de 2003, com as Emendas nºs 3 e 4-CCJ, que apresenta, e pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 92, de 2001, que tramita em conjunto.

**12**

PROPOSTA DE EMENDA À  
CONSTITUIÇÃO Nº 21, DE 2001  
(Votação nominal se não houver emendas)

Terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 21, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Antônio Carlos Valadares, que *altera a redação do artigo 6º da Constituição Federal* (acrescenta a alimentação aos direitos sociais), tendo

Parecer favorável, sob nº 783, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Sebastião Rocha.

**13**

MENSAGEM Nº 300, DE 2002  
Escolha de Chefe de Missão Diplomática  
(Votação secreta)

Mensagem nº 300, de 2002 (nº 924/2002, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Stelio Marcos Amarante*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Mi-

nistério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Irlanda.

**14**

MENSAGEM Nº 362, DE 2002  
Escolha de Chefe de Missão Diplomática  
(Votação secreta)

Mensagem nº 362, de 2002 (nº 1.112/2002, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha da Senhora *Gilda Maria Ramos Guimarães*, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República de Trinidad e Tobago.

**15**

MENSAGEM Nº 13, DE 2003  
Escolha de Chefe de Missão Diplomática  
(Votação secreta)

Mensagem nº 13, de 2003 (nº 38/2003, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Antonio Augusto Dayrell de Lima*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

**16**

MENSAGEM Nº 59, DE 2003  
Escolha de Chefe de Missão Diplomática  
(Votação secreta)

Mensagem nº 59, de 2003 (nº 57/2003, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha da Senhora *Celina Maria Assumpção do Valle Pereira*, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à Confederação Helvética.

**17**

MENSAGEM Nº 65, DE 2003  
Escolha de Chefe de Missão Diplomática  
(Votação secreta)

Mensagem nº 65, de 2003 (nº 65/2003, na origem), pela qual o Presidente da República submete à

deliberação do Senado a escolha do Senhor *Tilden José Santiago* para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Cuba.

**18**

MENSAGEM Nº 66, DE 2003  
Escolha de Chefe de Missão Diplomática  
**(Votação secreta)**

Mensagem nº 66, de 2003 (nº 83/2003, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Itamar Augusto Cautiero Franco* para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Italiana.

**19**

SUBSTITUTIVO AO  
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 449, DE 1999

Votação, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 449, de 1999, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que *altera o art. 43 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), possibilitando aos hospitais universitários captar recursos provenientes de internações hospitalares, tendo*

Pareceres sob nºs 732, de 2001, e 414, de 2002, das Comissões

– Diretora, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, oferecendo a redação do vencido; e

– de Assuntos Sociais (sobre as Emendas nºs 1 a 4, de Plenário), Relator: Senador Geraldo Althoff, favorável à Emenda nº 1-Plen, nos termos de Subemenda que apresenta; e pela rejeição das Emendas nºs 2 a 4-Plen.

**20**

REQUERIMENTO Nº 69, DE 2003

Votação, em turno único, do Requerimento nº 69, de 2003, dos Senadores Roberto Saturnino e Osmar Dias, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 263, de 2002, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Educação.

**21**

REQUERIMENTO Nº 87, DE 2003

Votação, em turno único, do Requerimento nº 87, de 2003, do Senador Osmar Dias, solicitando

que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2003, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação.

**22**

REQUERIMENTO Nº 111, DE 2003

Votação, em turno único, do Requerimento nº 111, de 2003, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 2000, com os Projetos de Lei do Senado nºs 161, de 2000 e 104, de 2002, por regularem a mesma matéria.

**23**

REQUERIMENTO Nº 116, DE 2003

Votação, em turno único, do Requerimento nº 116, de 2003, do Senador Osmar Dias, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 2000, com o Projeto de Lei do Senado nº 37, de 2000, por regularem a mesma matéria.

**24**

REQUERIMENTO Nº 121, DE 2003

Votação, em turno único, do Requerimento nº 121, de 2003, do Senador Delcídio Amaral, solicitando, nos termos regimentais, o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 630, de 1999, dos Projetos de Lei do Senado nºs 391 e 399, de 1999, a fim de que tenha tramitação autônoma.

**25**

REQUERIMENTO Nº 184, DE 2003  
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 184, de 2003, do Senador Eduardo Suplicy e outros Senhores Senadores, sugerindo à Sua Santidade o Papa João Paulo II, que convoque conclave dos líderes religiosos mundiais, preferencialmente em Bagdá, ou em outra Capital de um dos países envolvidos no conflito, para discutir soluções pacíficas para a crise no Iraque e propugnar pelo cessar das hostilidades e pela paz, tendo

Parecer favorável, sob nº 172, de 2003, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Tasso Jereissati.

## 26

REQUERIMENTO Nº 185, DE 2003  
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do  
art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 185, de 2003, do Senador Aloizio Mercadante e outros Senhores Senadores, solicitando, que sejam conclamados aos governos dos países membros do Conselho de Segurança das Nações Unidas que convoquem reunião de emergência daquele Organismo a fim de debater estratégias que visem fazer cumprir a Resolução 1441 de forma pacífica e cessar de imediato a intervenção militar no Iraque, tendo

Parecer favorável, sob nº 177, de 2003, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Pedro Simon.

## 27

SUBSTITUTIVO À  
PROPOSTA DE EMENDA À  
CONSTITUIÇÃO Nº 1, DE 2001

Segunda sessão de discussão, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Roberto Saturnino, que *determina a fixação de limites para gastos com a publicidade de obras governamentais*, tendo

Parecer sob nº 609, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Agripino, oferecendo a redação para o segundo turno.

## 28

PROPOSTA DE EMENDA À  
CONSTITUIÇÃO Nº 22, DE 1999

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que *dá nova redação ao inciso LXXVI do art. 5º da Constituição Federal* (gratuidade para o registro e primeira emissão de certidão de nascimento, casamento e óbito), tendo

Parecer favorável, sob nº 161, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Iris Rezende.

## 29

PROPOSTA DE EMENDA À  
CONSTITUIÇÃO Nº 36, DE 1999  
(Incluída em Ordem do Dia nos termos do  
Recurso nº 26, de 2001)

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 36, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Maguito Vilela, que *dispõe sobre a incorporação e a transferência das atribuições dos Tribunais e Conselhos de Contas dos Municípios aos Tribunais de Contas dos Estados*, tendo

Parecer contrário, sob nº 1.367, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator do vencido *ad hoc*: Senador Luiz Pontes; com voto, em separado, do Senador José Fogaça, que se absteve em relação ao relatório vencedor.

## 30

PROPOSTA DE EMENDA À  
CONSTITUIÇÃO Nº 40, DE 1999

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 40, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Hartung, que *revoga o inciso VII do art. 20 da Constituição e o § 3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, extinguindo os terrenos de marinha e seus acrescidos e dispõe sobre a sua destinação*, tendo

Parecer sob nº 27, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Osmar Dias, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, com abstenção do Senador José Eduardo Dutra.

## 31

PROPOSTA DE EMENDA À  
CONSTITUIÇÃO Nº 44, DE 1999

(Tramitando em conjunto com a Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 1999)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 44, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Machado, que *dá nova redação ao art. 14 da Constituição Federal, instituindo o voto facultativo*, tendo

Parecer sob nº 28, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Iris Rezende, favorável à matéria, e pelo arquivamento da Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 1999, que tramita em conjunto, com voto contrário do Senador Pedro Simon.

**32****PROPOSTA DE EMENDA À  
CONSTITUIÇÃO Nº 31, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com a  
Proposta de Emenda à Constituição nº 44, de 1999)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Carlos Patrocínio, que *altera a redação do caput e do § 1º do art. 14 da Constituição Federal, tornando facultativo o voto*, tendo

Parecer sob nº 28, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Iris Rezende, pelo arquivamento da matéria e favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 44, de 1999, que tramita em conjunto, com voto contrário do Senador Pedro Simon.

**33****PROPOSTA DE EMENDA À  
CONSTITUIÇÃO Nº 55, DE 1999**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 55, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Mozarildo Cavalcanti, que *modifica o "caput" do art. 37 da Constituição Federal* (acrescenta dentre os princípios que regem a administração pública, o da razoabilidade), tendo

Parecer favorável, sob nº 1.246, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jefferson Peres.

**34****PROPOSTA DE EMENDA À  
CONSTITUIÇÃO Nº 7, DE 2002**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Álvaro Dias, que *dá nova redação aos §§ 1º, 2º e 3º do art. 14 da Constituição Federal, para facultar a participação do estrangeiro domiciliado no Brasil em eleições municipais*, tendo

Parecer favorável, sob nº 863, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Junior.

**35****SUBSTITUTIVO DO SENADO AO  
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 34, DE 2002**

Discussão, em turno suplementar, do Substituto do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 34, de

2002 (nº 943/99, na Casa de origem), que *proíbe inversão de ordem dos nomes constantes na Lista Única de Transplantes do Sistema Nacional de Transplantes, se houver leito disponível em qualquer unidade hospitalar acessível*, tendo

Parecer sob nº 155, de 2003, da Comissão Diretora, Relator: Senador Eduardo Siqueira Campos, oferecendo a redação do vencido.

**36****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 50, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 2001 (nº 1.676/99, na Casa de origem), que *dispõe sobre a promoção, a proteção, a defesa e o uso da língua portuguesa e dá outras providências*, tendo

Parecer sob nº 11, de 2003, da Comissão de Educação, Relator: Senador Amir Lando, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

**37****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 69, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 2001 (nº 4.594/94, na Casa de origem), que *dispõe sobre o atendimento de emergência de acidentes do trabalho em localidades onde não existe rede do Sistema Único de Saúde – SUS*, tendo

Parecer favorável, sob nº 12, de 2003, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Tião Viana.

**38****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 120, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 120, de 2001 (nº 3.704/97, na Casa de origem), que *cria os Conselhos Federal e Regionais de Sociólogos e dá outras providências*, tendo

Parecer favorável, sob nº 13, de 2003, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Geraldo Althoff.

**39****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 122, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2001 (nº 2.233/99, na Casa de origem), que *obriga a que os produtos alimentícios comercializados informem sobre a presença de glúten, como medida preventiva e de controle da doença celíaca*, tendo

Parecer favorável, sob nº 14, de 2003, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Sebastião Rocha.

**40****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 58, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 2002 (nº 2.252/99, na Casa de origem), que *institui o dia nacional da água*, tendo

Parecer favorável, sob nº 17, de 2003, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Antonio Carlos Júnior.

**41****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 78, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 78, de 2002 (nº 1.210/99, na Casa de origem), que *altera dispositivos da Lei nº 5.517, de 23 de outubro de 1968, que dispõe sobre o exercício da profissão de Médico Veterinário e cria os Conselhos Federal e Regionais de Medicina Veterinária*, tendo

Parecer favorável, sob nº 18, de 2003, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Benício Sampaio.

**42****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 10, DE 1999**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos dos Recursos nºs 24 e 25, de 1999)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 10, de 1999, de autoria do Senador Luiz Estevão, que *altera o disposto na Lei nº 6.811, de 8 de julho de 1980, que dispõe sobre a destinação da taxa judiciária de que trata o art. 20 do Decreto-Lei nº 115, de 25 de janeiro de 1967, alterado pelo art. 2º do Decreto-Lei nº 246, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências*, tendo

Parecer sob nº 943, de 1999, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Iris Rezende, favorável com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com votos contrários dos Senadores Antônio Carlos Valadares, Agnelo Alves, Roberto Freire, José Eduardo Dutra, Bello Parga e, em separado, do Senador Roberto Requião.

**43****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 677, DE 1999**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 677, de 1999 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.143, de 1999, da Comissão de

Assuntos Sociais, Relator: Senador Sebastião Rocha), que *institui o Dia do Instrumentador Cirúrgico*.

**44****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 152, DE 2001**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 25, de 2001)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 152, de 2001, de autoria do Senador Waldeck Ornelas, que *altera o art. 15 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para regulamentar a identificação numérica dos candidatos aos cargos majoritários*, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.276, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Bello Parga, com votos contrários dos Senadores Iris Rezende, Sebastião Rocha, José Eduardo Dutra e Roberto Requião.

**45****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 7, DE 2003**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 7, de 2003, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito das ONGs, que *dispõe sobre o registro, fiscalização e controle das organizações não-governamentais e dá outras providências*.

**O SR. PRESIDENTE** (Siqueira Campos) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 12 minutos.)

**AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR JOSÉ SARNEY**

7-4-2003

Segunda-feira

14h – Dom José Freire Falcão, Cardeal Arcebispo de Brasília, Dom Lorenzo Baldisseri, Nuncio Apostólico, Dom Jayme Henrique Chemello, Presidente da CNBB, Dom Raymundo Damasceno Assis, Secretário-Geral da CNBB, e o Senador Paulo Paim, acompanhado de representantes da Conferência Nacional dos Aposentados

Presidência do Senado Federal

14h30 – Sessão em homenagem à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, pela consecução da Campanha da Fraternidade 2003

Plenário do Senado Federal

18h – Ministro Paulo Afonso, Ministro do Tribunal de Contas da União

Presidência do Senado Federal

**ATA DA 29ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA,  
EM 31 DE MARÇO DE 2003**

**(Publicada no Diário do Senado Federal nº 033, de 1º de abril de 2003)**

**RETIFICAÇÕES**

- 1) À pagina 05309, 1ª coluna, referente ao PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 81, de 2003, que aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Monte Alegre - Um Bem da Comunidade 88,1 MHZ a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Monte Alegre, Estado do Rio Grande do Norte,

**Onde se lê:**

“(Nº 2.037/2003 , na Câmara dos Deputados)”

**Leia-se:**

“(Nº 2.037/2002 , na Câmara dos Deputados)”

- 
- 2) À pagina 05399, 2ª coluna, referente ao PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 108, de 2003, que aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Vida a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cachoeira do Sul, Estado do Rio Grande do Sul,

**Onde se lê:**

“(Nº 2.103, na Câmara dos Deputados)”

**Leia-se:**

“(Nº 2.103/2002 , na Câmara dos Deputados)”



- 3) À pagina 05441, 1ª coluna, referente ao PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 121, de 2003, que aprova o ato que autoriza a Associação Luverdense de Radiodifusão Comunitária a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lucas do Rio Verde, Estado de Mato Grosso,

**Onde se lê:**

“(Nº 1.124/2002, na Câmara dos Deputados)”

**Leia-se:**

“(Nº 2.124/2002 , na Câmara dos Deputados)”

-----

- 4) À pagina 05500, 2ª coluna, referente ao PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 137, de 2003, que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cândido Garcia para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Umuarama, Estado do Paraná,

**Onde se lê:**

“(Nº 2.156/2001, na Câmara dos Deputados)”

**Leia-se:**

“(Nº 2.156/2002 , na Câmara dos Deputados)”

**CORREGEDORIA PARLAMENTAR****DESPACHO****PETIÇÃO Nº 2, DE 2003**

**Autor:** Senador Jorge Bornhausen

**Ementa:** Requer sejam encaminhados à Corregedoria Parlamentar documentos que especifica, em virtude do pronunciamento da Senadora Ideli Salvatti, realizado em 25 de fevereiro de 2003.

**PARECER Nº 48/2003 – ADVOSF**

**Requerimento do Senador Jorge Bornhausen a respeito de pronunciamento da Senadora Ideli Salvatti em plenário. Apresentação de documentos que isentam o Senador de acusação da imprensa. Impossibilidade de apuração de eventual ofensa à imagem, honra e vida privada. Ausência de pressuposto de procedibilidade.**

Senhor Advogado-Geral

Trata-se de ofício do Exmº Sr. Senador Jorge Bornhausen endereçado ao Presidente do Senado Federal e que, por determinação do Corregedor desta Casa Legislativa, veio à manifestação desta Advocacia.

No referido ofício, o Senador Jorge Bornhausen sentindo-se atingido em sua imagem, honra e vida privada, decorrente do pronunciamento da Senadora Ideli Saivatti, que em plenário sugeriu a criação de uma CPI sobre evasão de divisas e remessa de dólares para o exterior, baseando-se em reportagem da revista **IstoÉ** que em matéria cita possível envolvimento do Senador Bornhausen, solicita o encaminhamento à Corregedoria do Senado Federal de documentos sobre os fatos aludidos na matéria jornalística que anexa ao expediente, informando ao final que, “*caso a referida Senadora transgrida novamente o inciso II, do § 2º, do art. 9º do Conselho de Ética*”; solicitará a competente medida disciplinar prevista na Resolução nº 20, de 1993.

Pede ainda que, quando da publicação do pronunciamento da Senadora no **Diário do Congresso**, constem as providências solicitadas no ofício em análise.

Assim, do expediente que veio a esta Advocacia constam em anexo cópias da seguinte documentação:

– Ofício PGR/GAB Nº 988, datado de 19-9-2002;

– Requerimento do Senador Jorge Bornhausen, datado de 20-9-2002, endereçado ao Procurador-Geral da República;

– Requerimento do Senador Jorge Bornhausen, de 19-6-2002, endereçado ao Procurador-Geral da República;

– Pedido de certidão do Senador Jorge Bornhausen, de 25-6-2002, endereçado ao Presidente do Banco do Brasil S/A;

– Ofício nº DIRIN – 142, de 28-6-2002, do Diretor da Diretoria Internacional do Banco do Brasil;

– Ofício nº 1677/2002-DS, de 21-6-2002, da 2ª Vara Federal Criminal de Foz do Iguaçu – Seção Judiciária do Paraná;

– Expediente do Banco Banestado S/A, datado de 20-6-2002.

– Requerimento do Senador Jorge Bornhausen, de 15-6-2002, endereçado ao Presidente do BACEN;

– Expediente do Banco Araucária S/A, datado de 18-6-2002;

– Certidão do Diretor de Assuntos Internacionais do BACEN, datado de 17-6-2002 (documento ilegível);

– Declaração do Banco Banestado S/A, datado de 16-12-2002;

– Certidão firmada pelo Procurador-Geral da República, datada de 23-9-2002;

– Revista Época, matéria intitulada “*Surpresa para todos*” datada de 17-6-2002;

– Matéria produzida pela Agência Senado intitulada “*Bornhausen diz que afirmações de Ideli Salvatti são inverídicas e o prejudicam*”, datada de 26-2-2003;

– Matéria produzida pela Agência Senado intitulada “*José Agripino defende Jorge Bornhausen*”, datada de 26-2-2003;

– Matéria produzida pela Agência Senado intitulada “*Ideli Salvatti pede urgência para instalação de CPI sobre evasão de divisas*”, datada de 26-2-2003;

– Revista IstoÉ Independent e, matéria intitulada “*Alerta Americano*”, Edição nº 1743, Internet 26-2-2003.

Passamos à análise da documentação e do requerimento, à luz do que compete à Corregedoria Parlamentar, em conformidade com a Resolução nº 17, de 1993 e Resolução nº 20, de 1993.

O que moveu o Senador Jorge Bornhausen a solicitar o encaminhamento do presente expediente e documentação anexa à Corregedoria do Senado Federal foi o pronunciamento em plenário no dia 25-2-2003, da Senadora Ideli Salvatti, que pediu a urgência da instalação da Comissão Parlamentar de

Inquérito destinada a investigar a evasão de divisas e a remessa ilegal de dólares para o exterior, tendo como base reportagens publicadas por órgãos e que teriam citado a descoberta de possível envolvimento do nome do Senador Jorge Bornhausen dentre outras pessoas que teriam se utilizado de operações de transferência internacional de dinheiro.

A primeira reportagem citando o Senador Jorge Bornhausen foi publicada em 17-6-2002, na revista **Época**, que em suma, informou que delegado e peritos da Polícia Federal teriam contado que investigadores americanos haviam encontrado boleto bancário na agência Banestado em Nova York em nome do citado Senador, o que teria incluído o nome do parlamentar na investigação que apura uso de contas CC-5.

Recentemente outro semanário, a revista *IstoÉ*, edição 1743, voltou ao tema citando que foi identificada uma conta na agência bancária do Banco do Brasil na cidade de Nova Iorque, que teria recebido movimentação de remessas internacionais, cuja titularidade estaria em nome do Senador Jorge Bornhausen.

Cabe destacar a respeito da reportagem da revista *Época* datada de 17-6-2002, que os fatos ali narrados receberam atenção do Exmº Sr. Procurador-Geral da República, que por meio do Ofício PG/GAB/Nº 988, de 19-9-2002, dirigiu-se ao Juízo da 2ª Vara Federal Criminal de Foz do Iguaçu, nos seguintes termos, **verbis**:

“Considerando o teor da reportagem veiculada na Revista **Época**, edição nº 213, de 17-6-2002, Editora Globo, que menciona a suposta existência de boleto bancário que comprovaria registro de transferência internacional de reais, por meio de conta do tipo CC-5, em nome do Senador da República Jorge Konder Bornhausen, bem assim a norma inserta na alínea **b** do inciso I do art. 102 da Constituição da República, comunico as seguintes providências por mim tomadas:

.....  
Em 16-7-2002, o Delegado da Polícia Federal responsável pela Coordenação Geral de Repressão ao Crime Organizado e de Inquéritos Especiais (CGCOIE) encaminhou-me cópia da Informação Técnica nº 167/02-INC/DPF, na qual *atestam os peritos criminais da Polícia Federal que ‘desconhecem a existência do boleto bancário e seu respectivo valor, em nome do Senador da República Jorge Konder Bornhausen menci-*

*onado na reportagem veiculada na Revista Época, edição nº 213, de 17-6-2002’.* Assevera, ainda, que os peritos constataram apenas uma operação mencionando o nome do referido Senador como beneficiário, relativa à conta de nº 14839011-8, no Banco do Brasil na cidade de Nova Iorque, Estados Unidos, no valor de U\$16,000.00 (dezesesseis mil dólares americanos), datada de 1º-1-1996, sob a rubrica de ‘Funds Transfer Paid Fed’, processada pelo Banestado – Nova Iorque.

Diante de tais informações, solicitei ao eminente parlamentar que prestasse informações da mencionada transação. Em resposta, o Senador Jorge Konder Bornhausen apresentou o Ofício nº DIRIN-142, da *Diretoria Internacional do Banco do Brasil*, que expressamente atesta que não detém ele a titularidade ou co-titularidade da conta-corrente nº 14839011-8, do Banco do Brasil na cidade de Nova Iorque, Estados Unidos.

Destarte, *suficientemente esclarecida* pela própria autoridade responsável pelas contas na agência do *Banco do Brasil* na cidade de Nova Iorque, Estados Unidos, a absoluta desvinculação do nome do Senador Jorge Konder Bornhausen com mencionada conta-corrente nº 14839011-8, bem assim pelos peritos da *Polícia Federal* a inexistência do boleto a que se refere a indigitada reportagem veiculada na Revista **Época**, resta *ausente justa causa para deflagração da persecução penal* por esta Procuradoria-Geral da República, a quem incumbe, não é demais lembrar, a titularidade exclusiva da ação penal em desfavor das pessoas mencionadas na alínea *b* do inciso I do art. 102 da Carta Política, em razão do que prescreve o art. 46 da Lei Complementar nº 75/93.

A valer, *as informações veiculadas no referido semanário não guardam qualquer consonância com as diligências* por mim promovidas, bem assim com aquelas diligentemente determinadas por V. Exª, *não exsurto razão para instauração de apuratório estatal* em desfavor do mencionado parlamentar, porquanto ausente o necessário **fumus commissi delicti**. Aliás, diante das evidências até então coligidas, o manejo do aparato persecutório estatal em desfavor do referido Senador implicaria indisfarçável constrangimento ilegal.

Sem mais para o momento, aproveito a oportunidade para reiterar a V. Ex<sup>a</sup> protestos de elevada e distinta consideração.”

(Grifos nossos)

Posteriormente o Exm<sup>o</sup> Sr. Procurador-Geral da República emitiu Certidão, datada de 23-9-2002, com o seguinte teor, **verbis**:

“CERTIDÃO

(...) *CERTIFICO que nada consta em desfavor do mencionado parlamentar, especialmente em relação à reportagem veiculada na Revista **Época**, edição nº 213, de 17-6-2002, Editora Globo, que menciona a suposta existência de boleto bancário que comprovaria registro de transferência internacional de reais, por meio de conta do tipo CC-5, em nome de referido parlamentar, uma vez que, diante das informações prestadas pelo Juízo da 2ª Vara Federal Criminal de Foz do Iguaçu da Seção Judiciária do Paraná, pela Coordenação Geral de Repressão ao Crime Organizado e de Inquéritos Especiais (CGCOIE) do Departamento da Polícia Federal e pela Diretoria Internacional do Banco do Brasil, restou comprovado, segundo atestam os peritos criminais da Polícia Federal, que ‘desconhecem a existência do boleto bancário e seu respectivo valor, em nome do Senador da República Jorge Konder Bornhausen mencionado na Reportagem veiculada na Revista **Época**, edição nº 213, de 17-6-2002’, e que a conta-corrente nº 1489011-8 junto à filial de Nova Iorque, Estados Unidos da América, do Banco do Brasil – conforme certificado pela mencionada Diretoria Internacional – não é de titularidade, ou mesmo co-titularidade, do eminente Senador, restando ausente, portanto, qualquer indício de crime e, por consequência, justa causa para instauração de inquérito ou investigação penal.”*

(Grifos nossos)

Portanto, da matéria publicada na revista semanal **Época**, de 17-6-2002, e agora repisada pela revista **IstoÉ**, edição 1743 (que também não traz à luz fato novo), pelo menos no que diz respeito a eventuais atos ou contas atribuídas ao Senador Jorge Bornhausen, nenhuma das informações foi ratificada por qualquer das autoridades competentes, seja pela Procuradoria-Geral da República, seja

pelo Departamento de Polícia Federal, seja pela Justiça, ou mesmo por qualquer das instituições bancárias citadas pela imprensa como repositórias de contas em nome do Senador, como o Banco do Brasil S.A., o Banco Banestado S.A. e Banco Araucária S.A., como se faz constatar das certidões e declarações escritas apresentadas por S. Ex<sup>a</sup>

Destacamos que o próprio Procurador-Geral da República, baseado na farta documentação que lhe chegou às mãos, chega a ser enfático ao afirmar que “ausente, portanto, qualquer indício de crime e, por consequência, justa causa para instauração de inquérito ou investigação penal”, cabendo ainda destacar o que já dissera ao Juiz da 2ª Vara Criminal Federal de Foz do Iguaçu que “o manejo do aparato persecutório estatal em desfavor do referido Senador implicaria indisfarçável constrangimento ilegal”.

A nosso ver a mesma orientação também se aplicaria para o Senado Federal, quanto a eventual abertura de investigação de ato do Senador Jorge Bornhausen com fundamento em qualquer dos fatos noticiados na imprensa, até agora firmemente rechaçados pelo parlamentar e a ponto de o próprio Procurador-Geral da República certificar que não existe qualquer motivo a justificar uma investigação.

De igual sorte, se não há fato ou sequer indício de falta de decoro a apurar, também não há investigação, medida ou procedimento a impulsionar para verificação de eventual prática de ato atentatório à ética ou ao decoro parlamentar.

No que diz respeito ao pronunciamento da Senadora Ideli Salvatti, ao que parece baseado nas denúncias publicadas pela imprensa, também não é passível de qualquer análise de mérito, mesmo político, pois o próprio Senador Jorge Bornhausen informa ao final de seu requerimento que nesta oportunidade não deseja pedir medida disciplinar, **verbis**:

“Informo, ainda, a Vossa Excelência que caso a referida senadora transgrida novamente, o inciso 2º, do § 2º do art. 9º do Conselho de Ética, solicitarei a competente medida disciplinar prevista na Resolução nº 20, de 1993.”

A propósito do assunto diz o art. 18, da Resolução nº 20, de 1993, que instituiu o Código de Ética:

“Art. 18. Quando um Senador for acusado por outro, no curso de uma discussão

ou noutra circunstância, de ato que ofenda sua honorabilidade, pode pedir ao Presidente do Senado, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ou de Comissão que apure a veracidade da arguição e o cabimento de sanção ao ofensor, no caso de improcedência da acusação”.

Portanto, o pedido de cabimento de sanção ao ofensor, a ser formulado pelo Senador que se sente ofendido é um requisito de procedibilidade a ser atendido previamente antes de se deflagrar futuro procedimento para apuração de suposta ofensa.

No presente caso, o Senador Jorge Bornhausen não pede qualquer aplicação de sanção, pedido este que equivale à representação do ofendido nos procedimentos de ação penal pública condicionada, do processo penal. Observa-se apenas a título de paralelo, que se este requisito não for preenchido desautoriza o oferecimento de denúncia pelo Ministério Público.

Ainda fazendo uma analogia com o processo penal, a representação do ofendido segundo, a melhor doutrina processualista, é uma condição objetiva de procedibilidade:

“A representação é manifestação de vontade do ofendido ou do seu representante legal no sentido de autorizar o desencadeamento da persecução penal em juízo. Trata-se de condição objetiva de procedibilidade. Sem a representação do ofendido ou, quando for o caso, sem a requisição do Ministro da Justiça, não se pode dar início à persecução penal.

.....  
É um obstáculo ao legítimo exercício da ação penal, cuja remoção fica ao exclusivo critério do ofendido, ou de quem legalmente o represente (...).”

(Curso de Processo Penal, Fernando Capez, pág. 107, 7ª edição, Ed. Saraiva)

Traçado o paralelo meramente ilustrativo com o processo penal, da mesma forma o processo disciplinar instituído pelo Código de Ética e Decoro Parlamentar, no citado art. 18, toma o cuidado de fazer a mesma exigência de procedibilidade em casos que envolvem membros da Casa e ofensa à honra, ao exigir que o suposto ofendido peça a aplicação de sanção ao ofensor, o que, na oportunidade, ratifica-se, foi expressamente dispensada pelo Senador Jorge Bornhausen.

Portanto, em razão da ausência do referido requisito de procedibilidade estabelecido pelo art. 18, da Resolução nº 20, de 1993, entendemos que qualquer iniciativa seja da parte do Corregedor Parlamentar (art. 2º, da Resolução nº 17, de 1993), seja da parte do Presidente do Senado Federal, ou do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, estará **ab initio** obstaculizada.

Em suma, após análise concluímos que:

a) os documentos apresentados pelo Senador Jorge Bornhausen rebatem de forma substancial as acusações lançadas pela imprensa; e,

b) por falta de preenchimento de requisito de procedibilidade constante do art. 18, da Resolução nº 20, de 1993, não há como se promover qualquer apuração sobre o mérito de suposta ofensa à honra contida no pronunciamento da Senadora Ideli Salvatti, que teria atingido o Senador Jorge Bornhausen, razão pela qual sugerimos seu arquivamento, não sem antes a juntada ao presente requerimento um exemplar do **Diário do Congresso Nacional**, onde foi publicado o pronunciamento da Senadora Ideli Salvatti, eis que a Secretaria-Geral da Mesa já fez consignar na mesma publicação as providências constantes do ofício do Senador Jorge Bornhausen.

É o parecer.

Brasília, 12 de março de 2003. – **Antonio Carlos Costa Santos**, Analista Legislativo (OAB-DF nº 8.379)

De acordo. Encaminhe-se ao Corregedor Parlamentar.

Brasília, 12 de março de 2003. – **Alberto Cascais** Advogado-Geral do Senado Federal.

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal:

Cuida-se de ofício do Exmº Sr. Senador Jorge Bornhausen que sentindo-se atingido em sua imagem, honra e vida privada oficiou à Presidência contra pronunciamento da Senadora Ideli Salvatti, a qual, em sessão plenária realizada no dia 25-2-2003, defendeu a criação de CPI da evasão de divisas, citando reportagens acusatórias contra o Senador Jorge Bornhausen publicada na imprensa escrita.

Requeru o Senador Jorge Bornhausen o encaminhamento a esta Corregedoria Parlamentar de do-

cumentação que fez anexar ao expediente, aduzindo também que os documentos versam sobre matéria do mesmo assunto veiculado pela revista **Época** de junho de 2002, e por fim informa que, caso a Senadora Ideli Salvatti venha a transgredir novamente dispositivo do Código de Ética e Disciplina, pois entende já haver a Senadora incidido nele, solicitará a competente medida disciplinar prevista na Resolução nº 20, de 1993, requerendo ao final que, por ter tido divulgado o pronunciamento da Senadora no **Diário do Congresso**, constem nele também as providências ora solicitadas.

Em atenção à solicitação inicial do Senador Jorge Bornhausen, o ofício e documentação anexa foram remetidos a esta Corregedoria Parlamentar.

**Ad Cautelam**, solicitamos a manifestação jurídica da Advocacia-Geral do Senado Federal, cujo parecer segue em anexo e conclui, após análise, que:

a) a documentação encaminhada pelo Senador Jorge Bornhausen rebate de forma substancial as acusações lançadas pela imprensa, e

b) com relação ao pronunciamento da Senadora Ideli Salvatti, que não há como a Casa promover qualquer ato visando à apuração de eventual transgressão ao Código de Ética e Disciplina, em razão da ausência de requisito procedimental contido no art. 18 da Resolução nº 20, de 1993, qual seja, o pedido formal do Senador ofendido em sua honorabilidade, de aplicação de sanção ao indigitado ofensor.

Esta Corregedoria Parlamentar, ciosa da competência que lhe foi atribuída pela Resolução nº 17, de 1993, debruçou-se sobre o assunto e adota as razões e conclusões expendidas no parecer da Advocacia do Senado Federal.

Assim, após análise, verificamos serem esclarecedores da verdade os documentos ora trazidos pelo Senador Jorge Bornhausen pois representam contraprova robusta às acusações feitas pela imprensa, em especial a revista **Época** de junho de 2002, de que Sua Excelência teria se beneficiado de contas para evasão de dinheiro para o exterior.

Dos documentos apresentados, exsurgem declarações negativas dos bancos apontados como de-

positórios das contas em nome do Senador Jorge Bornhausen, além de ofício e certidão emitidos pelo Procurador-Geral da República isentando Sua Excelência como alvo de qualquer investigação visando à apuração de prática de atos relacionados com a evasão de dinheiro para o exterior, promovido por aquele órgão do **Parquet**.

Quanto ao pronunciamento da Senadora Ideli Salvatti, que pediu urgência na criação da CPI, visando à apuração das denúncias de remessas de recursos para o exterior e utilização das contas CC-5, tendo citado as reportagens da imprensa que aludiu ao possível envolvimento do Senador Jorge Bornhausen, o que teria sido motivo para que o Senador fizesse o presente requerimento, entendemos que não há medida apuratória a tomar, eis que o Senador Jorge Bornhausen deixou de pedir a eventual aplicação de sanção, requisito contido no art. 18, da Resolução nº 20, de 1993.

Tal requisito, como entendeu a Advocacia, efetivamente é uma condição procedimental indispensável à deflagração de qualquer medida persecutória para apuração de eventual transgressão ao Código de Ética e Disciplina, nos casos de possível prática de atos ofensivos à honorabilidade de Senadores, pois sem a representação formal daquele que se diz ofendido, não há o que os órgãos competentes da Casa possam fazer, aí incluída esta Corregedoria Parlamentar, a Presidência do Senado Federal, ou o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

Por tais razões, este Corregedor se posiciona no sentido de que não há possibilidade de abertura de qualquer procedimento apuratório quanto a eventual ofensa à honorabilidade do Senador Jorge Bornhausen, ante a ausência de requisito procedimental inarredável, qual seja o pedido expresso de aplicação de pena, providência esta a cargo exclusivo do referido Senador, conforme preceitua o art. 18, da Resolução nº 20, de 1993. Atendida a solicitação final do requerimento de Sua Excelência, através das publicações do **Diário do Senado Federal** de 26-2-2003 (fls.15 a 23), sugiro seja o presente arquivado.

Corregedoria Parlamentar, 18 de março de 2003. — Senador **Romeu Tuma**, Corregedor Parlamentar.

CONSTITUI COMISSÃO ESPECIAL**PORTARIA DO DIRETOR-GERAL Nº 046, DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o Regulamento Administrativo do Senado Federal nº09, de 1997, **RESOLVE**:

Art. 1º Constituir Comissão Especial de Promoções, de acordo com o que dispõe o art. 19 e seguintes, do Plano de Carreira da Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Resolução nº51/93);

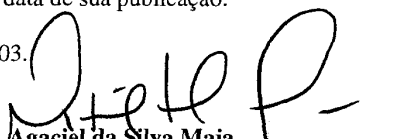
Art. 2º Designar para compor a Comissão na qualidade de Presidente o servidor SEBASTIÃO DA SILVA AZEVEDO, matrícula 0945, e como membros os servidores RENATA DE CAMPOS ÁBREGO, matrícula 3803, MARCIA REGINA SARMENTO DE OLIVEIRA, matrícula 3001, e CANDIDA DO AMARAL ALMEIDA, matrícula 3796;

Art. 3º Estabelecer o prazo de 60 (sessenta) dias, para a conclusão dos trabalhos, a partir da data de sua publicação;

Art. 4º O Serviço de Apoio Administrativo e Registros Funcionais, prestará à comissão os serviços de apoio que se fizerem necessários;

Art. 5º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 01 de abril de 2003.



Agaciel da Silva Maia  
Diretor-Geral

**PORTARIA DO DIRETOR-GERAL  
Nº 047 , DE 2003**

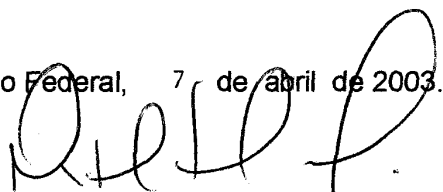
**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320, da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

**RESOLVE:**

I - Prorrogar por 60 (sessenta) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Especial, instituída pela Portaria nº 18, de 2003, do Diretor-Geral do Senado Federal, incumbida de elaborar o Programa de Prevenção e Combate a Incêndios cujos objetivos principais serão a conscientização, divulgação, instrução e treinamento de servidores da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, sobre os métodos, ações e medidas preventivas e de combate a incêndios.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 7 de abril de 2003.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**Nº 3060 , DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos Atos do Presidente do Senado Federal nºs 181/1997, 35/2002 e 58/2003,

**RESOLVE:**

nomear **Edmilson Braz Pestana** para exercer o cargo em comissão de Assistente Parlamentar\_ AP-2, do Órgão Central de Coordenação e Execução, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, 7 de abril de 2003.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
**Diretor-Geral**

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**Nº 3061 , DE 2003**

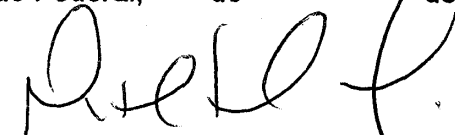
**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996, artigos 3º, inciso II, e 4º, e nº 15 de 1997, artigo 19, parágrafo único, ambos da Comissão Diretora,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - São designados os servidores JUNE DEL FRARI COUTINHO, matrícula nº 3040 e, VALMIR M. DE FARIAS, matrícula nº 0402, como gestores titular e substituto, respectivamente, do processo nº 006477/03-8 e do(s) contrato(s) que este originar.

**Art. 2º** - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 7 de abril de 2003.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
**Diretor-Geral**



**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 3062 , DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997,

RESOLVE dispensar o servidor FRANCISCO CANINDÉ DE OLIVEIRA, matrícula 5174, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, Área 7, Especialidade de Transporte, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senhor Senador Jorge Bornhausen, a partir de 02 de abril de 2003.

Senado Federal, 07 de abril de 2003.



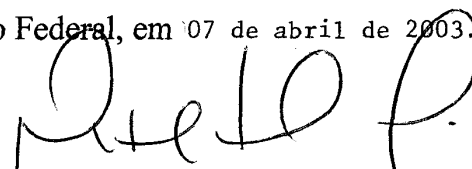
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 3063 , DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 000624/03-9,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ELIAS NOGUEIRA SOARES** para exercer o cargo, em comissão, de Motorista do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Tião Viana.

Senado Federal, em 07 de abril de 2003.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 3064 , DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 007210/03-5,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, **FRANCISCO SIQUEIRA DE CARVALHO** para exercer o cargo, em comissão, de Motorista do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Duciomar Costa.

Senado Federal, em 07 de abril de 2003.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 3065 , DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 007210/03-5,

**R E S O L V E** exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **FÁBIO MACEDO PEREIRA**, matrícula n.º 32849, do cargo, em comissão, de Motorista, do Gabinete do Senador Duciomar Costa.

Senado Federal, em 07 de abril de 2003.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 3066 , DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 007257/03-1,

**R E S O L V E** exonerar **OLÍVIA MARIA DA SILVEIRA OLIVEIRA**, matrícula n.º 33239, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-3 do Gabinete da Liderança do PSB e nomeá-la, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no mesmo gabinete.

Senado Federal, em 07 de abril de 2003.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**

Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 3067 , DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 007275/03-0,

**R E S O L V E** exonerar **ELBER BATALHA DE GOES**, matrícula n.º 33305, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-4 do Gabinete da Liderança do PSB e nomeá-lo, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no mesmo gabinete.

Senado Federal, em 07 de abril de 2003.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**

Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 3068 . DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 007299/03-6,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ELIANE BOEING** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Senadora Ideli Salvatti.

Senado Federal, em 07 de abril de 2003.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 3069 , DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 007287/03-8,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ANA MARIA DE SOUZA SANTOS** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Juvêncio da Fonseca.

Senado Federal, em 07 de abril de 2003.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 3070 , DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **007177/03-8**,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ANOILDO FELISDÓRIO DOS SANTOS** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Senadora Lúcia Vânia.

Senado Federal, em 07 de abril de 2003.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 3071 , DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **007252/03-0**,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ARIEL RAGHIAN FILHO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Delcídio Amaral.

Senado Federal, em 07 de abril de 2003.



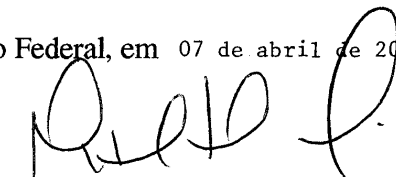
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 3072 , DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 007175/03-5,

**R E S O L V E** exonerar ANA AMÉLIA NANTES PEREIRA, matrícula n.º 33489, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-2 do Gabinete do Senador Delcídio Amaral e nomeá-la, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Delcídio Amaral.

Senado Federal, em 07 de abril de 2003.



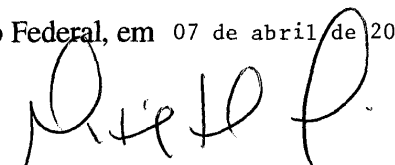
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 3073 , DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 007253/03-6,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARIANO DUARTE CABREIRA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Delcídio Amaral.

Senado Federal, em 07 de abril de 2003.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 3074 , DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **007193/03-3**,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ANTONIO DE CARVALHO MEDEIROS JÚNIOR** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Sibá Machado.

Senado Federal, em 07 de abril de 2003.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 3075 , DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **007256/03-5**,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JORGIVAL SANTOS PORTO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Antonio Carlos Valadares.

Senado Federal, em 07 de abril de 2003.



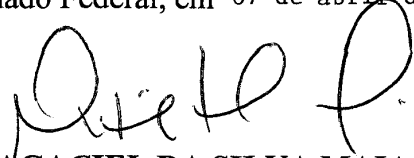
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 3076 , DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 007274/03-3,

**R E S O L V E** tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 2438, de 2003, publicado no Boletim de Pessoal do Senado Federal n.º 2712, que nomeou **KAREN PATRÍCIA BARROS DE BRITO** para o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, no Gabinete do Antonio Carlos Valadares.

Senado Federal, em 07 de abril de 2003.



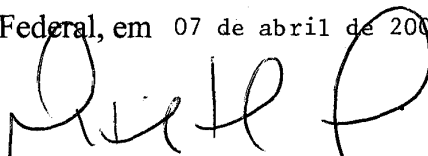
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 3077 , DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 007274/03-3,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **KAREN PATRÍCIA BARROS DE BRITO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PSB.

Senado Federal, em 07 de abril de 2003.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

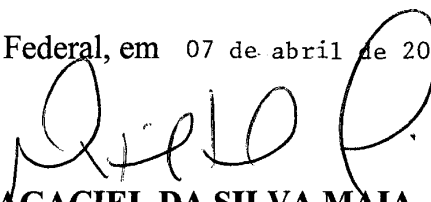


**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 3078 , DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 007234/03-1,

**R E S O L V E** exonerar **MARIA DE BETÂNIA LEITE COSTA**, matrícula n.º 33327, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-4, do Gabinete do Senador Hélio Costa e nomeá-la, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no mesmo Gabinete.

Senado Federal, em 07 de abril de 2003.



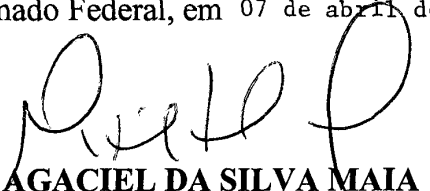
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 3079 , DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 007402/03-1,

**R E S O L V E** tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 2747, de 2003, publicado no Boletim de Pessoal do Senado Federal n.º 2733, de 27/03/2003, que nomeou **SAMIR DIB** para o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, no Gabinete da Quarta-Secretaria.

Senado Federal, em 07 de abril de 2003.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 3080 , DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **007409/03-6**,

**RESOLVE** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **EDIMAR PEREIRA MACIEL** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Delcídio Amaral¹

Senado Federal, em 07 de abril de 2003.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**

Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 3081 , DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **007408/03-0**,

**RESOLVE** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **EDILENE PEREIRA PINTO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Delcídio Amaral.

Senado Federal, em 07 de abril de 2003.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**

Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****Nº 3082 , DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos Atos do Presidente do Senado Federal nºs 181/1997, 35/2002 e 58/2003,

**RESOLVE:**

exonerar **Luis Augusto de Castro Diogo**, do cargo em comissão de Assistente Parlamentar \_ AP-3, do Órgão Central de Coordenação e Execução, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, 07 de abril de 2003.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****Nº 3083 , DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos Atos do Presidente do Senado Federal nºs 181/1997, 35/2002 e 58/2003,

**RESOLVE:**

nomear **Alessandra de Souza Machado Jucá**, para exercer o cargo em comissão de Assistente Parlamentar \_ AP-3, do Órgão Central de Coordenação e Execução, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, 07 de abril de 2003.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL  
(52ª LEGISLATURA)**

<b>BAHIA</b>		PFL	- Heráclito Fortes
PFL	- Rodolpho Tourinho	PMDB	- Mão Santa
PFL	- Antonio Carlos Magalhães	<b>RIO GRANDE DO NORTE</b>	
PFL	- César Borges	PTB	- Fernando Bezerra
<b>RIO DE JANEIRO</b>		PMDB	- Garibaldi Alves Filho
PT	- Roberto Saturnino	PFL	- José Agripino
PL	- Marcelo Crivella	<b>SANTA CATARINA</b>	
PMDB	- Sérgio Cabral	PFL	- Jorge Bornhausen
<b>MARANHÃO</b>		PT	- Ideli Salvatti
PMDB	- João Alberto Souza	PSDB	- Leonel Pavan
PFL	- Edison Lobão	<b>ALAGOAS</b>	
PFL	- Roseana Sarney	PT	- Heloísa Helena
<b>PARÁ</b>		PMDB	- Renan Calheiros
PMDB	- Luiz Otávio	PSDB	- Teotônio Vilela Filho
PT	- Ana Júlia Carepa	<b>SERGIPE</b>	
PTB	- Duciomar Costa	PFL	- Renildo Santana
<b>PERNAMBUCO</b>		PDT	- Almeida Lima
PFL	- José Jorge	PSB	- Antonio Carlos Valadares
PFL	- Marco Maciel	<b>AMAZONAS</b>	
PSDB	- Sérgio Guerra	PMDB	- Gilberto Mestrinho
<b>SÃO PAULO</b>		PSDB	- Arthur Virgílio
PT	- Eduardo Suplicy	PDT	- Jefferson Peres
PT	- Aloizio Mercadante	<b>PARANÁ</b>	
PFL	- Romeu Tuma	PSDB	- Alvaro Dias
<b>MINAS GERAIS</b>		PT	- Flávio Arns
PL	- Aelton Freitas	PDT	- Osmar Dias
PSDB	- Eduardo Azeredo	<b>ACRE</b>	
PMDB	- Hélio Costa	PT	- Tião Viana
<b>GOIÁS</b>		PSB	- Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	- Íris de Araújo	PT	- Sibá Machado
PFL	- Demóstenes Torres	<b>MATO GROSSO DO SUL</b>	
PSDB	- Lúcia Vânia	PMDB	- Juvêncio da Fonseca
<b>MATO GROSSO</b>		PT	- Delcídio Amaral
PSDB	- Antero Paes de Barros	PMDB	- Ramez Tebet
PFL	- Jonas Pinheiro	<b>DISTRITO FEDERAL</b>	
PT	- Serys Slhessarenko	PMDB	- Valmir Amaral
<b>RIO GRANDE DO SUL</b>		PT	- Eurípedes Camargo
PMDB	- Pedro Simon	PFL	- Paulo Octávio
PT	- Paulo Paim	<b>TOCANTINS</b>	
PTB	- Sérgio Zambiasi	PSDB	- Eduardo Siqueira Campos
<b>CEARÁ</b>		PFL	- João Ribeiro
PSDB	- Reginaldo Duarte	PFL	- Leomar Quintanilha
PPS	- Patrícia Saboya Gomes	<b>AMAPÁ</b>	
PSDB	- Tasso Jereissati	PMDB	- José Sarney
<b>PARAÍBA</b>		PSB	- João Capiberibe
PMDB	- Ney Suassuna	PTB	- Papaléo Paes
PFL	- Efraim Moraes	<b>RONDÔNIA</b>	
PMDB	- José Maranhão	PMDB	- Amir Lando
<b>ESPÍRITO SANTO</b>		PT	- Fátima Cleide
PPS	- João Batista Motta	PMDB	- Valdir Raupp
PMDB	- Gerson Camata	<b>RORAIMA</b>	
PL	- Magno Malta	PPS	- Mozarildo Cavalcanti
<b>PIAUÍ</b>		PDT	- Augusto Botelho
PMDB	- Alberto Silva	PSDB	- Romero Jucá

**CONGRESSO NACIONAL  
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

**COMPOSIÇÃO**

**Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO<sup>1</sup>**

**Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY**

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

<b>LEI Nº 8.389/91, ART. 4º</b>	<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SORAES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO CABRAL DE ARAÚJO	CARLOS ROBERTO BERLINCK
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	MIGUEL CIPOLLA JR.
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	FREDERICO BARBOSA GHEDINI
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	<b>FRANCISCO PEREIRA DA SILVA</b>	ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO	MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ALBERTO DINES	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JAYME SIROTSKY	JORGE DA CUNHA LIMA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	CARLOS CHAGAS	REGINA DALVA FESTA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RICARDO MORETZSOHN	ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE

Composição atualizada em março de 2003

**Nota:**

<sup>1</sup> Presidente e Vice-Presidente eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 25.6.2002.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

**Telefones: 311-4561 e 311-3265**

**CONGRESSO NACIONAL**  
**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

**COMISSÕES DE TRABALHO**

**01 - Comissão de Regionalização da Programação** (constituída na Reunião de 26/06/2002)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)

**02 - Comissão de Tecnologia Digital** (constituída na Reunião de 26/06/2002)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão) – desde 14/10/2002
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) – desde 14/10/2002
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) – desde 14/10/2002

**03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária** (constituída na Reunião de 02/09/2002)

- Regina Dalva Festa (Representante da sociedade civil)
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)

**04 - Comissão para análise da Medida Provisória nº 70, de 2002 – participação de capital estrangeiro nas empresas jornalísticas e de radiodifusão** (constituída na Reunião de 14/10/2002 e extinta na 1ª Reunião de 2003, em 17.2.2003)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)
- Assunção Hernandez Moraes de Andrade (Representante da sociedade civil)

**05 - Comissão para análise e emissão de parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2001 (capital estrangeiro nas TVs a Cabo)** (constituída na Reunião de 17/03/2003)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

**Telefones: 311-4561 e 311-3265**

**CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**  
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

**COMPOSIÇÃO**

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

**1ª Eleição Geral:** 19.04.1995

**2ª Eleição Geral:** 30.06.1999

**3ª Eleição Geral:** 27.06.2001

**4ª Eleição Geral:** 13.03.2003

Presidente: Senador **JUVÊNCIO DA FONSECA** <sup>2</sup> Vice-Presidente: Senador **DEMÓSTENES TORRES** <sup>2</sup>

<b>PMDB</b>					
<u>Titulares</u>		<b>Ramal</b>	<b>Suplentes</b>		<b>Ramal</b>
Juvêncio da Fonseca	MS	1128	1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
<b>PFL</b>					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
<b>Demóstenes Torres</b>	GO	2091	2. César Borges <sup>4</sup>	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Renildo Santana <sup>4</sup>	SE	1306
<b>PT</b> <sup>1</sup>					
Heloísa Helena	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
Flávio Arns	PR	2402	3. Eduardo Suplicy <sup>3</sup>	SP	3213
<b>PSDB</b>					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. Reginaldo Duarte	CE	1137
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
<b>PDT</b>					
Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
<b>PTB</b> <sup>1</sup>					
Geraldo Mesquita Júnior (PSB)	AC	1078	1. Fernando Bezerra (PTB)	RN	2461
<b>PSB</b> <sup>1</sup> , <b>PL</b> <sup>1</sup> e <b>PPS</b>					
Magno Malta (PL)	ES	4164	1. Marcelo Crivella (PL)	RJ	5077
<b>Corregedor do Senado</b> (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 19.03.2003)

**Notas:**

<sup>1</sup> Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo**.

<sup>2</sup> Eleitos em 18.03.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

<sup>3</sup> Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

<sup>4</sup> Eleitos na Sessão do SF de 19.3.2003.

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: 311-4561 e 311-4569

**CORREGEDORIA PARLAMENTAR**  
**(Resolução nº 17, de 1993)**

**COMPOSIÇÃO <sup>1</sup>**

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

**Notas:**

<sup>1</sup> Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

SENADO FEDERAL  
SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: 311-4561 e 311-4569



## COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

### 1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Ramez Tebet (PMDB-MS)

Vice-Presidente: Senador Paulo Octavio (PFL-DF)

TITULARES	SUPLENTES
<b><u>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</u></b>	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Flávio Arns
Eduardo Suplicy	3. Serys Slhessarenko
Delcídio Amaral	4. Duciomar Costa
Roberto Saturnino	5. Magno Malta
Antonio Carlos Valadares	6. Aelton Freitas
Geraldo Mesquita Júnior	7. (vago)
Fernando Bezerra	8. (vago)
<b>PMDB</b>	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Mão Santa	2. Luiz Otávio
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Gilberto Mestrinho	4. Gerson Camata
João Alberto Souza	5. Sérgio Cabral
Pedro Simon	6. Ney Suassuna
Valdir Raupp	7. Íris de Araújo
<b>PFL</b>	
César Borges	1. Antonio Carlos Magalhães
Efraim Moraes	2. Demóstenes Torres
Jonas Pinheiro	3. João Ribeiro
Jorge Bornhausen	4. José Agripino
Paulo Octavio	5. José Jorge
Rodolpho Tourinho	6. Marco Maciel
<b>PSDB</b>	
Antero Paes de Barros	1. Arthur Virgílio
Sérgio Guerra	2. Romero Jucá
Eduardo Azeredo	3. Lúcia Vânia
Tasso Jereissati	4. Leonel Pavan
<b>PDT</b>	
Almeida Lima	1. Osmar Dias
<b>PPS</b>	
Patrícia Saboya Gomes	1. João Batista Motta

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário n.º 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS**  
(29 titulares e 29 suplentes)

**Presidente: Senador Romero Jucá (PSDB-RR)**  
**Vice-Presidente: Senador Papaléo Paes (PTB-AP)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b><u>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</u></b>	
Ana Júlia Carepa	1. Delcídio Amaral
Eurípedes Camargo	2. Serys Slhessarenko
Fátima Cleide	3. Tião Viana
Flávio Arns	4. Antonio Carlos Valadares
Sibá Machado	5. Duciomar Costa
João Capiberibe	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
Papaléo Paes	8. (vago)
<b>PMDB</b>	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Juvêncio da Fonseca	2. Hélio Costa
Íris de Araújo	3. Ramez Tebet
Sérgio Cabral	4. José Maranhão
Ney Suassuna	5. Pedro Simon
Amir Lando	6. (vago)
Renan Calheiros	7. (vago)
<b>PFL</b>	
Edison Lobão	1. Antonio Carlos Magalhães
Jonas Pinheiro	2. César Borges
José Agripino	3. Demóstenes Torres
Leomar Quintanilha	4. Efraim Moraes
Renildo Santana	5. Jorge Bornhausen
Roseana Sarney	6. (vago)
<b>PSDB</b>	
Romero Jucá	1. Eduardo Azeredo
Lúcia Vânia	2. Tasso Jereissati
Teotônio Vilela Filho	3. (vago) <sup>1</sup>
Antero Paes de Barros	4. Sérgio Guerra
Reginaldo Duarte	5. (vago)
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
Álvaro Dias	2. (vago)
<b>PPS</b>	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

<sup>1</sup> O Senador Olivir Gabardo afastou-se do exercício do mandato em 08.03.03.

Secretário: Cleudes Boaventura Farias Nery  
Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário n.º 09 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3114605 Fax: 3113652  
E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**  
**(23 titulares e 23 suplentes)**

**Presidente: Senador Edison Lobão (PFL-MA)**  
**Vice-Presidente: Senador José Maranhão (PMDB-PB)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b><u>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</u></b>	
Serys Slhessarenko	1. Eduardo Suplicy
Aloizio Mercadante	2. Ana Júlia Carepa
Tião Viana	3. Sibá Machado
Antonio Carlos Valadares	4. Fernando Bezerra
Magno Malta	5. Geraldo Mesquita Júnior
Papaléo Paes	6. João Capiberibe
Marcelo Crivella	7. (vago)
<b>PMDB</b>	
Amir Lando	1. Ramez Tebet
Garibaldi Alves Filho	2. João Alberto Souza
José Maranhão	3. Íris de Araújo
Juvêncio da Fonseca	4. Valmir Amaral
Luiz Otávio	5. Sérgio Cabral
Pedro Simon	6. Ney Suassuna
<b>PFL</b>	
Antonio Carlos Magalhães	1. Efraim Moraes
César Borges	2. João Ribeiro
Demóstenes Torres	3. Jorge Bornhausen
Edison Lobão	4. José Jorge
Renildo Santana	5. Rodolpho Tourinho
<b>PSDB</b>	
Arthur Virgílio Neto	1. Antero Paes de Barros
Tasso Jereissati	2. Teotônio Vilela Filho
Romero Jucá	3. Leonel Pavan
<b>PDT</b>	
Jefferson Peres	1. Almeida Lima
<b>PPS</b>	
João Batista Motta	1. Mozarildo Cavalcanti

Secretária: Gildete Leite de Melo  
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário n.º 3 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3113972 Fax: 3114315  
E – Mail: [gildete@senado.gov.br](mailto:gildete@senado.gov.br)

**4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO**  
(27 titulares e 27 suplentes)

**Presidente: Senador Osmar Dias (PDT-PR)**  
**Vice-Presidente: Senador Hélio Costa (PMDB-MG)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTEs</b>
<b><u>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</u></b>	
Fátima Cleide	1. Tião Viana
Flávio Arns	2. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	3. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	4. Papaléo Paes
Duciomar Costa	5. Sibá Machado
Aelton Freitas	6. (vago)
(vaga cedida ao PMDB)	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
<b>PMDB</b>	
Hélio Costa	1. Mão Santa
Íris de Araújo	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Juvêncio da Fonseca
Gerson Camata	4. Luiz Otávio
Sérgio Cabral	5. Valmir Amaral
José Maranhão	6. Amir Lando
Valmir Amaral (por cessão do Bloco de Apoio ao Governo)	7. (vago)
<b>PFL</b>	
Demóstenes Torres	1. Edison Lobão
Jorge Bornhausen	2. Jonas Pinheiro
José Jorge	3. José Agripino
Leomar Quintanilha	4. Marco Maciel
Renildo Santana	5. Paulo Octavio
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
<b>PSDB</b>	
Sérgio Guerra	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Eduardo Azeredo
Reginaldo Duarte	3. Teotônio Vilela Filho
Antero Paes de Barros	4. Lúcia Vânia
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres
Almeida Lima	2. Álvaro Dias
<b>PPS</b>	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Observação: Conforme acordo de líderes anunciado na reunião da Comissão de Assuntos Econômicos de 19.2.2003, o PMDB ocupará somente 6 cadeiras na Comissão de Educação

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário n ° 15 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113498 Fax: 3113121

E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br)

Atualizada em 1º/04/2003

**5) - COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE**  
(17 titulares e 9 suplentes)

**Presidente: Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)**  
**Vice-Presidente: Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b><u>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</u></b>	
Eurípedes Camargo	1. Ana Júlia Carepa
Heloísa Helena	2. Delcídio Amaral
Antonio Carlos Valadares	3. Geraldo Mesquita Júnior
Aelton Freitas	
Duciomar Costa	
<b>PMDB</b>	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Gilberto Mestrinho
Gerson Camata	
João Alberto Souza	
<b>PFL</b>	
César Borges	1. Jorge Bornhausen
Efraim Moraes	2. Paulo Octavio
João Ribeiro	
Leomar Quintanilha	
<b>PSDB</b>	
Romero Jucá	1. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. Almeida Lima
<b>PPS</b>	
João Batista Motta	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário n ° 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3113915 Fax: 3111060

E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).

Atualizada em 24/03/2003

**6) - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA**  
**(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Magno Malta (PL-ES)**  
**Vice-Presidente: (aguardando eleição)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Sibá Machado	1. Serys Slhessarenko
Eurípedes Camargo	2. (vago)
Magno Malta	3. (vago)
Aelton Freitas	4. (vago)
Marcelo Crivella	5. (vago)
<b>PMDB</b>	
Renan Calheiros	1. Gerson Camata
Ney Suassuna	2. Amir Lando
José Maranhão	3. Gilberto Mestrinho
Sérgio Cabral	4. (vago)
Garibaldi Alves Filho	5. (vago)
<b>PFL</b>	
Edison Lobão	1. Demóstenes Torres
Efraim Moraes	2. Jonas Pinheiro
Leomar Quintanilha	3. (vago)
Rodolpho Tourinho	4. Roseana Sarney
<b>PSDB</b>	
Lúcia Vânia	1. Lúcia Vânia
(vago) <sup>1</sup>	2. Romero Jucá
Reginaldo Duarte	3. Antero Paes de Barros
<b>PDT</b>	
Jefferson Peres	1. (vago)
<b>PPS</b>	
Mozarildo Cavalcanti	1. João Batista Motta

<sup>1</sup> O Senador Olivir Gabardo afastou-se do exercício do mandato em 08.03.03.

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos  
Telefone 3113915 Fax: 3111060

E – Mail: [mariadul@senado.br](mailto:mariadul@senado.br) .  
Atualizada em 26/03/2003

**7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL**  
**(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)**  
**Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella (PL-RJ)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Eduardo Suplicy	1. Flávio Arns
Heloísa Helena	2. Fátima Cleide
João Capiberibe	3. Aloizio Mercadante
Marcelo Crivella	4. Duciomar Costa
Fernando Bezerra	5. Aelton Freitas
Tião Viana (por cessão do PMDB)	
<b>PMDB</b>	
Gilberto Mestrinho	1. Pedro Simon
João Alberto Souza	2. Ramez Tebet
Luiz Otávio	3. Valdir Raupp
(vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)	4. Juvêncio da Fonseca
Hélio Costa	5. (vago)
<b>PFL</b>	
Antonio Carlos Magalhães	1. Edison Lobão
João Ribeiro	2. Renildo Santana
José Agripino	3. Rodolpho Tourinho
Marco Maciel	4. Roseana Sarney
<b>PSDB</b>	
Arthur Virgílio	1. Antero Paes de Barros
Eduardo Azeredo	2. Tasso Jereissati
Lúcia Vânia	3. Sérgio Guerra
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Álvaro Dias
<b>PPS</b>	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário n ° 7 – Ala Alexandre Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.

E – Mail: [luciamel@senado.gov.br](mailto:luciamel@senado.gov.br)

**8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA**  
**(23 titulares e 23 suplentes)**

**Presidente: Senador José Jorge (PFL-PE)**  
**Vice-Presidente: Senador João Batista Motta (PPS-ES)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b><u>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</u></b>	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	2. Fátima Cleide
Serys Slhessarenko	3. Heloísa Helena
Sibá Machado	4. Ana Júlia Carepa
Geraldo Mesquita Júnior	5. Duciomar Costa
Duciomar Costa	6. Fernando Bezerra
Magno Malta	7. Marcelo Crivella
<b>PMDB</b>	
Gerson Camata	1. Mão Santa
Amir Lando	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valmir Amaral	4. Renan Calheiros
Gilberto Mestrinho	5. (vago)
José Maranhão	6. (vago)
<b>PFL</b>	
João Ribeiro	1. César Borges
José Jorge	2. Jonas Pinheiro
Marco Maciel	3. Leomar Quintanilha
Paulo Octavio	4. Renildo Santana
Rodolpho Tourinho	5. Roseana Sarney
<b>PSDB</b>	
Leonel Pavan	1. Romero Jucá
Sérgio Guerra	2. (vago) <sup>1</sup>
Teotônio Vilela Filho	3. Reginaldo Duarte
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
<b>PPS</b>	
João Batista Motta	1. Mozarildo Cavalcanti

10 Senador Olivir Gabardo afastou-se do exercício do mandato em 08.03.03.

Secretário: Celso Parente  
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário n.º 13 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3114607 Fax: 3113286  
E – Mail: [cantony@senado.gov.br](mailto:cantony@senado.gov.br).



## CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

### COMPOSIÇÃO

1ª Designação geral: 03.12.2001

2ª Designação geral: 26.02.2003

**Presidente:** Senadora Serys Slhessarenko<sup>4</sup>  
**Vice-Presidente:** Senador Geraldo Mesquita Júnior<sup>4</sup>

PMDB	UF	RAMAL
<u>Senadora Íris de Araújo</u> <sup>1</sup>	<u>GO</u>	<u>3148</u>
PFL		
Senadora Roseana Sarney <sup>1</sup>	MA	3070
PT		
<u>Senadora Serys Slhessarenko</u> <sup>1</sup>	<u>MT</u>	<u>2291</u>
PSDB		
<u>Senadora Lúcia Vânia</u> <sup>1</sup>	<u>GO</u>	<u>2038</u>
PDT		
<u>Senador Augusto Botelho</u> <sup>3</sup>	<u>RR</u>	<u>2041</u>
PTB		
<u>Senador Papaléo Paes</u> <sup>1</sup>	<u>AP</u>	<u>3253</u>
PSB		
<u>Senador Geraldo Mesquita Júnior</u> <sup>2</sup>	<u>AC</u>	<u>1078</u>
PL		
<u>Senador Magno Malta</u> <sup>1</sup>	<u>ES</u>	<u>4164</u>
PPS		
<u>Senadora Patrícia Saboya Gomes</u> <sup>1</sup>	<u>CE</u>	<u>2301</u>

Atualizada em 12.3.2003

**Notas:**

<sup>1</sup> Designados na Sessão do SF de 26.2.2003

<sup>2</sup> Designado na Sessão do SF de 7.3.2003

<sup>3</sup> Designado na Sessão do SF de 11.3.2003

<sup>4</sup> Eleitos, por aclamação, em 12.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-4569



**EDIÇÃO DE HOJE: 186 PÁGINAS**